

A POUSADA DO PALÁCIO DO FREIXO

NOME

Ana Margarida Soares da Costa

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO

A Pousada do Palácio do Freixo

ORIENTADORA

Professora Doutora Maria Teresa Fonseca

MESTRADO EM ARQUITECTURA

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
2010-2011

RESUMO

Património | Monumento | Edifício | Intervenção | Reabilitação | Reconversão | Turismo | Pousada

A presente dissertação pretende reflectir e gerar reflexão sobre as problemáticas de intervenção em edifícios e conjuntos históricos, analisando as atitudes perante o património arquitectónico herdado e identificando processos interventivos sobre ele.

Intervir num edifício pré-existente com eficácia implica conhecer e interpretar a sua história, sendo necessário respeitar a sua identidade ao mesmo tempo que o adaptamos ao seu novo uso, respondendo às questões de conforto e segurança.

Apesar da individualidade de cada intervenção em pré-existências é necessário conhecer os princípios teóricos formulados ao longo do tempo, de forma a perceber e fundamentar as melhores opções perante o projecto a realizar.

Através da consulta e recolha de literatura é realizada uma análise sobre a evolução histórica das teorias de intervenção no património: definindo conceitos relativos ao tema, identificando posições de teóricos relevantes, referindo documentos e cartas de conservação e restauro, e compreendendo a perspectiva de conservação e reutilização de edifícios em Portugal.

As *Pousadas de Portugal* desempenharam um papel importante na reabilitação de edifícios históricos no nosso país. É então efectuada uma reflexão sobre o percurso evolutivo das *Pousadas de Portugal* desde a sua origem até à actualidade, comparando diferentes posturas e métodos de intervir, percebendo assim o contributo da reconversão para o património.

Para um estudo aprofundado das questões relativas à reconversão do património é feita uma análise da Pousada do Palácio do Freixo no Porto. Para além de se abordar a adaptação do Palácio a Pousada, elabora-se também uma análise da sua história, da sua forma e das suas transformações no tempo.

— ABSTRACT

Heritage | Monument | Building | Intervention | Rehabilitation | Conversion | Tourism | Pousada

This dissertation is intended to reflect and generate debate on the issues of intervention in historical buildings and landmarks. It analyses attitudes towards the architectural heritage inherited and identifies processes of intervention within.

Intervention in a pre-existing building effectively involves knowing and interpreting its history. It is necessary to respect their identity, while adapting to a new use and answering to requirements of comfort and safety.

Despite the individuality of each pre-existing intervention, it is necessary to know the theoretical principles formulated over time in order to understand and support the best options for the project.

Through consultation and collation of literature an analysis of the historical evolution of theories on intervention in heritage was made: defining concepts related to the theme, identifying relevant theoretical positions, referring documents of conservation and restoration, and understanding the prospect of conservation and re-use of buildings in Portugal.

Pousadas de Portugal have played an important role in the rehabilitation of historical buildings in our country. We have made a reflection on the evolution of the path of *Pousadas de Portugal*, since its origin to the present, comparing different positions and methods of action, realizing the contribution of conversion for heritage.

For an in-depth study of the issues relating to conversion of monuments we have made an analysis of the Pousada do Palácio do Freixo in Oporto. In addition to addressing the adaptation of the Palace to Pousada, we have also made a review of its history, its shape and all transformation throughout times.

— AGRADECIMENTOS

Ao Grupo Pestana, em especial à coordenadora de eventos da Pousada do Palácio do Freixo, Raquel Oliveira, pela disponibilidade e simpatia.

À Professora Teresa Fonseca, com amizade e admiração.

Ao arquitecto David Sinclair pela documentação gentilmente cedida.

Aos meus pais, por tudo.

Aos amigos pela ajuda e incentivo.

ÍNDICE

13_ Introdução

21_ Pousada do Palácio do Freixo

23_ História

39_ Forma

49_ Recuperação

67_ Construção

73_ Transformações

83_ Funcionamento

143_ "Pousadas de Portugal"

147_ Origem

151_ Primeira Série

155_ Entre o Regional e o Moderno

157_ Pousadas em Monumentos

163_ Análise

185_ Estado da Arte

187_ Definições e Conceitos

197_ Teorias de Intervenção no Património

217_ Documentos Internacionais de Conservação e Restauro

225_ Intervenção no Património Português

229_ Considerações Finais

239_ Bibliografia

253_ Referências de Imagens

259_ Anexo

INTRODUÇÃO

A realização da presente dissertação surge no âmbito do Mestrado em Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP), consistindo no culminar de um percurso de aprendizagem. A reconversão do Palácio do Freixo concedeu vitalidade ao desejo pessoal de investigar na área da intervenção em edifícios históricos.

Senti necessidade de aprofundar conhecimentos numa área que não foi abordada neste ciclo de aprendizagem, de forma a completar a minha formação e perceber uma temática que me desperta muita atenção enquanto futura arquitecta.

Esta dissertação tem como principal objectivo reflectir e gerar reflexão sobre as problemáticas que envolvem intervenção em edifícios e conjuntos históricos.

Pretende-se por isso compreender as atitudes perante o património arquitectónico herdado e identificar os processos de intervenção sobre ele, reflectindo sobre eventuais adaptações a novos usos e contribuindo para a reflexão contemporânea das várias questões que o tema *construir no construído* levanta. O caso mais específico das pousadas servirá de campo experimental.

Ao realizar a primeira etapa desta dissertação: Estado da Arte, deparei-me com a inúmera literatura de produção teórica que abunda nesta especialidade da arquitectura, assim como com diversos exemplos de património reabilitado.

Mas afinal o que é património?

Podemos concordar que constituem património das famílias as casas e apartamentos onde moram, os seus carros e os depósitos bancários. Mas não é essa definição de património que surge nos discursos dos média e no mundo académico, onde a palavra assume contornos pomposos e de preciosidade. Confunde-se no discurso dado ao público o esclarecimento próprio adequado à sensibilização para valores culturais nas suas vertentes materiais e imateriais, com uma produção intelectual e frequentemente hermética reservada aos círculos especialistas.

Simon Thurley (presidente da English Heritage¹) chama atenção para duas importantes questões do património: o seu carácter social e o facto do património constituir não só passado mas também futuro - *Há dois erros comuns no que diz respeito ao património. O primeiro é pensar que é sobre edifícios - é sobre as pessoas e o que elas investem nos tijolos. O segundo é pensar que é sobre o passado - é sobre o futuro, o que ficará depois de nós desaparecermos. (...) Por outras palavras, O que é o Património? Aquilo que uma dada geração considera dever ser deixado para o futuro. Nesta formulação, é evidente que as responsabilidades não dizem apenas respeito a entidades públicas. Dizem respeito a todos per si². O património cultural é uma criação social, que segundo a lei de portuguesa é constituído por todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização.³*

Quando escolhemos uma Pousada, um Monumento, grandes Autores de Referência e outros Autores menos conhecidos, todos em Portugal e reunidos no Palácio do Freixo, quisemos explorar todo o potencial passado e presente num novo conceito de património.

Ao longo da nossa formação foi-nos transmitida a concepção *trilógica* da arquitectura – Programa; Sítio; Intenções, pelo que é importante analisar o tema segundo esta concepção:

O Programa tomará a primeira posição neste trabalho, a exploração das razões práticas de satisfação das necessidades e as aspirações de quem promove a obra são um campo inesgotável de criação e inovação. É necessário numa obra não só responder às questões programáticas, mas também às necessidades de conforto, de infra-estruturas e de adequação aos enquadramentos legais normativos.

O Sítio é, neste caso, a pré existência.

As intenções, formas no tempo, decorrem de necessidades e interpretações ao longo do tempo.

¹ Comissão de edifícios históricos e monumentos de Inglaterra.

² Thurley, Simon John - Entrevista ao Jornal Público in http://vistasnapaisagem.weblog.com.pt/arquivo/2005/03/o_que_e_o_patri.html.

³ Lei 107/2001 de 8 de Setembro in "Diário da República" I Série A, 209.

O tempo e a arquitectura entrelaçam-se, valorizando edifícios e definindo cultura.

Será nossa responsabilidade interpretar os significados de cada herança cultural transmitida para uma nova geração. A arquitectura terá de constituir parte integrante de uma realidade dinâmica que a rodeia.

A estrutura dos edifícios tende a durar mais tempo que a função para a qual foram construídos. Quando concebidos, os edifícios são pensados para desempenhar uma determinada função, mas ao longo do tempo, não só essas funções desaparecem ou se modificam como também as formas se tornam desajustadas a esse papel, conduzindo-os por vezes à sua decadência. Para impedir a degradação e esquecimento de algumas dessas estruturas cujos valores transcendem a função, todo um esforço teórico e construtivo se tem investido na reutilização do património. Contudo, *a intervenção no Património Arquitectónico é sensível e complexa e (...) é impossível aplicar um método e uma teoria universal*⁴, é necessário satisfazer as novas exigências funcionais e formais respeitando a preexistência. Intervir num edifício preexistente com eficácia implica conhecer e interpretar a sua história, é necessário respeitar a sua autenticidade, ao mesmo tempo que o adaptamos ao seu novo uso, e respondemos às questões de conforto e segurança.

Apesar da individualidade de cada intervenção nas pré-existências históricas é necessário conhecer os princípios teóricos formulados ao longo do tempo, de forma a perceber e fundamentar as melhores opções perante o projecto a realizar.

Não é possível definir uma única forma de intervir, dependendo do seu contexto, do seu passado, do presente e até do futuro, encontramos hipóteses como: reconstruir uma obra de acordo com o seu original primitivo; não tocar no antigo; adicionar o novo ao existente; ou reinterpretar a ruína. O importante é encontrar um equilíbrio, uma relação entre o passado, o presente e o futuro, interpretando a história e não anulando a sua identidade.

4 TOUSSAINT, Michel - "Re..." in Jornal dos Arquitectos 147 - "Recuperação Reutilização Reabilitação" Maio 1995, p.8.

A metodologia de trabalho seguida assentou numa primeira investigação bibliográfica teórica, pesquisando as teorias do restauro e intervenção em edifícios históricos e o percurso histórico das *Pousadas de Portugal*.

Para além do estudo teórico, de forma a compreender as posturas arquitectónicas perante uma mesma situação, de reconversão de edifícios históricos em pousadas, foi realizada uma análise comparativa de projectos relevantes, para uma aproximação ao objecto de estudo.

Foram então realizadas visitas às Pousadas de interesse: D. Diniz, Santa Marinha da Costa, Flor da Rosa, Santa Maria do Bouro, D. João IV e D. Afonso II. Este estudo teve a necessidade de investigação teórica, trabalho de campo e utilização de ilustrações e cartografia antiga para o entendimento do projecto de arquitectura.

Depois do entendimento das políticas de intervenção, e das várias atitudes de arquitectura perante edifícios históricos, foi realizado o estudo da Pousada do Palácio do Freixo, para a compreensão detalhada das questões inerentes à reconversão de monumentos.

Para além da investigação histórica do Palácio, através de estudos teóricos e da observação de ilustrações e cartografia antiga foi realizado um trabalho de campo exaustivo, uma análise precisa de elementos de arquitectura, como plantas, alçados e cortes, e a verificação das exigências normativas.

A *História e Forma*, assim como a *Construção, Transformações e Funcionamento* da Pousada do Palácio do Freixo, foram interpretados considerando aspectos de arquitectura, culturais e históricos intrínsecos ao projecto.

Ao longo deste trabalho pretendemos então perceber e responder às questões associadas à complexidade de intervir em edifícios históricos.

Nesse sentido a dissertação desenvolver-se-á em três frentes: um estudo de caso – A Pousada do Palácio do Freixo, a história das *Pousadas de Portugal* concluída por uma análise comparativa da reconversões dos monumentos em pousadas e o enquadramento teórico, isto é, uma indispensável revisão da abundante literatura sobre as questões do património.

Para um estudo aprofundado das questões relativas à reconversão do património será feita uma análise da Pousada do Palácio do Freixo. A recuperação deste Palácio *digno de um príncipe, tanto pela sua majestade, como pela magnificência dos seus jardins, estátuas, ect.*⁵, foi projectada pelos arquitectos Fernando Távora e Bernardo Távora (1995-2003) - *Interessou-nos não apenas a sua situação e forma física mas também o seu significado de valor cultural, enquanto obra de arte projectada por Nicolau Nazoni, mas, igualmente, a presença do tempo e do uso como definidores e criadores da sua forma actual, isto é, a consideração do seu espaço em termos do seu tempo*⁶.

O Palácio foi depois adaptado a pousada, obra concluída em Outubro 2009 que esteve a cargo do arquitecto David Sinclair. Para além de se abordar a integração do Palácio na vida actual – a sua adequação ao novo programa: Pousada, far-se-á também uma análise da história do Palácio, da sua forma e enquadramento urbano e do projecto de recuperação de 1995-2003

Um exemplo bem sucedido de recuperação do património nacional é o da acção das *Pousadas de Portugal*. A rede das *Pousadas* desempenhou um papel determinante na reabilitação de edifícios históricos muitas vezes deteriorados e ao abandono. Será então efectuada uma reflexão sobre o percurso evolutivo das *Pousadas de Portugal*, começando nos anos 30, quando o despertar para o prazer do turismo e o mediatismo da exposição *Hotel Modelo* desencadearam a primeira série de pousadas: *um tipo de instalações simples e económico, de irrepreensível limpeza, em que o excursionista, o turista, possa ficar, alimentar-se numa atmosfera de repouso, de conforto sóbrio*⁷. Evoluindo até às pousadas que resultam da adaptação de património a unidade hoteleira, proporcionando o respirar dum pedaço de história enquanto oferecem a tranquilidade e comodidade num espaço de luxo.

5 COSTA, Agostinho Rebelo da - "Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto: que contém a sua Origem..." Porto: Officina de António Alvarez Ribeiro, 1789, p.68.

6 TÁVORA, Fernando; TÁVORA, Bernardo in ALVES, Luís Ferreira; PIQUEIRO, Francisco - "A renovação do Palácio do Freixo, 1750-2003" Porto: APOR, 2003.

7 LIMA, Francisco - Tese apresentada à IV Secção do Congresso Nacional de Turismo, Lisboa 1936 in LOBO, Susana - "Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura do século XX" Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

Procurar-se-á analisar algumas pousadas, comparando as diferentes atitudes perante o edifício, os métodos de intervenção e reflectir sobre o contributo da reconversão para o património.

Na aproximação teórica buscar-se-á a definição dum conjunto de termos e conceitos referentes ao tema (intervenção em edifícios históricos), de modo a tornar mais claro o âmbito de cada tipo de intervenção. Este esclarecimento permitirá compreender melhor a evolução histórica da teoria da intervenção no património, identificando posições significativas defendidas por teóricos como Viollet-le-Duc ou Jonh Ruskin, e referindo documentos históricos e cartas de restauro, como a Carta de Veneza, que estabeleceu princípios ainda hoje influenciadores da prática do projecto.

Será também desenvolvido o estudo sobre a evolução da perspectiva de conservação e reutilização dos edifícios em Portugal. Desde as primeiras leis de protecção do património cultural, que surgem através do Decreto de 1901, passando pela formação de organismos como a DGEMN ou o IPPAR, até à actualidade.

POUSADA DO

PALÁCIO

DO FREIXO

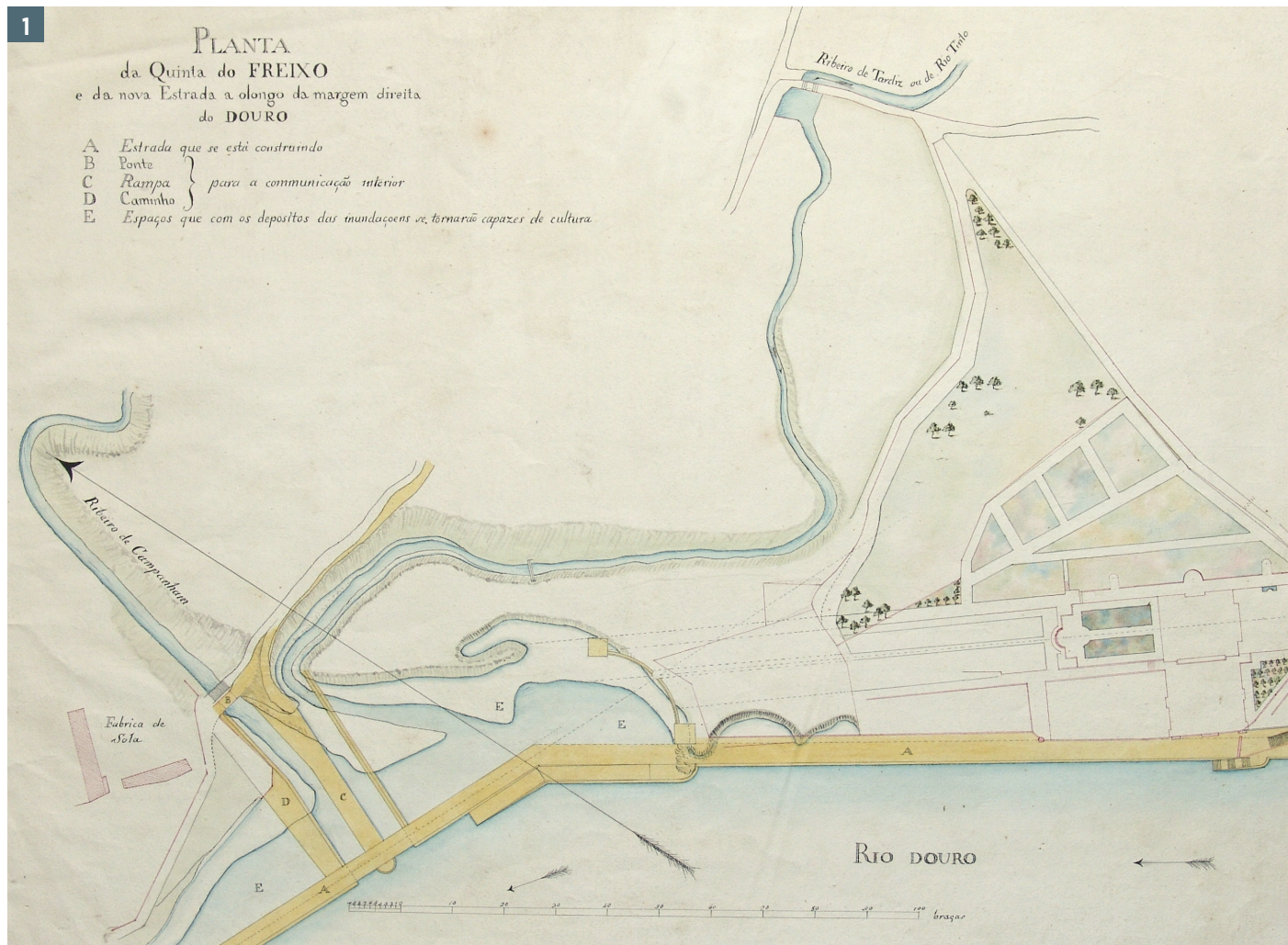
HISTÓRIA

A freguesia de Campanhã⁸ era em tempos antigos um espaço rural. A sua posição geográfica privilegiada, junto ao rio e os seus terrenos férteis favoreceram a fixação de população. A agricultura era a principal actividade, secundada pela pesca. No século XVIII a alta sociedade do Porto da época mandou construir quintas de recreio nos arredores da cidade. Nesta freguesia existiram, entre outras, as Quintas: de Miraflores, de Lueda (Noeda), da Bonjóia, de Sacais, da Vinagreira, da China, da Revolta, da Arcaria, do Valado, da Bela Vista, do Falcão, de Furamontes, de Salgueiros, da Vessada, do Prado, do Pinheiro, de Vila Meã, de Vilar d'Allen, das Lamesinhas, da Colmeeira e a Quinta do Freixo⁹. A presença destas Quintas imprimiu um carácter e identidade próprios à paisagem de Campanhã. Mas o período de opulência passou e sobrevieram o abandono acabando muitas destas quintas por não sobreviver até aos nossos dias. As invasões napoleónicas (1809) e a guerra civil com célebre Cerco do Porto (1832-33) destruiu grande parte desta freguesia. Prosseguiu-se depois um período de crescimento demográfico nesta zona acompanhado de um grande desenvolvimento industrial (apoiado pela expansão dos meios de transporte, em especial pelos caminhos de ferro).

Os arredores da cidade, que em tempos eram vistos como os locais de maior qualidade paisagístico e ambiental, onde se instalaram villas, tornaram-se nos séculos XIX e XX, zonas industriais e proletarizadas, depois suburbanizadas e, finalmente, alvo de grandes infra-estruturas viárias. Passando de um local frequentado por nobres (inicialmente de agricultores) para uma zona de cariz essencialmente industrial, nos finais do século XX e princípio do século XXI procuram-se revitalizar os espaços de Quintas classificadas de património, não só arquitectónico mas também natural.

⁸ Freguesia do concelho do Porto, com limites definidos em 1120, com uma área de 8,13km², e com cerca de 38757 habitantes no ano de 2001 (quando em 1801 contava apenas com 3967 habitantes).informação obtida em wikipédia.

⁹ Informação obtida em <http://www.j-f.org/monografia/pagina42.htm>.



Foi na Quinta do Freixo, que inicialmente tinha maior extensão, pois abrangia alguns terrenos que a rodeiam como a actual quinta de Vilar d' Allen, que foi construído o Palácio do Freixo.

Sabemos que em 1646, a Quinta do Freixo pertencia já ao Capitão António Pires Picão, morador em Miragaia, casado com Maria Carvalha Carneiro¹⁰, sucedendo-lhe na sua posse o seu filho Roque Pires Picão. Este casou com D. Isabel Maria Freire e desta união nasceu uma única filha, D. Micaela Antónia Freire (1667-1753), que herdou a propriedade do Freixo.

Do matrimónio em 1683 de D. Micaela com António de Távora de Noronha Leme Cernache (1664-1771), fidalgo da Casa Real e senhor de numerosos bens, nasceu o primogénito, D. Jerónimo de Távora de Noronha (1690-1754). Foi D. Jerónimo, herdeiro do Freixo e Deão da Sé do Porto, que mandou construir uma residência de verão na Quinta do Freixo sob o risco de Nicolau Nasoni¹¹ (1691-1773), arquitecto e pintor florentino que veio de Malta para o Porto. Nasoni projecta uma *residência de campo que com os seus jardins e tectos pintados representava uma das mais ricas expressões da villa¹² italiana jamais efectuadas fora daquele país¹³*. O ano de início da construção do Palácio não se sabe ao certo mas é possível defini-lo entre os anos 30 e 40 de Setecentos. Também não são conhecidas as construções anteriores ao Palácio na quinta, existindo apenas referência a uma “baranda” e um tanque num documento de 10 de Maio de 1741, onde Jerónimo de Távora de Noronha contrata o mestre pedreiro Manuel António «Naviça» *para fazer uma fonte “com sua baranda, como a que se acha feita no pateo da mesma quinta”* e onde se fala *na mudança de um tanque “de pontas de diamantes”¹⁴*.

1 Planta da Quinta do Freixo e da nova estrada ao longo da margem direita do Douro.

10 PEREIRA DA SILVA, António Lambert, citado em CARVALHO, João - “Quinta do Freixo Revisitada - Uma viagem ao passado por terras de Campanhã” in O Tripeiro, 7ª série, ano XXI, nº 6, Junho 2002, p.170.

11 Nasoni “embarcou num grande ciclo de construções religiosas, as quais encheu de talha e ourivesaria, riscadas por ele. Desenhou palácios e casas de campo, nas quintas do Douro e Leça, bordando os seus terrenos com grandiosas avenidas e elegantes terraços e jardins, que povoou de estátuas, chafarizes e lagos. Inventou, das suas ricas recordações da Itália, todo um pequeno mundo aparatoso, opulento, cenográfico, para dar maior realce, de um lado, à grandeza religiosa, e, do outro, à paisagem maravilhosa da zona e à nobre pedra, que é o seu maior tesouro. (...) Continuou a praticar, com pouca modificação, o estilo barroco, que trouxe de Malta e adaptou ao gosto local, estilo sempre cheio de força e novidades de ornato, em que o bizarro e o teatral rivalizam com a robustez e a riqueza, num constante e expressivo jogo.” in SMITH, Robert Chester - “Nicolau Nasoni: arquitecto do Porto” Lisboa: Horizonte, 1966, p.101.

12 A villa é essencialmente uma residência para o recreio e evasão da realidade urbana, que pertencia à classe alta.

13 SMITH, Robert Chester - “Nicolau Nasoni: arquitecto do Porto” Lisboa: Horizonte, 1966, p.16.

14 FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. - “A casa nobre no Porto na época moderna” Lisboa : INAPA, 2001 (Colecção Portucale), p.131.



A obra do Palácio terá começado antes de 1744 pois existe um documento desse ano relativo a obras de pedraria no Palácio e jardins do Freixo, onde é mencionado Nicolau Nasoni como autor das plantas. Segundo este contrato *fizeram obrigação o mestre António da Silva e outros ao Deão Hyeronimo de Tavora e Noronha desta cidade aos 5 de Dezembro de 1744 annos de fazer-lhe a obra da sua quinta do Freixo, de pedraria, (...) de que elles mestres tem apontamentos e que consta das plantas que elles mestres pedreiros virão e tiverão em seu poder, antes de lançar na dita obra, o tempo que quiserão; e outrosim forão ver o sítio aonde se hão-de fazer as ditas obras, e tudo ajustarão de fazer em preço de hum conto e trezentos mil reis, dando as ditas obras acabadas de tudo na forma das plantas que assignarão o dito reverendo Deão, (...), e que fazendo alguma couza que se aparte da planta ou na perfeição ou no feitio ou segurança ou noutro qualquer defeito, se lançará logo abaixo, e o refarão elles mestres à sua custa sem mais averiguação nem vesturia, que não contentar a Nicolão Nasoni que fes a dita planta e lhe explicou tudo como havia de ser, (...) acabá-la na forma das plantas em termo de dezaseis mezes (...)*¹⁵.

As obras de pedraria terão acabado pouco depois de Junho de 1750, quando foi lavrado um outro contrato, mas este de carpintaria, entre o Deão e o mestre carpinteiro José Sousa Barros: *por elle dito Reverendo Deão Hieronymo de Tavora e Noronha foi dito que na sua quinta do freixo fás hûas cazas de sobrado com Sua Torre para a parte do Rio, e hé o que por hora se acha feito de pedraria, e vay acabando, e se ajustara com o dito José de Sousa Barros de lhe fazer a obra tocante à carpintaria na forma dos apontamentos (...)*¹⁶. *Comprometeu-se o mestre Sousa Barros a dar perfeita acabada a dita obra (...) seis mezes depois de finda a pedraria*¹⁷.

Com o falecimento do Deão em 1754 a posse do Palácio do Freixo recai sobre a sobrinha, D. Ana de Távora e Noronha Leme Cernache (1730-1807), a qual casa com um irmão de D. Jerónimo, Vicente de Távora de Noronha Leme Cernache. É na posse deste casal que as armas dos Távoras são mandadas picar por ordem Pombalina. Vem a herdar o Freixo uma das três filhas deste casamento, D. Ana Rosa de Noronha Leme Cernache (1757-1814), a qual se casa com João António Salter de Mendonça, fidalgo cavaleiro da Casa Real a quem é concedido o título de 1º Visconde

¹⁵ Arquivo Distrital do Porto Po 9, 3ª série, n.62, f. 66-66 v. in BRANDÃO, Domingos de Pinho - "Um documento inédito sobre os jardins do Palácio do Freixo- Nicolau Nazoni" in O Tripeiro, serie nova, ano VI, nº 5, Maio 1987, p.133.

¹⁶ BASTO, Artur de Magalhães - "Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII" Porto : Gabinete de História da Cidade, 1964, p.68.

¹⁷ BASTO, Artur de Magalhães - "Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII" Porto : Gabinete de História da Cidade, 1964, p.69.



de Azurara. A Quinta vem ainda a pertencer ao filho do 1º Visconde de Azurara, Jorge Salter de Mendonça (2º Visconde de Azurara) em 1825. Mas 25 anos mais tarde é vendida a um opulento negociante António Afonso Velado, que recebe o título de Barão do Freixo em 1866 e mais tarde o de Visconde do Freixo.

Dado o estado de abandono do Palácio, António Velado vê-se obrigado a *renovar-lhe o esplendor*, mas *não sem praticar desvaios*¹⁸. O novo proprietário alterou a volumetria do sector norte e o regime de acessos verticais e tratou os espaços internos *com estuques, pinturas e carpintarias à maneira da época, subvertendo a granítica sobriedade Nazoniana, outrora compensada seguramente pela pintura a fresco, de que restam envergonhados exemplos*¹⁹. Descaracterizou as suas fachadas revestindo o exterior de lousa recortada como escamas e gravou o seu brasão onde antes tinha sido ostentado o dos Távora. Foi também este Visconde quem mandou erguer a primeira fábrica na Quinta, uma fábrica de sabão.

Após a morte de António Velado, a viúva, D. Laurinda Ribeiro Lousada, vendeu toda a propriedade do Freixo a Gustavo Nicolau Alexandre Peters, um alemão que vai construir em 1880 uma destilaria de cereais muito próxima do Palácio. A fábrica acaba por ser destruída num incêndio e, em 1890, Gustavo Peters deixa de ser o proprietário da Quinta.

A Companhia de Moagens Harmonia²⁰ compra a Quinta do Freixo - abrangendo *o palácio (...), os jardins laterais, o jardim da fachada principal do lado do rio Douro, os pomares laterais do jardim e o terreno adjacente que comunica com caminho de servidão que segue em direção à estrada pública, onde tem um portão de ferro*²¹ - e instala nos terrenos uma nova fábrica também muito perto do Palácio a Nascente (cerca de 20 metros entre fachadas), enquanto utiliza as instalações do Palácio para o funcionamento da parte administrativa da sociedade (nos pisos superiores) e como armazém (piso térreo).

2 Palácio do Freixo, Brasão do Visconde do Freixo.

3 Moagens Harmonia 1983, fachada nascente.

4 Moagens Harmonia 1983, fachada sul.

18 PASSOS, Carlos de - "Guia histórico e artístico do Porto" Porto: A. Figueirinhas, 1935, p.270.

19 TÁVORA, Fernando e TÁVORA, Bernardo in ALVES, Luís Ferreira; PIQUEIRO, Francisco - "A renovação do palácio do Freixo, 1750 2003" Porto: Apor, 2003.

20 Sociedade anónima de responsabilidade limitada com o fim de moer cereais constituída em Janeiro de 1890. Entre os sócios fundadores encontram-se nomes como C.W.E. Ehlers, Lino Marques da Nova, Hermann Burmester, entre outros.

21 http://www.museudaindustria.org/multimedia/File/Cronologia_Fabrica_MA.htm.



Perde-se parte da envolvente do Palácio que *é afectado na sua leitura exterior e na clareza da sua implantação e não devidamente conservado no seu interior onde, possivelmente, são realizados alguns pequenos trabalhos de conservação ou relativos a instalações da cozinha e de peças sanitárias*²².

Várias obras de arte acabaram abandonadas ou vendidas, como foi o caso do portão que constituiria o acesso principal da Quinta do Freixo, e foi retirado do local assinalado na planta da imagem 7 (cerca de 1924) mas *julgamos não ser este o local ocupado primitivamente pelo portão. Teria sido deslocado para aqui quando a quinta anexa ao Palácio foi cortada pela estrada que se dirige à Foz do Sousa*²³. O portão, com um golfinho (símbolo heráldico dos Távoras) na parte superior encontra-se actualmente em Vitorino das Donas, Ponte de Lima, e está classificado de Imóvel de Interesse Público (Decreto n.º 129/77, DR n.º 226, de 29-09-1977). A razão da mudança de localização é frequentemente referida como sendo a abertura da estrada marginal junto ao Palácio embora haja referências que o portão foi adquirido antes por Francisco Russel de Sousa, que o integrou na sua Quinta da Torre das Donas.

Apesar do Palácio do Freixo ter sido classificado como monumento nacional em 1910²⁴ (Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910), e em 1949 ser fixada a respectiva zona de protecção (Portaria publicada no DG, II Série, n.º 79, de 06-04-1949), a sua degradação, assim como o desenvolvimento industrial à sua volta, não parou.

Em 1932 a sociedade proprietária da quinta, Companhia de Moagens Harmonia, solicita ao arquitecto José Júlio de Brito o aumento de dois pisos na parte nascente do edifício fabril e, em 1947, realiza obras de recuperação no Palácio.



5 Cartas da Planta do Porto 1892.

6 Foto antiga do portão em Vitorino das Donas.

7 Planta com a localização do portão a vermelho.

²² Fernando Távora e Bernardo Távora in ALVES, Luís Ferreira; PIQUEIRO, Francisco - "A renovação do palácio do Freixo, 1750 2003" Porto: Apor, 2003.

²³ Távora, D. Luís de Noronha e - "Um antigo Portão da Quinta do Palácio do Freixo?" in O Tripeiro, serie V, ano IX, nº 2, Junho 1953, p. 62.

²⁴ É em 1910 com o novo regime republicano que se inicia em Portugal o empenho na preservação da arquitectura do passado.



Em 1952 inicia a construção de silos²⁵ com cerca de 45 metros de altura mais uma vez nas imediações do Palácio (a cerca de 80 metros de distância). Ficaram concluídos em 1958. Actualmente continuam a funcionar uma companhia de moagens de cereais do grupo Cerealis que surgiu de reestruturações no Grupo Amorim Lage²⁶.

Em 1973 foi realizado pelo Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa um Estudo de Reintegração Paisagística do Palácio, sem qualquer efeito prático. Em 1984, o Palácio foi adquirido pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional - Ministério do Trabalho e Segurança Social.

Depois de décadas de construções abusivas na proximidade do Palácio, da sua inexplicável classificação de zona industrial no Plano Director da Cidade do Porto de 1962 e, até, dum incêndio que deflagrou no Palácio, entre 1986 e 1988 foram realizadas obras de emergência: recuperam-se telhados, fachadas e caixilharias, os jardins foram limpos e foi removido o revestimento em ardósia.

Em 1993, constituída a AMCI, Associação para o Museu da Ciência e Indústria²⁷, são cedidos pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional os espaços da antiga fábrica Moagens Harmonia e o Palácio do Freixo ao Pelouro da Animação da Cidade da Câmara Municipal do Porto.



8 Planta dos limites da zona de protecção do Palácio do Freixo.

9 Silos das Moagens Harmonia 1957.

²⁵ Estes silos apresentam um léxico singular pouco usual em projectos tão dependentes de funções estritamente contentorizadoras. De coberturas em terraço, a placa em betão armado remata exteriormente os silos, demarcando plasticamente as áreas funcionais da ensilagem das de circulação e de admissão de cereais localizadas num plano recuado e discreto no cimo do edifício, desenvolvendo-se intencionalmente um enorme e soberbo recinto de observação em todo o vão limítrofe deste corpo superior. Destaca-se desta obra o tratamento formal que a área de circulação vertical sofreu. Colocada propositadamente como uma fachada que se impõe à via pública, remata os volumes circulares dos silos e oculta simultaneamente a sua funcionalidade. Este volume vertical marcado por simétrica fenestração em cimento, emoldurada e destacada por friso do mesmo material, indiciando uma luminosidade constante, é rematado por similar jogo formal onde se inscreve a marca HARMONIA e que como uma gigantesca platibanda encobre o volume superior. A imposição ao transeunte de uma formalização com qualidade urbana, assente na sua extrema verticalidade articulada com o jogo compósito das janelas, qualifica esta torre publicitária como um elemento ou peça escultórica de referências gráficas modernas. Deolinda Folgado/ Docomomo Ibérico, Junho 2002 in <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/itinerarios/industrial/19/>.

²⁶ Empresa fundada em 1919 por José Alves de Amorim e Manuel Gonçalves Lage que iniciou actividade na indústria de moagem de trigo. Em 1991 o grupo Amorim Lage passou a deter uma participação social de 28% na Companhia Moagens Harmonia, em 1997 adquire uma posição maioritária na Companhia Moagens Harmonia e constitui a Milaneza, Massas e Bolachas, S.A.. Em 2002 ocorre uma fusão da Companhia Moagens Harmonia com a Moacir (Moagem de Coimbra) e em 2005 é reestruturado o Grupo Amorim Lage e as suas subsidiárias passando a designar-se Cerealis.

²⁷ Entidade fundada pela Câmara Municipal do Porto e pela Associação Industrial Portuense (actual Associação Empresarial de Portugal).





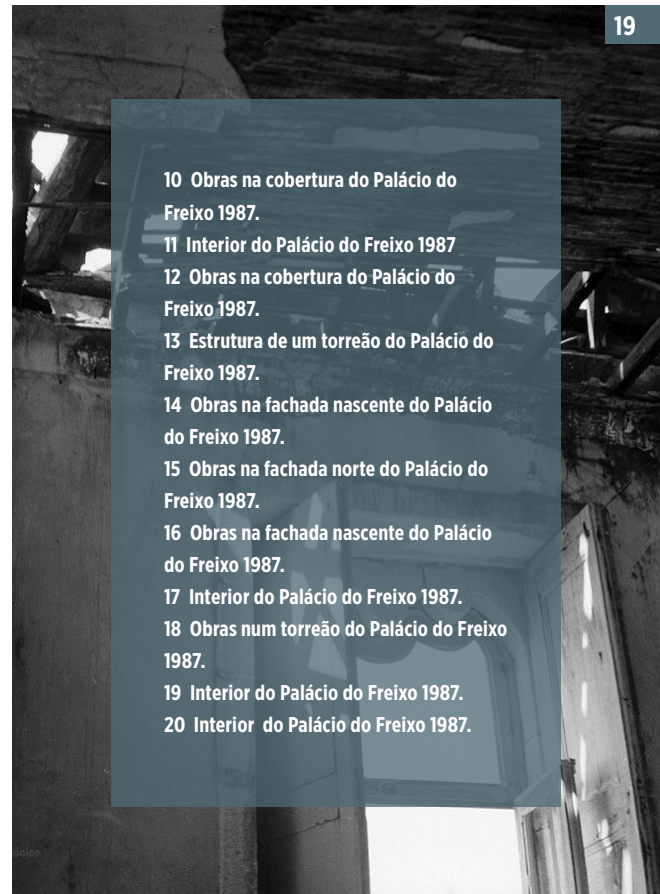
16



17

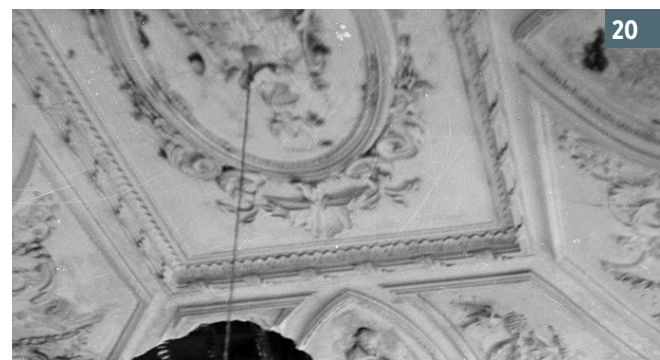


18



19

- 10 Obras na cobertura do Palácio do Freixo 1987.
- 11 Interior do Palácio do Freixo 1987
- 12 Obras na cobertura do Palácio do Freixo 1987.
- 13 Estrutura de um torreão do Palácio do Freixo 1987.
- 14 Obras na fachada nascente do Palácio do Freixo 1987.
- 15 Obras na fachada norte do Palácio do Freixo 1987.
- 16 Obras na fachada nascente do Palácio do Freixo 1987.
- 17 Interior do Palácio do Freixo 1987.
- 18 Obras num torreão do Palácio do Freixo 1987.
- 19 Interior do Palácio do Freixo 1987.
- 20 Interior do Palácio do Freixo 1987.



20

21



21 Vista do Palácio do Freixo e sua envolvente a partir da margem sul do Douro.

É também deste ano uma intervenção do arquitecto Luís Tavares Moreira no edifício da antiga fábrica Harmonia, para aí albergar as Jornadas de Arte Contemporânea Porto 1993. Em 1996 foi feito um estudo de recuperação e adaptação das antigas Moagens Harmonia para um Museu da Ciência e Indústria, que foi aí instalado em 1997.

Finalmente, em 1998, iniciou-se um Projecto de Requalificação da Zona Cultural do Freixo, no âmbito do “Programa MetroPolis”²⁸, que englobava a recuperação do Palácio do Freixo, o desvio da estrada marginal (E.N. 108) e arranjo das áreas envolventes²⁹. Esta intervenção, coordenada e gerida pela APOR (Agência para a Modernização do Porto), com projecto de arquitectura de Fernando Távora, foi dada por concluída em 2003.

Pensamos que é importante referir que, simultaneamente com a conclusão deste projecto, que recuperou um monumento e a sua envolvente, terminou também a construção dum grande edifício residencial, o Edifício Concórdia, apenas à distância de cerca de 230 metros do Palácio, exactamente sobre o limite da respectiva zona de protecção deste monumento e, tão perto do Rio Douro, que não respeitou a zona de protecção das frentes de rio. Num Plano Estratégico para a Margem Ribeirinha de Gondomar de 2001³⁰, cuja área de intervenção tem o seu limite entre o Palácio do Freixo e o edifício Concórdia, podemos ler que *conjuntamente com o Plano, propõem-se medidas de ordenamento destinadas a integrar o conjunto da encosta com a estratégia de requalificação urbana e ambiental proposta para a margem. Essa integração é necessária para preservar e valorizar os recursos ambientais presentes, segundo uma estratégia ancorada na requalificação paisagística e ambiental das linhas de água e suas margens, implementando corredores verdes. Paralelamente, a requalificação dos conjuntos urbanos localizados junto da margem, permite estabelecer o adequado equilíbrio entre o natural e o construído*³¹. Este plano encomendado em 2000 pela Câmara de Gondomar, que pretendia potenciar a sua frente ribeirinha, não chegou a surtir efeito no impedimento da construção do edifício Concórdia.

²⁸ Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades. Neste caso com o objectivo de reabilitar a Zona Oriental da Cidade do Porto.

²⁹ Ver capítulo “Recuperação”.

³⁰ Em 2001 a URBE elabora o “Plano Estratégico para a Margem Ribeirinha do Gondomar - Troço Ribeira de Abade/Areio de Atães” (4,5Km), que foi candidata ao financiamento pelo Programa Polis aprovado nesse mesmo ano, iniciando-se a intervenção Polis em 2002.

³¹ Plano Estratégico para a Margem Ribeirinha de Gondomar - Troço Ribeira do Abade / Areio de Atães - Dezembro 2001 in 01 plano_estrategico_polis_gondomar.pdf.



Outras duas razões invocáveis para o impedimento desta abusiva construção naquele local são, por um lado, o facto de o Palácio do Freixo tender a *alongar-se para a zona antiga do Porto que foi classificada como Património Mundial da UNESCO (...) por outro lado, está no caminho exacto que conduz ao Alto Douro Vinhateiro, cuja classificação como Património Mundial já foi também consagrada pela UNESCO*³².

Para a readaptação da antiga fábrica das Moagens Harmonia a Museu da Ciência e Indústria, em 2001 é apresentado um projecto da responsabilidade do gabinete J. P. Rapagão e César Fernandes, Arquitectos. De 2002 é um despacho de abertura do processo de classificação dos Edifícios das Antigas Moagens Harmonia que acabou por caducar em Outubro de 2009 (nos termos do Decreto-Lei nº 309/2009).

O Museu da Indústria mudou de instalações em Fevereiro de 2008 e encontra-se actualmente instalado na Rua Engenheiro Ferreira Dias, na zona industrial do Porto, estando “temporariamente” encerrado.

Após a inauguração da obra de requalificação em 2003 e do acolhimento de eventos esporádicos nos anos seguintes, em 2005 foi aprovada, pela Câmara Municipal do Porto, a instalação de uma pousada no Palácio e no edifício das antigas Moagens Harmonia. O empreendimento ficaria a cargo do Grupo Pestana, actual detentor da gestão da rede das Pousadas de Portugal. O protocolo para a instalação da unidade hoteleira foi assinado pelas duas entidades em 2006. Ainda em 2006 foi aprovado o projecto de reconversão do Palácio e das antigas Moagens Harmonia em pousada, do arquitecto David Sinclair. Três anos depois, em Outubro de 2009, abre ao público a Pousada do Palácio do Freixo.

32 CARVALHO, João - “O Polis e o Grande Porto: esse “lazer e recreio” da nossa discórdia” in O Tripeiro, 7ª série, ano XXI, nº 3, Março 2002, p.88.



22 Desenho da Pedra Salgada.

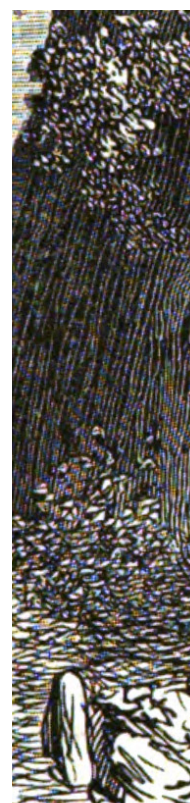
Lá no extremo da margem, para o lado da cidade, fantasiae um soberbo palacio todo de pedraria coberta de esculpturas, e flanqueado por quatro esbeltos torreões, erguendo-se com senhoril aspecto do meio de vastos jardins sobranceiros ao rio, e defendidos das chaías por muralhas acastelladas.

Entre as duas margens fazei correr um rio de corrente arrebatada, mas de aguas tão cristalinas no verão, e de superficie tão lisa, que n'elle se retratam com minuciosa exactidão, como em espelho, todos os objectos que o cercam.

Animae o rio com barcos de formas variadas, continuamente a sulcal-o, e animae os barcos com homens ou mulheres, que os vão mareando, sempre a fallar, a rir ou a cantar.

Figurae tudo isto na vossa imaginação, e fareis uma idéa aproximada do sítio da Pedra Salgada, e do palacio da quinta do Freixo. Aproximada, dizemos, porque, apesar do valioso auxilio da nossa gravura, ficará muito áquem das bellezas reaes d'aquella encantadora paizagem.

Uma quinta, cujo muro e porta se vêem por detraz das tres arvores colossaes, dá o nome ao sitio, que hoje faz alguma diferença do que era, quando o desditoso barão Forrester, no tempo do cerco do Porto, ou pouco depois, desenhou e lithographou a vista de que é copia a gravura junta.³³



³³ CASTRO IRMÃO & C.^a - "Archivo Pittoresco Semanario Illustrado Editores Proprietarios" Volume V Lisboa: Typographia de Castro e Irmão, 1862, p.145.



FORMA

O Palácio do Freixo ergue-se na margem do Rio Douro a nascente do Porto, na freguesia de Campanhã. A Poente, num local chamado Esteiro de Campanhã, desaguam no Douro dois pequenos rios, o Tinto e o Torto.

O Palácio foi construído numa estreita faixa de terreno com elevado declive (cerca de 25%) algo que influenciou o desenho de Nasoni, que *teve de renunciar ao grandioso eixo que distingue as casas da Prelada³⁴ e do Chantre³⁵, limitando-o apenas ao jardim e terreiro que ladeiam a casa, e estabelecendo um caminho diagonal, que antigamente ligava o primeiro com um portão, colocado no cruzamento da estrada que vinha do Porto com um desvio para Gondomar³⁶.*

A envolvente do Palácio, conserva ainda alguns dos terrenos que pertenciam à Quinta do Freixo, nomeadamente uma frondosa mata a norte do edifício.

No Freixo, Nasoni adopta o modelo da villa de recreio italiana, onde, parte da vida diária, se processava nos jardins, estruturando-a em três plataformas horizontais que estabilizam o terreno. A plataforma mais a norte estabelece ligação entre a zona poente e nascente da Quinta; a plataforma intermédia é tripartida, contendo os terreiros de entrada (este) e saída (oeste) da Casa, ficando esta ao centro; a plataforma mais a sul é constituída por três jardins formais: o central, de geometria quadrangular, encontra-se elevado um metro e meio relativamente aos outros dois e possui *no centro huma volumosa taça d'agua repuxada em grande quantidade, e he cercado por trez lados de balaustradas de granito finíssimo³⁷.* Esta plataforma tripartida é *suportada por um alto paredão, descendo até à margem do rio³⁸.*

Estes jardins que envolvem o Palácio segundo plataformas a diferentes cotas incluindo escadas e suas balaustradas em granito, contribuem para uma particular dinâmica do espaço.

23 Mapa do Porto da Carta Militar de Portugal.

34 Casa situada no Porto, com projecto provável entre 1743 e 1748, que possui dois corpos desenhados por Nasoni. O desenho de remate de alguns vãos e a "ondulação" de fachada, através de escolha criteriosa do plano de aplicação das caixilharias nos vãos, tem semelhanças com o Palácio do Freixo.

35 Casa situada no concelho de Matosinhos, com construção provável entre 1743 e 1746, criada por Nasoni. O sistema de acesso principal é idêntico (embora invertido) ao utilizado no Palácio do Freixo.

36 SMITH, Robert Chester - "Nicolau Nasoni: arquitecto do Porto" Lisboa: Horizonte, 1966, p. 152 e 153.

37 REIS, Sousa - "Apontamentos para a História Antiga e moderna da...Cidade do Porto", manuscrito da B.P.M. do Porto vol. 5, 1273, p.57.

38 SMITH, Robert Chester - "Nicolau Nasoni: arquitecto do Porto" Lisboa: Horizonte, 1966, p. 153.



No lado norte Nasoni cria *hum largo cemicircular cercado d'assentos de pedra encostados às paredes que o formão e resguardão, todas rematadas com frizos e com divisões apparentes, e cingidas por pilastras de granito lavrado e polido, e a hum e outro lado deste largo extensas ruas cobertas de ramadas, que correndo em parte encostadas ao Palacio, em parte excedendo-o por serem mais longas, cujas ruas, ao Norte, ficão amparadas por hum muro coberto d'azuleijo apresentando-vos cá e lá as cascatas, aonde a frescura offerece amena e deliciosa estada nos dias calmosos*³⁹.

24 a 28 Belvedere do Palácio do Freixo.

No extremo do terreiro poente encontra-se um belvedere, *em forma de hemicycle, flanqueado por dois pequenos pavilhões, contendo respectivamente o arco de entrada do recinto da residência e uma escada subindo a um terraço abalastrado onde principia o eixo horizontal da composição numa pequena calçada, ligada com a diagonal da entrada, que passa pelo centro do andar térreo da casa, dando acesso ao terreiro a leste, dominado por uma grandiosa escada, que servia de entrada nobre à casa*⁴⁰.

O Palácio barroco é de planta quadrangular. Nos seus quatro cantos elevam-se torreões com coberturas em pirâmide. As suas fachadas são claramente definidas com diferentes traçados e directamente relacionadas com os espaços interiores.

A fachada sul, com dois pisos e meio já que a sua cota (12.5 metros) é de menos 2.5 metros em relação às fachadas nascente e poente (cota 15), volta-se para o rio e recebe uma escadaria de balaustrada para acesso ao jardim. Esta fachada possui janelas verticais rematadas por cornijas e ornatos. Ao centro, no piso de cota 15 metros, encontra-se uma porta de acesso às escadarias de granito que levam ao jardim sul central (cota 12.5). No piso superior, o vão central encerra um nicho chanfrado de acesso a um varandim de granito e nos extremos outros dois vãos acedem também a varandins de granito. Num piso acima existem duas janelas, cada uma numa torre.

A fachada poente revela dois andares com: um alinhamento de janelas quadradas com uma porta ao centro no piso térreo (cota 15); no piso superior encontra-se um alinhamento de janelas verticais encimadas por cornijas e ornatos e três portas em nichos chanfrados de acesso a varandins em

39 REIS, Sousa - "Apontamentos para a História Antiga e moderna da...Cidade do Porto", manuscrito da B.P.M. do Porto vol. 5, n.º 1273, [186-], p. 58.

40 SMITH, Robert Chester - "Nicolau Nasoni: arquitecto do Porto" Lisboa: Horizonte, 1966, p.152 e 153.



29 Fachada sul do Palácio do Freixo.

30 Fachada poente do Palácio do Freixo.

31 Fachada nascente do Palácio do Freixo.

32 Fachada norte do Palácio do Freixo.

33 Desenho de 1833 da fachada sul do Palácio do Freixo.

34 Desenho de 1833 da fachada poente do Palácio do Freixo.

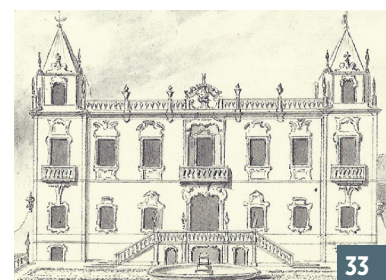
35 Desenho de 1833 da fachada nascente do Palácio do Freixo.

36 Desenho de 1833 da fachada norte do Palácio do Freixo.

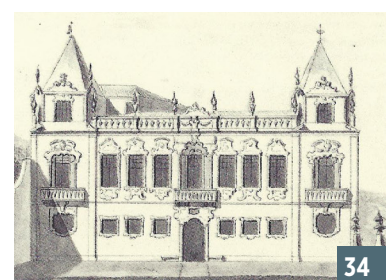
granito (no centro e extremos). A porta central é encimado por um painel de festões e volutas e as dos extremos são rematadas por jaras de flores; e ainda duas janelas visíveis nas torres, também com cornijas e ornatos.

A fachada nascente tem um recuo na zona central (cerca de 5 metros) entre as duas torres formando um pequeno pátio limitado por balaustradas de granito. Parte deste pátio a grande escadaria de balaustrada. *O grandioso motivo central principia na escada, cujos primeiros lanços são contidos dentro da caixa contíguos à passagem central*⁴¹. Os portais do corpo central incluem o brasão de família, inicialmente o dos Távora mas substituído pela pedra de armas de Afonso Velado que permanece até hoje. Esta fachada, movimentada, tem semelhanças com o corpo central e a fachada da Igreja dos Clérigos do mesmo Nasoni.

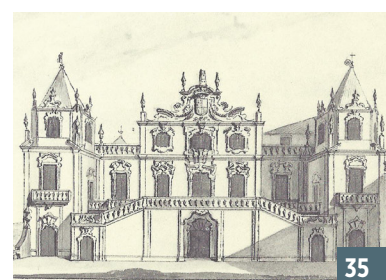
Na fachada virada a norte, a uma cota de 19.9 metros que se eleva 4.9 metros relativamente às de nascente e poente, tem apenas dois pisos visíveis e está pontuada com esculturas. Possui, no piso superior, um alinhamento de janelas, quatro ao centro num plano ligeiramente recuado e chanfrado e outras quatro encimadas por frontões em cada extremo. No piso inferior a porta central é ladeada por duas janelas num mesmo plano recuado e por duas janelas em cada extremo (já noutra plano) encimadas por elementos escultóricos. Os elementos escultóricos de carácter neoclássico não podem ser associados ao traçado de Nasoni, parecendo ser acréscimos posteriores ou até substituições dos motivos Nasonianos. Nesta fachada deixam de ser visíveis os torreões, pois o piso superior estende-se até aos extremos. *Com admirável subtilidade, Nasoni procurou remediar a perda das torres pela repetição dos seus cantos chanfrados nos ângulos da zona recuada*⁴². As três fachadas do Palácio (sul, nascente e poente) estão relacionadas pela igual disposição dos torreões sendo a norte a excepção.



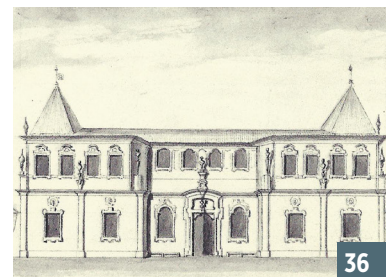
33



34



35



36

41 SMITH, Robert Chester - "Nicolau Nasoni: arquitecto do Porto" Lisboa: Horizonte, 1966, p.155.

42 SMITH, Robert Chester - "Nicolau Nasoni: arquitecto do Porto" Lisboa: Horizonte, 1966, p.155.

37 Capela do Palácio do Freixo.

38 Sala árabe do Palácio do Freixo.

39 Sala dos espelhos do Palácio do Freixo.

40 Tecto do Palácio do Freixo .

41 Tecto do Palácio do Freixo.

42 Tecto do Palácio do Freixo.



37



38



39



40



41



42

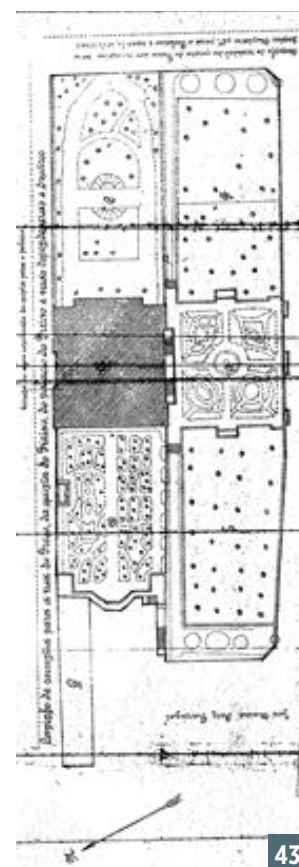
Vejamos, agora, o interior do Palácio. O piso nobre, acedendo pela fachada norte encontra-se uma sala de gosto árabe com *chão de mármore coloridos, portas moiriscas, paredes e tectos pintados com côres vivas, no meio* [existia uma] *graciosa fonte de mármore, donde, nos tempos áureos, brotavam perfumes*⁴³. Em frente, a chamada sala dos espelhos, com pé direito duplo, era o antigo salão de baile, com um varandim. Esta sala, segundo Carlos de Passos, possui *chão de madeiras do Brasil; paredes ornadas inferiormente com grandes espelhos brazonados* [as armas dos Afonsos e Cunhas] *e superiormente com pinturas; alegorias no tecto, cortado por lanternim, e os bustos dos maestros Francisco Eduardo e Sá Noronha*⁴⁴. Ao lado nascente, está a capela sob um dos quatro torreões de canto do Palácio.

Na fachada virada a sul existem três salas que eram denominadas a sala do Barão e a dos estuques, que têm tectos com frescos atribuídos a Nasoni, e a sala chinesa.

Sobre o acesso principal do Palácio há muitas dúvidas. Pensamos ter sido feito pela fachada nascente. Sobre esta incerteza é interessante ler um excerto duma aula de Fernando Távora.

Para além das obras que nos deixou, dos livros que escreveu e da sua participação activa em debates de arquitectura, Távora foi professor. As suas memórias, os seus desenhos e através das sua oralidade Távora faz história de arquitectura. Mais do que uma referência, Fernando Távora faz parte da história.

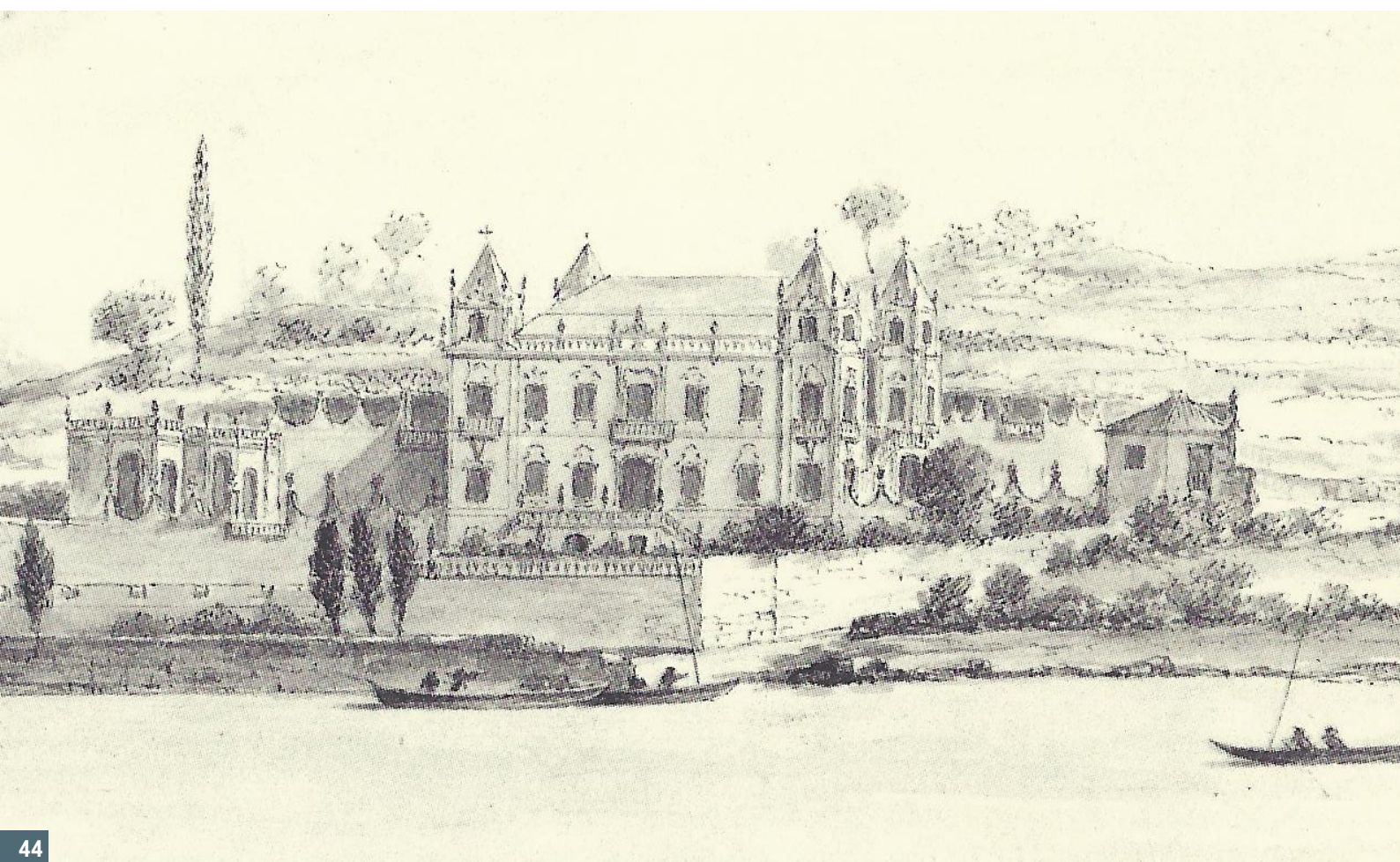
Bom... eu presumo, claro, que, durante um tempo, ouvi dizer isso, a casa tem acesso por um túnel aqui (e aponta um eixo de acesso) e que, depois, tem uma escada. Aqui, sobe-se esta escada e entra-se num salão de pé-direito duplo com, inclusivamente, uma galeria em cima para uma orquestra, enfim, para festas. E aqui uma capela (aponta um dos torreões do Freixo). Ouvi dizer que se entrava por aqui (aponta a porta a poente), se passava (que era um belo truque, não é?) por baixo. As carruagens, etc., passavam por baixo, as pessoas saíam aqui (aponta para o remate nascente do acesso), subiam a pé pela escada e, portanto, um percurso assim como há, por exemplo, no Palácio Episcopal, no Porto que é feito também por Nasoni, tem um esquema, que aliás é um esquema clássico – tem uma sala à frente, tem uma sala de espelhos, etc. e depois tem uma escadaria aqui, assim com uma grande clarabóia. E faz-se, realmente, um percurso



43 Planta antiga do Palácio do Freixo.

43 PASSOS, Carlos de – “Guia histórico e artístico do Porto” Porto: A. Figueirinhas, 1935, p. 272.

44 PASSOS, Carlos de – “Guia histórico e artístico do Porto” Porto: A. Figueirinhas, 1935, p. 272.



44 Desenho de 1833 do Palácio do Freixo.

Barroco, verdadeiramente Barroco. (...) Ora, dizia eu que há aqui este jogo... aqui (aponta acesso do Palácio do Freixo) poderia haver um jogo semelhante, não é? Entrar subir e vir acima. Mas hoje estou convencido que isto não era assim e que haveria um acesso assim por aqui (aponta a zona onde está implantada a fábrica das Moagens Harmonia) de qualquer maneira e que, realmente, a entrada era aqui. E que haveria algures aqui (aponta mais uma vez a fábrica) um portão que está hoje nas margens do Rio Lima, numa quinta, um portão que tem um resto das armas dos Távoras, (...) Nasoni usa sistematicamente, nas casas que faz, como emblema decorativo, peças dos brasões das famílias respectivas.

(...) o edifício ocupa uma posição assim (aponta a curva do rio), no Rio. Isto é tem leituras do Rio oblíquas, assim. E domina também o Rio nesta obliquidade. Tem este jardim, fechado, com esta porta, que não é uma porta... isto é esquisito – é uma forma circular, assim (aponta o pormenor do nicho circular de acesso) que, quanto a mim, não pode ser uma entrada, não é? Porque não se pode fazer uma entrada assim... isto poderia ser, quanto muito, uma saída, não é? Para sair assim. Agora não há dúvida nenhuma que ninguém faz uma porta principal de entrada a entrar aqui, não é? Isto é do mais elementar. Pode entrar assim (aponta um sentido que permite o acolhimento do nicho) mas sair... nunca se entra pelo sítio... isto é aquele problema... (uma porta de uma casa entrada, portas que dêem para o jardim de saída) ⁴⁵.

No Palácio Nasoni imprimiu um sentido dinâmico, usando, explorando e tirando o maior partido dum movimento barroco que se traduz numa complexa articulação das fachadas, escadarias e passagens, jogando com planos diferentes que avançam e recuam e rematando todo o edifício com uma decoração em que os pináculos e as balaustradas, e sobretudo os frontões recortados e ondulantes, as molduras das janelas e outros pormenores, movimentam todo o edifício⁴⁶.



⁴⁵ Aulas de Fernando Távoras 1993 in Manuel Montenegro de Figueiredo Moreira da Silva - Dissertação de Mestrado – “Nicolau Nasoni e a Arquitectura Civil. As VILLAS do Cerco do Porto” Faup, Ano Lectivo de 2009/2010, p.31, 32 e 33.

⁴⁶ AZEVEDO, Carlos – “Solares Portugueses: introdução ao estudo da Casa Nobre” Lisboa: Horizonte, 1969, p.140.



RECUPERAÇÃO

Foram intenções da solução proposta as de melhorar os traçados existentes, rever o seu perfil transversal, marcar com dignidade o acesso ao Palácio, Pavilhão, Estacionamento e Jardins, garantir acesso à Fábrica Harmonia e ao Museu da Indústria e da Ciência, a Nascente, e, finalmente, encontrar um traçado merecedor de aprovação por parte das diversas entidades⁴⁷.

É importante iniciarmos esta parte do trabalho, fazendo uma nota sobre o percurso do arquitecto Fernando Távora de modo a compreendermos melhor a sua atitude perante o Palácio do Freixo que encontrou e decisões sobre a sua recuperação.

Fernando Távora nasceu em 1923 e foi descendente da família dos Távora. Curiosamente, a mesma família que mandou construir o Palácio do Freixo. É considerado um dos fundadores da chamada Escola do Porto de arquitectura. Sabemos que foi membro da Organização dos Arquitectos Modernos⁴⁸ (1947-1952), que participou activa e decisivamente no Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal⁴⁹ (1955-1961) e teve uma longa e profícua carreira de arquitecto e professor. Participou nos Congressos Internacionais Arquitectura Moderna (1951-1959) juntamente com autores como Le Corbusier, Walter Gropius ou Alvar Aalto. Távora foi um arquitecto moderno, que não seguia modelos, projectava com modernidade mas sem ignorar a sua cultura.

Na área do restauro, reabilitação e conservação do património, realizou marcantes projectos: a já exposta reconversão do Convento de Santa Marinha da Costa em Pousada (entre 1975 e 1984), a reabilitação do Centro Histórico de Guimarães (entre 1985 e 1992) que foi classificado em 2001 como Património da Humanidade pela UNESCO. Na cidade do Porto desenvolveu o projecto de reestruturação e ampliação do Museu Soares dos Reis (entre 1998 e 2001), a *Casa dos 24* (entre 1995 e 2002). Neste último projecto sem programa concreto, valorizou a integridade da cidade histórica. Entre 1995 e 2003 desenvolveu a recuperação do nosso Palácio do Freixo.

45 Planta de localização do Palácio do Freixo.

47 TÁVORA, Fernando e TÁVORA, Bernardo in ALVES, Luís Ferreira; PIQUEIRO, Francisco - "A renovação do palácio do Freixo, 1750 2003" Porto: Apor, 2003.

48 Organização que procurava defender e divulgar o ponto de vista profissional da Arquitectura Moderna.

49 Este inquérito, publicado em 1961, traduz uma série de trabalhos de campo realizados na década de 50 do século XX por equipas de arquitectos portugueses, com o objectivo de catalogar a arquitectura regional do território português. O inquérito abrangeu todo o país que foi dividido em seis regiões, sendo nomeada uma equipa de três arquitectos para cada zona. Fernando Távora fez parte da equipa do Minho.

Távora trabalha e molda a preexistência, usa-a como matéria de projecto. Relê nela o fluir da história e, aceitando sobreposições ou aposições estilísticas ou de linguagem, usa de todos os meios para o clarificar. Não prescindindo da investigação histórica e arqueológica, anota fases de desenvolvimento, dando-lhes sem moralismo, uma nova dignidade. A intervenção actual é mais uma, desenhada com regras claras que resultam da interpretação da história, incluindo a contemporânea. A posição de Távora é tão activa e obrigatoriamente culta que pode actuar, também, restaurando, corrigindo, repondo ou, ao contrário, demolindo qualquer elemento espúrio que provoque opacidade na leitura clara da essência do projecto global, entendido como um processo colectivo de longa duração. O que fica dito e é depois concretizado (...) ao projecto para o denominado conjunto do Palácio do Freixo, é que, usando o real, que contém o seu passado e o futuro desejado, Távora encontra a regra a partir do existente, caso a caso e sempre legível em cada obra⁵⁰.

O projecto de recuperação do Palácio do Freixo surgiu numa época em que já muitas Cartas e Convenções tinham sido celebradas sobre a intervenção no património. É uma altura em que as reflexões sobre a intervenção patrimonial já tinham em atenção o planeamento urbano, a qualidade de vida das pessoas e o meio ambiente. Durante a fase de elaboração do projecto em 2000 foi produzida a Carta de Cracóvia que contou com a participação de 50 países incluindo Portugal e que compreende as ideias de intervenção no património enunciadas nos vários documentos até à data, actualizando assim o espírito da Carta de Veneza⁵¹. Os princípios expostos nos vários documentos fornecem apenas ideias base para as intervenções perante edifícios ou conjuntos de interesse patrimonial, sendo depois, adaptáveis a cada cultura e, especialmente, a cada experiência projectual específica. Cada caso é considerado único e a teoria de intervenção deve surgir de cada circunstância, não generalizável. Para além do estudo arqueológico e histórico do monumento a recuperar é também reconhecida como válida, a expressão ou interpretação de cada autor.

A intervenção no Freixo, inclui-se no âmbito do Programa MetroPolis, que visava a reabilitação da zona Oriental do Porto. A junta metropolitana da cidade encomenda a Fernando Távora um projecto de recuperação do Palácio e das suas áreas envolventes.

50 ALVES COSTA, Alexandre - "A procura da harmonia ou quem tem medo da arquitectura moderna?" in Ecdj 1 - "A polémica do Freixo. Fernando Távora" Out. 1999, p.16 e 17.

51 Ver capítulo "Documentos Internacionais de Conservação e Restauro", p. 215.

A coordenar este projecto, que foi co-financiado pela União Europeia e pelos Estados EFTA-EEE Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu, esteve a Agência para a Modernização do Porto (APOR). Os projectos de especialidade foram coordenados pelo gabinete de Vítor Abrantes - projectos e consultadoria, Lda., que realizou também o projecto de instalações e equipamentos de águas. O projecto de fundações e estruturas foi realizado por Iperforma- arquitectura e engenharia, Lda; o de instalações e equipamentos eléctricos e segurança foi realizado pela Auditene- auditorias energéticas, Lda, o projecto de paisagismo foi elaborado pela Aparte – Consultores de Arquitectura Paisagista, Lda.

A obra previa a renovação do Palácio do Freixo, o desvio da estrada nacional 108 na zona do Freixo, a criação de um parque público nas áreas envolventes e a construção e um Pavilhão das Descobertas, além de um parque de estacionamento.

Depois de obtido o financiamento, em 1999 foram contratados o Consórcio Fase/Coba para fiscalização da obra e, em 2000, a Somague- Engenharia S.A. para execução da empreitada, vencedores de concursos públicos. Como sub-empiteiro foi posteriormente contratada a A. Ludgero e Castro.

Em 2001, alegando falta de condições, a Câmara do Porto decidiu não realizar as obras relativas ao Pavilhão das Descobertas, o prolongamento dos jardins poente do Palácio, e o parque de estacionamento proposto, que se estendia a terrenos adjacentes aos do Palácio do Freixo.

Em 2002 conclui-se o desvio da E.N. 108. Em 2003 foi dada por terminada a obra de intervenção no Palácio do Freixo e áreas envolventes.

Na elaboração do projecto de recuperação do Palácio o arquitecto teve em consideração não só a sua situação e forma física mas também o seu significado de valor cultural, enquanto obra de arte projectada por Nicolau Nazoni, mas, igualmente, a presença do tempo e do uso como definidores e criadores da sua forma actual, isto é, a consideração do seu espaço em termos do seu tempo⁵².

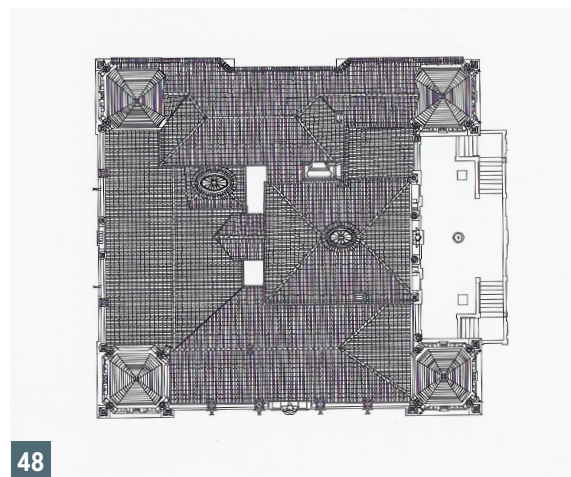
52 TÁVORA, Fernando e TÁVORA, Bernardo in ALVES, Luís Ferreira; PIQUEIRO, Francisco - "A renovação do palácio do Freixo, 1750 2003" Porto: Apor, 2003.



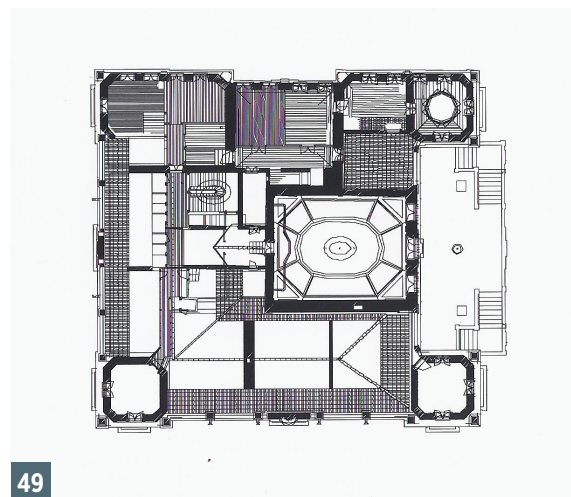
46



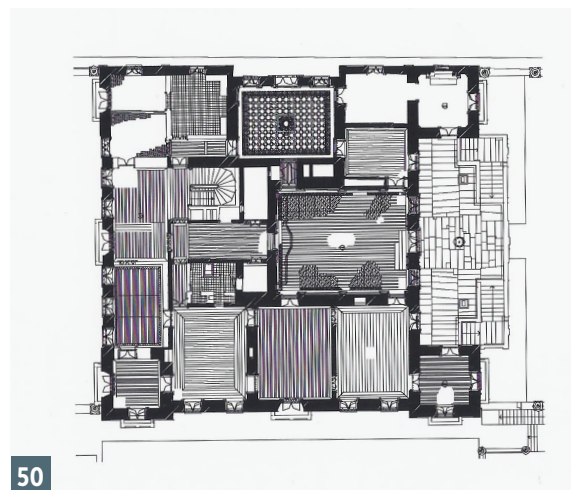
47



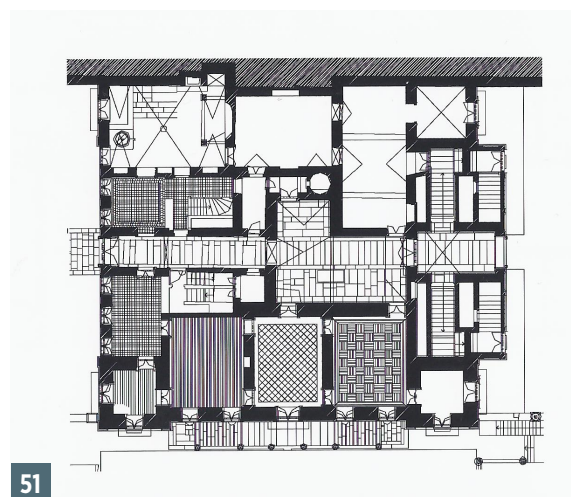
48



49



50



51

Tendo em conta os tempos da história do Palácio, desde a sua edificação, passando pelas várias aquisições e consequentes alterações, tanto no interior do Palácio como na sua envolvente próxima, que afectaram a leitura do edifício, Fernando Távora decidiu pelo partido do restauro do Palácio de Nasoni. Claro que não podemos, hoje, falar em restauro num sentido redutor, pois houve uma análise arqueológica do edifício a restaurar seguida de uma interpretação do arquitecto. Houve uma leitura da história feita no tempo actual. Não pode ser considerado um restauro com rigor estilístico, recusando interpretações livres e criativas, como defendia Viollet-le-Duc mas talvez possamos revê-lo na sua célebre definição *Restaurar um edifício é restabelecê-lo num estado completo que pode nunca ter existido num dado momento*⁵³ não tentando retomar o passado pois, tal como escreve Távora, o espaço é irreversível, não podendo vir a ser o que já foi ou mesmo continuar a ser o que foi⁵⁴.

*Távora toma uma posição dinâmica em relação ao conjunto dos edifícios (Palácio e antiga fábrica), provando não estar no jogo do património pelo património, e contradiz a ideia de um futuro antecipadamente conformado, demonstrando, na prática, não admitir o chamado “fim da História”*⁵⁵.

Távora não se conforma com o existente. Só porque é passado e faz parte da história não significa que se deva deixar tudo tal como está, é necessário critério e perceber o que deve ser mantido e o que deverá ser transformado. Távora não se limita a recuperar as paredes de um Palácio, propõe a translocação da fábrica para reintegrar o Palácio barroco na sua essência. Esta é uma interpretação do património e não uma atitude estática que se limita à reconstrução, é um acto

de inovação que continua a história da Quinta do Freixo e procura recuperar o seu simbolismo projectando-o no presente e para um futuro. O património é resultado de transformações sucessivas ao longo dos tempos e a sua recuperação é mais uma etapa de criação que não deve prender-se à ao poder do património.

46 Corte longitudinal do Palácio do Freixo de 1996.

47 Corte transversal do Palácio do Freixo de 1996.

48 Planta da cobertura do Palácio do Freixo de 1996.

49 Planta do piso 2 do Palácio do Freixo de 1996.

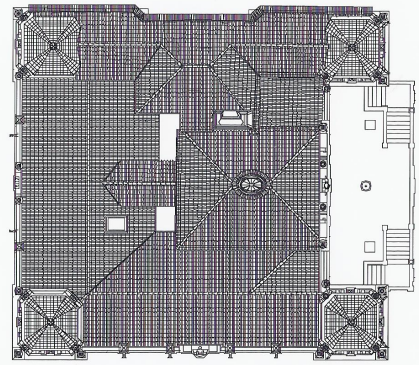
50 Planta do piso 1 do Palácio do Freixo de 1996.

51 Planta do piso 0 do Palácio do Freixo de 1996.

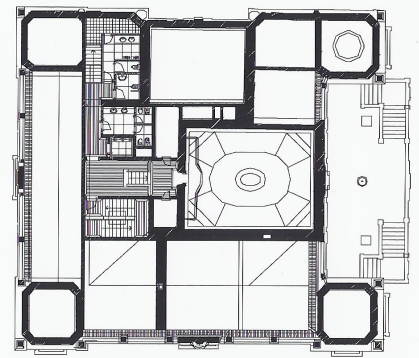
53 Viollet-le-Duc, Restauration "Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XI ao XVI Siècle" in CHOAY, Françoise - "A Alegoria do Património" Lisboa: Edições 70, 2000, p.131.

54 TÁVORA, Fernando - "Da Organização do Espaço" 6ª ed. Porto: Faup Publicações, 2006, p.58.

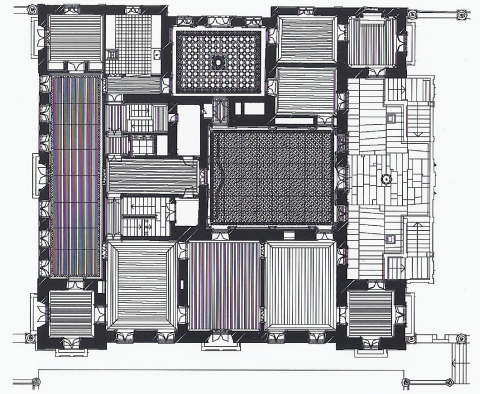
55 FIGUEIRA, Jorge "Da vida original dos edifícios" in Ecdj 1 - "A polémica do Freixo. Fernando Távora" Out. 1999, p.43.



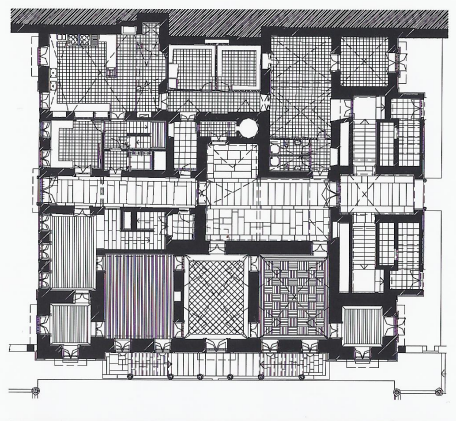
54



55



56



57



52



53

Restaurar, recuperar ou reutilizar é sempre, para Távora, a busca de uma síntese que recolha o fluir do tempo e possa acolher serenamente o futuro. A desejada leitura daquele processo dinâmico não deve pôr em causa a ordem estática do espaço. Neste aparente paradoxo se constrói o conceito para cada projecto, sendo que este será sempre, decorrente de exaustiva análise formal e histórica de cada objecto arquitectónico.

A introdução de novas funções ou, até, das novas necessidades ambientais ou de conforto, retiram o objecto em vias de “passar à eternidade” de qualquer neutralidade abstracta e colocam a contemporaneidade como tema paralelo e obrigatório.

(...) O projecto de Nasoni é um ensaio sobre a ordem, do edifício e do território. (...) E, evidentemente, restituir e reinventar a envolvente, com maior radicalismo e ambição do que o próprio projecto original, como sempre acontece. Já que se reforma, aproveita-se para melhorar, diria o arquitecto com total naturalidade⁵⁶.

Távora considera que a relação de um edifício com o seu sítio é de importância capital e embora normalmente, e sob o ponto de vista da dimensão, o sítio predomine sobre o edifício, a verdade é que este embora pequeno, pode destruir totalmente aquele, quando o que seria de esperar era a obtenção de um equilíbrio harmónico entre os dois elementos em presença⁵⁷.

Neste caso da recuperação do Palácio do Freixo a intervenção centrou-se na busca duma relação do edifício com a envolvente. Houve o grande propósito de construção de uma unidade, reunindo o Palácio à paisagem, procurando reforçar, como iremos ver, a componente exterior, os eixos compositivos, os jardins-terraços e os terrenos a norte. Dando, assim, enquadramento a um edifício que apesar de notável é de reduzidas dimensões. A pequena escala do edifício é acentuada pelas construções da envolvente próxima e mais afastada, como é o caso dos silos das antigas Moagens Harmonia (actual Cerealis) e sobretudo, do edifício Concórdia já em Gondomar.

52 Corte longitudinal do Palácio do Freixo de 1998.

53 Corte transversal do Palácio do Freixo de 1998.

54 Planta da cobertura do Palácio do Freixo de 1998.

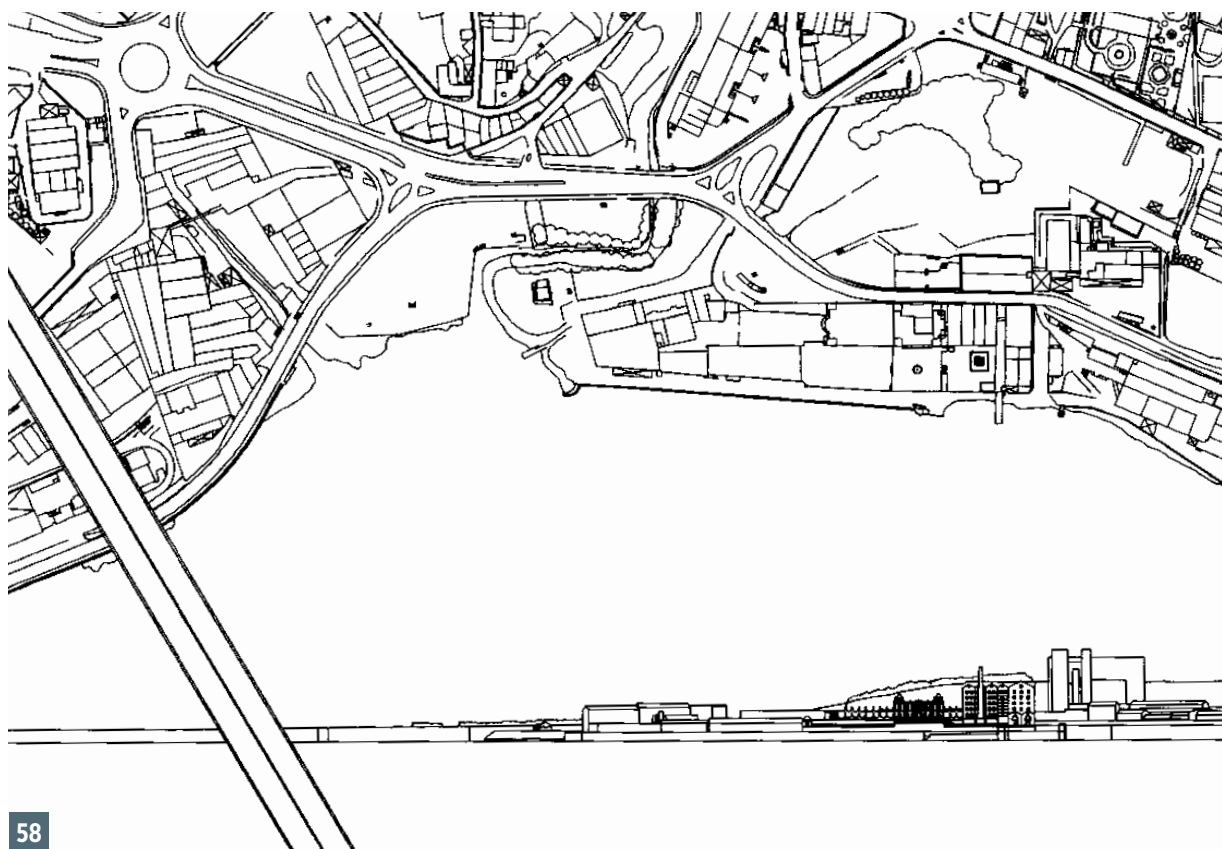
55 Planta do piso 2 do Palácio do Freixo de 1998.

56 Planta do piso 1 do Palácio do Freixo de 1998.

57 Planta do piso 0 do Palácio do Freixo de 1998.

56 ALVES COSTA, Alexandre – “Cumplicidades” in *Jornal dos Arquitectos* 213 – “À la Recherche du Temps Perdu” Nov. / Dez. 2003, p. 42.

57 TÁVORA, Fernando – “Da Organização do Espaço” 6ª ed. Porto: Faup Publicações, 2006, p.59.



Para a reutilização do Palácio não foi dado um programa rigoroso ao arquitecto. Apenas se encomendou um projecto de recuperação de um monumento, que se apresentava com uma estrutura muito compartimentada.

O projecto incluiu duas fases de estudo e uma solução final que não foi construída na totalidade.

As principais diferenças entre as primeiras propostas e o projecto final dizem respeito ao arranjo do espaço envolvente próximo.

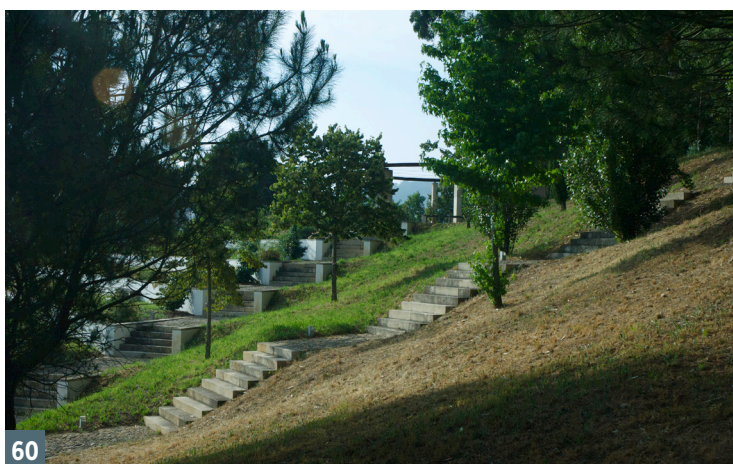
Numa primeira fase, Távora ensaiou um desenho para o Pavilhão das Descobertas, um pavilhão de exposições, e um parque de estacionamento subterrâneo com capacidade para três centenas de automóveis, situado no extremo Poente. Usou um módulo quadrado com trinta metros de lado, com o acesso principal pelo lado nascente. Elaborou depois um desenho com uma sucessão de pátios rectangulares que uniriam o Palácio ao Pavilhão *na continuação da solução preconizada por Mestre Nicolau; cria-se, assim, um elemento de percurso que se debruça sobre o Douro e permite uma aproximação controlada de qualquer dos edifícios que o limita*⁵⁸. Do lado nascente do Palácio era proposta a transferência do edifício das antigas Moagens Harmonia mais para nascente e próximo do Rio, devolvendo ao Palácio a sua lógica compositiva. Libertando aquela que se supõe ser a antiga entrada principal e que teria agora um pátio de chegada. Do lado norte da nova localização da antiga fábrica era proposto um prolongamento do eixo nascente-poente do Palácio e, ao longo da margem do Douro, era traçada uma via para um cais de embarque que faria a ligação com a marginal já existente.

Para afastar o trânsito automóvel que atravessava o conjunto do Palácio, mesmo à face da fachada norte, é proposto um desvio da E.N. 108: *trata-se, afinal, de obter uma solução semelhante a de outrora, uma vez que a via actual era um percurso privado da quinta depois tornado público*⁵⁹. Era desenhado um espaço semicircular em frente à entrada Norte que passaria a ser o acesso principal ao Palácio. O acesso ao conjunto do Freixo far-se-ia por um eixo perpendicular ao Rio ligando-o à estrada nacional (E.N. 108) próximo do local onde, actualmente,

58 Planta e alçado do Palácio do Freixo antes da intervenção de Távora.

58 TÁVORA, Fernando e TÁVORA, Bernardo in ALVES, Luís Ferreira; PIQUEIRO, Francisco - "A renovação do palácio do Freixo, 1750 2003" Porto: Apor, 2003.

59 TÁVORA, Fernando e TÁVORA, Bernardo in ALVES, Luís Ferreira; PIQUEIRO, Francisco - "A renovação do palácio do Freixo, 1750 2003" Porto: Apor, 2003.



se encontra o Museu da Imprensa. Seguiu-se, depois, por um arruamento bastante inclinado e paralelo à fachada Norte do Palácio, até alcançar a nova entrada principal. Um outro eixo, transversal, é marcado com a criação de uma escadaria no terreno norte, que levaria a um tanque, acentuado pelo cais do lado sul. Era, também, indicado um desenho dos jardins a sul do Palácio.

59 a 61 Espaço exterior norte do Palácio do Freixo.

Na segunda proposta foi redefinida alameda de ligação entre o Palácio e ao Pavilhão das Descobertas, alterado o traçado de percursos no terreno a norte do Palácio, o edifício da antiga fábrica Harmonia é deslocado cerca de 8 metros para a poente na sua nova localização e criada uma protecção arbórea nas suas fachadas nascente e poente. Foi ainda desenhada uma marina fluvial no extremo poente onde desembocam os Rios Tinto e Torto.

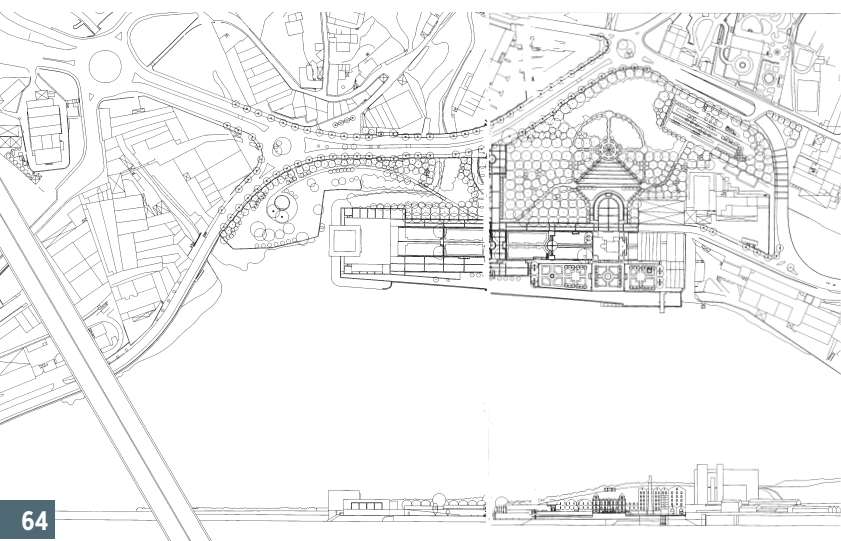
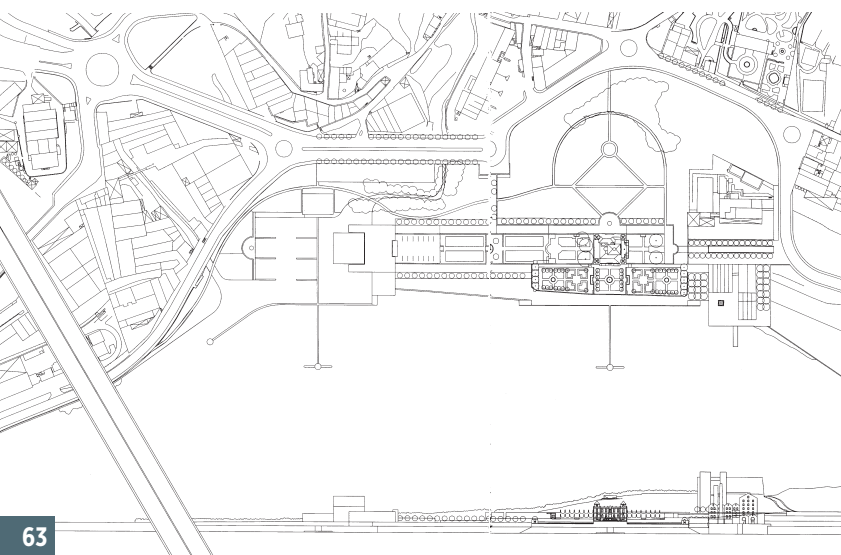
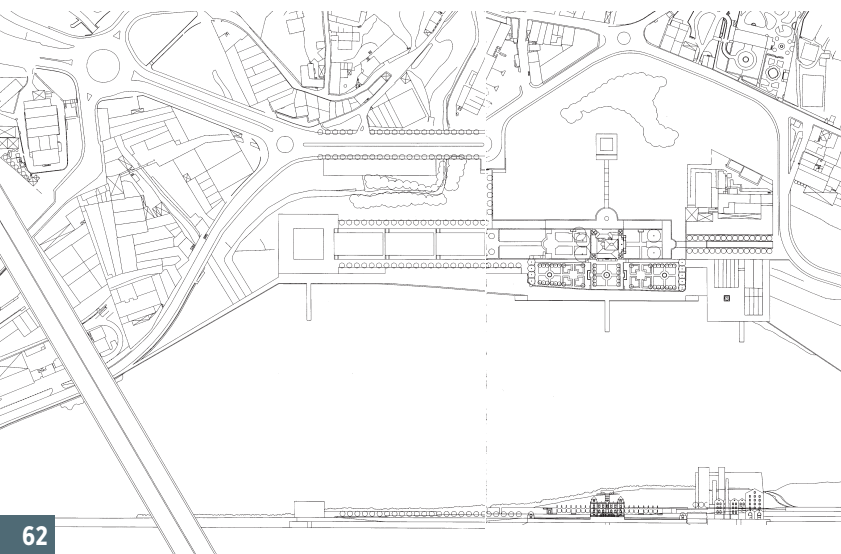
Na solução final acabou por ser eliminada a marina anterior proposta e foram redefinidos os espaços exteriores.

Na ligação à estrada nacional E.N. 108 foi criada uma praça de chegada, com um chafariz ao centro, antes da porta de entrada no espaço do Freixo e dignificando o acesso ao Palácio.

Um novo desenho dos vários jardins e pátios foi proposto. O espaço a norte do Palácio foi redesenhado com uma escadaria em forma triangular para a plantação de roseiras e japoneiras, ficando na cota mais alta um espaço circular marcado por uma estrutura em granito e aço, colocado no alinhamento da E.N. 108 tornando visível de locais distantes o conjunto do Freixo. Foi sugerida a plantação de acácias para além da conservação da vegetação já existente, *constituindo-se em protecção climática e motivo de enquadramento, continuidade e limitação da paisagem*⁶⁰. Vários jogos de escadas e patamares circulares com bancos em granito foram propostos para esta mata, a norte, que ainda hoje constitui um espaço de evasão repleto de árvores dando a sensação de estarmos numa floresta fora do espaço urbano do Porto.

O espaço semicircular, em frente à nova entrada principal, destinou-se a estacionamento, com um fontanário no seu extremo.

60 TÁVORA, Fernando e TÁVORA, Bernardo in ALVES, Luís Ferreira; PIQUEIRO, Francisco - "A renovação do palácio do Freixo, 1750 2003" Porto: Apor, 2003.



O pavilhão das Descobertas adquire o seu desenho final no extremo poente a uma distância de 200 metros da fachada do Palácio, desenvolve-se em quatro pisos com uma área bruta de 6400m². Também foi proposto um diferente arranjo do percurso marginal, mantendo-se a localização do cais primitivo.

A mais criticada mudança nesta última solução, como iremos ver mais à frente, foi a mudança do local primitivo dos edifícios das antigas Moagens Harmonia.

O projecto para a recuperação do interior do Palácio procura *aproveitar e enfatizar (quanto possível e necessário) os valores espaciais existentes, mantendo a clareza dos seus percursos e a variação dos seus volumes, promovendo a introdução indispensável mas não perturbadora de certos equipamentos funcionais, (como cozinhas, sanitários, elevadores) de modo a recriar um edifício nobre, digno e evocativo à altura das suas novas funções.*

*A recuperação implicou ainda, e para além do projecto, a colaboração de Assessorias Científicas e Técnicas para a elaboração de estudos complementares e sua documentação, quer no que se refere ao comportamento físico do edifício quer no que se refere ao seu significado histórico-artístico*⁶¹.

A informação e a definição de objectivos obtida versam os seguintes assuntos: *conservação e processos patológicos em curso na pedra e na madeira e em outros materiais de revestimento e de acabamento; conservação de estuques e pinturas; pesquisa histórica e artística relativa ao edifício e espaços envolventes; registo fotográfico sistemático relativo ao estado actual e à execução de trabalhos de recuperação.*

*As estruturas e acabamentos, – quantas vezes ruínas – do edifício original foram aparecendo, e o projecto foi-se adaptando, sendo diariamente revisto, para deixar clara a leitura, sempre que possível do edifício original de Nazoni*⁶².

62 Planta e alçado da primeira fase de estudo para a recuperação do Palácio do Freixo.

63 Planta e alçado da segunda fase de estudo para a recuperação do Palácio do Freixo.

64 Planta e alçado da solução final para a recuperação do Palácio do Freixo.

61 TÁVORA, Bernardo in http://www.amtc.pt/_AMTC/images/default/RO_cartaz_flyer.pdf.

62 Idem, Ibidem.

65



66



67



68



69



65 a 71 Interior do Palácio do Freixo antes da intervenção Távora.
72 Pormenores do interior do Palácio do Freixo antes da intervenção de Távora.

70



71



O abandono e os incidentes que ao longo dos tempos foram acontecendo no Palácio do Freixo *contribuíram para a aceleração do processo natural de alteração física e para a modificação profunda da qualidade padrão dos materiais*⁶³.

Factores como a humidade, o mau estado de conservação das coberturas, as vibrações provocadas pelo tráfego viário na E.N. 108, a contaminação derivada da população endémica de pombos e a manutenção, no limite *implicaram perda de material histórico que no Palácio do Freixo assumiu contornos de ruína e colapso das estruturas construtivas e ornamentais*⁶⁴.

A empresa A. Ludgero e Castro encarregue da sub-empreitada interveio no Palácio de *forma a eliminar os factores de alteração sem pôr em causa a autenticidade do mesmo*.

*Apesar da prioridade da intervenção ser a da conservação, todos os elementos ao funcionarem como parte integrante e definidora do programa formal e decorativo das salas, revelam, na sua relação com o observador, a necessidade da reposição da leitura do programa de origem. Assim, na medida do possível, foi sempre decidida a promoção da duplicação dos elementos ausentes, devido à existência de registos e documentação que permitiram a reposição de ornamentações e valores cromáticos de acordo com o original, e que asseguravam uma actuação eticamente válida e fundamentada. Elementos ausentes e sem referências foram reintegrados a liso e assumidos como um neutro*⁶⁵.

Em 2003 terminou a obra. Nem tudo o que estava previsto no projecto foi realizado, como a construção do Pavilhão das Descobertas, o parque de estacionamento e o prolongamento dos jardins a poente do Palácio. O Palácio ficou, então, localizado entre os edifícios que hoje albergam o Museu Nacional da Imprensa (inaugurado em 1997) a poente, e os edifícios da antiga fábrica Moagens Harmonia a nascente.

63 Do vídeo "Palácio do Freixo: Conservação e Restauro" Coordenação Miguel Figueiredo e Francisco Cabral, A. Ludgero e Castro, Lda.

64 Do vídeo "Palácio do Freixo: Conservação e Restauro" Coordenação Miguel Figueiredo e Francisco Cabral, A. Ludgero e Castro, Lda.

65 FIGUEIREDO, Miguel (A. Ludgero e Castro) in ALVES, Luís Ferreira; PIQUEIRO, Francisco - "A renovação do palácio do Freixo, 1750 2003" Porto: Apor, 2003.



Ficaram assim, o Palácio e jardins envolventes, sem destino, até que em 2005 foi decidida a instalação de uma pousada.

Muito foi escrito sobre a proposta de Fernando Távora que previa a transferência do edifício das antigas Moagens Harmonia do seu local primitivo, onde permanece até hoje, para um local mais próximo do Rio a jusante do Palácio. A proposta foi recusada pela Câmara Municipal do Porto em Janeiro de 1998. Não sabemos se foi por razões de ordem económica, político partidárias, sociológicas ou culturais, tendo Távora reformulado o projecto de modo a cumprir os requisitos do seu cliente. Devemos referir também que durante algum tempo, se pôs a hipótese de retirar dois pisos em altura à antiga fábrica de modo a *favorecer o enquadramento e a luminosidade interior do palácio, mas essa hipótese mereceu, por parte de alguns sectores da sociedade, alguma resistência, pelo facto de se considerar que essa velha unidade fabril merece, também ela, um estatuto especial, por representar uma época industrial emergente*⁶⁶.

Desde a crítica pública em jornais e blogs na internet até à discussão em formas da especialidade como foi o caso da revista “Em cima do joelho”⁶⁷ (Ecdj) dedicada à “Polémica do Freixo”, várias foram as ideias defendidas. É de notar que esta publicação sobre *A Polémica do Freixo*, uma edição académica, da faculdade de Coimbra, foi única. Sobre uma obra de Fernando Távora, esta revista teve o mérito de contar com o parecer de diversos autores e arquitectos portugueses, incluindo os portuenses Alexandre Alves Costa, Domingos Távares, Manuel Mendes, entre outros.

Na crítica de contornos disciplinares podemos perceber com clareza a posição contra a transferência da antiga fábrica, do arquitecto João Paulo Rapagão que afirma:

Hoje, perante uma envolvente em transformação que apresenta uma imagem desqualificada, a fábrica representa um elemento auxiliar na restituição da leitura do Palácio do Freixo que não consegue, individualmente, a afirmação da escala e do valor próprios. (...)

66 LANGFORD, Helena - “Nas margens do Porto e do Douro _ O Velho Palácio do Freixo é uma jóia que renasce” in *O Tripeiro*, 7ª série, ano XXI, nº 6, Junho 2002, p.165.

67 A revista académica Ecdj propõe-se a reencontrar a cultura arquitectónica portuguesa, recentrando os temas que ensombram as primeiras páginas dos jornais, apanham vereadores em falso, desunem os arquitectos na hora do café... in Ecdj 1 - “A polémica do Freixo. Fernando Távora” Out. 1999, p.5.

*Os elementos não construídos e construídos narram uma história que não pode esquecer ou apagar as partes porque pode desvirtuar o todo. A sua eliminação, adulteração ou deslocação anulam a conservação e a interpretação de um valor que documenta e testemunha a ocupação do espaço urbano nos últimos duzentos anos*⁶⁸.

Outro crítico, Jorge Figueira, apesar de se deixar *impressionar pelo desmedido confronto que os dois edifícios estabelecem entre si, criando, no estreito espaço que os separa, uma atmosfera quase mágica* reconhece, no projecto de Távora, uma liberdade que *dá hoje à arquitectura, por uma vez, o lugar de uma disciplina que dialoga com a sociedade e que sabe cruzar as várias direcções do tempo*. Acrescenta que *para os arquitectos, este gesto representa um salto qualitativo na assunção das suas responsabilidades (embora, como todos os saltos, envolva o seu risco): trata-se de saber, intervindo no património, se a tarefa é sempre embalar o que sobra da História, ou se pode ser reinventá-la a partir daquilo que é essencial*⁶⁹.

Vitor Murtinho e Domingos Távares fazem notar que *se as duas construções são incompatíveis em termos da sua manutenção no actual sítio, na medida em que a fábrica subverte totalmente a função e o espírito do palácio - como que o espezinha e aniquila - , então preferimos o último, sabendo que a primeira, como estrutura desmontável que é - na sua génese - pode ser montada noutra sítio*⁷⁰.

Também Alves Costa e António Olaio defendem a posição de Fernando Távora de transladar as Moagens Harmonia. António Olaio adverte para *o exagero de certas atitudes da chamada arqueologia industrial, chega ao ponto de não se saber os limites do que deve ser preservado*⁷¹. E realça também que *Fernando Távora não deixa de reconhecer qualidade no edifício das moagens, propondo, inclusivamente a sua reconstrução noutra local, e desta forma o resgata da situação de ter resultado de uma completa insensibilidade em relação ao Palácio do Freixo*⁷².

68 RAPAGÃO, João Paulo - "Entre o poder da arquitectura e o poder do arquitecto" in Ecdj 1 - "A polémica do Freixo. Fernando Távora" Out. 1999, p.36 e p.39.

69 FIGUEIRA, Jorge - "Da vida original dos edifícios" in Ecdj 1 - "A polémica do Freixo. Fernando Távora" Out. 1999, p.42.

70 MURTINHO Vítor; TAVARES Domingos - "A dimensão ética em arquitectura" in Ecdj 1 - "A polémica do Freixo. Fernando Távora" Out. 1999, p.51.

71 OLAIO, António - "Entre palácios e moagens" in Ecdj 1 - "A polémica do Freixo. Fernando Távora" Out. 1999, p.21.

72 Idem, ibidem, p.23.



73 Moagens Harmonia 1966.

Manuel Mendes considera *grotescas algumas manifestações como, por exemplo, a de Nuno Portas - “Recupere a composição palaciana com a construção de um túnel sobre o edifício da moagem” - ou de Pessanha - “o palácio não é dama barroca-oca e cheia de rococós que precise livrar-se de más companhias” mas refere que a “transplantação para sul-poente”, de trezentos metros, do edifício da moagem Harmonia - desvio correctivo da implantação original, eventualmente anacrónica, brutal - sugere, no seu significado, algo de gesto messiânico, representação reparadora da história (ou talvez melhor, das representações que dela fazemos), esforço purificador do monumento que é o palácio e não é o sinal da conflitualidade histórica fixada pela associação física palácio+moagem⁷³.*

Tanto em jornais generalistas como em sites da internet surge, entre outras críticas de especialistas, a opinião de José Manuel Lopes Cordeiro⁷⁴ que declara a antiga fábrica Harmonia de pouco valor enquanto exemplar de arquitectura industrial. *Não possui grande qualidade construtiva ou decorativa, é extremamente funcional, não dispõe de qualquer maquinismo original, para além da casa das máquinas estar destruída, e de já nem sequer existir a respectiva máquina a vapor. E, como a sua maquinaria e outros componentes essenciais do processo de fabrico também foram retirados, não só o valor do edifício como a sua autenticidade ficaram fortemente reduzidos⁷⁵.* Imediatamente se contradizendo, ao defender a preservação na medida em que *constitui um dos primeiros exemplares das moagens que utilizaram o sistema “austro-húngaro” que nos finais do século XIX se instalaram no Porto, desempenhou um papel significativo na vida económica da cidade, e é um dos últimos exemplares deste tipo de fábricas que ainda existe (...) numa cidade em que a industrialização desempenhou um papel significativo e que tem vindo a perder o seu património industrial⁷⁶.*

73 MENDES, Manuel “Sobre o freixo: cidade e monumento, reabilitação e projecto” in Ecdj 1 - “A polémica do Freixo. Fernando Távora” Out. 1999, p.32.

74 Licenciado em Ensino da História e Ciências Sociais pela Universidade do Minho com “A Indústria Portuguesa no Século XIX” como Dissertação de Doutoramento. Foi o fundador do Museu da Ciência e Indústria do Porto, é presidente da APPI - Associação Portuguesa para o Património Industrial e membro da Direcção do TicciH - The Industrial Committee for the Conservation of the Industrial Heritage, Organismo Consultor do Icomos para o Património Industrial.

75 LOPES CORDEIRO, José Manuel- “A Pousada, as Moagens e o projecto do Museu da Indústria” in jornal Público, 6 de Novembro 2005.

76 Idem, ibidem.

CONSTRUÇÃO

Depois da realização do projecto de Távora para a recuperação do Palácio do Freixo e áreas envolventes que, tal como referido anteriormente, foi dado por terminado em 2003 (embora sem finalização do projecto integral), o edifício acabou por não constituir *o pólo catalisador de actividades culturais e recreativas, aberto à população em geral, funcionando em clara sinergia com as instituições da cidade e capaz de se assumir como chamariz turístico*⁷⁷ segundo o presidente da Câmara Rui Rio. Terminando mais uma vez, este antigo Palácio por cair no desuso.

Até que, em 2005 a Câmara do Porto aprova a instalação de uma pousada no Palácio e nos edifícios das antigas Moagens Harmonia, depois de ter sido reprovada duas vezes pela oposição e criticada pela Associação Comercial do Porto⁷⁸. Esta, em 2003, tinha apresentado uma proposta para a exploração do Palácio do Freixo⁷⁹ que nunca obteve resposta. Considerada por muitos um atentado ao património da cidade, a transformação do Palácio em pousada ficaria a cargo do Grupo Pestana, que detém, desde 2003, a exploração da rede Pousadas de Portugal.

A reconversão do Palácio e dos edifícios Harmonia em pousada trouxe algumas preocupações à autarquia: a necessária mobilização do Museu da Ciência e da Indústria, instalado no edifício das antigas Moagens Harmonia; a garantia do livre acesso do público ao Palácio do Freixo; e a eventual interferência da pousada com o funcionamento do Museu da Imprensa.

Para garantir estas exigências sociais, o Grupo Pestana Pousadas comprometeu-se a pagar a transferência do Museu da Ciência e Indústria para o edifício da Alfândega do Porto (o Museu encontra-se actualmente na Rua Engenheiro Ferreira Dias, temporariamente encerrado), a não interferir no funcionamento do Museu da Imprensa e a manter o Palácio aberto ao público, encarregando-se da manutenção dos seus jardins.

Apesar de geridos pelos Pestana, tanto o Palácio como a antiga fábrica continuam a ser propriedade da Câmara Municipal do Porto, estando apenas cedidos até 2019 (contrato automaticamente renovável por mais 30 anos), pelo preço de um milhão de euros acrescido

77 RIO, Rui in ALVES, Luís Ferreira; PIQUEIRO, Francisco - "A renovação do palácio do Freixo, 1750 2003" Porto: Apor, 2003

78 Associação que tem como objectivo promover o desenvolvimento económico, cultural e da sociedade da região do Porto.

79 Em causa estava a criação de um pólo de *dinamização turística e cultural*, semelhante ao projecto do Palácio da Bolsa. (...) Para além disso, alerta a ACP, tratava-se de uma ideia que permitiria *devolver o espaço à cidade para que pudesse ser fruído democraticamente pela população da cidade e da região* in <http://br.groups.yahoo.com/group/pned/message/5102>.

*de uma renda mensal de cinco mil euros nos primeiros cinco anos, actualizável em função da inflação. A partir do sexto ano, este compromisso baixará para os 2,5 mil euros. Estes valores serão acrescidos de uma percentagem de 2% das vendas líquidas e impostos gerados*⁸⁰.

Em Março de 2006 o Grupo Pestana Pousadas e a Câmara Municipal do Porto assinam o protocolo para a instalação de uma Pousada no Palácio. José Roquette (presidente do Grupo Pestana na época) promete que no Palácio *vai existir a maior e melhor Pousada de Portugal, um projecto de dimensão que irá valorizar e aproveitar uma zona espectacular do Porto e vai colocar a marca das Pousadas de Portugal num edifício de grande valor histórico*⁸¹.

É ainda em Dezembro do mesmo ano 2006 que é aprovado, talvez já pelo IGESPAR, porque a fusão do IPPAR com a DGEMN se deu em Outubro desse ano, o projecto de reconversão do Palácio e do edifício das antigas Moagens Harmonia em pousada, da autoria de David Sinclair⁸².

Esta reconversão do Palácio em pousada trouxe consigo alguma discussão. A crítica pública estava inquieta pois considerava que, tal como Moreira da Silva refere *a cidade do Porto e o país irão perder (...) um dos mais extraordinários edifícios civis barrocos do nosso território. (...) Após muitos anos de luta para recuperar uma das obras mais significativas da nossa cidade (o primeiro acto público em que participou foi um abaixo-assinado nos anos 70), o arquitecto Fernando Távora e todos os que com ele trabalharam verão a sua obra ser intervencionada por um estúdio de arquitectura de qualidade não comprovada, escolhido seguramente por critérios economicistas pelo Grupo Pestana*⁸³. Há que ter em conta que este projecto foi submetido à aprovação do

80 <http://www.cm-porto.pt/gen.pl?fokey=cmp.stories/1644&op=view&p=stories>.

81 <http://www.cm-porto.pt/gen.pl?p=print&op=view&fokey=cmp.stories/1949&sid=cmp.sections/992>.

82 Formado em arquitectura pelas Universidades de Plymouth (1968-1972) e de East London (1974-1976). Actualmente trabalha em Lisboa (Cascais) no seu gabinete de arquitectura David Sinclair e Associados, Arquitectos Lda. Trabalhou durante sete anos na empresa St. George e Sinclair, Projectos de Arquitectura e Design Lda (1984-1990), entre 1981 e 1983 trabalhou na Building Design Partnership e ainda enquanto estudante de arquitectura trabalhou na William Saunders and Partners (1971-1972). Sinclair conta já com vários projectos na sua carreira tendo uma vasta experiência em arquitectura para o turismo, realizou projectos como Santa Monica (1980-1985) Grandola, Pestana Bay Hotel (1992-1994) Funchal (Madeira), Pestana Village Hotel (1993-1996) Funchal (Madeira), Pestana Dunas Hotel (1998-2000) Porto Santo (Madeira), Pestana Grand Hotel (1998-2004) Funchal (Madeira), Hilton Vilamoura (Cascatas) (2003-2007) Algarve, Monte Santo Resort (2004-2008) Algarve, Pestana Miramar Hotel (1995-2000) Funchal (Madeira), e a Pousada do Palácio do Freixo (2005-2009) no Porto. Informação obtida em <http://dsaa.pt/portfolio>.

83 MOREIRA DA SILVA, Manuel "Comentário sobre o Palácio do Freixo" in <http://www.porto.taf.net/dp/node/2704>.

IGESPAR que tem uma vasta experiência no aproveitamento de estruturas com valor histórico para fins hoteleiros e tem como objectivo defender e valorizar o património português.

Também a controvérsia gerada pelo projecto de recuperação do Palácio do arquitecto Fernando Távora que previa a realocação do edifício da antiga fábrica Moagens Harmonia, persiste até hoje, pois o edifício foi mantido no mesmo local e serviria parte da Pousada, continuando, portanto a bloquear a recuperação da lógica compositiva do Palácio. É posto novamente em debate o valor deste exemplar de arquitectura industrial que, na opinião de alguns, agora resultaria prejudicado, não por ser mudado de lugar mas por albergar a Pousada, que alterando o seu interior. Segundo Lopes Cordeiro *não faz sentido afirmar que se perde completamente o edifício, ficando apenas a casca, pois, precisamente, o que lá está é, apenas, a casca*⁸⁴ da antiga fábrica Harmonia.

Depois de tanta polémica em volta deste monumento, em Outubro de 2009 foi inaugurada uma nova etapa da sua história: a Pousada do Palácio do Freixo, a maior unidade da rede, classificada de Histórica e segundo Castelhão Costa⁸⁵, *em muito contribuirá para o aumento do turismo na cidade do Porto*⁸⁶.

Logo no ano seguinte ao de abertura, a Pousada do Palácio do Freixo é distinguida pelo Grande Prémio do Expresso - Guia Boa Cama Boa Mesa - com a chave de Platina.

Este prémio, atribuído por um jornal, é relevante de se dar nota. Apesar do seu carácter extra disciplinar e de contorno generalista, é um dado importante pois revela a notoriedade desta intervenção arquitectónica num monumento nacional, evidencia o valor dado pela sociedade.

A valorização social de edifícios históricos é o que faz deles património. A actualização das funções do Palácio permitiu a sua rentabilização assim como a própria reabilitação do monumento que se encontrava sem destino. Possibilitou a divulgação e a fruição do público deste espaço histórico.

84 LOPES CORDEIRO, José Manuel – “A Pousada, as Moagens e o projecto do Museu da Indústria” in jornal Público, 6 de Novembro 2005.

85 Actual presidente do Grupo Pestana Pousadas.

86 COSTA, Castelhão in <http://madeinviseu.blogspot.com/2009/12/porto-pousada-palacio-do-freixo.html>.

A escolha de um programa deverá ter em conta o valor simbólico de um edifício, e poderá também ser uma estratégia do ponto de vista urbano para revitalizar uma zona. No caso do Palácio do Freixo, não só a sua recuperação em 2003 impulsionou o arranjo da sua envolvente, como a sua adaptação a Pousada em 2009 veio dar-lhe de novo “vida”.

A recuperação de património tem de ter em consideração uma série de factores, de ordem técnica, cultural, económica mas também, e sobretudo, de carácter social.

Afinal a arquitectura é para ser vivida pelas pessoas e este reconhecimento público apesar de não ser da especialidade de arquitectura, é a crítica a que todos os espaços criados estão sujeitos.

A arquitectura torna-se um espaço de debate do cidadão, de informação e divulgação.

Não deve ser despercebido o facto de se encontrarem ao longo da realização deste trabalho muitas informações na internet, sobre o Palácio e a Pousada, que não sendo consideradas uma fonte erudita, são todavia um espaço das sociedades globais.

De resultados de um produto científico, disciplinar, de arquitectura de grandes autores, contemporâneos e antigos, saudável também é o caso que a arquitectura seja objecto de uma imensa informação generalista.

Para além da disciplina de arquitectura informações sobre turismo, paisagens, decoração e muitas outras vertentes entrelaçam-se no trabalho dos arquitectos.

Partindo de um olhar pelo património, este trabalho encontrou-se com outras disciplinas.

O arquitecto deve utilizar a sua *profissão como um instrumento em benefício dos outros homens, da sociedade a que pertence. (...) ele deve procurar criar aquelas formas que melhor serviço possam prestar quer à sociedade quer ao seu semelhante. (...) essa forma vai ter uma vida, vai constituir circunstância. (...) Que a par de um intenso e necessário especialismo ele coloque um profundo e indispensável humanismo. Que seja assim o arquitecto – homem entre os homens – organizador do espaço – criador de felicidade*⁸⁷.

87 TÁVORA, Fernando – “Da Organização do Espaço” 6ª ed. Porto: Faup Publicações, 2006, p.74 e75.



TRANSFORMAÇÕES

Tal como já foi referido, o conjunto Palácio do Freixo e Moagens Harmonia localiza-se em Campanhã, uma zona que no passado poderia ser considerada periférica, se atendermos à evolução dos limites da cidade do Porto. Quando o Palácio foi construído o território que o rodeava era constituído por espaços verdes e outras quintas, uma zona de qualidade ambiental e pouco urbanizada.

O Palácio de Nasoni nasceu numa paisagem bucólica, rodeado de árvores por um lado e limitado pelas águas do rio do outro. Esta implantação estratégica junto ao Douro, na sua margem norte, desfruta de uma excelente exposição solar e panorâmicas ímpares.

Com as novas estruturas viárias e ferroviárias, assim como a localização próxima do rio, via de circulação privilegiada nas rotas comerciais, a indústria foi-se desenvolvendo em torno do Palácio.

Ao longo do tempo alguns destes espaços industriais acabaram por encerrar e os seus edifícios encontram-se abandonados. São espaços expectantes que encerram potencial futuro se enquadrados na requalificação da zona ribeirinha, que aqui procura acontecer (com a Marina do Freixo, a requalificação das estruturas viárias do projecto de Fernando Távora, o Museu da Imprensa e mais recentemente a Pousada).

Actualmente o Freixo é uma zona de crescimento urbano, com infra-estruturas viárias que fazem a ligação entre vários locais do Grande Porto.

As novas estradas e pontes que foram sendo construídas na cidade contribuíram também para que o Palácio tenha deixado de estar num lugar “recatado” para passar a ser visível de vários pontos. A Ponte do Freixo, é hoje uma via fundamental de passagem para quem chega ao Porto, e dela é possível visualizar o Palácio com nitidez. Mas podemos referir, que apesar desta nova exposição do Palácio, a sensação para quem vive o Palácio e os seus jardins continua a ser de calma e recato. Embora seja agora mais visível, a percepção tida a partir do Palácio, é das novas estruturas viárias estarem distantes e não permitirem qualquer visibilidade. O Rio Douro e toda a vegetação que envolve a Pousada criam esta protecção. As próprias estruturas viárias, como a Ponte do Freixo ou a Ponte de São João fazem parte de uma paisagem única, que se pode apreciar da Pousada.



75



76

74 Palácio do Freixo, fachada norte.

75 Antiga fábrica, em ruínas, a ponte do Palácio do Freixo.

76 Antiga fábrica, em ruínas, a nascente do Palácio do Freixo.

77 Vista do Palácio do Freixo e sua
envolvente a partir da margem sul
do Douro 1983.

78 Vista do Palácio do Freixo a
partir do jardim norte.



Visíveis também são as múltiplas construções, de diferentes escalas, fruto da expansão urbana, que se encontram hoje na proximidade do Palácio. Se a escala do Palácio se tornou pequena relativamente às antigas instalações da fábrica Moagens Harmonia, este monumento resulta ainda mais agredido pela construção dos silos da mesma fábrica, e pelo aparecimento do Edifício Concórdia. Este último edifício devido à sua continuidade na marginal e volumetria excessiva interfere brutalmente na leitura do Palácio e na própria margem do Douro. O contraste de volumetrias, apesar de ser condenável, acaba por ser um registo das várias épocas de desenvolvimento desta esfera da cidade, podendo assim fazer-se uma leitura da sua história.

A paisagem bucólica primitiva do Palácio e até o neo-romantismo procurado por Fernando Távora, são talvez inviáveis perante o cenário actual de visibilidade e de urbanidade que o envolvem.

O conceito de reconversão do conjunto do Freixo em Pousada, do arquitecto David Sinclair, passou *pela valorização do lugar, pela afirmação da sua identidade, pela intensificação da sua relação com a ocupação existente e futura, com o potencial da utilização da frente-rio*⁸⁸.

Considerado o valor patrimonial dos edifícios e da sua envolvente, a intervenção foi realizada em cooperação com especialistas. No edifício do Palácio foi efectuada *uma intervenção em continuidade com os trabalhos de limpeza e de restauro*⁸⁹ e apenas pontuais acções de adaptação dos espaços existentes, para instalações sanitárias, cozinha e restaurante.

Nas Moagens, foram feitas obras maiores, pois a fábrica encontrava-se bastante degradada. Foi nos seus volumes que foi avaliada a capacidade de respostas às exigências programáticas da Pousada, designadamente os quartos e alguns espaços sociais.

A adaptação programática do funcionamento do antigo Palácio e das antigas instalações da fábrica Moagens Harmonia à nova função de pousada não exigiu o aumento de volumes de construção, tal como aconteceu na maior parte das pousadas anteriormente analisadas. A área disponível do Palácio e da antiga fábrica Harmonia, cerca de 9804 m² de área bruta mostrou-se suficiente para albergar a maior unidade da rede Pousadas de Portugal até à data.



88 SINCLAIR, David John – “Memória Descritiva e Justificativa. Pousada Histórica do Freixo” 2007, p.13.

89 Idem, ibidem, p.14.



Pode considerar-se que o funcionamento da pousada tem algumas semelhanças, ou até analogia, com as funções de um antigo Palácio, o mesmo não se pode dizer quanto ao funcionamento da antiga fábrica. Como pudemos já verificar, em muitas pousadas o programa é semelhante às primitivas utilizações, por exemplo, nas que surgiram de adaptação de conventos. O antigo Palácio já respondia ao objectivo de acolher temporariamente visitas, pois era uma residência de recreio. No entanto, o número de quartos necessários numa Pousada é substancialmente maior. De forma a responder às novas necessidades programáticas sem prejudicar a recuperação do Palácio Nasoniano já realizada, só a antiga fábrica Moagens Harmonia seria modificada internamente, alojando os quartos da Pousada e algumas áreas comuns. A utilização do Palácio para zonas comuns e a das antigas instalações Harmonia para a zona de quartos resulta *perfeitamente compatível com o seu valor histórico intrínseco, uma proposta funcional adequada às condicionantes físicas e históricas, presentes em ambos os edifícios, embora distintas*⁹⁰.

O edifício das antigas Moagens, implantado a cerca de 20 metros da fachada nascente do Palácio, é marcado pela verticalidade das fachadas e pelo alinhamento de várias janelas e portas. As características arquitectónicas atendiam às necessidades de produção segundo um sistema de moagem de cereais Austro-Húngaro⁹¹ que exigia sucessivos andares e amplos salões para aí se localizarem moinhos, peneiros, sasseures⁹² e outras máquinas em articulação. Nestes salões encontra-se a estrutura oitocentista de vigas e pilares de ferro, do térreo ao último piso. A estrutura em ferro encontrava-se em bom estado e foi decidida a sua conservação. Permanecendo à vista, esta estrutura foi reabilitada e protegida com pintura retardante de deformações em caso de incêndio. No pátio exterior, a chaminé em tijolo de base quadrangular, servia a máquina a vapor que aqui funcionava.

A proposta de reconversão preservou portanto os edifícios existentes das Moagens Harmonia, apesar de alterar a sua organização interna. Em nosso entender não parece ter havido significativa desagregação da estrutura compositiva dos alçados do edifício, pois o ritmo dos vãos vai de encontro à modulação dos quartos que procurou adequar-se à lógica dos vãos pré-existentes.

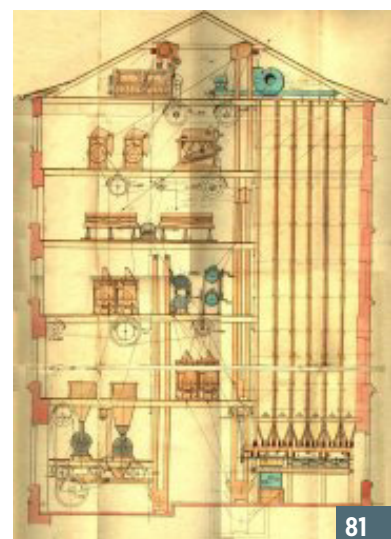
⁹⁰ Idem, ibidem, p.13.

⁹¹ Processo de fabrico importado da Alemanha que se caracterizava pelo uso de moinhos que trituravam o cereal através de dois cilindros em ferro fundido horizontais.

⁹² Equipamento que realiza o trabalho de purificação.



80



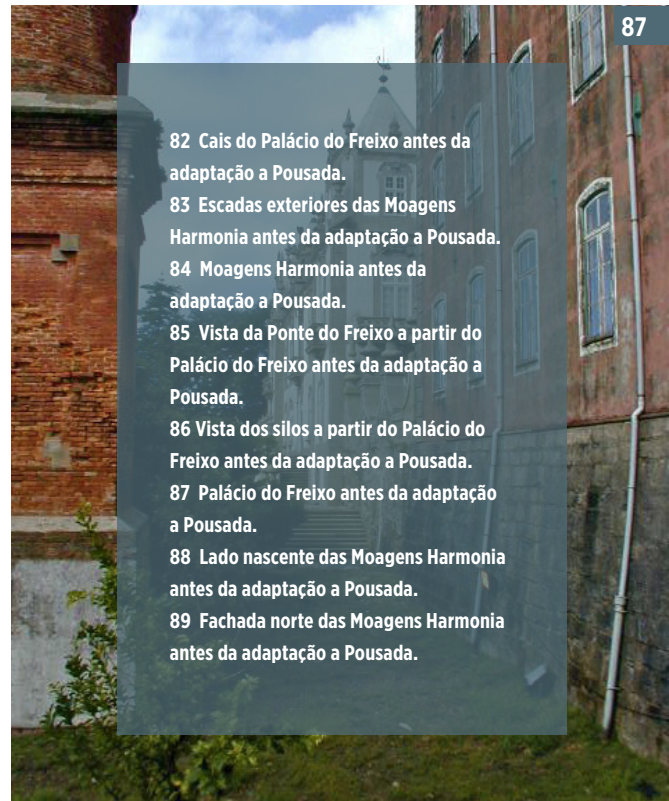
81

79 Moagens Harmonia 1983.

80 Moagens Harmonia antes da adaptação a Pousada.

81 Sistema de moagem de cereais.





82 Cais do Palácio do Freixo antes da adaptação a Pousada.

83 Escadas exteriores das Moagens

Harmonia antes da adaptação a Pousada.

84 Moagens Harmonia antes da adaptação a Pousada.

85 Vista da Ponte do Freixo a partir do Palácio do Freixo antes da adaptação a Pousada.

86 Vista dos silos a partir do Palácio do Freixo antes da adaptação a Pousada.

87 Palácio do Freixo antes da adaptação a Pousada.

88 Lado nascente das Moagens Harmonia antes da adaptação a Pousada.

89 Fachada norte das Moagens Harmonia antes da adaptação a Pousada.



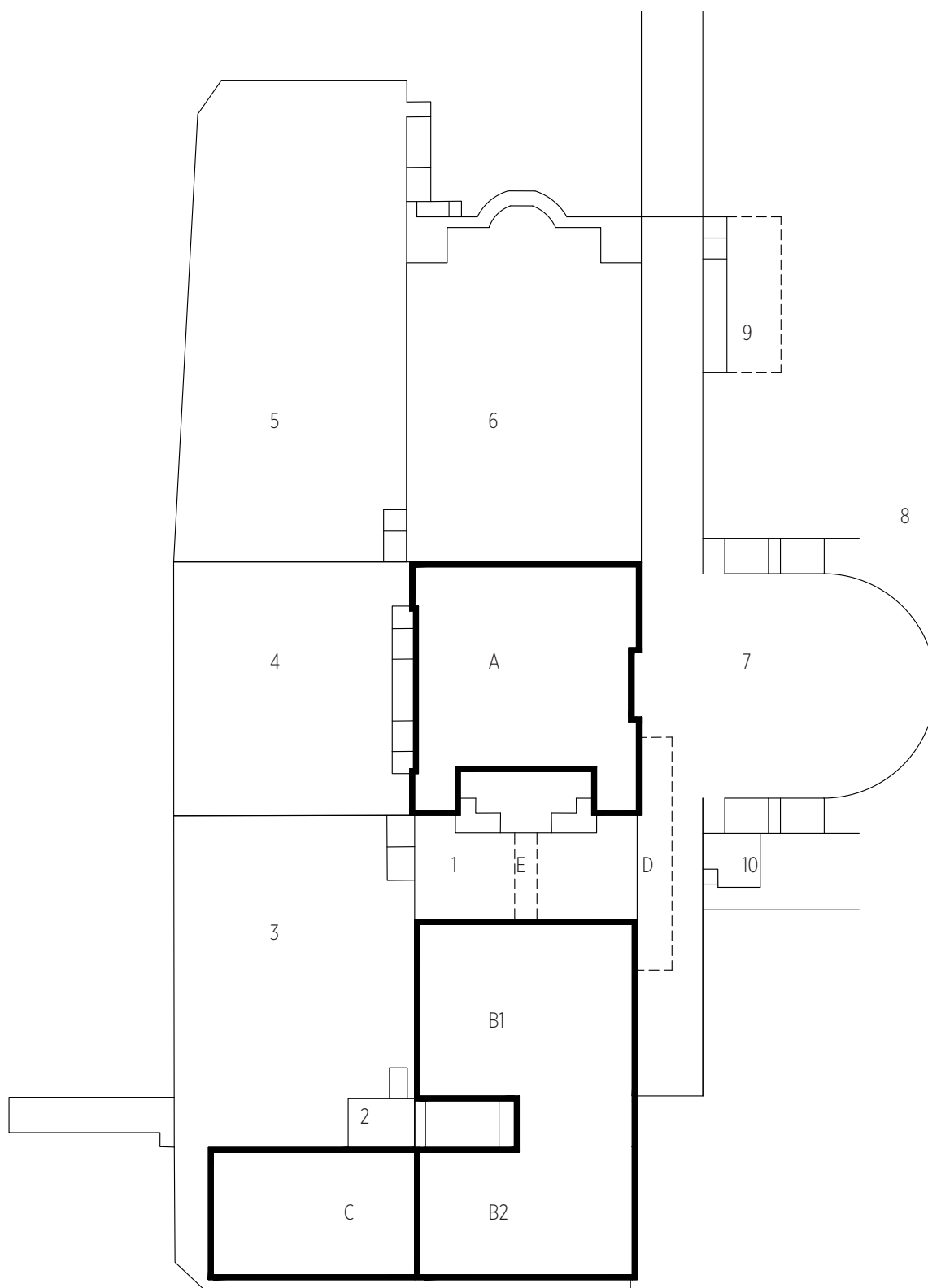


A intenção de David Sinclair no seu projecto foi respeitadora do Palácio recuperado por Fernando Távora, complementada ao nível da decoração, mobiliário e, naturalmente, da instalação dos equipamentos técnicos e estruturas necessárias para às novas áreas de serviço. Nas plantas do projecto (p.93 a p.109) podemos observar a introdução dos novos elementos - a vermelho - sendo o restante mantido - a preto. Não houve no projecto qualquer aumento volumétrico, mas foi associada ao Palácio a fábrica já existente. Pode dizer-se que se tratou de uma intervenção silenciosa, que respeitou os volumes existentes, remetendo as intervenções essencialmente para o interior desses volumes. A excepção observada foi no novo pátio para a piscina.

Enquanto o projecto de arquitectura foi da responsabilidade de Sinclair, o da sua decoração foi feito por outro arquitecto, Jaime Morais. Numa mistura entre móveis contemporâneos e peças antigas oriundas de diversas instituições da cidade do Porto, como Museu Nacional Soares dos Reis, Fundação Júlio Resende, Casa do Infante, Palacete Viscondes de Balsemão, entre outros, o arquitecto procurou não interferir com a intervenção feita por Fernando Távora, tendo a decoração sido feita com maior liberdade no edifício da antiga fábrica.

**90 a 92 Interior da Pousada do
Palácio do Freixo.**





FUNIONAMENTO

Para melhor descrevermos a proposta e o seu programa, construímos o esquema (p.82) que localiza os diversos volumes e espaços exteriores. O volume A corresponde ao Palácio e os corpos B e C são os edifícios das antigas Moagens Harmonia.

No Palácio estão localizadas as áreas comuns acessíveis ao público, enquanto a antiga Fábrica (volumes B e C) serve a privacidade dos quartos, de acesso restrito aos hóspedes da Pousada, incluindo ainda alguns espaços comuns de lazer e repouso.

Os elementos D e E são, respectivamente, uma ligação oculta sob a balastrada do parterre norte e uma cobertura entre a base da escada nascente do Palácio e o acesso principal do corpo B.

PALÁCIO DO FREIXO — CORPO A

O acesso à Pousada é feito a partir da estrada nacional 108. Passando a portaria da pousada, percorre-se o antigo traçado da E.N. 108 agora pavimentado em cubo de granito, até ao espaço semicircular reservado ao estacionamento, em frente à porta principal na fachada norte que, como já foi observado no capítulo “Forma”, pensamos não corresponder à entrada principal do antigo Palácio. Acede-se então ao interior pela recepção da Pousada à cota 19.9 metros, no piso intermédio do Palácio de Nasoni. Apesar de constituir o acesso principal, o piso nobre do Palácio é agora o piso 1 da Pousada, sendo o 0 o piso inferior, correspondente ao piso térreo do volume B. O Palácio, que sofreu essencialmente obras de preservação e manutenção dos interiores, é composto pelos espaços sociais comuns e possui uma área útil de cerca de 1800 m². O piso de entrada é composto pela recepção, sala dos espelhos (de grande carga decorativa e com pé-direito duplo), capela, sala para uso da internet, restaurante, bar e ainda áreas de serviço do restaurante e da administração. O restaurante, com cerca de 200m² distribuídos por vários espaços, possui capacidade para 80 pessoas e o bar com 113m² é também disperso por vários compartimentos com capacidade para 50 pessoas. Do terraço a nascente, transformado num espaço de estar com mobiliário de exterior, sai a escadaria que dá acesso ao pátio (I) entre o Palácio e o corpo B, onde terminam as áreas acessíveis ao público.

93



94



95



96



98



97

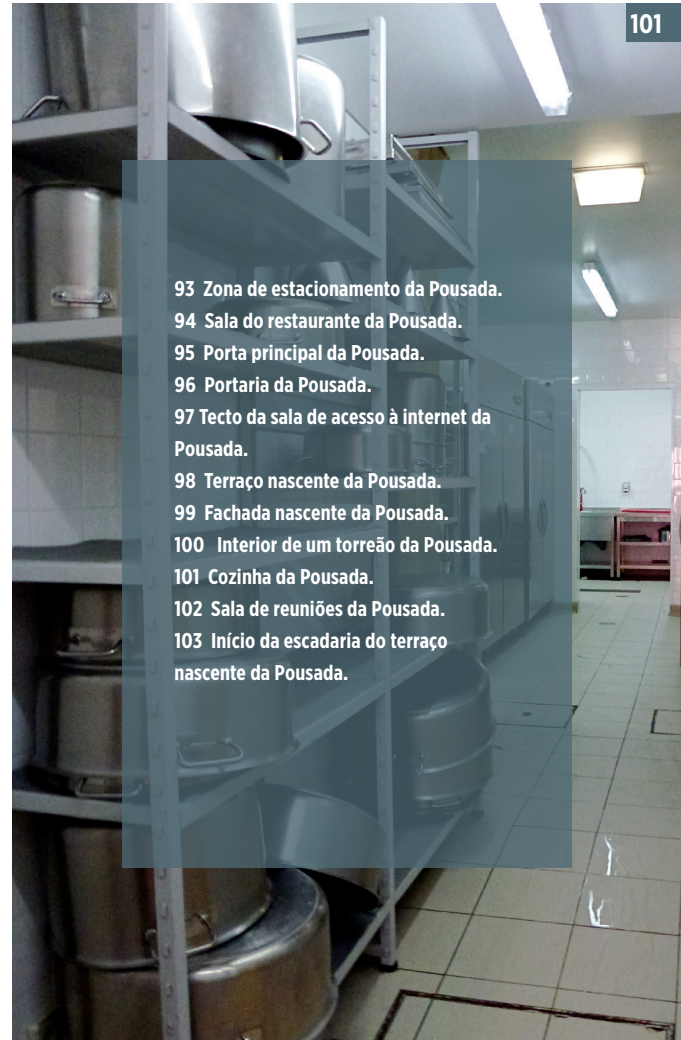




99



100



101

- 93 Zona de estacionamento da Pousada.
- 94 Sala do restaurante da Pousada.
- 95 Porta principal da Pousada.
- 96 Portaria da Pousada.
- 97 Tecto da sala de acesso à internet da Pousada.
- 98 Terraço nascente da Pousada.
- 99 Fachada nascente da Pousada.
- 100 Interior de um torreão da Pousada.
- 101 Cozinha da Pousada.
- 102 Sala de reuniões da Pousada.
- 103 Início da escadaria do terraço nascente da Pousada.



102



103



No piso inferior do Palácio, que se acede através de escadas ou de elevador (já realizados na obra de Fernando Távora) localizam-se as salas de reuniões e áreas de serviço, estas situadas do lado norte. Segundo Sinclair este nível, onde se marcava o eixo longitudinal desde o pátio da antiga entrada principal, agora ocupado pela fábrica, até ao Belvedere, *retoma alguma da sua importância inicial com o projecto da Pousada pois será através do mesmo eixo longitudinal, no sentido nascente poente, que se confronta com o corpo [nascente], (...) onde se localizam os quartos, e outras zonas de estar e de apoio*⁹³.

A ligação física entre o Palácio e o edifício dos quartos faz-se no piso 0 através de uma galeria subterrânea (elemento D) do lado norte com circulações de hóspedes e de serviço autónomas. Esta galeria, construída atrás do muro balaustrado norte de suporte, é constituída por novas paredes, não sendo visível o existente muro em granito.

A circulação para hóspedes tem 1.5 metros de largura e 21.7 metros de comprimento, acede-se através da torre nordeste do Palácio abrindo-se depois num pequeno hall (12m²) no edifício da antiga fábrica (B) que faz ligação a uma sala polivalente. Aqui revela-se um problema, pois é necessário atravessar uma sala prevista para eventos de modo a chegar ao hall de entrada do edifício B (espaço que dá acesso aos quartos). Na eventualidade desta sala estar ocupada, não resta outra opção para se chegar ao hall do corpo B senão pelo pátio (1) exterior. Mesmo sem qualquer ocupação da sala polivalente a ligação externa com uma cobertura (elemento E) é a mais utilizada, excepto com condições climáticas extremas, pois é o percurso mais imediato e menos distante (atravessamento desde o hall do Palácio até ao do volume B de 18 metros). A galeria interna é um espaço iluminado apenas artificialmente, através de focos no tecto, o pavimento é granito ajudando à sua luminosidade e possui uma parede de cor, uma é branca e outra cinza, reduzindo assim a sensação de afunilamento (já que as paredes parecem pertencer a corpos independentes). No hall de 12m² foi colocado um espelho ocupando grande parte duma das paredes ampliando assim a percepção do espaço.

A circulação de serviço tem também 1.5 metros de largura, é iluminada artificialmente, o pavimento é em azulejo bege e as paredes são pintadas igualmente num tom bege. Esta



105



106

104 Vista para norte da Pousada.

105 Galeria de circulação de hóspedes da Pousada.

106 Galeria de circulação de serviço da Pousada.

93 SINCLAIR, David John – “Memória Descritiva e Justificativa. Pousada Histórica do Freixo” 2007, p.16.



circulação dá acesso a sanitários de serviço e prolonga-se pelo edifício B num percurso de 54 metros desde o Palácio até à porta de divisão das áreas de serviço de apoio.

A galeria subterrânea permite a ligação entre os edifícios sem qualquer interferência visual. Esta questão foi das mais debatidas ao longo do projecto pois inicialmente estava prevista uma passagem em galeria de vidro autoportante no pátio 1 mas esta solução não teve a aprovação do IGESPAR. Entretanto, em visita à obra, apercebemo-nos que existe uma cobertura curva em chapa acrílica translúcida sobre estrutura metálica (elemento E), que se encontra no pátio a ligar o Palácio e o volume B. Esta obra posterior é da autoria do Grupo Pestana e encontra-se actualmente em discussão pelo IGESPAR. A galeria interna, sem impacto na obra, resulta assim contradição pela adição de um elemento espúrio que é a cobertura exterior.

Aqui está patente uma questão que merece ser destacada: a do papel do arquitecto e o das entidades detentoras da obra.

Para além das condicionantes da entidade reguladora do património (IGESPAR) e dos regulamentos para empreendimentos turísticos, assim como as exigências de segurança, o arquitecto vê-se confrontado também pelos desejos do cliente.

107 a 111 Cobertura do pátio nascente da Pousada.



109



110



111

112



113



114



O arquitecto é organizador do espaço, mas o homem e a sociedade também o são quando experienciam o espaço. Porque o arquitecto cria *circunstância, positiva ou negativa*, as suas decisões não devem *ser tomadas com leviandade ou em face de uma visão parcial dos problemas ou por atitude egoísta de pura e simples satisfação pessoal*⁹⁴.

A competência do arquitecto passa por conseguir encontrar um equilíbrio entre as exigências legais, as do cliente e a sua convicção como organizador de espaço que é.

Como a arquitectura é para ser vivida pelo homem e não para o arquitecto, ela está sujeita a que este crie novas formas. O simples facto de um espaço projectado ser depois mobilado altera a sua organização. Esta é uma outra dificuldade com que o arquitecto se depara, por vezes, quando não existe colaboração entre o arquitecto da obra e o que faz o projecto de decoração, este último pode acabar por anular algumas opções de arquitectura.

Também o acrescentar de novos elementos arquitectónicos, como aconteceu com a cobertura exterior na Pousada do Palácio do Freixo, alteram a imagem da obra. Estas adições posteriores podem modificar toda uma intenção e actuação de projecto. Ainda que danificando a leitura de uma obra, há que rever, se por falta de comunicação ou até decisão menos bem conseguida do arquitecto, o porquê da necessidade de adicionar estes elementos. É dever do arquitecto encontrar soluções que satisfaçam estas necessidades e ao mesmo tempo se enquadrem no projecto não reduzindo a sua qualidade. Este problema da alteração posterior de um edifício por parte dos proprietários, denegrindo a sua imagem, é bem revelado num exemplo que se espalha pela cidade do Porto: o encerrar das varandas com estruturas envidraçadas, muitas vezes diferentes de andar para andar.

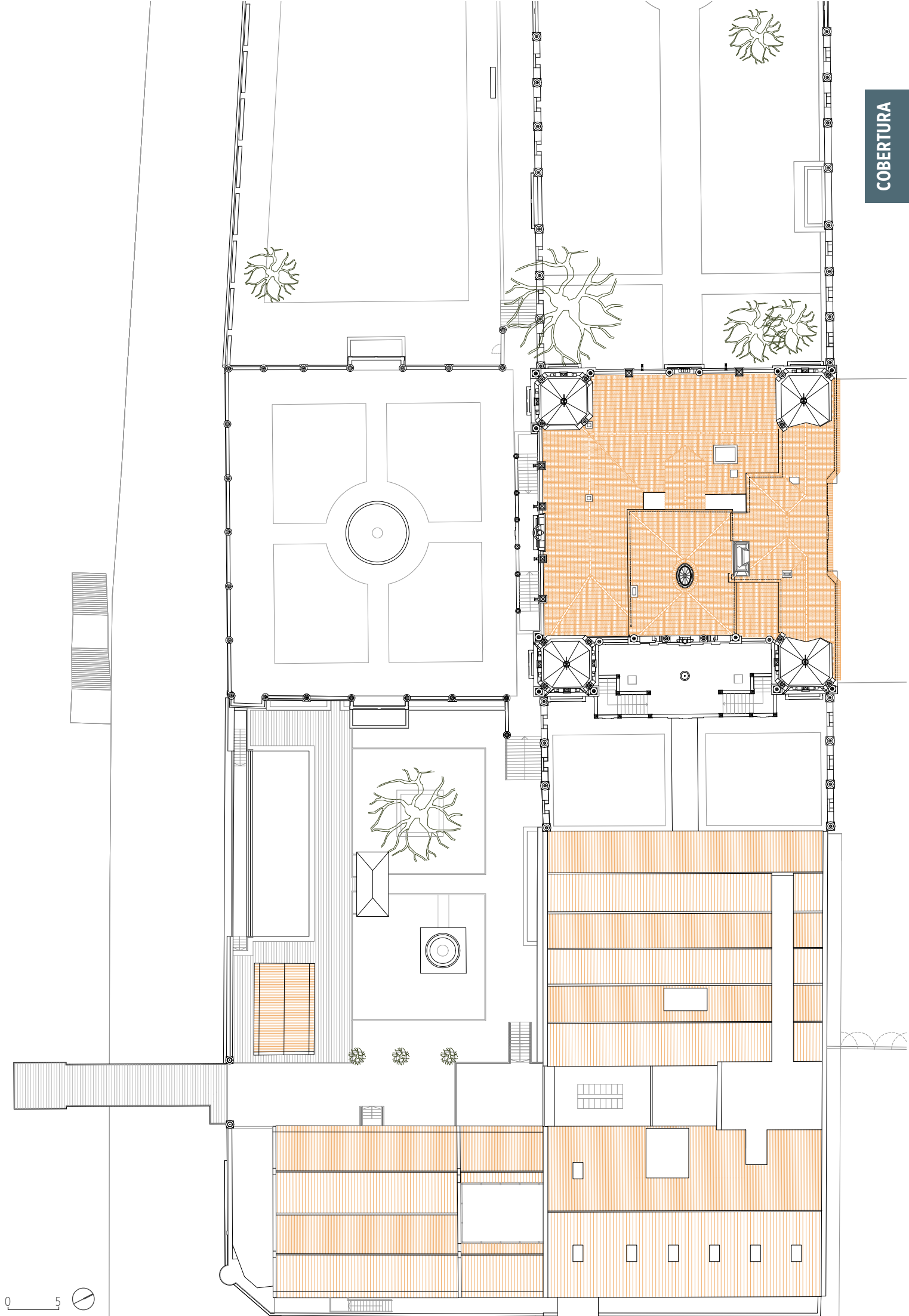
Retomando agora a descrição da Pousada do Freixo, o piso superior do Palácio, utilizado pela administração, resulta dos desvãos da cobertura e das diferenças de pé-direito das salas do andar nobre.

112 Vista do saguão a partir do piso 2 da Pousada.

113 Hall de escadas do piso 2 da Pousada.

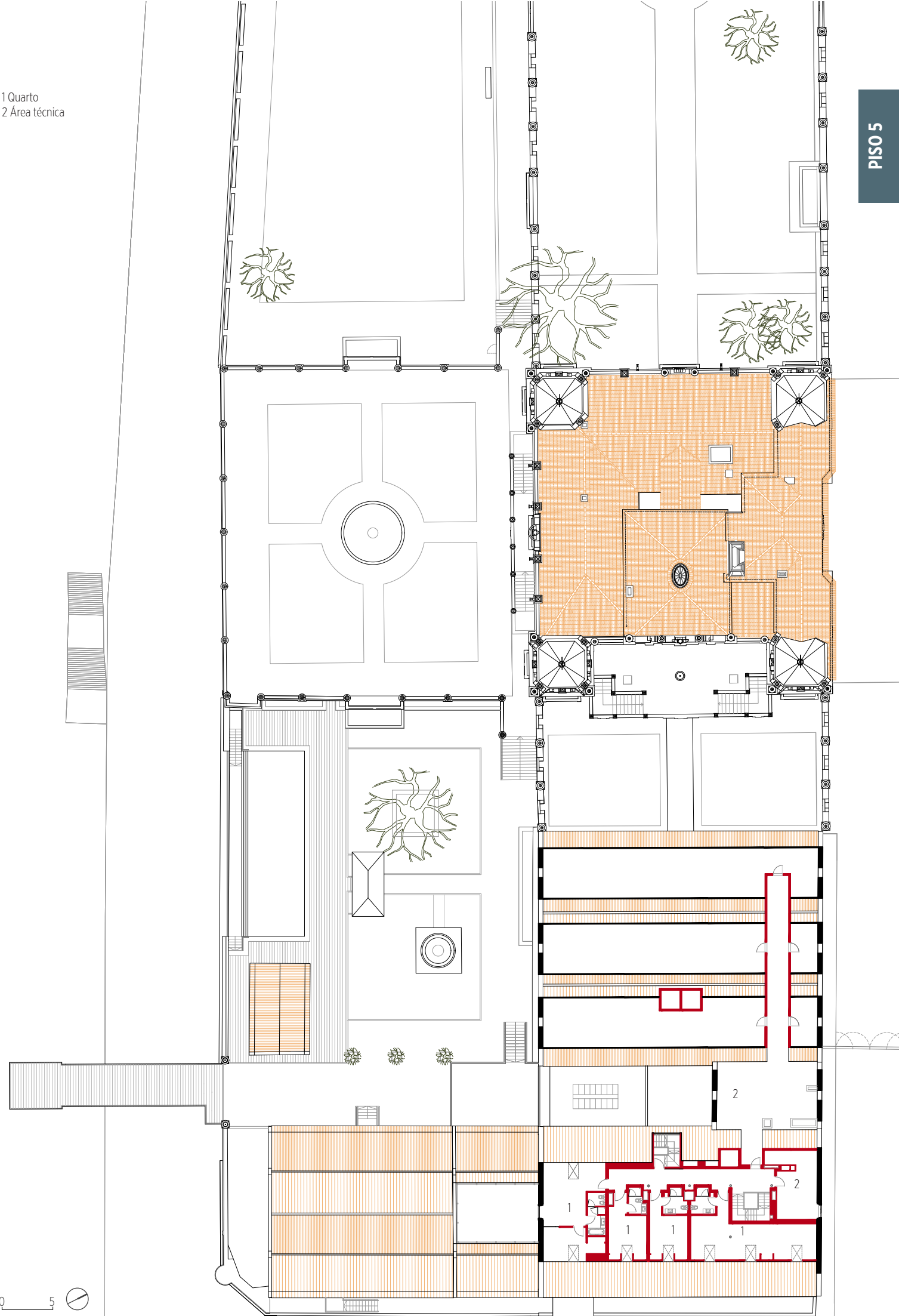
114 Hall do piso 2 da Pousada que dá acesso ao varandim da sala dos espelhos.

94 TÁVORA, Fernando – “Da Organização do Espaço” 6ª ed. Porto: Faup Publicações, 2006, p.74.

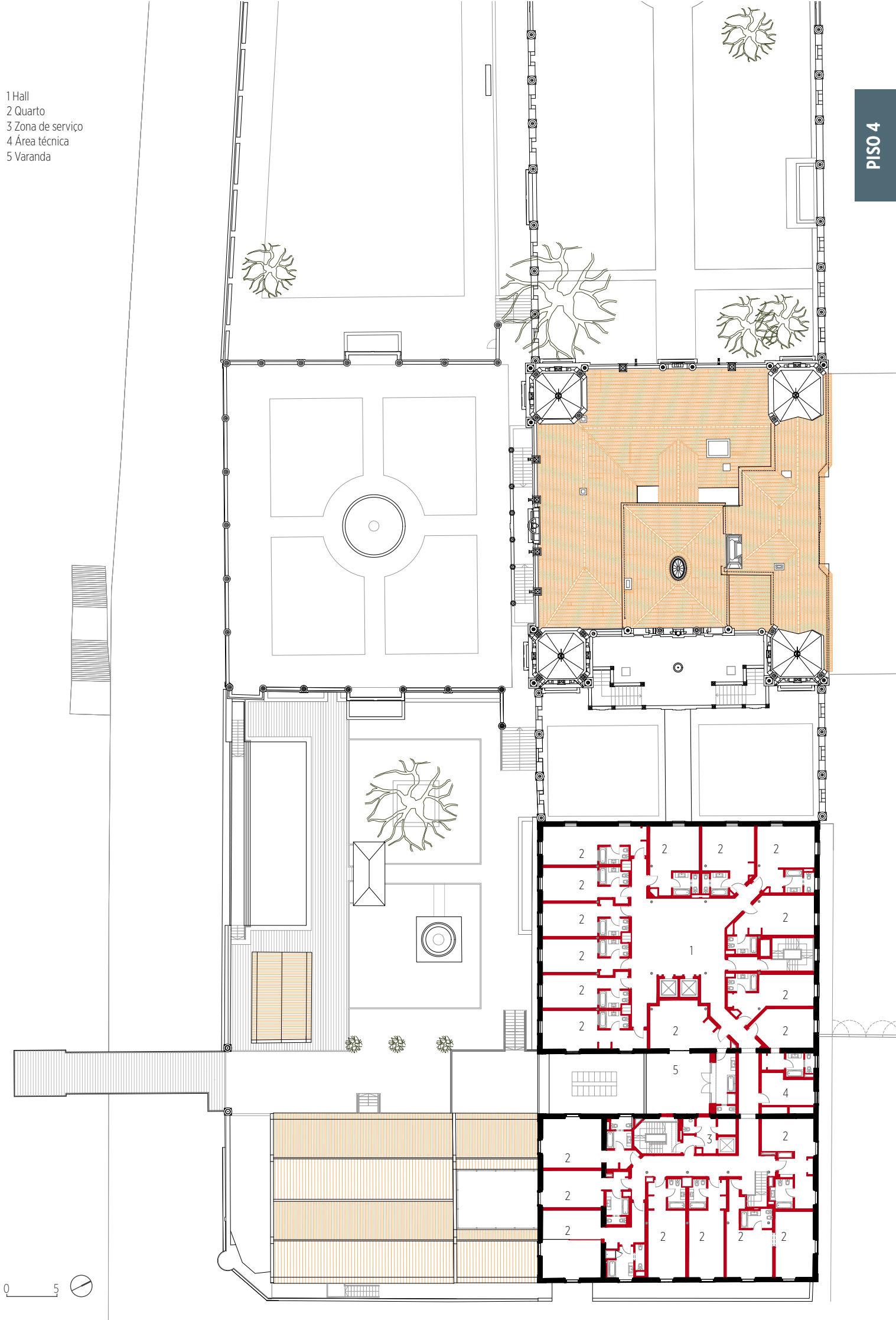


1 Quarto
2 Área técnica

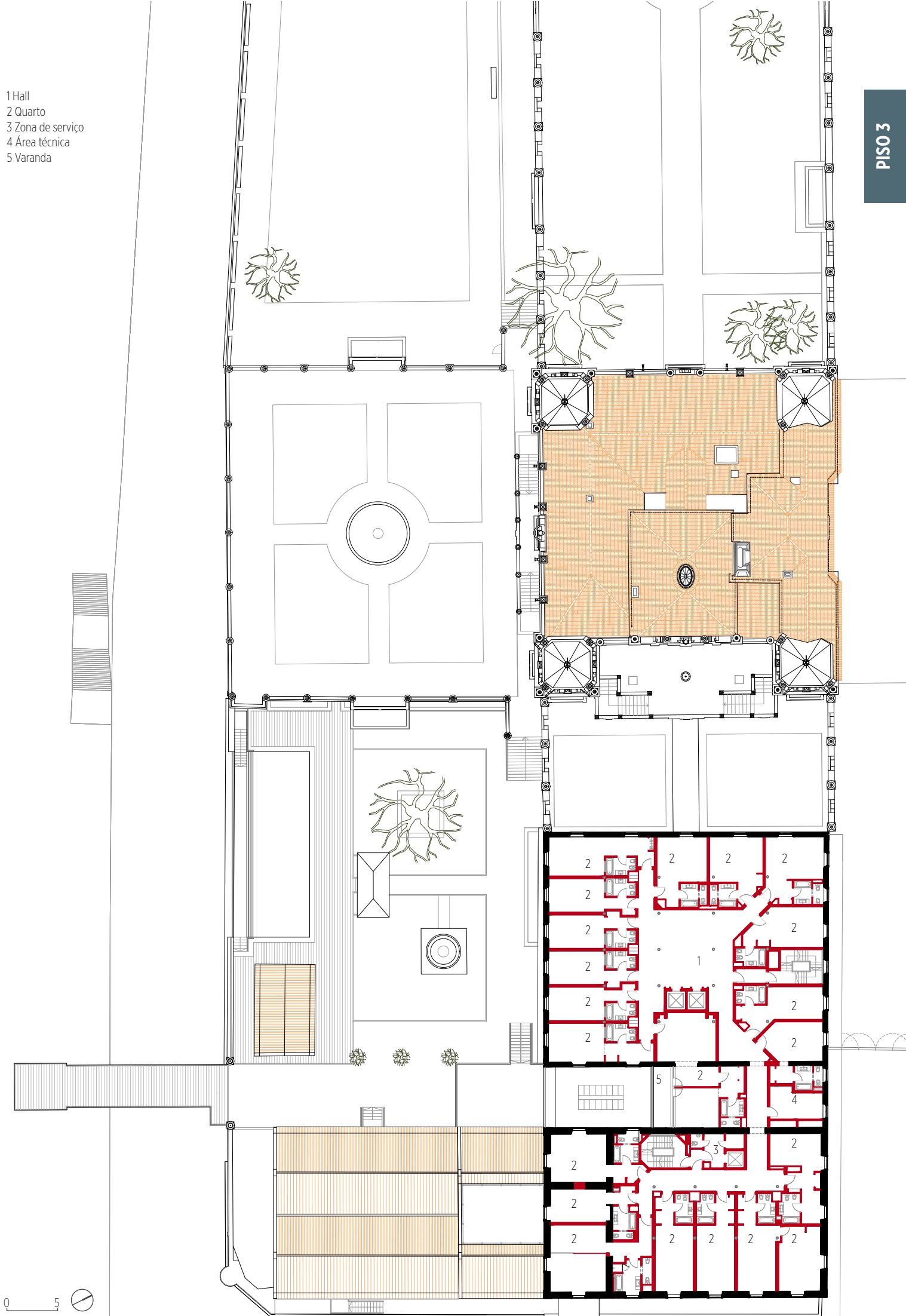
PISO 5



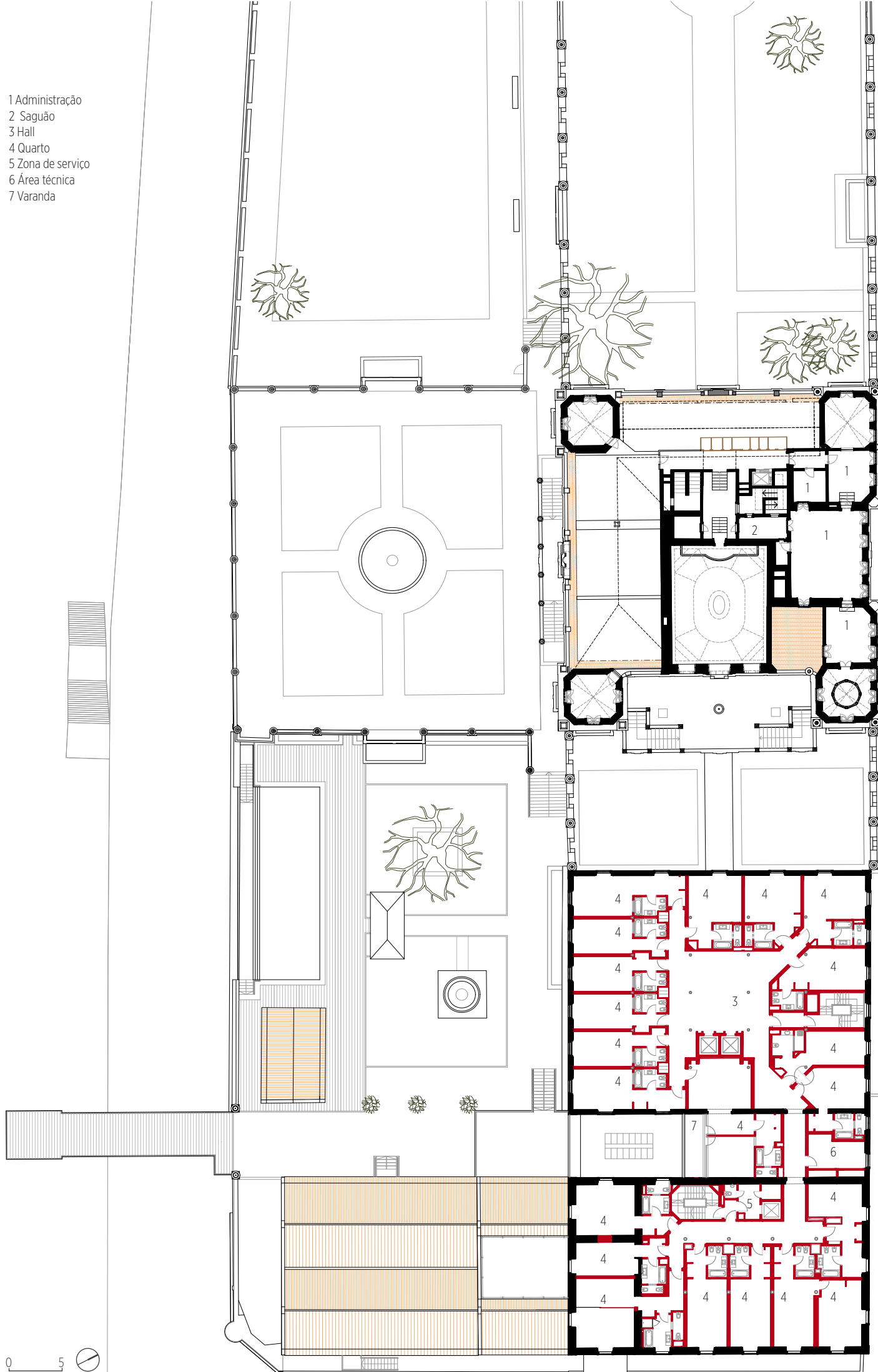
- 1 Hall
- 2 Quarto
- 3 Zona de serviço
- 4 Área técnica
- 5 Varanda



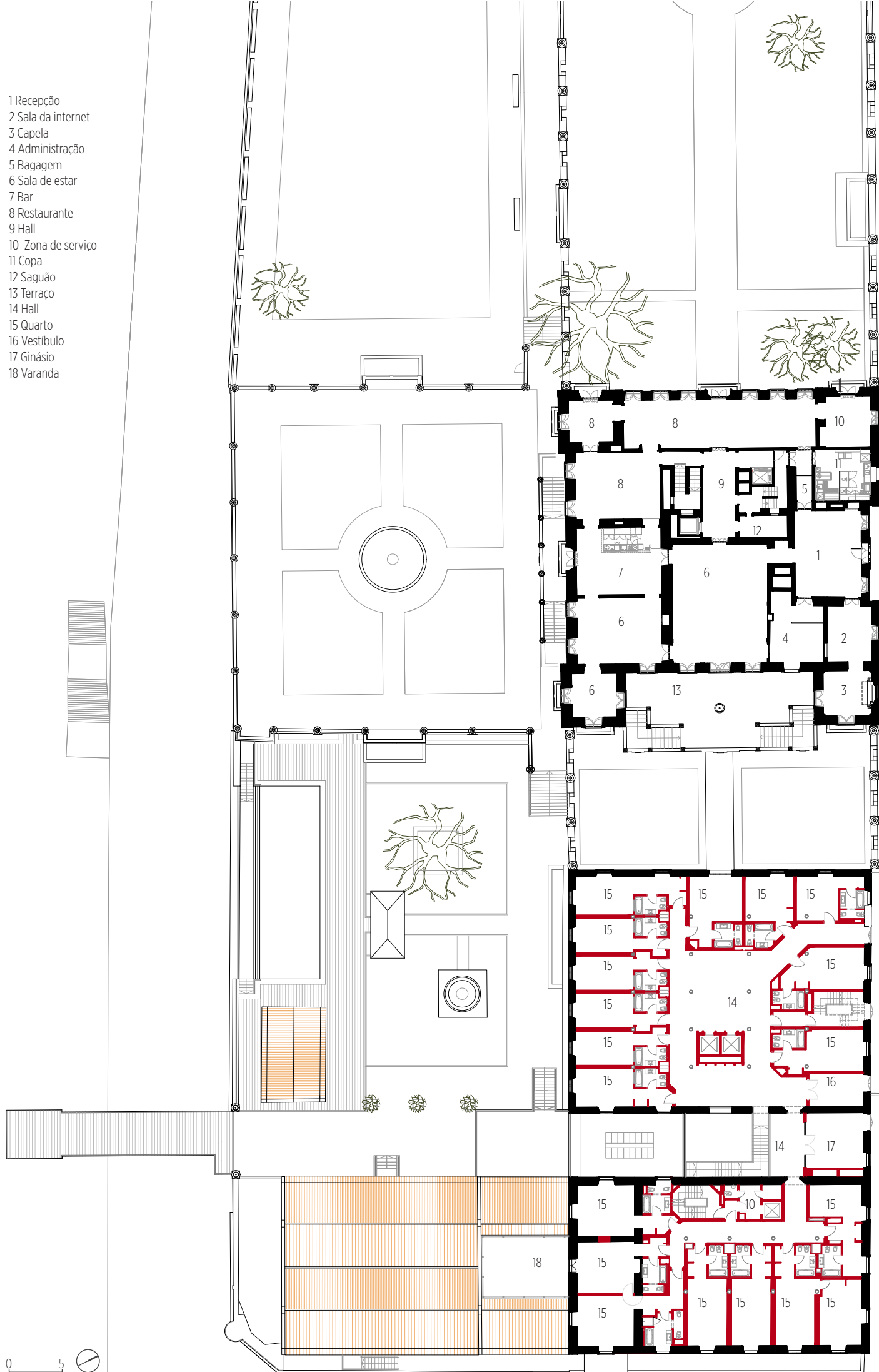
- 1 Hall
- 2 Quarto
- 3 Zona de serviço
- 4 Área técnica
- 5 Varanda



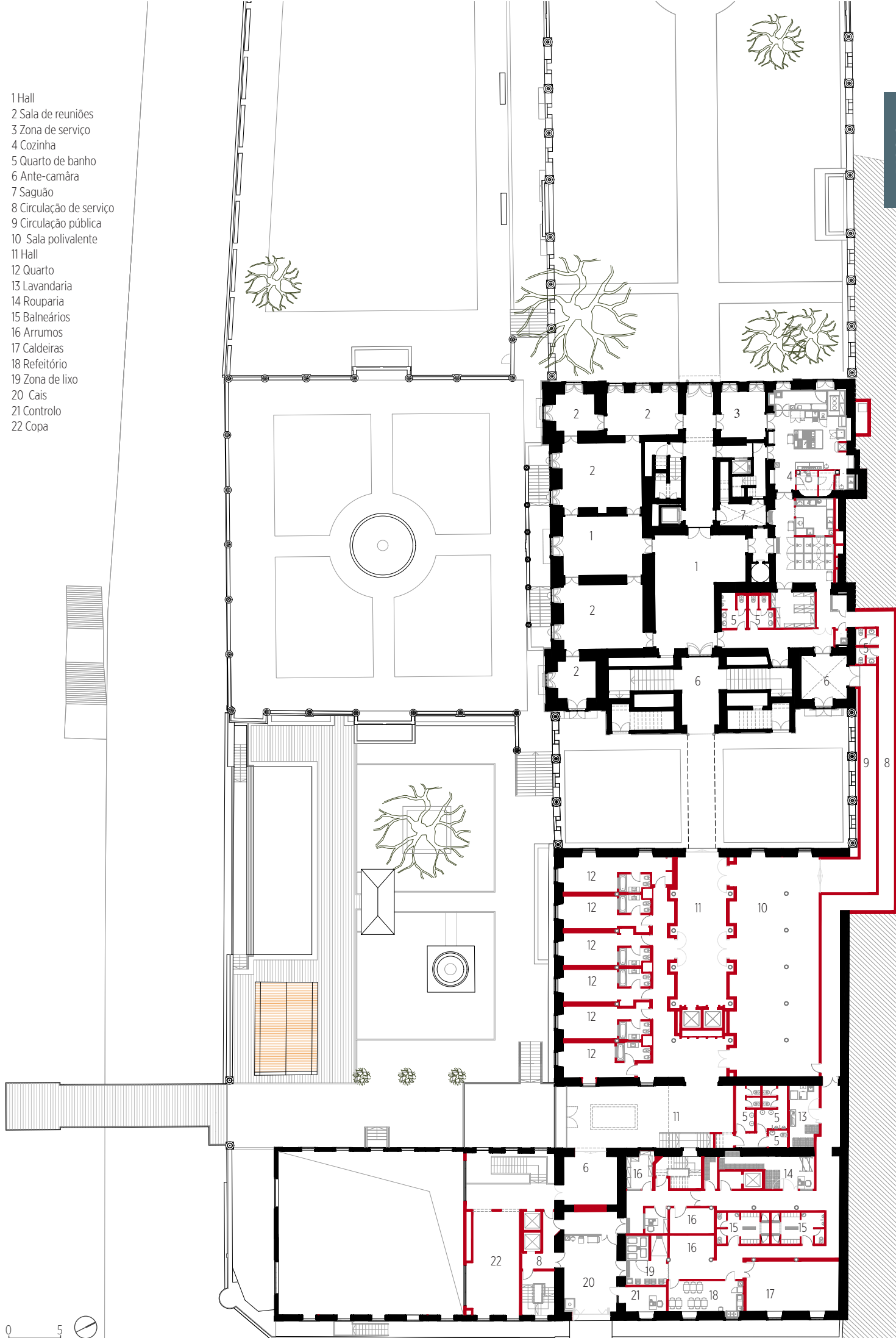
- 1 Administração
- 2 Saguão
- 3 Hall
- 4 Quarto
- 5 Zona de serviço
- 6 Área técnica
- 7 Varanda



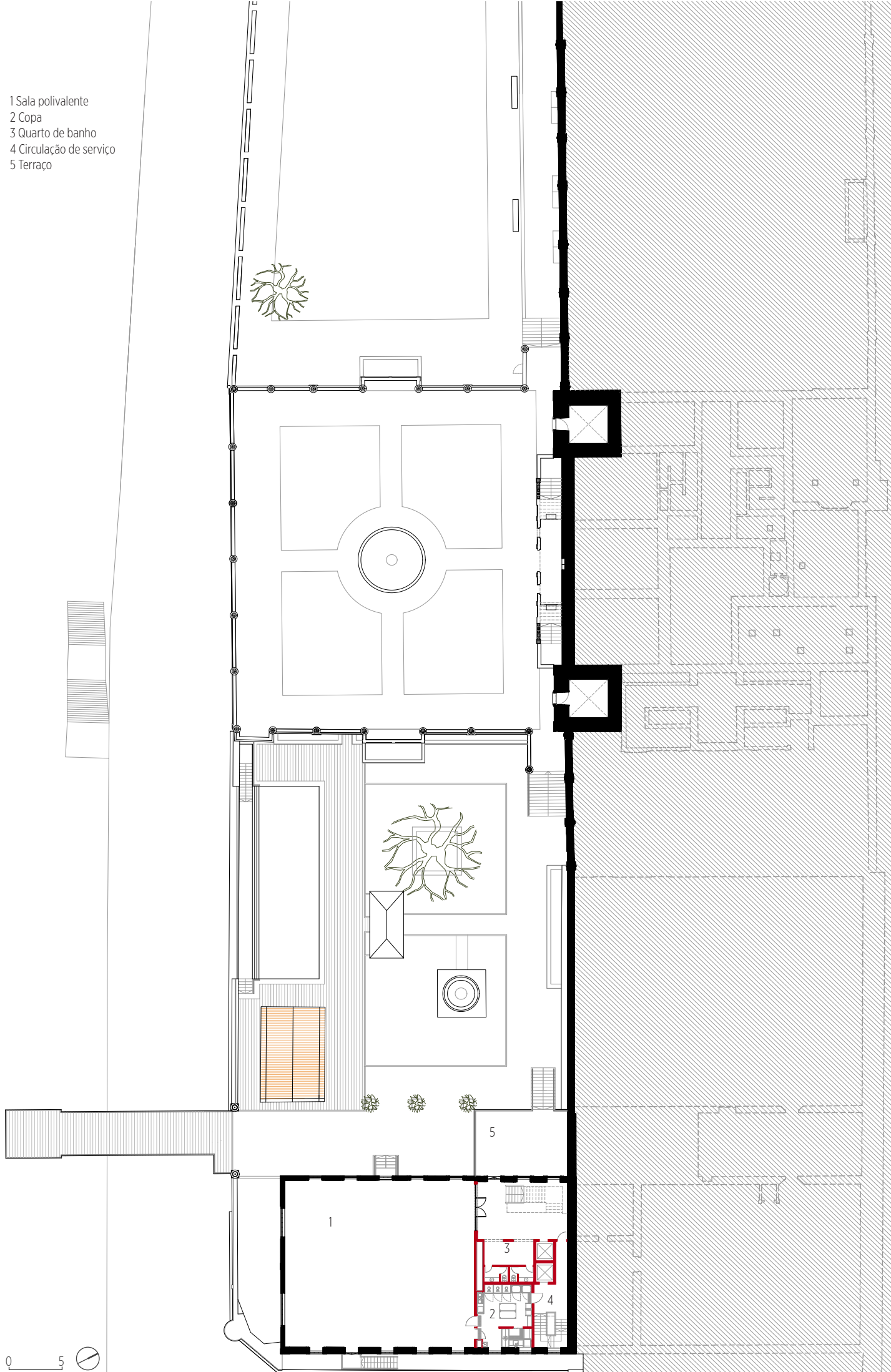
- 1 Recepção
- 2 Sala da internet
- 3 Capela
- 4 Administração
- 5 Bagagem
- 6 Sala de estar
- 7 Bar
- 8 Restaurante
- 9 Hall
- 10 Zona de serviço
- 11 Copa
- 12 Saguão
- 13 Terraço
- 14 Hall
- 15 Quarto
- 16 Vestíbulo
- 17 Ginásio
- 18 Varanda



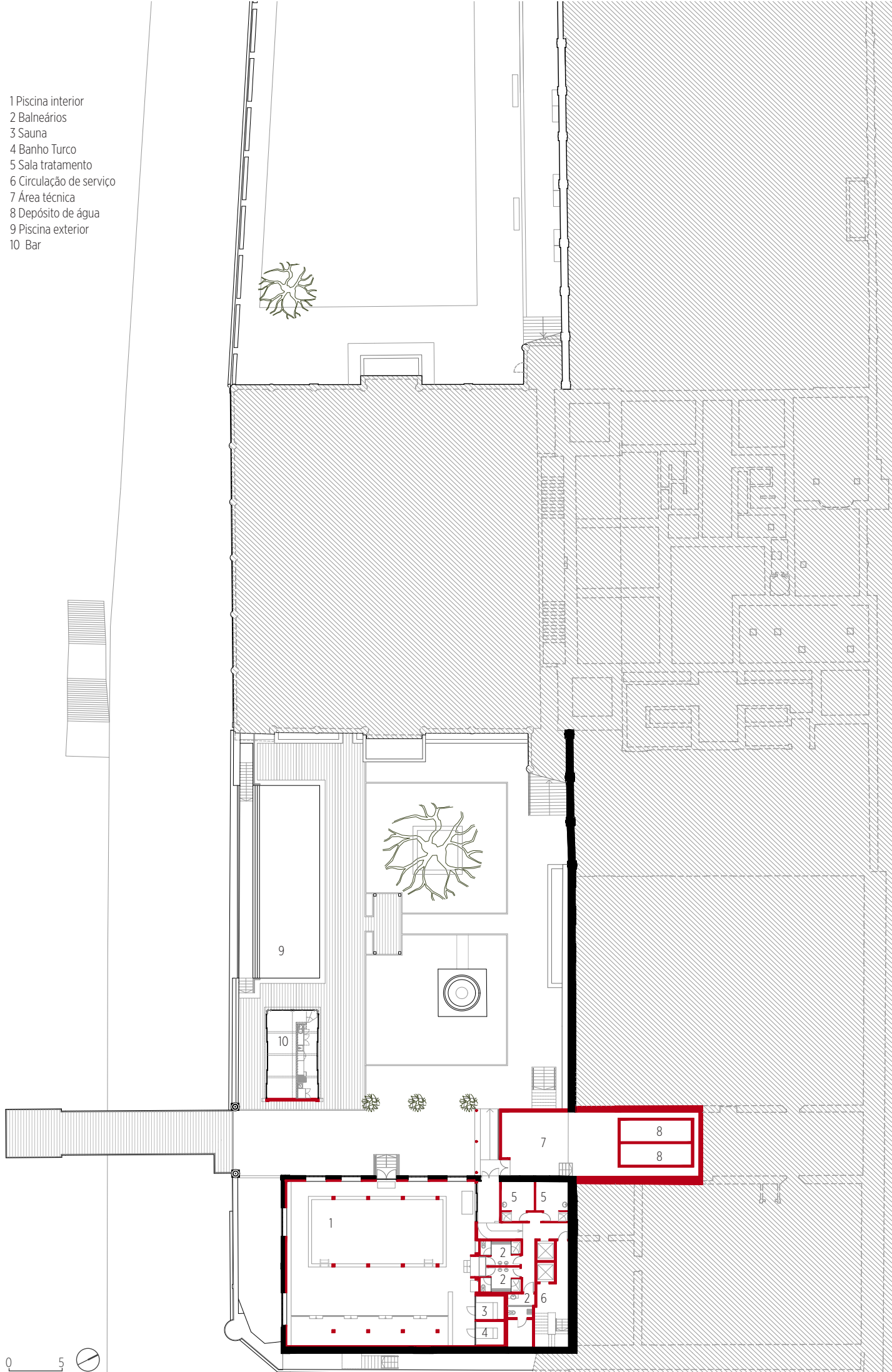
- 1 Hall
- 2 Sala de reuniões
- 3 Zona de serviço
- 4 Cozinha
- 5 Quarto de banho
- 6 Ante-câmara
- 7 Saguão
- 8 Circulação de serviço
- 9 Circulação pública
- 10 Sala polivalente
- 11 Hall
- 12 Quarto
- 13 Lavandaria
- 14 Rouparia
- 15 Balneários
- 16 Arrumos
- 17 Caldeiras
- 18 Refeitório
- 19 Zona de lixo
- 20 Cais
- 21 Controlo
- 22 Copa



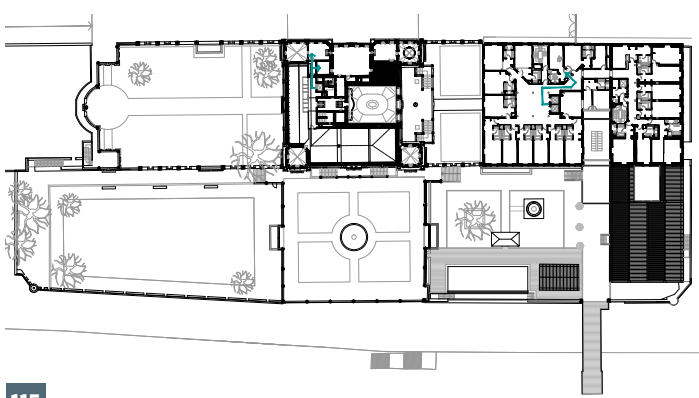
- 1 Sala polivalente
- 2 Copa
- 3 Quarto de banho
- 4 Circulação de serviço
- 5 Terraço



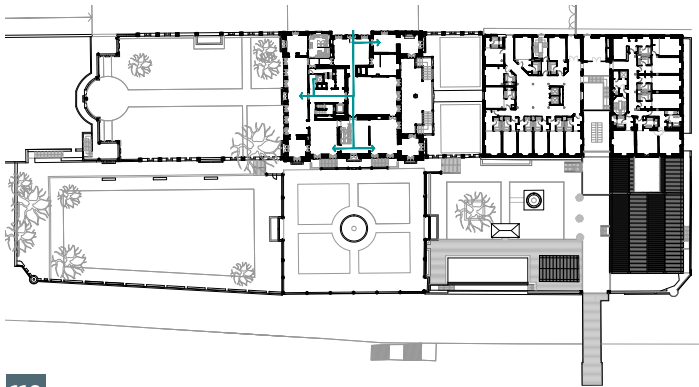
- 1 Piscina interior
- 2 Balneários
- 3 Sauna
- 4 Banho Turco
- 5 Sala tratamento
- 6 Circulação de serviço
- 7 Área técnica
- 8 Depósito de água
- 9 Piscina exterior
- 10 Bar



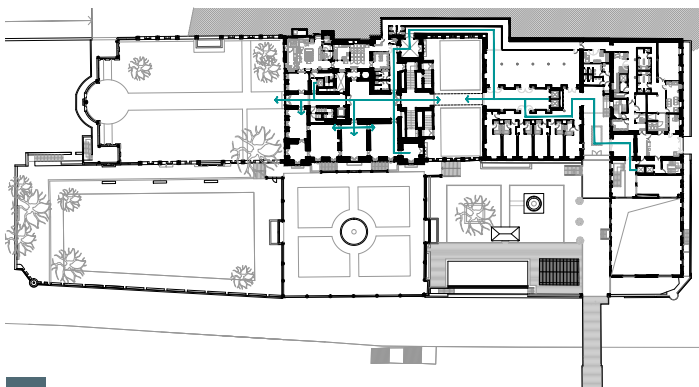




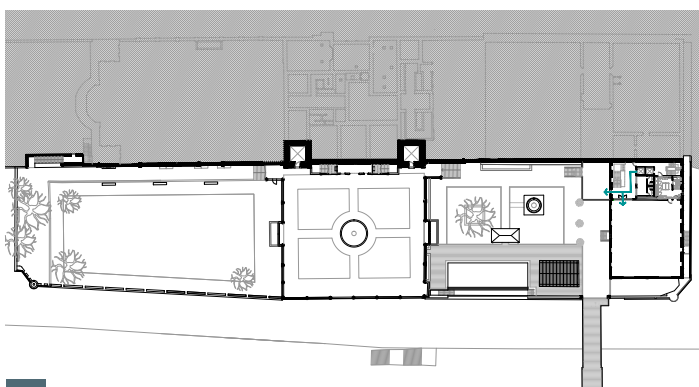
115



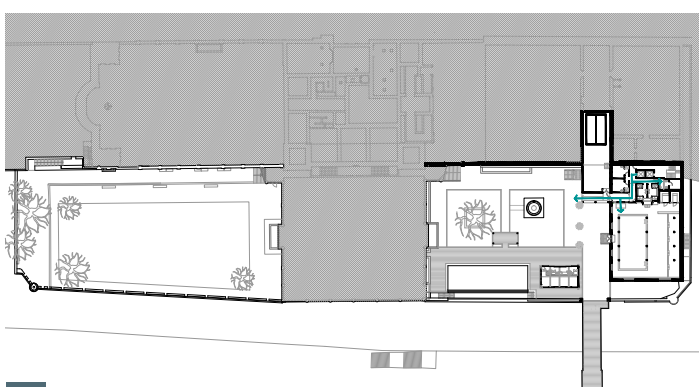
116



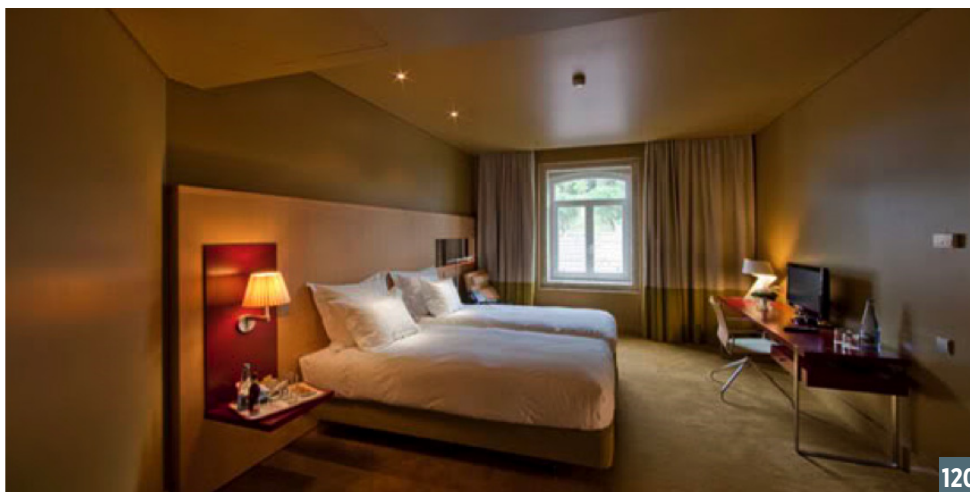
117



118



119



EDIFÍCIO DAS ANTIGAS MOAGENS HARMONIA — CORPO B1 B2

Os edifícios da antiga fábrica, com uma área bruta de 7522 m² são constituídos por dois corpos: a norte o B, que separamos em dois B1 e B2 para melhor o descrever, que forma um “U”. Este volume possui cinco pisos mas ao chegarmos à Pousada, na fachada norte (à cota de 19.9 metros), apenas quatro são visíveis. A entrada principal neste volume faz-se pela cota de 15 metros do lado poente de B1. O corpo B2 possui ainda um aproveitamento da cobertura; a sul o corpo C, numa cota inferior de 9.8 metros, que constituiu armazéns de dupla nave. O volume C possui três pisos e aproveitamento parcial da cobertura. A ligação interna entre os volumes B e C é feita à cota de 15 metros, piso térreo do corpo B e 3º piso do corpo C, pelo lado sul do corpo B2.

No volume B estão localizados 87 quartos (distinguem-se quatro tipos de quarto, ou variações de um mesmo módulo tipo), com áreas desde 26 m² a 70 m², dos quais 30 têm vista para os jardins, 48 são virados para o rio, destes últimos 4 têm varanda. Naturalmente todos os quartos incluem quarto de banho e possuem luz natural. O chão dos quartos é em alcatifa e a cor desta é verde tal como as paredes e tectos.

No piso 1 existe o único quarto equipado para receber pessoas com mobilidade reduzida, cumprindo assim a condição exigida, expressa no Decreto Lei 228/2009 de 14 de Setembro - *todos os empreendimentos turísticos, (...), devem dispor de instalações, equipamentos e, pelo menos, de uma unidade de alojamento, que permitam a sua utilização por utentes com mobilidade reduzida*⁹⁵. É possível estas pessoas acederem a todas as áreas de hóspedes nos edifícios A e B. Isso já não acontece no exterior onde não lhes é possível o acesso aos espaços 4, 5 e 8.

Como já referimos anteriormente, é no piso térreo do corpo B1 que se faz a ligação ao Palácio, através da galeria interna ou do pátio 1. Este pátio é coberto por cubo de granito de 5x5 cm e por um lajeado de pedras rectangulares de 40x70 cm, também de granito, que marca a ligação entre o Palácio e o volume B.

115 Planta do piso 2 da Pousada, percurso para pessoas com mobilidade reduzida.

116 Planta do piso 1 da Pousada, percurso para pessoas com mobilidade reduzida.

117 Planta do piso 0 da Pousada, percurso para pessoas com mobilidade reduzida.

118 Planta do piso -1 da Pousada, percurso para pessoas com mobilidade reduzida.

119 Planta do piso -2 da Pousada, percurso para pessoas com mobilidade reduzida.

120 Quarto da Pousada.

121 Quarto de banho de um quarto da Pousada.

⁹⁵ Artigo 6º, nº 2 - Decreto Lei 228/2009 de 14 de Setembro in “Diário da República” 1ª série, nº 178, 14 de Setembro de 2009.



No hall de entrada, onde se situam os elevadores revela-se a estrutura preexistente em ferro pintada em cinza. Possui luz natural de poente e o pavimento altera entre granito e madeira. Um outro espaço de hall, com pavimento em granito, foi construído entre os corpos B1 e B2. Com as fachadas a sul em vidro, este hall possui diferentes alturas: a zona mais a sul com pé direito de 4.25 metros, onde existe uma clarabóia, é construção nova. Neste espaço iniciavam-se as escadas exteriores em estrutura metálica da antiga fábrica. As escadas foram retiradas e permitiram a existência de varandas nos três pisos superiores; a zona a norte, onde se situam as escadas para hóspedes de acesso ao piso 1, tem um pé direito de 8.29 metros. As frentes envidraçadas a sul e a clarabóia, ao contrário das guardas de escadas e do exterior, que têm pouca expressão, possuem caixalheria branca de acordo com o resto dos vãos dos volumes da antiga fábrica e têm algum impacto.

**122 a 125 Hall da Pousada do
Palácio do Freixo.**

No piso 0, para além de 6 quartos, existe uma sala para eventos com cerca de 162 m², de pavimento em madeira para maior conforto e com iluminação natural de poente. É também neste piso que se localizam, a nascente, as áreas de serviço de apoio (de acesso restrito aos funcionários da Pousada) com balneários, refeitório, lavandaria, zona dos lixos e o cais de acesso a viaturas de serviço. Estas áreas de serviço têm, no pavimento, azulejo bege e em locais estratégicos grelhas de escoamento para maior facilidade de limpeza com água. Apenas no cais de acesso o chão é borracha vermelha escura. As paredes são pintadas de bege para iluminar estes espaços que são na sua maioria iluminados artificialmente, apenas as salas a nascente possuem luz natural. A localização da principal parte das áreas de serviço neste edifício permitiram *um melhor aproveitamento das áreas nobres e a satisfação de exigências funcionais de serviço, por exemplo acessos autónomos, ou apoio a eventos*⁹⁶.

No piso 1 do volume B encontra-se, para além de mais quartos, um ginásio e no lado norte existem acessos ao exterior (cota 19.9 metros).

Nos pisos superiores encontram-se o resto dos quartos, *cuja adaptação volumétrica e estrutural acabou por ser facilitada, atendendo à métrica estrutural e ritmo de vãos, deixando visível parte da estrutura metálica, pré-existente, nas zonas de circulação*⁹⁷.

96 SINCLAIR, David John – “Memória Descritiva e Justificativa. Pousada Histórica do Freixo” 2007, p.18.

97 Idem, ibidem, p.17.



O piso tipo de quartos desenvolve-se ao longo de um corredor central (solução corrente em hotelaria) num espaço sem iluminação natural, e de iluminação artificial ténue. A reduzida iluminação, o verde e cinza das paredes e pilares, juntamente com o chão alcatifado nas mesmas cores, dão a esta área um tom de recolhimento e silêncio, compatível com uma zona de quartos. É servido pela coluna de elevadores formalmente “solta” e pelas escadas de hóspedes, assim como de acessos verticais e espaços de serviço.

No corpo B2 o aproveitamento da cobertura, servido somente por escadas, compreende 4 quartos e uma área técnica. Estes quartos têm vãos apenas em cobertura inclinada sem qualquer vista para o Rio, jardins ou para a cidade.



126 Hall da zona dos quartos da Pousada.

127 Escadas de hóspedes da zona dos quartos da Pousada.

128 Quarto do piso 5 da Pousada.



EDIFÍCIO DAS ANTIGAS MOAGENS HARMONIA — CORPO C

129 a 132 Hall de ligação entre os corpos B e C da Pousada.

No corpo C, à cota de 15 metros que se une a B, localizam-se apenas os acessos verticais para hóspedes e de serviço e uma copa de apoio. Este espaço tem ligação visual para a sala polivalente de pé direito duplo do piso inferior. No piso inferior, à cota de 12.2 metros, encontra-se então a sala polivalente com 271m², com a estrutura da cobertura visível e duas grandes janelas com vista para o rio. Ainda neste piso existe uma outra copa, quartos de banho e o hall, com acessos verticais e uma porta que dá para o pátio exterior 2, que tem uma zona em pé direito duplo e deixa visível a antiga parede de granito.

No piso inferior, que faz um desnível com o exterior de menos 90 centímetros, foi construída uma piscina interior que possui luz natural e tem 83m² de superfície de espelho de água, sauna, banho turco e respectivos balneários, para além de duas salas de primeiros socorros. Para aceder ao pátio 3 a partir deste piso existem duas possibilidades: ou subindo os 5 degraus que saem da zona piscina interior ou pela rampa a partir do hall dos acessos verticais (esta última hipótese é a única forma das pessoas com mobilidade reduzida acederem a este pátio).

No prolongamento exterior 3 existe um antigo cais de embarque apoiado na margem do Rio por estruturas metálicas, que foi transformado numa esplanada sobranceira ao Douro, de pavimento em *deck* de madeira e com uma cobertura em lona branca no seu extremo. Um bar de apoio foi feito a partir de uma antiga casa de controlo do cais, que se encontrava em ruínas. Foi acrescentada a cobertura (de duas águas) em telha, organizou-se o interior com equipamento de bar e foram aplicados planos em vidro que permitem a abertura em três fachadas, mantendo a pré existente de granito.

Foi construída uma piscina rectangular de 99m² de superfície de espelho de água e 1.4 metros de profundidade. A piscina encontra-se numa posição paralela ao Rio, praticamente no limite do terreno, a 1.2 metros do muro de suporte sul. Este espaço de 1.2 metros de largura, que constitui o acesso à área técnica da piscina, está a uma cota inferior 1 metro relativamente à da superfície da piscina, sendo assim pouco visível. De forma a atenuar o limite da piscina, uma queda de água remata o seu lado sul e não o lancil de granito como nos outros três lados. Apenas uma guarda em vidro, que procura ser imperceptível, limita o terreno nesta zona da piscina, permitindo assim um prolongamento visual entre a piscina e o Rio. Esta configuração da piscina que parece caricaturar o Rio Douro não constitui inovação.





139

133 Zona de estar do espaço 3 da Pousada.

134 Zona de estar junto à piscina da Pousada.

135 Terraço 2 da Pousada.

136 Zona de esplanada, no antigo cais, da Pousada.

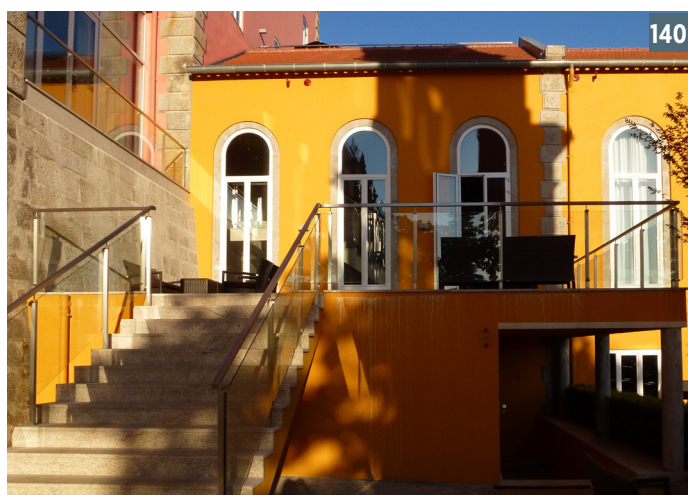
137 Espaço 3 da Pousada.

138 Espaço 3, zona de estar junto à fachada sul do corpo C, da Pousada.

139 Zona de esplanada no espaço 3 da Pousada.

140 Terraço 2 da Pousada.

141 Piscina, bar e zona de estar da Pousada.



140



141



142



143



144



145



146



147

A zona exterior que rodeia a piscina prolonga-se até ao bar e foi pavimentada em deck de madeira. As restantes zonas, espaços de estar e percursos, são em cubo de granito de 5x5 centímetros.

Esta zona exterior é dominada pela chaminé que pertenceu às Moagens e foi integrada no novo espaço e pela já antiga árvore - um castanheiro. A rodea-los existe um relvado. Encontra-se ainda neste espaço uma cobertura em lona, que cria uma resguardada zona de estar, de alguma utilidade mas um pouco desenquadrada ou talvez fora de escala. Também aqui um antigo tanque voltou a jorrar água.

Nos antigos arruamentos e restantes espaços exteriores (4 a 8) recuperaram-se os arranjos já existentes, procurando estabelecer de novo um enquadramento que contribuísse para a reabilitação paisagística. O pátio 6, limitado pelo belvedere, mantém o percurso em granito, (o restante é em terra) e as quatro antigas árvores: uma *sequoia sempervirens*, dois tulipeiros - *liriodendron tulipifera* - e um *afrocarpus falcatus*.



142 Castanheiro no espaço 3 da Pousada.

143 Cobertura no espaço 3 da Pousada.

144 Fachada sul do volume B da Pousada.

145 Piscina exterior no espaço 3 da Pousada.

146 Antiga chaminé no espaço 3 da Pousada.

147 Fachada norte do volume B da Pousada.

148 Janela da antiga fábrica Moagens Harmonia.

149



150



151



152



153



154





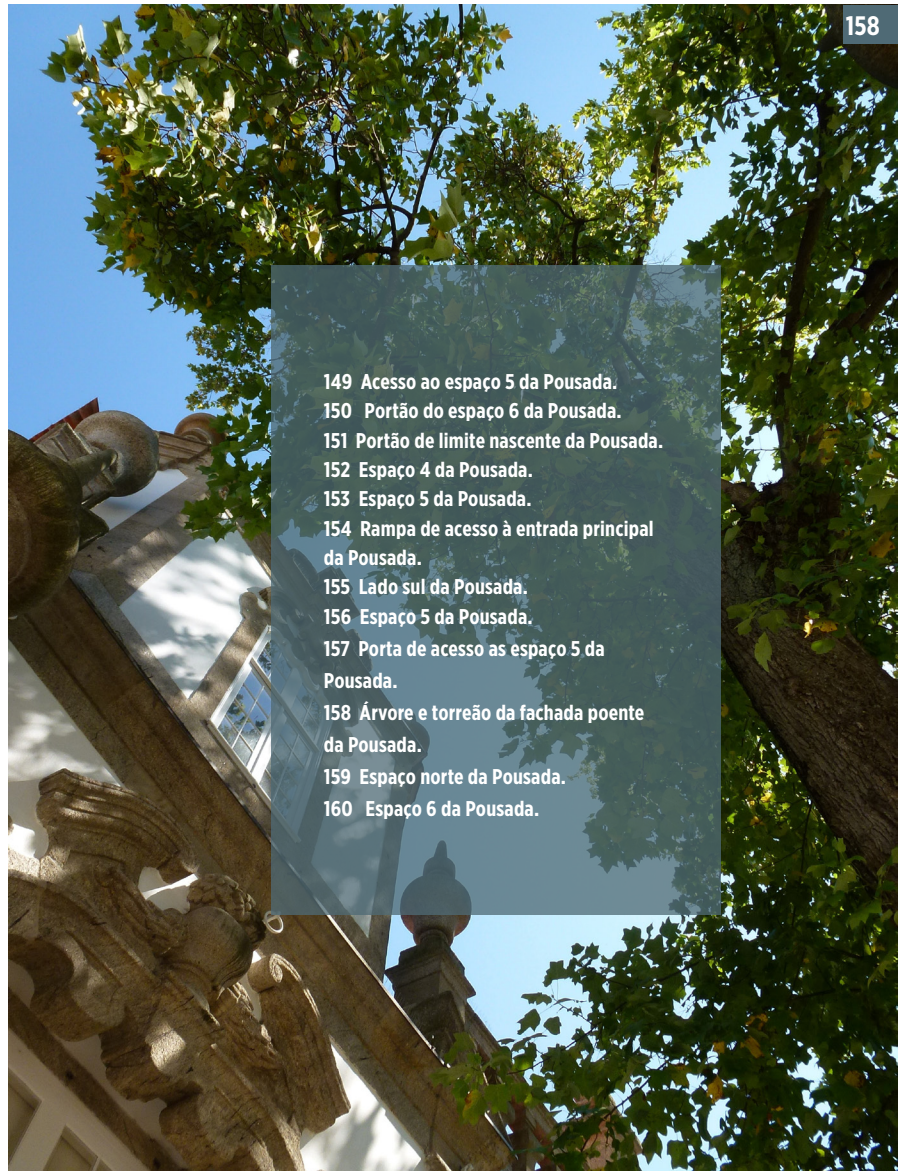
155



156



157



158

- 149 Acesso ao espaço 5 da Pousada.
- 150 Portão do espaço 6 da Pousada.
- 151 Portão de limite nascente da Pousada.
- 152 Espaço 4 da Pousada.
- 153 Espaço 5 da Pousada.
- 154 Rampa de acesso à entrada principal da Pousada.
- 155 Lado sul da Pousada.
- 156 Espaço 5 da Pousada.
- 157 Porta de acesso ao espaço 5 da Pousada.
- 158 Árvore e torreão da fachada poente da Pousada.
- 159 Espaço norte da Pousada.
- 160 Espaço 6 da Pousada.



159



160

161



162



163



Ao nível construtivo, os materiais para os edifícios da antiga fábrica Harmonia foram escolhidos em função da imagem do conjunto, de eficácia ao nível de isolamento térmico, sonoro e impermeabilização. As coberturas mantêm a configuração e inclinação originais, e o mesmo tipo de telha de tom natural. As caixilharias escolhidas são em madeira pintada de branco, tais como as antigas existentes. Contudo o seu desenho é mais simplificado, pois nas suas folhas existe um único vidro e não dois como nas antigas. As guardas das varandas, das escadas e as de limite de terraços exteriores são de vidro e aço, reduzindo a sua expressão material.

Ao nível técnico a Pousada beneficiou de redes de abastecimento e saneamento locais, pois situa-se numa área urbana onde se realizaram obras ainda antes de 2003.

Apoiou-se também nas infra-estruturas construídas no âmbito do projecto de recuperação do Palácio por Fernando Távora, localizadas junto à portaria e no lado norte do percurso de acesso à fachada norte (9), por trás do muro branco de suporte do terreno 8. Foram apenas acrescentados reservatórios de água para a rede de incêndios e potável.

O projecto de redes de aquecimento e ar condicionado da antiga Harmonia teve em consideração as novas exigências de utilização de energia e a compatibilidade com a preservação da imagem dos edifícios. O sistema de ar condicionado inclui 'chillers' localizados no terreno norte 8, por trás do muro branco a nascente (10), e UTAS (Unidades de Tratamento de Ar) localizadas em pátios recortados no desvão da cobertura nascente dos edifícios B. O impacto visual destes dispositivos técnicos foi reduzido ao mínimo.

O regime jurídico que classifica os empreendimentos turísticos, estabelecido no Decreto Lei 228/2009 de 14 de Setembro, em função do cumprimento dos requisitos da Portaria 327/2008 de 27 de Abril, atende não só a requisitos físicos das instalações mas também à qualidade dos serviços prestados. Este Decreto Lei refere que as pousadas instaladas em edifícios classificados como monumentos nacionais, o caso da Pousada do Palácio do Freixo, devem cumprir os requisitos relativos a um hotel de 4 estrelas (tabela em anexo). Verificamos que a Pousada do Palácio do Freixo cumpre as exigências.



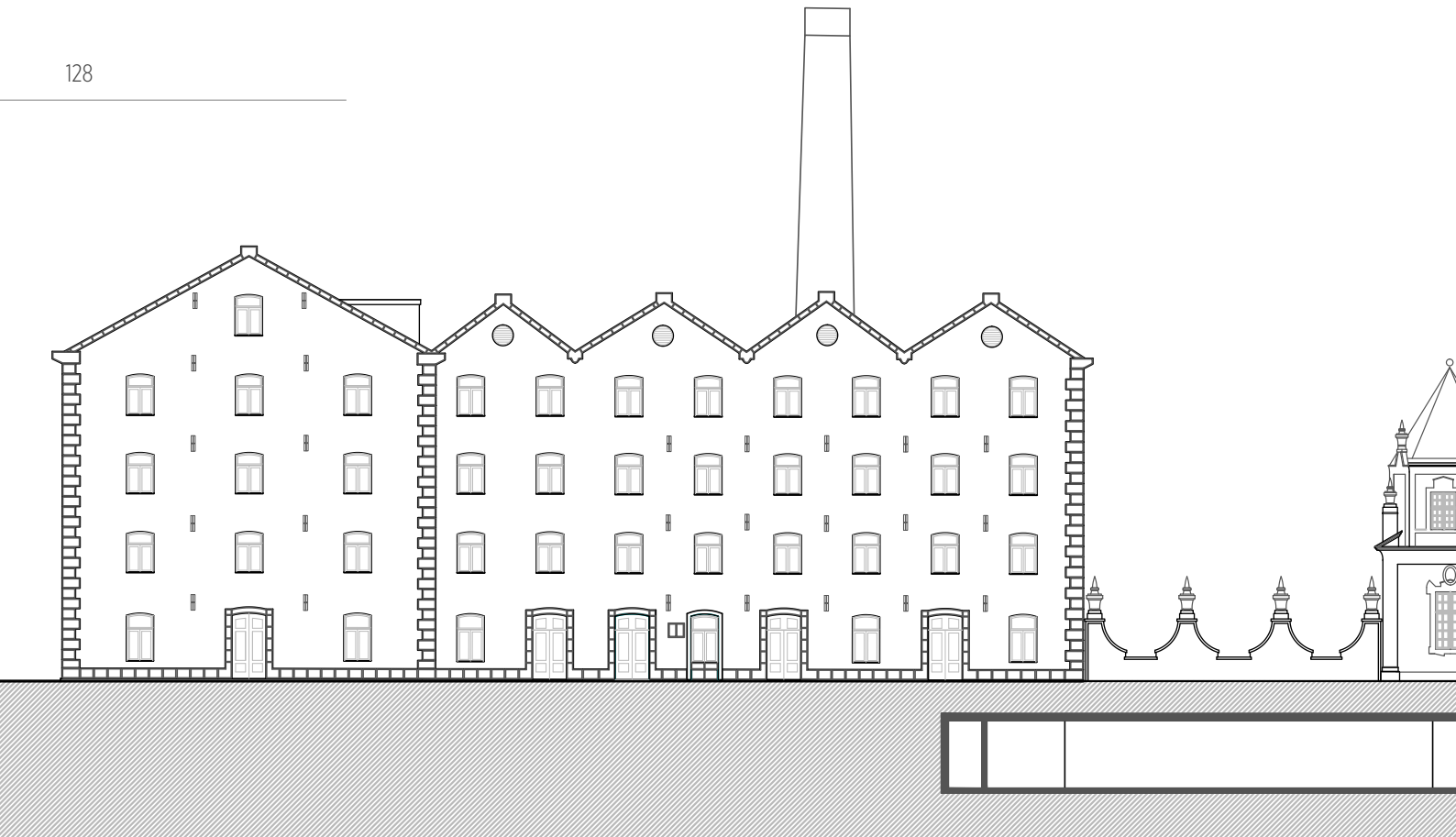
161 Área técnica, espaço 10, da Pousada.

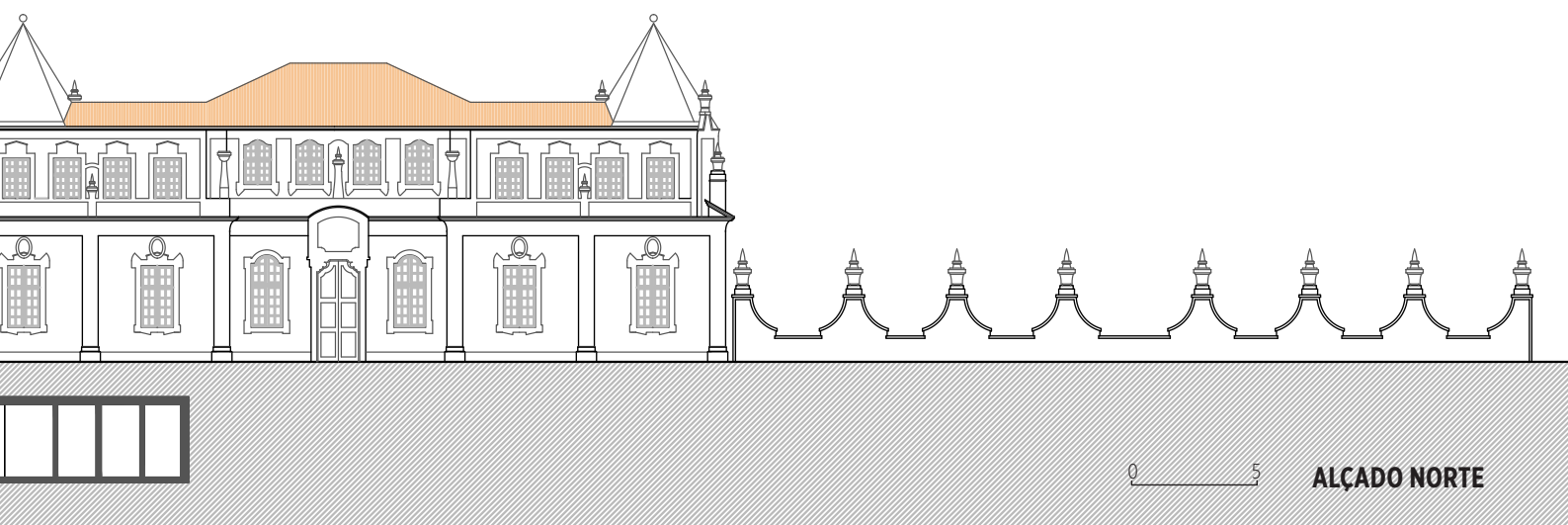
162 Área técnica, espaço 9, da Pousada.

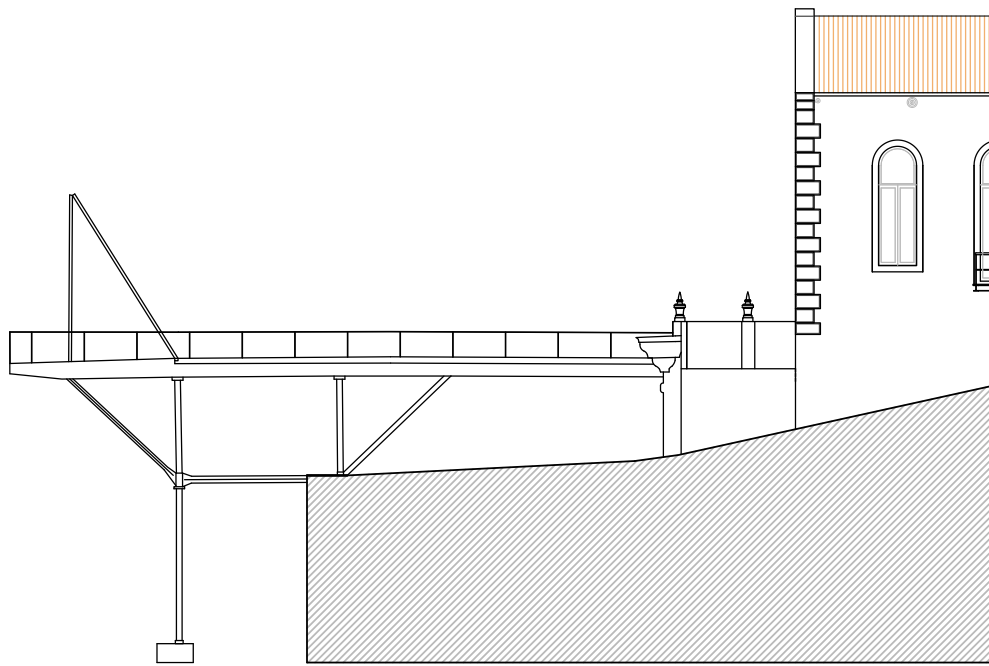
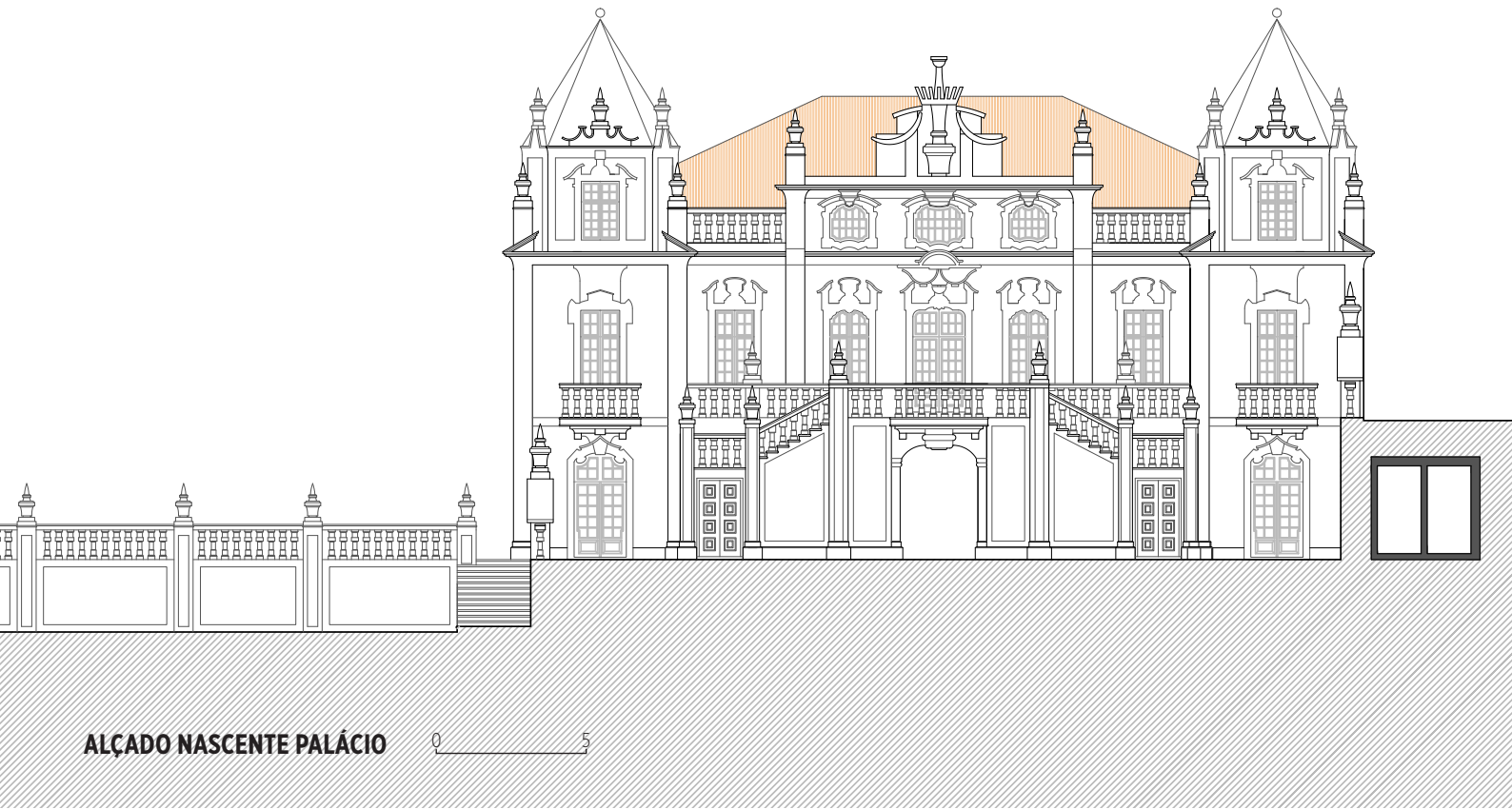
163 Porta de acesso a área técnica da Pousada.

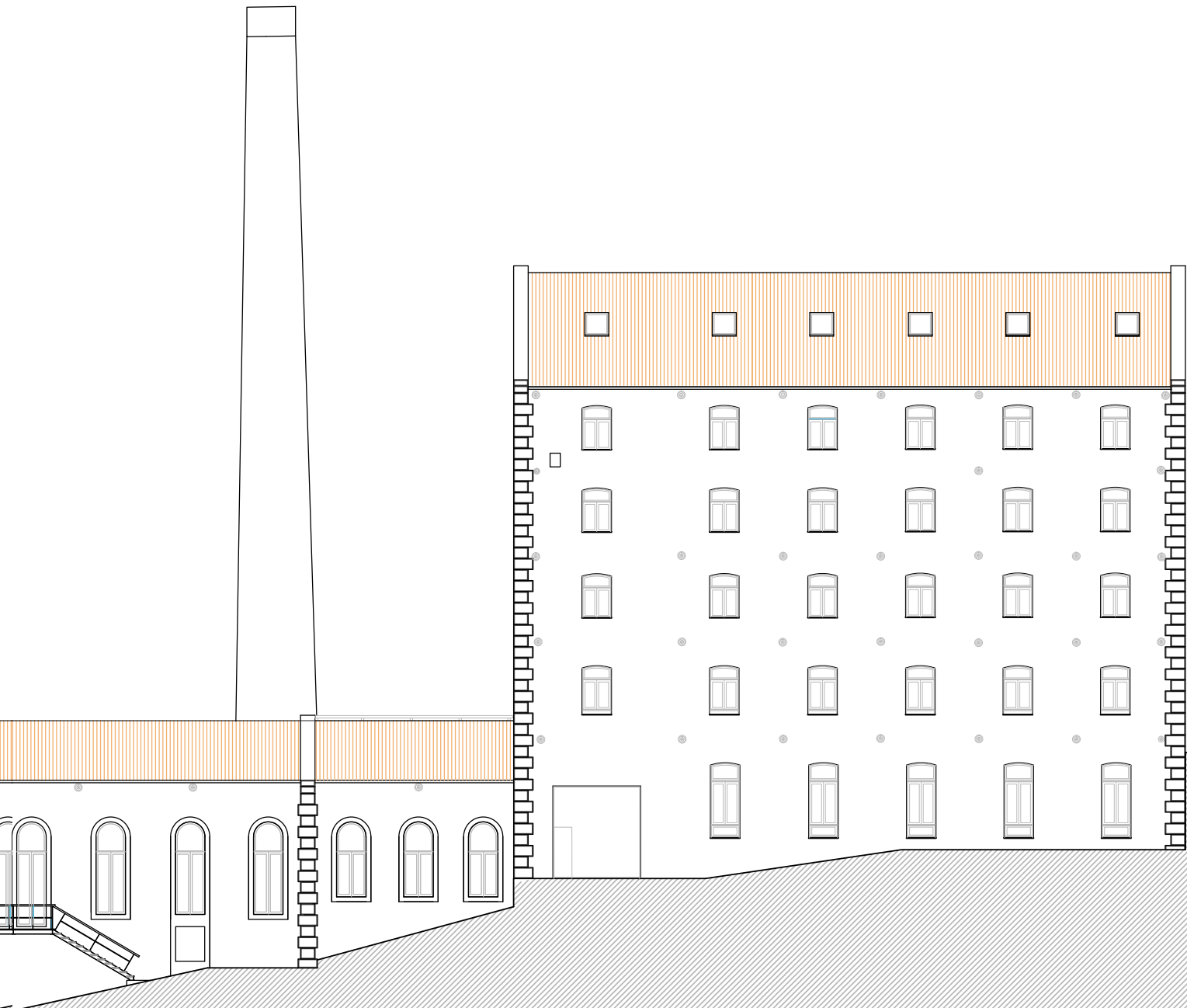
164 Muro norte que limita a área técnica (10) da Pousada.

165 Muro norte com porta de acesso à área técnica (9) da Pousada.

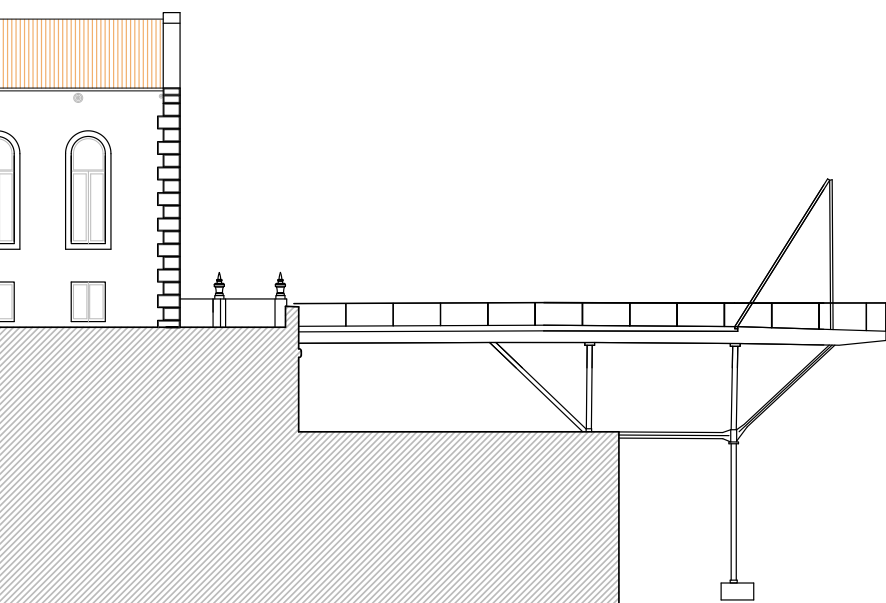
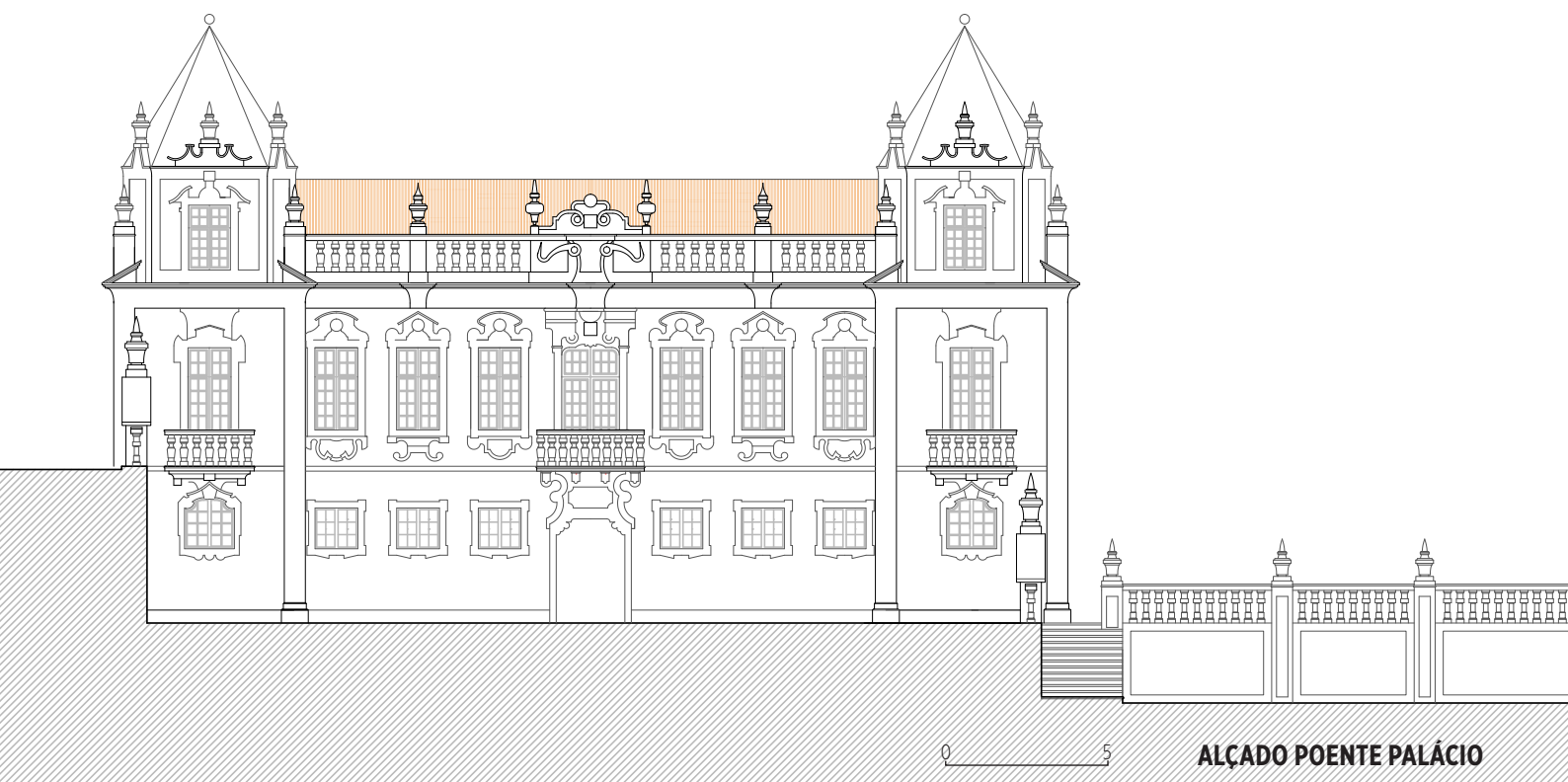


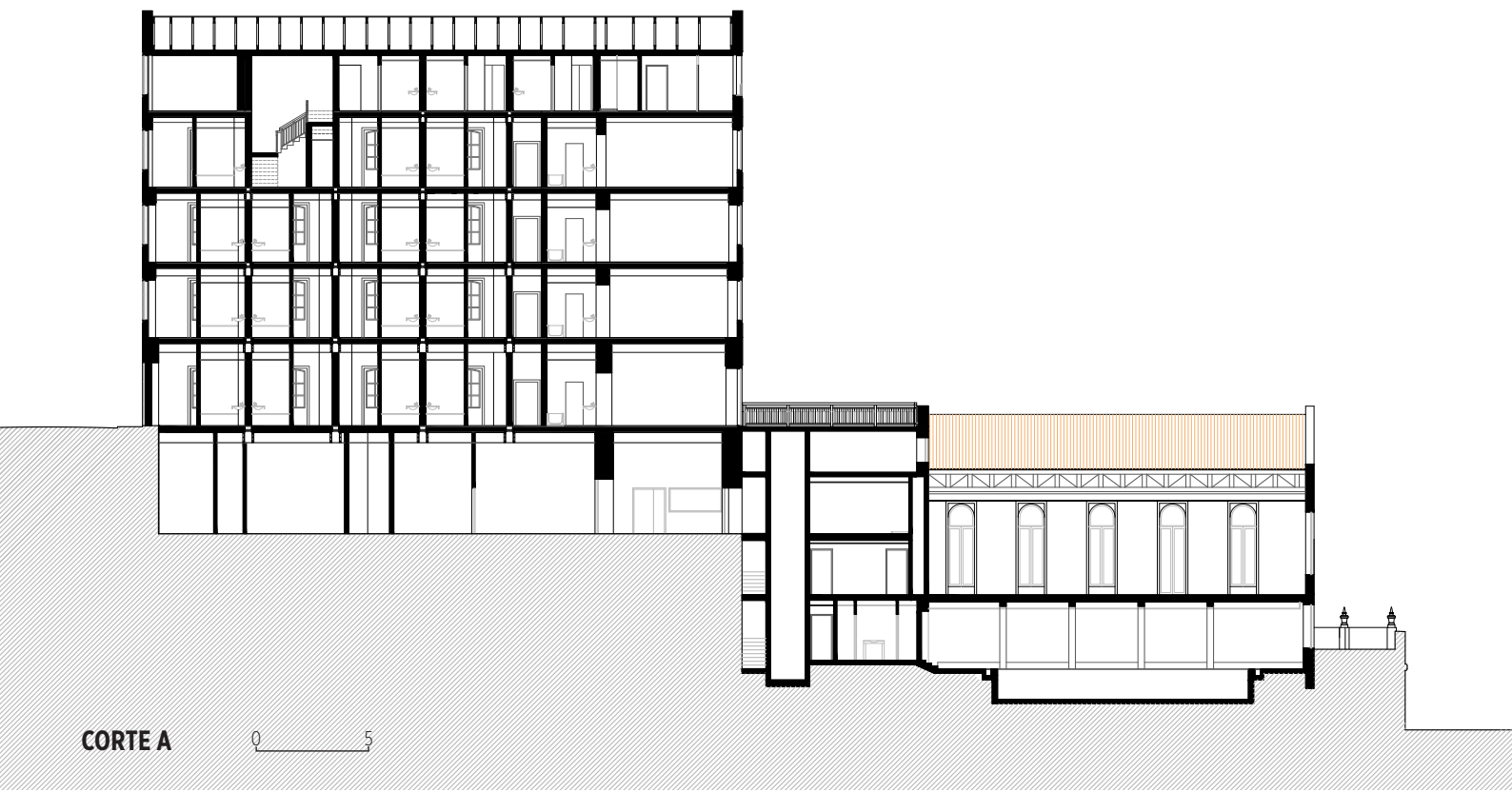


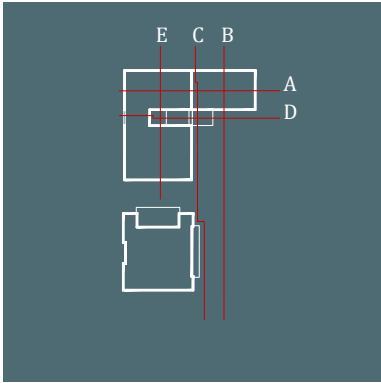






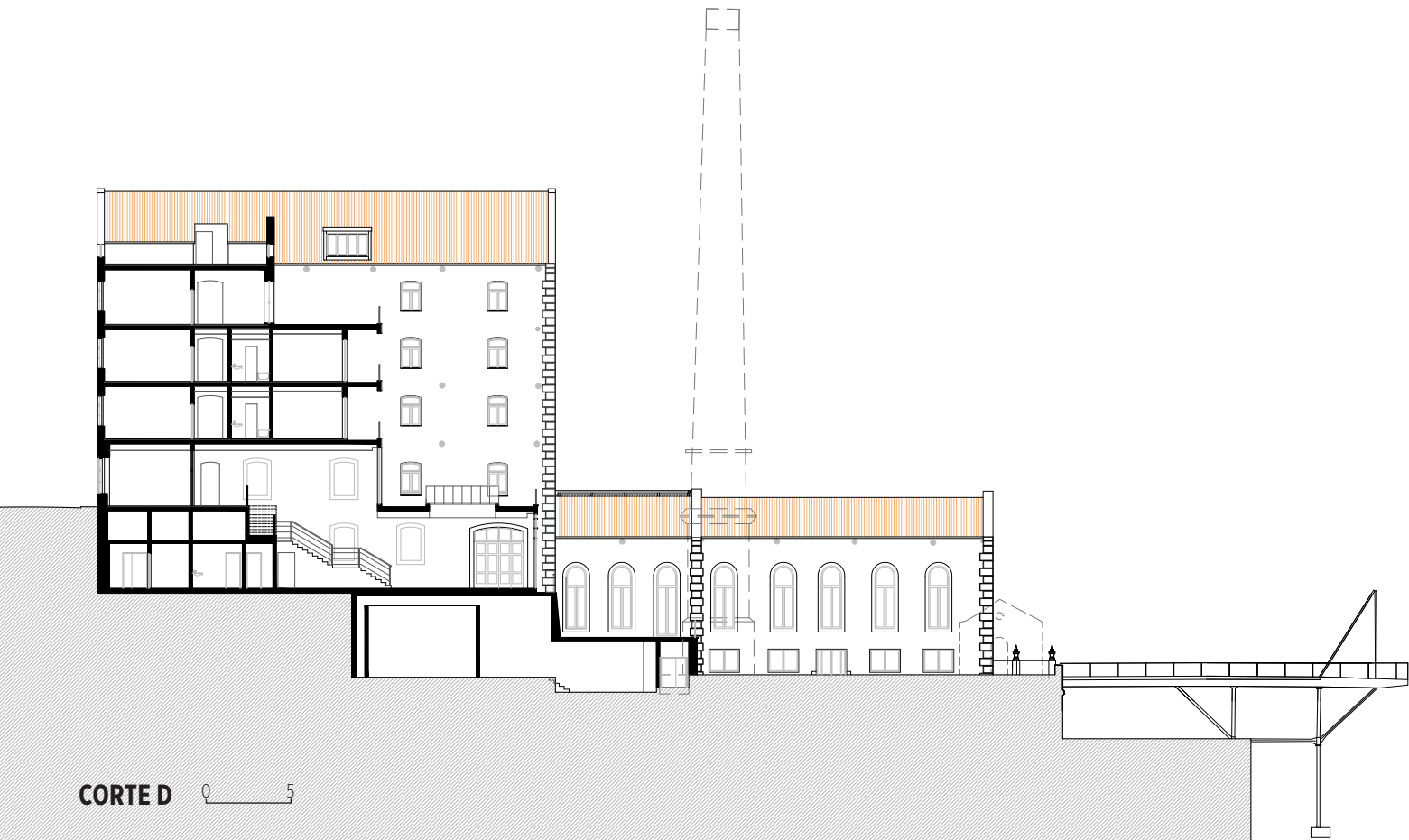
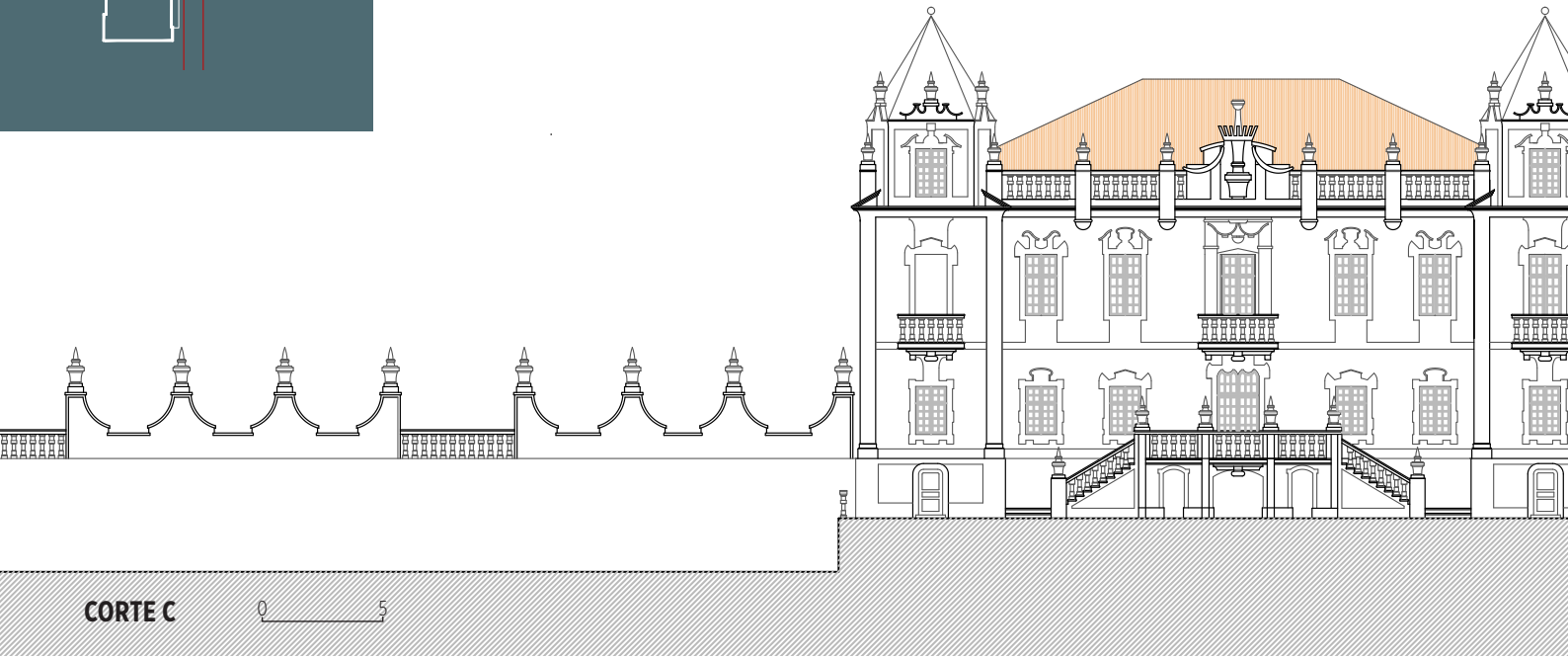
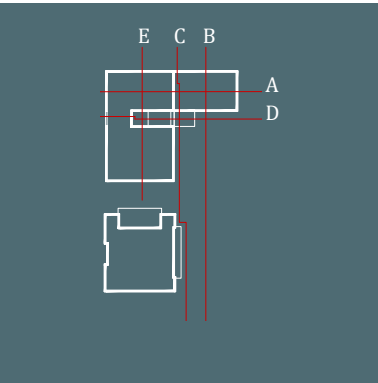


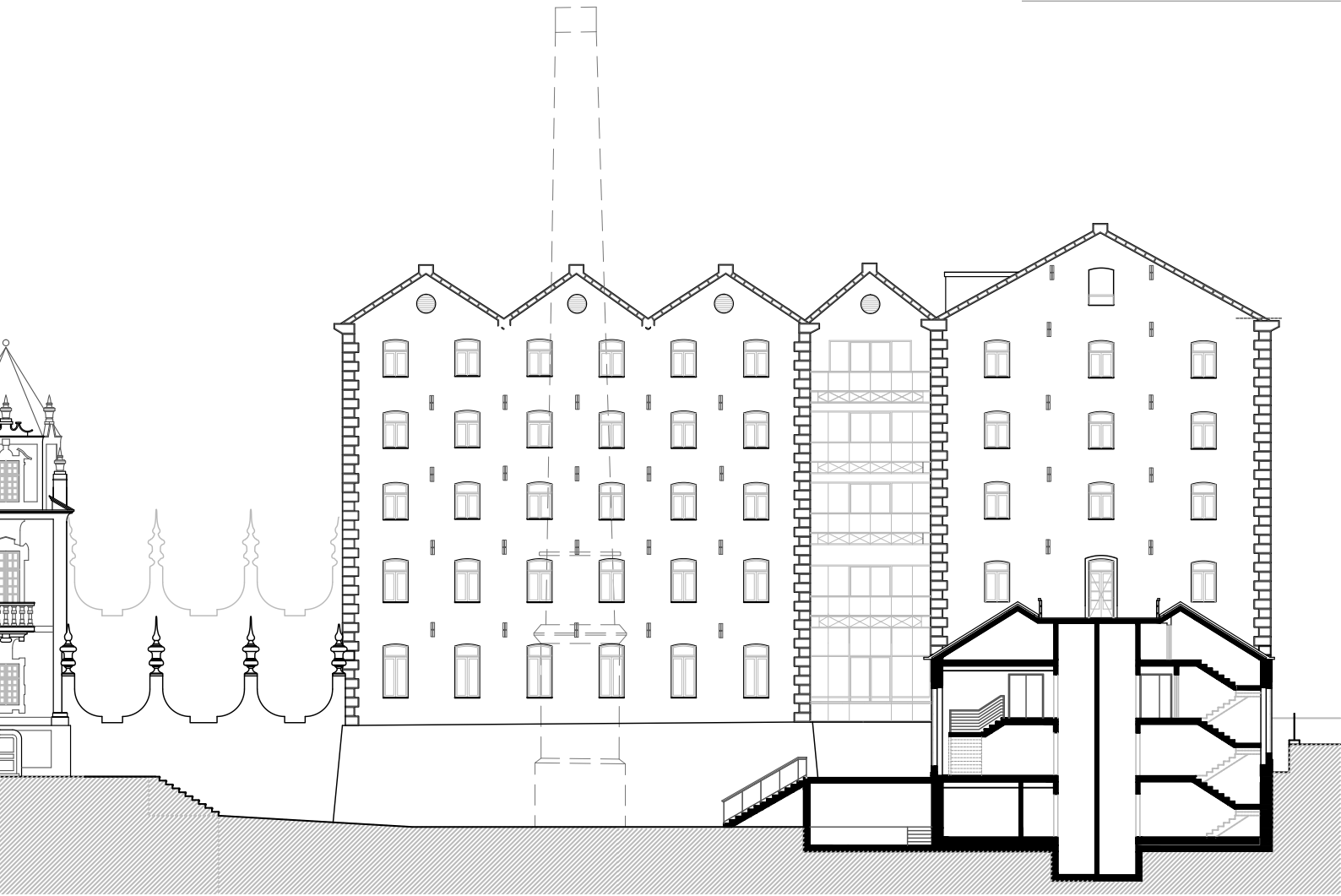


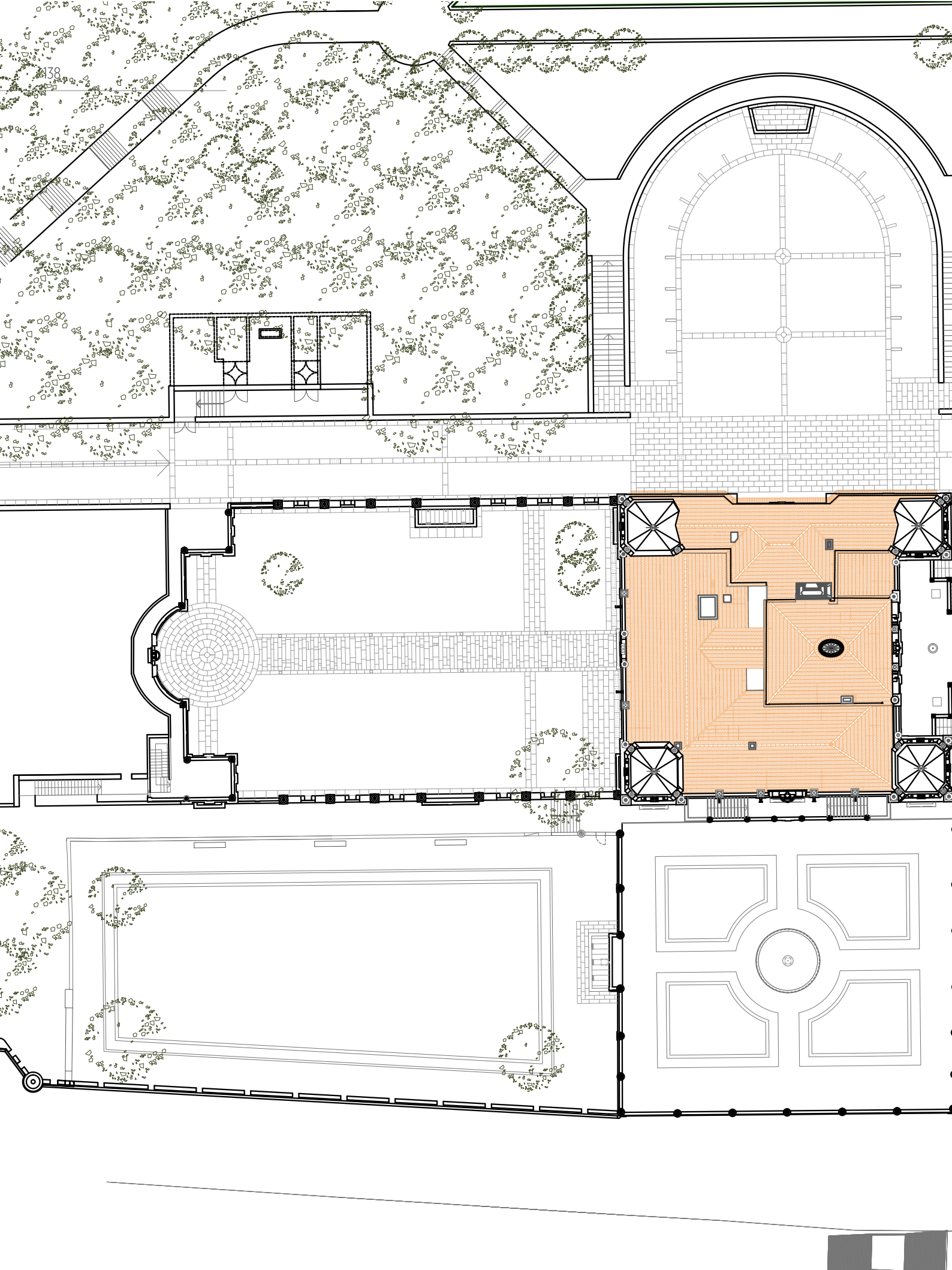


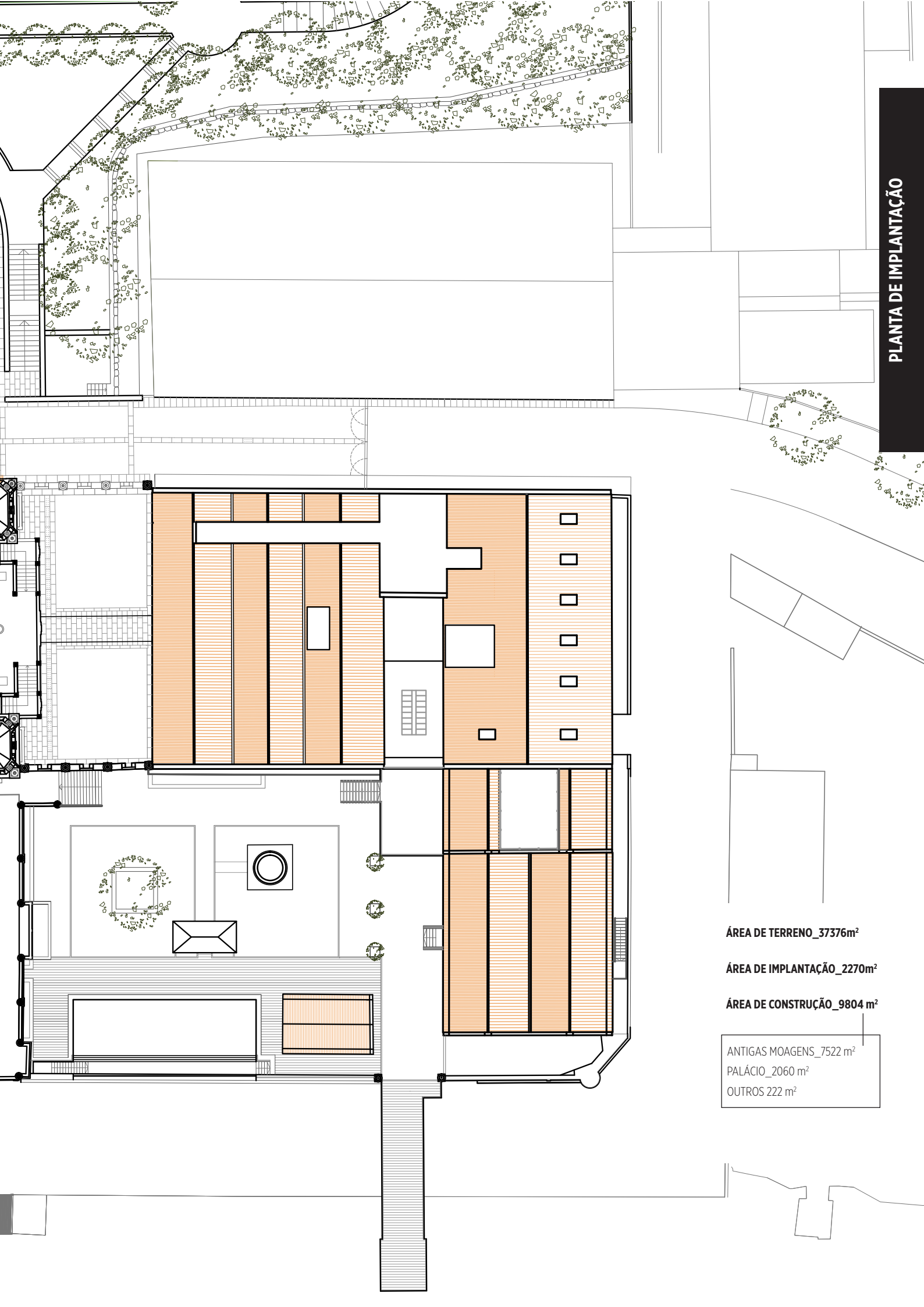
0 5

CORTE B









ÁREA DE TERRENO_37376m²

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO_2270m²

ÁREA DE CONSTRUÇÃO_9804 m²

ANTIGAS MOAGENS_7522 m²

PALÁCIO_2060 m²

OUTROS 222 m²

A viabilidade económica dum projecto de reconversão e salvaguarda de património é um factor preponderante, juntamente com a sua funcionalidade no plano social e cultural. Questionamo-nos até que ponto se tentou perceber o significado deste monumento na cultura portuguesa e que papel poderia representar na sociedade actual.

Atribuir um novo destino a um conjunto classificado é um trabalho complexo, que não deve basear-se apenas em questões económicas e de poder local, sendo indispensável ter em conta o seu estado físico e a função para os seus potenciais utilizadores e também para a sociedade que o preserva. A utilização de edifícios monumentais para fins hoteleiros não é algo novo, é uma forma de os conservar e rentabilizar evitando a sua degradação ou até desaparecimento.

A reconversão deste Palácio em pousada teve de responder não só aos requisitos programáticos e técnicos mas também às exigências do IGESPAR, o qual aprovou o projecto para esta Pousada Histórica.

A Pousada trouxe, para além duma ímpar unidade hoteleira no espaço urbano da cidade do Porto, um positivo impacto económico e social, criando postos de trabalho, revitalizando a área do Freixo e desenvolvendo o turismo.

Foi dada ao Palácio uma nova possibilidade de continuar a sua história, sem reincidir na degradação que ao longo de muitos anos ficou sujeito.

Um dos maiores problemas que surgem da reconversão de monumentos para unidades hoteleiras é a necessária adequação do espaço às exigências dos modernos conceitos de conforto e a instalação de apropriadas infra-estruturas (sistema de ar condicionado, sistemas eléctricos, e de saneamento) imprescindíveis neste tipo de programa.

Na Pousada do Palácio do Freixo as redes de infra-estruturas técnicas aproveitaram as da recuperação do Palácio por Fernando Távora. O programa ajustou-se aos edifícios tanto do Palácio como da antiga fábrica Moagens Harmonia, assegurando assim a salvaguarda e conservação dum monumento nacional e de um edifício representativo de arquitectura industrial.

Pensamos que a intervenção soube respeitar as características e as estruturas de raiz, valorizando a identidade local, assinaladamente a memória das pessoas e das actividades que estiveram na sua origem. A Pousada proporciona aos seus hóspedes descanso e contemplação, com uma paisagem privilegiada para o Douro, que pode ser desfrutada por clientes ou apenas visitantes sem qualquer custo envolvido.

A intervenção silenciosa de David Sinclair no Palácio prolongou o espírito do monumento de Nasoni, que voltou a ter vida e novas histórias para contar.

**166 Sombra do Palácio do Freixo
no edifício das antigas Moagens
Harmonia.**



**“POUSADAS DE
PORTUGAL”**



*As Pousadas de Portugal, são pedras onde vamos para recuperar a alma. Mercê da geografia das suas moradas e do cuidado posto na sua anatomia, elas são o elixir que nos livra a vida de Anchietações...*⁹⁸

167 Mapa das Pousadas de Portugal, Regionais e Históricas.

São um produto turístico privilegiado, original e de qualidade que há anos têm investido na recuperação do património português, promovendo *as nossas micro culturas regionais nos seus mais ricos contrastes, tradições e inesgotável variedade temática*⁹⁹. Garantindo a conservação do património português, adaptando-o, a rede das Pousadas tem um lugar activo no turismo português.

A primeira ideia da criação das *Pousadas* tinha como objectivo um turismo acessível a todos, associado ao conceito de regiões do país. As primeiras pousadas foram construções de raiz, só em 1950 tendo sido feita a primeira adaptação dum monumento. Nas últimas décadas a ENATUR já reabilitou diversos imóveis evitando que muitos deles continuassem o processo de degradação em que se encontravam.

A evolução dos programas da *rede das Pousadas* acompanhou as situações políticas e sociais e as práticas arquitectónicas de Portugal, traduzindo de forma exemplar a evolução da arquitectura nacional do século XX.

Pretendemos analisar o percurso das *Pousadas de Portugal*, percebendo as suas diferentes abordagens, identificando concepções programáticas e linguagens arquitectónicas. Fica a nota que não foi possível alcançar a autoria de todos os projectos referidos.

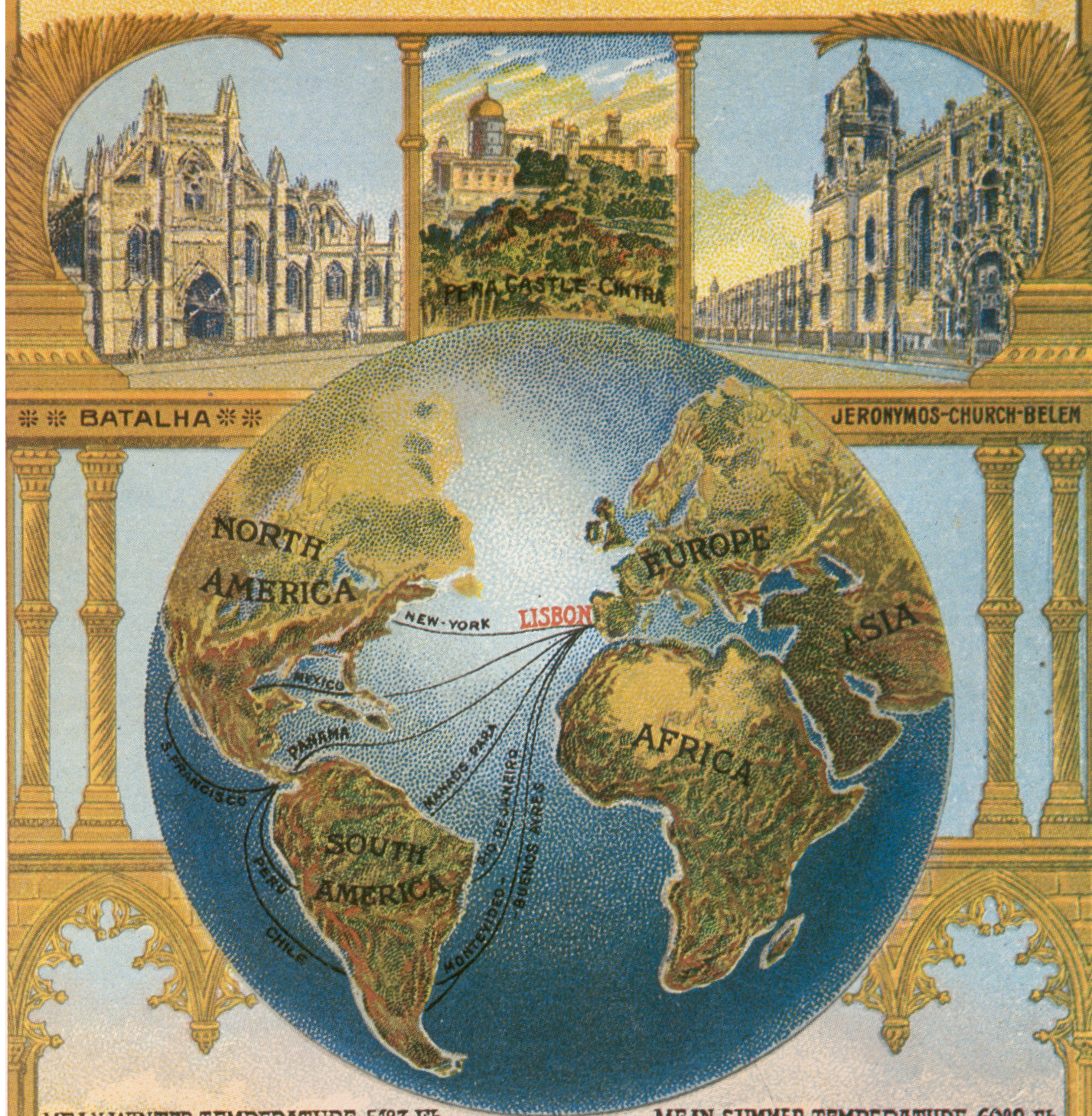
No final identificaremos os casos de adaptação de antigas estruturas de interesse para a presente dissertação, para perceber as diferentes posturas e opções perante os edifícios históricos, reflectindo sobre o contributo da reconversão para a valorização do património.

98 BARRETO, Pedro - "Pousadas de Portugal: Elixir para Anchietações" in *Jornal dos Arquitectos* 197 - "As praias de Portugal 2" Set./Out. 2000, p.54.

99 Conselho de administração da ENATUR (Pedro de Almeida; Rodrigo de Sande e Lemos; José António Boavida Roque), Pousada N.º Sra. Da Assunção, Novembro 1996 in LOBO, Susana - "Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura portuguesa do século XX" Coimbra: Imprensa da universidade de Coimbra, 2006, p.140.

PORTUGAL

THE SHORTEST WAY BETWEEN AMERICA AND EUROPE



MEAN WINTER TEMPERATURE 51°3 Fh.
10°7 C.

MEAN SUMMER TEMPERATURE 69°2 Fh.
20°6 C.

PROPAGANDA DE PORTUGAL SOCIETY - RUA GARRETT-103-LISBON

ORIGEM

O turismo que, segundo Haulot, *é essencialmente uma actividade da fantasia humana, do gosto do homem pelo desconhecido, do seu entusiasmo pueril pelas imagens e pelo maravilhoso*¹⁰⁰, tem a sua origem no século XIX.

É ao longo do século XIX que se implanta a noção de férias, onde o gosto pelas viagens se amplia, as teses higienistas¹⁰¹ e uma alta sociedade com tempo livre impulsionam este prazer de viajar.

Do conjunto de medidas tomadas para estimular o turismo em Portugal destacam-se a Campanha de viagens por Portugal, realizada pela Companhia de Caminhos de Ferro em 1890, e a criação da Sociedade Propaganda de Portugal¹⁰², em 1906, que teria como função promover o turismo e o património nacional não só dentro do país mas também internacionalmente. Em 1907 esta sociedade realiza o primeiro cartaz genuinamente turístico português que *proclamava aos quatro ventos (Portugal) como “the shortest way between America and Europe”, ao mesmo tempo que consagrava Lisboa e o seu porto como pólo de irradiação do turismo nacional*¹⁰³.

Mas à falta de um plano organizado de acção e de estruturas e equipamentos que atraíssem e fixassem o visitante *avançou-se ao sabor de interesses particulares e de uma ingénua política de propaganda turística, que se refugiou, sem quaisquer condições para competir com o que se apresentava lá fora, no património monumental e artístico português*¹⁰⁴.

No início do século XX, o sector turístico português confrontava-se com uma exígua oferta hoteleira, onde dominavam os “Palace Hotel”¹⁰⁵, reflexos de um modo de vida da sociedade da época. Estas estruturas de luxo estavam associadas aos grandes centros turísticos, as estâncias termais.

168 Cartaz de propaganda ao turismo em Portugal 1907.

100 HAULOT, Arthur – “Finalidades do Turismo. Ou controvérsia em torno dum vocábulo” in Panorama, série 2, nº7-8, 1953

101 Que defendem a necessidade de evasão e descanso.

102 Organismo privado, sem capacidade legal ou económica para gerar equipamentos.

103 PINA, Paulo – “Portugal : o turismo no século XX” Lisboa: Lucidus, 1988, p.11.

104 LOBO, Susana - “Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura portuguesa do século XX” Coimbra: Imprensa da universidade de Coimbra, 2006, p.12.

105 O Hotel Avenida Palace (José Luís Monteiro, 1890-1892), o Palace Hotel do Buçaco (Luigi Manin, 1888-1907), o Palace Hotel de Vidago (José Ferreira da Costa 1908-1910), o Palace Hotel da Curia (Norte Júnior, 1917-1926) e o Palace Hotel do Estoril (Henry Martinet, 1915-1930) surgem nesta época. Informação obtida em TOSTÕES, Ana - “Arquitectura Moderna Portuguesa: 1920-1970” Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2003.

No entanto, a partir de 1930, com o progressivo crescimento do fenómeno turístico impulsionado por uma nova filosofia de vida direccionada para o ar livre e o desporto (como a praia ou campismo), as estâncias termais e os hotéis “Palace” entram em declínio¹⁰⁶.

É neste espírito que a revista “Notícias Ilustrado” em 1933 lança uma campanha para a criação do “Hotel Modelo”, *com características regionais, criando-se o Hotel de cada província*¹⁰⁷ segundo um programa delineado por Raul Lino. O projecto destas *grandes pousadas familiares, muito confortáveis, mas destituídas de todo o falso luxo e sem a pretensão de imitar caricatamente os hotéis urbanos de categoria*¹⁰⁸ seria realizado por oito jovens arquitectos: Manuel Marques, Adelino Nunes, Raul Tojal, Keil do Amaral, António Lino, Camilo Korrodi, Jorge Segurado, Faria da Costa e Luís Benavente.

As propostas originaram num género de versões alargadas e adaptadas à hotelaria dos modelos exemplificados em “Casas Portuguesas – Alguns Apontamentos Sobre o Arquitectar de Casas Simples”¹⁰⁹, e apesar do mediatismo da iniciativa do Hotel Modelo, esta não atingiu o objectivo desejado.¹¹⁰

É em 1936, no I Congresso Nacional de Turismo, que Francisco de Lima expõe a sua tese *Pousadas* propondo um novo *tipo de instalações mais simples e económico, de irrepreensível limpeza, em que o excursionista, o turista, possa ficar, alimentar-se numa atmosfera de repouso, de conforto sóbrio, mas sobretudo economicamente*¹¹¹.

106 *Porque isto de Palace tem muito que se lhe diga, e excepção feita aos do Estoril e Bussaco que se podem apresentar a gente civilizada, os outros deixam muito a desejar, pois basta lembrar que, na capital, os hóspedes de categoria entram e saem, à mistura com as malas chapeleiras, pela porta... das bagagens! Mas é um Palace!* in “O Turismo e a Hotelagem. Abaixo os Palaces “Pilhas” de Vila Nova de Famaligato!” in Notícias Ilustrado, 2ª série, ano V, nº 246, Fevereiro 1933, p.7

107 “O Nosso Jornal e o Turismo. Uma grande iniciativa. A Exposição do Hotel Modelo” in Notícias Ilustrado, 2ª série, ano VI, nº 267, Julho 1933, p.9

108 “O Nosso Jornal e o Turismo. Exposição do Hotel Modelo” in Notícias Ilustrado, 2ª série, ano VI, nº 268, Julho 1933, p.9

109 Ensaio teórico de Raul Lino, publicado em 1993, que estabelecia regras de base para toda a construção arquitectónica, e sobretudo para a habitação e que criticava a descaracterização da arquitectura pelo internacionalismo, defendendo a tradição portuguesa.

110 Realizam-se apenas o projecto “Um Hotel para Castelo Branco”, de Veloso Reis Camelo, em 1933, mas que só se concretizaria em 1945, e mais tarde, os projectos de Vasco Regaleira para o Hotel de Turismo da Guarda (1936-1947) e de Cassiano Branco para o Grande Hotel do Luso (1938-1946).

111 Lima, Francisco de “Pousadas” tese apresentada à IV Secção do I Congresso Nacional de Turismo, Lisboa 1936 in LOBO, Susana - “Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura portuguesa do século XX” Coimbra: Imprensa da universidade de Coimbra, 2006

Esta nova abordagem ao turismo português direccionada *para a grande massa, para o viajante mais modesto, para o empregado público, para o industrial que deseja conhecer o seu país e instruir-se, para o estudante*¹¹² aproxima-se ao conceito que o “Hotel Modelo” introduziu, devendo *ter sempre o cunho nacional e regionalista*¹¹³.

Adaptada à escala de cada uma das regiões onde seria inserida, não deveria ser uma estrutura que se aproximasse de um Hotel, mas sim instalações com apenas 4 a 10 quartos, caracterizadas como regionais não só na sua construção mas também na decoração. Quanto à sua localização, deveriam situar-se um pouco afastadas das estradas e do centro das povoações para permitir o total descanso. É também importante referir que Francisco Lima propõe já o aproveitamento de *construções antigas que tenham condições de adaptabilidade às exigências actuais de conforto e de vida, sem lhes retirar o seu cunho ou as deformar*¹¹⁴.

A proposta apresentada na tese *Pousadas vai ganhar sentido e dimensão dentro do vasto programa de intervenções que as Comemorações do Centenário*¹¹⁵ *vão impulsionar*¹¹⁶.

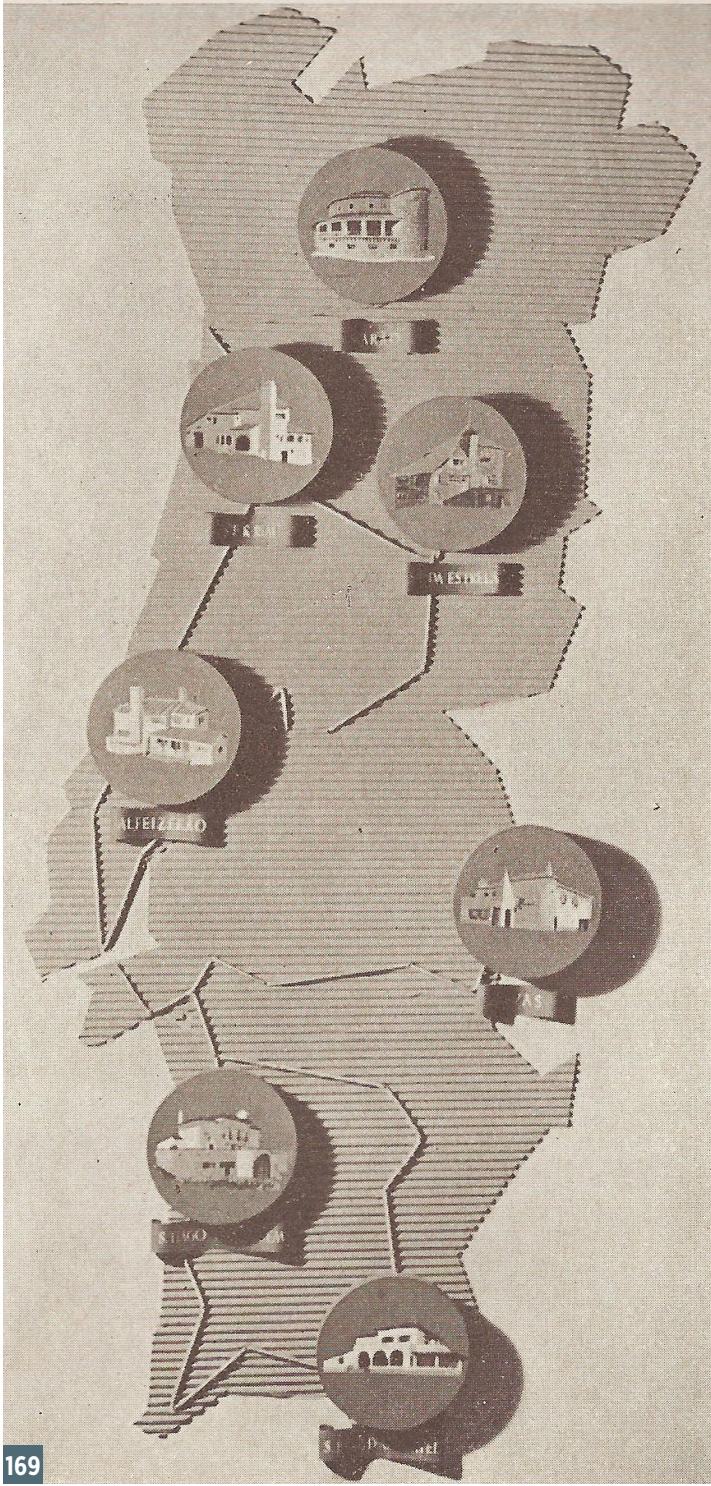
112 Lima, Francisco de “Pousadas” tese apresentada à IV Secção do I Congresso Nacional de Turismo, Lisboa 1936 in LOBO, Susana - “Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura portuguesa do século XX” Coimbra: Imprensa da universidade de Coimbra, 2006.

113 Lima, Francisco de “Pousadas” tese apresentada à IV Secção do I Congresso Nacional de Turismo, Lisboa 1936 in LOBO, Susana - “Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura portuguesa do século XX” Coimbra: Imprensa da universidade de Coimbra, 2006.

114 Lima, Francisco de “Pousadas” tese apresentada à IV Secção do I Congresso Nacional de Turismo, Lisboa 1936 in LOBO, Susana - “Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura portuguesa do século XX” Coimbra: Imprensa da universidade de Coimbra, 2006.

115 Celebração do VIII centenário do nascimento de Portugal (1143) e do III centenário da Restauração da Independência Portuguesa (1640).

116 LOBO, Susana - “Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura portuguesa do século XX” Coimbra: Imprensa da universidade de Coimbra, 2006, p. 26 e 27.



PRIMEIRA SÉRIE

Em 1940, com as comemorações do Duplo Centenário, surge uma nova mentalidade do Estado Novo perante o património arquitectónico do país¹¹⁷, que deveria enaltecer os ideais do novo regime. Esta afirmação de identidade nacional, vai-se traduzir fundamentalmente nas pousadas.

É com a transferência dos serviços do Turismo para o SPN¹¹⁸ (Secretariado da Propaganda Nacional), em 1939, que o director António Ferro (1895-1956) propõe o programa das primeiras pousadas em Portugal¹¹⁹. No auge do regime salazarista, lançou-se o programa das novas unidades hoteleiras, que se pareceriam com *um pequeno hotel despretenso, arquitectado e decorado ao gosto da região, modesto mas acolhedor*¹²⁰.

Além do sentido regionalista que se pretendia *criar em cada pousada, com a sua originalidade e as características próprias de cada região, uma atmosfera caseira e sem luxos, um ambiente calmo, familiar e português*¹²¹, era também objectivo promover diversos locais de interesse turístico e criar uma rede de relações territoriais.

A construção destas pousadas foi entregue à DGEMN¹²² e encomendada aos arquitectos Miguel Jacobetty Rosa (1901-1970), para as obras a Sul do país, e Rogério de Azevedo (1898-1983), responsável pelas do Norte.

Provindos de uma geração modernista, estes arquitectos retomam e actualizam a ideia da “Casa Portuguesa” defendida por Raul Lino¹²³, fundem uma *concepção então inovadora, que aliava*

169 Mapa das primeiras Pousadas de Portugal.

¹¹⁷ Até então vivia-se numa política de restauro.

¹¹⁸ Em Fevereiro de 1944 o SPN irá alterar a sua designação para SNI, Secretariado Nacional da Informação.

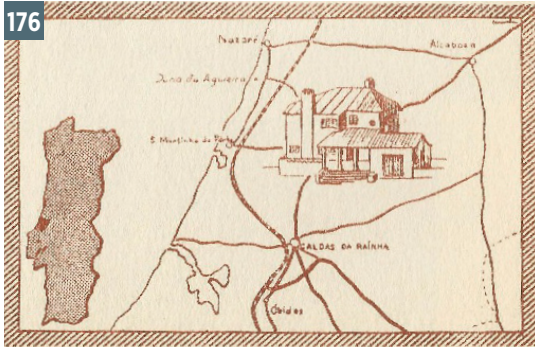
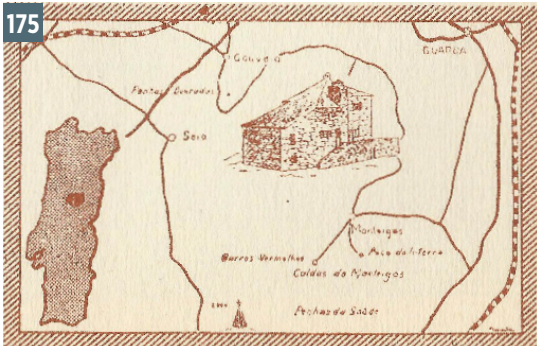
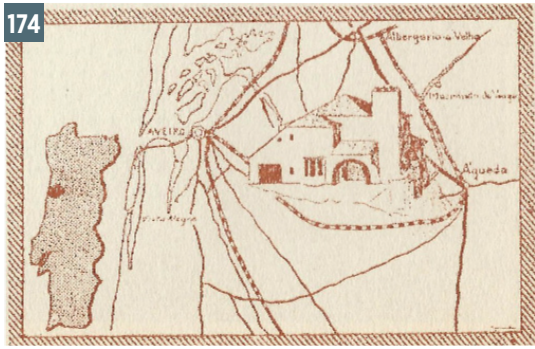
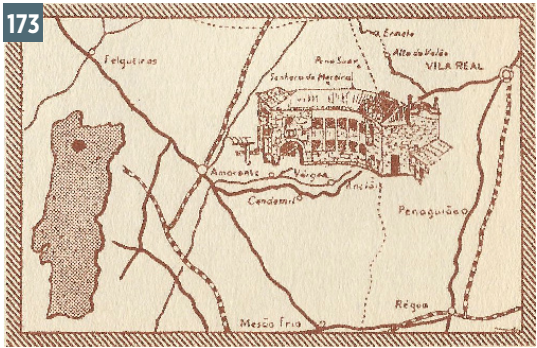
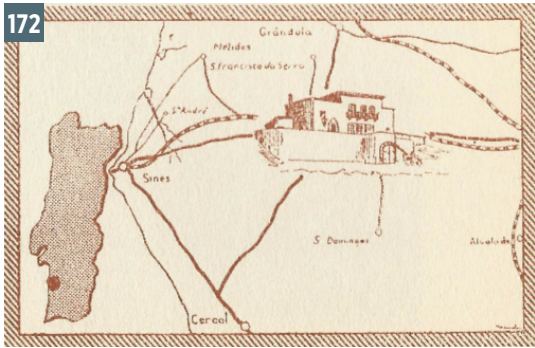
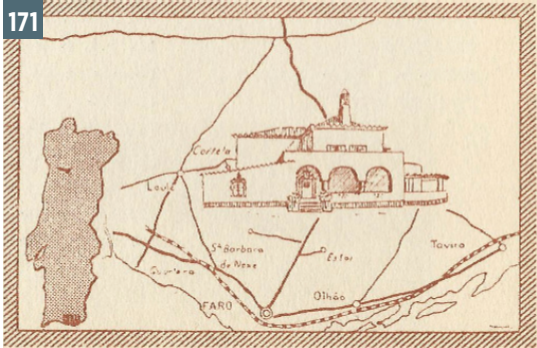
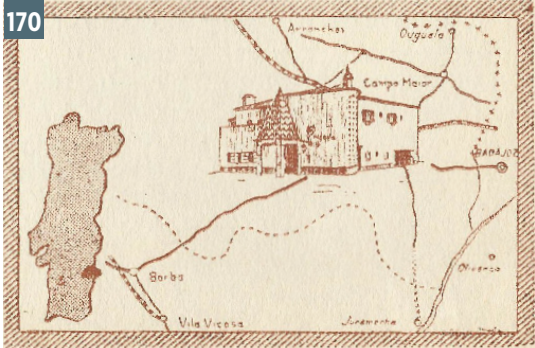
¹¹⁹ Antes de surgirem as primeiras pousadas é inaugurada em 1940, a Estalagem do Lidador, em Óbidos, que serviria de modelo da imagem pretendida para as pousadas.

¹²⁰ Do discurso do director do secretariado da propaganda nacional, em 27 de Março de 1943, na sede do S.P.N. in S.N.I. - “Pousadas / Secretariado Nacional da Informação Cultura Popular e Turismo” Lisboa: S.N.I., 1948.

¹²¹ Ver Decreto-Lei n.º 31 259, I Série, 9 de Maio de 1941, cit. por Ana Tostões em “João Andresen e a herança moderna: a Pousada de São Teotónio”, Monumentos. Lisboa, DGEMN, n.º 12, Março 2000, p. 53.

¹²² No entanto a decoração dos espaços interiores ficaria a cargo do SNP/SNI que teriam *o cuidado de aquecer, de vestir, as suas paredes com mantas, velhas gravuras, objectos regionais, bonecos de barro para que os seus hóspedes, (...) situem constantemente na região onde se encontram e não lhes quebre a continuidade entre o interior e exterior, entre a casa e o campo* Do discurso do director do secretariado da propaganda nacional, em 27 de Março de 1943, na sede do S.P.N. in S.N.I. - “Pousadas / Secretariado Nacional da Informação Cultura Popular e Turismo” Lisboa: S.N.I., 1948.

¹²³ Raul Lino publicou a “Casa Portuguesa” em 1929 e “Casas Portuguesas” em 1933.



*um patente dinamismo modernizador – por via do conforto e do carácter sistémico/nacional da iniciativa – com um sentido conservador e regionalista que apelava para um “regresso ao tradicionalismo”*¹²⁴.

Surgem então as pousadas de Santa Luzia (Elvas), inaugurada em 1942, São Brás de Alportel (Loulé), inaugurada em 1944 e de São Tiago (Santiago de Cacém), inaugurada em 1947, projectos de Jacobetty Rosa que se traduziam em volumetrias puras (repercussões modernistas) mas eram suplantados pela carga regionalista, com beirais, alpendres, arcos, pérgulas e azulejaria; e as pousadas de São Gonçalo (Serra do Marão), inaugurada em 1942, de Santo António de Serém (Vale do Vouga), inaugurada em 1942 e de São Lourenço (Serra da Estrela), inaugurada em 1948, obras de Rogério de Azevedo que reflectiam um dinamismo volumétrico revestido a granito e rematado por coberturas em telhas, com alpendres, portadas e chaminés. O projecto da Pousada de S. Martinho (Alfeizerão), inaugurada em 1943, foi excepcionalmente realizado por Veloso Reis Camelo.

170 Pousada de Santa Luzia.

171 Pousada de São Brás.

172 Pousada de Santiago.

173 Pousada de São Gonçalo.

174 Pousada de Santo António.

175 Pousada de São Lourenço.

176 Pousada de São Martinho.

¹²⁴ FERNANDES, José Manuel in CALDAS, João Vieira – “Caminhos do Património 1929-1999” Lisboa: DGEMN, 1999, p.159.

ENTRE O REGIONAL E O MODERNO

Em 1954, a DGEMN vai definir uma diferente estratégia de intervenção. Pretendendo explorar um novo conceito de pousada, que não definisse estereótipos, contacta arquitectos da nova geração moderna.

Esta nova postura, mais aberta à manifestação contemporânea, vai ter expressão no novo plano de pousadas que irão oscilar *entre a afirmação racionalista moderna e o questionamento do próprio estilo internacional no seio dos próprios profissionais, (...) que acabará por desenvolver propostas que marcarão incontornavelmente a evolução da arquitectura moderna portuguesa*¹²⁵.

O arranque do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal em 1955 (apenas publicado em 1961) e o movimento de reflexão crítica que originou explorações organicistas e regionalistas vão-se reflectir na nova série de pousadas a construir de raiz. O Inquérito *abria metodologicamente a porta à mais correcta utilização de materiais tradicionais, em clara e “orgânica” integração com a linguagem da arquitectura moderna, do betão aparente, dos amplos espaços rectilíneos em consola e dos generosos envidraçados sobre a paisagem*¹²⁶. Demonstrava que não existia apenas um estilo genuinamente português mas vários, tantos quantos regiões, relacionando a arquitectura, os territórios e as pessoas.

Dialogando com a modernidade e a tradição, as pousadas deste ciclo vão surgir com algumas características distintas pois apresentam uma relação muito próxima com o “espírito do lugar”. Dando continuidade às primeiras pousadas persistem as designadas *regionais* e emergem as Pousadas em Barragens de componente fluvial e as Pousadas Beira-Mar que exploram a costa portuguesa.

Das pousadas de raiz enquadradas numa linguagem moderna começamos por referir quatro projectos publicados na revista Arquitectura em 1958, dos quais dois não foram construídos: a Pousada para Vilar Formoso (projecto de Nuno Teotónio Pereira) e a Pousada para a Portela da Gardunha (projecto de Francisco Blasco); e os outros sofrendo alterações foram concluídos mais tarde: a Pousada de São Teotónio (Valença), inaugurada em 1962, projecto de João Andersen e a Pousada de Santa Bárbara (Oliveira do Hospital) inaugurada em 1971, projecto de Manuel Tainha.

¹²⁵ TOSTÕES, Ana in CALDAS, João Vieira – “Caminhos do Património 1929-1999” Lisboa: DGEMN, 1999, p.145.

¹²⁶ FERNANDES, José Manuel in CALDAS, João Vieira – “Caminhos do Património 1929-1999” Lisboa: DGEMN, 1999, p.165.

Outras duas obras de raiz inseridas nesta atitude *entre o regional e o Moderno* construídas nos anos 50/60 são: a Pousada de São Bartolomeu (Bragança), inaugurada em 1959 com projecto de José Carlos Loureiro e a Pousada de São Jerónimo (Serra do Caramulo), inaugurada em 1962 com projecto de Alberto Cruz.

Nas décadas 60/70 podemos enumerar as Pousadas das Barragens que, situadas em pontos privilegiados, conciliavam a intervenção humana com a paisagem natural: a Pousada de São Bento (Caniçada, Serra do Gerês), inaugurada 1968, projecto de Eduardo Coimbra Brito, a Pousada de Santa Clara (Odemira), inaugurada 1971, e a Pousada do Vale do Gaio, inaugurada em 1977, ambas com projecto de Raul Chorão Ramalho.

Persistem, ainda nesta época, algumas pousadas construídas de raiz e com o carácter tradicional aclamado na década de 40: a Pousada de S. Pedro (Castelo de Bode) inaugurada 1954, projecto de Miguel Jacobetty Rosa, a Pousada de S. Gens (Serpa), inaugurada 1960, projecto de Leonardo Castro Freire e a Pousada do Infante D. Henrique (Sagres), inaugurada em 1960, projecto de Jorge Segurado.

Referimos ainda deste período as consideradas por José Manuel Fernandes Pousadas “híbridas” pois hesitam entre as opções moderna e tradicional, ou apresentam menos qualidade: a Pousada da Ria (Aveiro), inaugurada em 1960, projecto de Alberto Cruz, a Pousada de Santa Catarina (Miranda do Douro), inaugurada 1962, projecto de Leonardo Castro Freire, e a Pousada de Santa Maria de Marvão (Marvão), inaugurada em 1967, projecto de Alberto Cruz e J. Santos Costa.

POUSADAS EM MONUMENTOS

Inseridas num contexto de exaltação da pátria, as Pousadas das décadas de 50 e 60 não são vistas apenas como uma estratégia turística, mas também como instrumentos de gestão de monumentos. Paralelamente à concretização das pousadas de raiz, a DGEMN vai então realizar obras de restauro em monumentos adaptando-os a Pousadas. Estas intervenções em estruturas como castelos, fortalezas ou conventos, surgem não só com o objectivo de reflectir a ideologia evocativa do monumento como reflexo da Nação, *mas também pela necessidade de dar utilidade aos inúmeros edifícios antigos entretanto restaurados, assim assegurando a sua manutenção prática*¹²⁷.

Este tipo de intervenção deveria “*respeitar*” o monumento o mais possível¹²⁸, sobrepondo, deste modo, a integridade física e evocativa ao carácter funcional do programa, correspondendo, geralmente, a uma arquitectura de interiores. As obras de restauro são atribuídas à DGEMN e identificadas como anónimas, (apesar de se conhecer os autores que dirigiram as obras de adaptação enquanto técnicos daquela entidade) reforçando ainda mais a ideia de valor oficial.

A atitude conservadora e tradicionalista tinha as suas bases assentes nas ideias do *restauro histórico* de Luca Beltrami¹²⁹. Dentro deste contexto são inauguradas pousadas desde os anos 50 até aos anos 70: a Pousada do Castelo (Óbidos) em 1950 com projecto de João Filipe Vaz Martins, a Pousada do Forte da Berlenga (Ilha Berlenga) em 1953, a Pousada dos Lóios (Évora) em 1965 com projecto de Rui Ângelo do Couto, a Pousada da Fortaleza de São Filipe (Setúbal) em 1965, a Pousada da Rainha Santa Isabel (Castelo de Estremoz) em 1970 com projecto de Rui Ângelo Couto.

Podemos verificar que as intervenções ocorreram essencialmente em edifícios fortificados¹³⁰ o que origina alguns problemas na adaptação ao programa como, por exemplo, na definição de acessos verticais e esquemas de distribuição, assim como na demarcação entre espaços comuns e privados.

127 FERNANDES, José Manuel in CALDAS, João Vieira – “Caminhos do Património 1929-1999” Lisboa: DGEMN, 1999, p.162.

128 FERNANDES, José Manuel in CALDAS, João Vieira – “Caminhos do Património 1929-1999” Lisboa: DGEMN, 1999, p.162.

129 Ver capítulo “Teorias de Intervenção no Património”, p.203.

130 Castelo de Óbidos, Forte da Berlenga, Fortaleza de São Filipe, Castelo de Estremoz.

Também podemos referir a adaptação de edifícios conventuais¹³¹ tarefa relativamente facilitada pela analogia de funções que permitia utilizar a mesma distribuição do convento para a pousada, assim *a antiga portaria é transformada em entrada, o claustro em espaço de distribuição, a sala do capítulo em espaço de estar, o refeitório em sala de jantar, e, naturalmente, as celas em quartos de hóspedes*¹³².

Ao programa de adaptação do espaço junta-se a necessidade de cumprir novas exigências de conforto e segurança fundamentais para o bom funcionamento duma pousada.

Apesar dos critérios ideológicos do Regime, podemos verificar já nas Pousadas de Óbidos e dos Lóios a perspectiva de novos parâmetros de actuação. Em Óbidos, devido à classificação de Monumento Nacional não só do Castelo mas também da vila, e nos Lóios, pela preocupação em diferenciar o “novo” da antiga estrutura do convento.

Encarados como sinal de abertura a novas definições de classificação e intervenção no património, estes critérios viriam a ser consolidados na Carta de Veneza¹³³ em 1964.

Apoiada nesta e noutras Cartas Internacionais produzidas ao longo de 1960, a relação entre arquitectura moderna e as obras em monumentos do passado, vai-se alterar: a defesa do património construído vai ter impacto tanto a nível arquitectónico como urbano, ao mesmo tempo que o Movimento Moderno entra em crise e nasce uma desconfiança na prática da arquitectura e do urbanismo moderno internacional.

É no quadro de valorização do património arquitectónico que se vai modificar a política das pousadas. A nova orientação, direccionada para a reconversão e adaptação de edifícios de interesse patrimonial ou inseridos em centros históricos, abandonaria a concepção de estruturas de raiz.

¹³¹ Que acontece em 1965 com Convento de S. João Evangelista em Évora, e em 1979 com Convento da Ordem de Santiago em Palmela.

¹³² LOBO, Susana - “Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura portuguesa do século XX” Coimbra: Imprensa da universidade de Coimbra, 2006, p.116.

¹³³ Ver capítulo “Documentos Internacionais de Conservação e Restauro”, p.219.

Para dar resposta aos novos interesses do Turismo perante este novo culto do património histórico é criada a ENATUR¹³⁴ (Empresa Nacional de Turismo) em 1979.

Enquanto a DGEMN era responsável pelos monumentos nacionais ou imóveis classificados afectos à exploração de estabelecimentos hoteleiros, ao cuidado da ENATUR ficava a reestruturação, racionalização e exploração dos restantes imóveis e unidades hoteleiras que se encontravam sob o domínio do governo. Esta situação é esclarecida em 1984 quando a exploração das pousadas é atribuída à ENATUR, sendo, contudo, a classificação como pousada da competência da Direcção Geral do Turismo.

Da responsabilidade do Turismo foi, então, em 1980, lançado um novo Plano Nacional de Pousadas que incentivava a continuação da exploração deste sector. Nesta fase começa a reaparecer a ideia de valorização da autoria dos projectos e da sua dimensão urbana. Surgem então algumas pousadas associadas aos Centros Históricos: a do Castelo de Palmela (Palmela), inaugurada 1979 com projecto de Luís dos Santos Castro e Lobo, a de Nossa Sra. Da Oliveira (Guimarães) com projecto de Alberto Bessa, inaugurada em 1980, a de D. Diniz (Vila Nova de Cerveira), inaugurada em 1982 com projecto de Alcino Soutinho e a Pousada de Monsanto, inaugurada apenas em 1993 com projecto de Duarte Nuno Simões e Nuno Simões.

De um *regionalismo fora de tempo*¹³⁵ podemos mencionar a obra da Pousada do Barão Forrester (Alijó), inaugurada 1983 com projecto de Fernando Ramalho e também a Pousada de Mestre Afonso Domingues (Batalha), inaugurada 1985 com projecto de Norberto Correia.

Refira-se ainda a Pousada de Nossa Senhora das Neves (Almeida) inaugurada em 1987 com projecto de Cristiano Moreira e José C. Coutinho.

Em 1989 é publicado um novo Plano Nacional de Pousadas composto por duas linhas de actuação: *adaptação a pousadas em edifícios existentes de qualidade, promovendo-se por esta*

¹³⁴ Entidade pública com autonomia administrativa e económica.

¹³⁵ FERNANDES, José Manuel in CALDAS, João Vieira – “Caminhos do Património 1929-1999” Lisboa: DGEMN, 1999, p.174.

*via uma recuperação significativa e exemplar do nosso património cultural e a cobertura racional do território em consonância com as necessidades de cada*¹³⁶ região.

Será dentro deste quadro que se irão concretizar as “Pousadas Modernas em Monumentos”, influenciadas pelo primeiro exemplo da Pousada de Santa Marinha, maioritariamente entregues a arquitectos de renome, como exemplos de arquitectura de qualidade, garantindo assim, uma estratégia de reutilização e requalificação do património histórico.

Na Pousada de Santa Marinha da Costa (Guimarães), projecto que se alongou de 1976 a 1985, *Távora trabalha e molda a preexistência, usa-a como matéria de projecto*¹³⁷.

Na continuidade desta intervenção surgem outras Pousadas decorrentes de reconversão de património, como a da Flor da Rosa, no Crato, inaugurada em 1995, projecto de João Carrilho da Graça, a de Nossa Senhora da Assunção (Arraiolos), inaugurada 1996, projecto de José Paulo dos Santos e a de Santa Maria do Bouro (Amares), inaugurada em 1997, projecto de Eduardo Souto de Moura.

Regressando à instalação de pousadas em monumentos integrando-as no seu ambiente histórico local podemos destacar: a Pousada do Castelo de Alvito (Vila de Alvito), inaugurada em 1993, projecto de Manuel Bagulho, a Pousada S. Francisco (Beja), inaugurada 1994, projecto de E. Maia Rebelo e José Alves, a Pousada D. Maria I (Queluz), inaugurada 1994, projecto de Carlos Ramos, e ainda as Pousadas de D. João IV (Vila Viçosa), inaugurada em 1997, projecto de João de Almeida e Pedro Ferreira Pinto e a de D. Afonso II (Alcácer do Sal), inaugurada em 1998, projecto de Diogo Lino Pimentel.

Podemos ainda distinguir algumas obras apenas da responsabilidade do turismo sem a interferência da DGEMN ou do IPPAR: o Hotel Sta. Luzia, (Viana do Castelo), integrada na rede de pousadas em 1979, projecto de adaptação de Jorge Segurado, a Pousada da Quinta da Ortiga (Santiago do Cacém), inaugurada 1991, a Pousada de São Miguel (Sousel), inaugurada em 1992

¹³⁶ LOBO, Susana - “Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura portuguesa do século XX” Coimbra: Imprensa da universidade de Coimbra, 2006.

¹³⁷ ALVES COSTA, Alexandre in DOMINGUEZ LAIÑO, Ana - “Fernando Távora” Corunha: COAG, 2002, p.59.

por Alfredo Mata Antunes e a Pousada Sta. Cristina (Condeixa-a-Nova), inaugurada 1993 por Fernando Ramalho.

A empresa ENATUR que detinha o património das Pousadas, em 2003 deixou ser responsável pela sua gestão, passando essa exploração para o Grupo Pestana Pousadas¹³⁸ por um período de 20 anos.

*Quanto ao contrato de cessão de exploração da rede Pousadas de Portugal, deve o mesmo salvaguardar os interesses do Estado, nomeadamente no que diz respeito à conservação dos monumentos nacionais àquela afectos e do respectivo património móvel, que fazem parte do domínio público, atendendo à importância que tais bens possuem para a história e para a cultura de Portugal*¹³⁹.

Actualmente as Pousadas estão agrupadas em quatro categorias: *Históricas*, *Históricas Design*, *Natureza* e *Charme*.

Enquanto muitas das Pousadas referidas ao longo deste texto deixaram de pertencer à rede, convertendo-se em estalagens, hotéis, pousadas da juventude, casas abrigo ou, simplesmente, foram encerradas, outros projectos juntam-se à rede. Classificadas como *Históricas*: a Pousada do Solar da Rede (Mesão Frio), inaugurada em 1999; a Pousada do Convento de Belmonte (Belmonte), obra de adaptação terminada em 2001 com projecto de Luís Rebelo de Andrade; a Pousada do Convento do Desagravo (Vila Pouca da Beira), inaugurada em 2002; a Pousada do Convento da Graça (Tavira), inaugurada em 2006 de João Sousa Campos; a Pousada de Ourém, em Fátima com projecto de Carlos Ramos de 1996; e a Pousada do Palácio do Freixo¹⁴⁰, no Porto, inaugurada em 2009, projecto de David Sinclair.

Dentro do conceito de *Históricas Design* foi inaugurada em 2009 a Pousada Palácio de Estói (Faro), projecto de Gonçalo Byrne e nos Açores, inaugurada em 2006 a Pousada do Forte de São Sebastião (Angra do Heroísmo).

¹³⁸ Grupo português privado que desenvolve a sua actividade no sector do turismo.

¹³⁹ Governo da República Portuguesa, 2003, nota sobre a privatização da Enatur in http://www.enatur.pt/conteudo.aspx?lang=pt&id_class=200&name=Historia.

¹⁴⁰ Caso de estudo deste trabalho.

Designadas como Pousadas *Natureza*, foi associada a este grupo a Pousada de Amoras em Proença-a-Nova.

No grupo das Pousadas *Charme*, em 2007 foi inaugurada a Pousada de São Vicente (Braga), e em 2009 a Pousada de São Mateus (Viseu), projectada por Gonçalo Byrne. Ainda dentro deste conceito a Pousada do Forte de Santa Cruz da Horta (Açores) com projecto da DGEMN foi inaugurada em 1969.

Devemos salientar que o papel preponderante das *Pousadas de Portugal* na defesa do património cultural e ambiental para fins turísticos valeu-lhe um prémio mundial em 1995, da Sociedade Americana de Agentes de Viagens (ASTA - American Society of Travel Agents) e da com a Fundação Smithsonian¹⁴¹.

As *Pousadas de Portugal* expandiram-se para fora do país em 2005 com a abertura da Pousada do Convento do Carmo, em Salvador (Brasil), instalada no antigo Convento das Carmelitas de 1586. A recuperação deste edifício enquadrou-se no projecto de requalificação do centro histórico da cidade de Salvador, classificado pela Unesco como Património Mundial.

Actualmente o Grupo Pestana Pousadas pretende continuar o seu desenvolvimento internacional, abrindo outras pousadas no Brasil e noutros locais por onde os portugueses já passaram, como Goa, Macau, Cabo Verde ou Moçambique.

¹⁴¹ Fundação criada em 1846 que reúne vários museus, galerias e centros de investigação, tem como objectivo preservar o património e difundir recursos e conhecimentos. Informação obtida em <http://www.si.edu/>.

ANÁLISE

Sendo o objecto de estudo desta dissertação o Palácio do Freixo e a sua adaptação a Pousada, tentaremos comparar, de forma sintética, as posturas sustentadas pelos arquitectos perante a mesma situação, identificando diferentes atitudes face à reconversão de edifícios históricos em pousada e reconhecendo não só as contribuições positivas mas também as negativas para a conservação do património.

Como já foi dito atrás, apesar das primeiras pousadas serem construções de raiz, logo a partir de 1950 foram iniciadas adaptações de monumentos históricos a pousadas, decorrentes da necessidade de dar utilidade aos monumentos para garantir a sua manutenção. Durante duas décadas, as transformações dos edifícios históricos em pousadas ocorreram subordinadas à ideologia defendida pelo Estado do *monumento como obra símbolo da Nação*. As intervenções eram, portanto, conservadoras, de expressão tradicionalista procurando exaltar a herança da pátria e correspondiam, essencialmente, a arquitectura de interiores.

Na transição para a década de 80, com a nova valorização do património arquitectónico definida nas diversas Cartas internacionais dos anos 60 e 70, a política intervencionista das Pousadas alterou-se.

Foi alargado o campo de intervenção nos monumentos e as obras deixaram de se limitar ao edifício isolado passando a compreender o seu contexto urbano.

Esta nova etapa foi marcada pelos projectos da Pousada de D. Diniz em Vila Nova de Cerveira e a de Santa Marinha da Costa em Guimarães. Para além dos novos princípios de actuação de respeito pelos valores do passado pensados no presente, nestas duas pousadas a autoria tornou-se sinónimo de uma arquitectura de qualidade. O facto de os autores serem externos aos serviços da DGEMN contribuiu também para esta renovação das atitudes de reconversão dos monumentos.

Tanto em Vila Nova de Cerveira como em Guimarães houve busca do conhecimento para a obra através de análise histórica. Os projectos recuperaram a expressão artística do monumento

*através da reintegração e da preservação do valor expressivo ou da essência da obra não reconstituindo rigorosamente estádios de desenvolvimento histórico*¹⁴².

A Pousada D. Diniz (que actualmente se encontra encerrada e sem destino aparente), teve projecto iniciado em 1971 por Octávio Lixa Felgueiras e concluído por Alcino Soutinho. Foi uma obra *pioneira na forma como abordou o tema da reconversão urbana*, intervindo em toda a zona interna da muralha da vila, *integrou as novas e antigas construções, numa área preexistente com forte caracterização ao nível da memória urbana*¹⁴³.

Para defender a memória dos espaços, aproveitou as construções preexistentes para integrar os quartos, preservando todo o conjunto urbano. Para responder ao programa funcional do projecto, um novo corpo que alberga espaços públicos é edificado. Este apresenta um delicado contraste dos elementos tradicionais com a nova linguagem, integrando-se assim no núcleo medieval. Esta clarificação, ainda que não total, do antigo e do novo, demonstra já a influência da Carta de Veneza.

De modo a manter o equilíbrio do ambiente do passado com as intervenções contemporâneas toda a rede de acessos de serviços foi feita em galeria subterrânea (informação que não nos foi possível verificar devido ao estado de encerramento e desocupação actual do edifício).

Apesar da não destruição das habitações envolventes antes integrando-as no programa da pousada, o que constitui um aspecto positivo a destacar, esta acção levou à alteração do *sentido tipológico destes edifícios, enquanto corpos autónomos*¹⁴⁴.

No projecto da Pousada Santa Marinha da Costa, iniciado em 1972, é bem clara a influência da Carta de Veneza. Fernando Távora diferencia o novo do antigo mas criando um diálogo que procura uma continuidade e não uma ruptura.

O projecto foi desenvolvido com o objectivo de *continuar-inovando, isto é, o de contribuir para a prossecução da vida já longa do velho edifício, conservando e reafirmando os seus espaços*

142 TOMÉ, Miguel - "Património e restauro em Portugal: 1920-1995" 1ª ed. Porto: Faup Publicações, 2002, p. 212.

143 BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried - "Portugal: Arquitectura do século XX" Munchen: Prestel, 1997, p.254.

144 TOMÉ, Miguel - "Património e restauro em Portugal: 1920-1995" 1ª ed. Porto: Faup Publicações, 2002, p.218.

*mais significativos ou criando espaços de qualidade resultantes de novos condicionamentos programáticos*¹⁴⁵. Távora recuperou os edifícios existentes e construiu um novo corpo na continuidade do claustro antigo. Esta nova ala (construída para quartos, já que as antigas celas não eram suficientes para os albergar) assume-se contemporânea na sua expressão mas integra-se na preexistência, através duma aproximação volumétrica e duma implantação na encosta que não interfere na leitura do mosteiro antigo. Esta intervenção não só se relaciona com os volumes preexistentes mas também com a própria cultura da região.

Também na Pousada Flor da Rosa, no Crato, se restaurou um mosteiro antigo e se acrescentou um corpo novo. Mas esta adição, que vai albergar os quartos, apesar de se poder dizer inspirada na de Santa Marinha não segue o mesmo caminho de subtil integração no conjunto. O autor, Carrilho da Graça, opta por um contraste entre o novo volume, de dominante horizontal, e as preexistências de carácter vertical. Enquanto o mosteiro se integra na cor da envolvente, assumindo a textura das pedras e a sua história, o novo edifício liso destaca-se pela cor branca e luminosa e pela sua linguagem contemporânea.

A diferenciação entre o novo e antigo, que é reforçada pela utilização de juntas de separação entre os elementos, e a reversibilidade do construído revela a interpretação dos princípios da Carta de Veneza.

A porta principal da Pousada situa-se na fachada sul do mosteiro. No seu estado primitivo a entrada fazia-se pela porta oeste da Torre do Paço. Mas, talvez pelos degraus que se encontram a oeste, impedindo o fácil acesso a essa porta, a entrada foi alterada. A actual é, para além de um acesso da igreja, mais imediata para quem chega. Este acesso parece ter sido feito para ser a entrada do mosteiro. A fachada sul é também considerada a “principal”.

Ao contrário do que acontece na maior parte dos mosteiros convertidos em pousadas, não existe neste caso analogia das funções da pousada com as antigas do mosteiro.

145 TÁVORA, Fernando in “Pousada de Santa Marinha” Guimarães, Boletim da DGEMN, n.º 130, Lisboa, DGEMN, 1985, p.77.

*O objectivo do projecto é intensificar a possibilidade de visita do edifício existente, privatizando-o e ocupando-o o menos possível, relendo-o e abrindo-o a novas leituras*¹⁴⁶. No piso térreo alguns espaços foram então desocupados. A recepção foi colocada estrategicamente no interior do mosteiro fazendo com que se tenha de o percorrer primeiro. Os tectos e paredes não “tocam” as pre existências. As áreas de serviço e técnicas são remetidas para o novo corpo libertando o mosteiro dessas exigências programáticas.

O espaço que sofreu mais alterações, sendo ocupado no seu interior, foi a Torre do Paço. Esta constituiria uma habitação nobre no passado, e actualmente alberga três suites. Para a criação destes quartos foram criados pisos intermédios acabando por se perder a noção da escala deste espaço.

Apesar do novo volume se impor no conjunto e podermos considerar que existe uma inversão de protagonismo da estrutura antiga pela grande dimensão da ampliação, ao chegarmos à Pousada do Crato o protagonismo é do Mosteiro pré-existente, sendo quase imperceptível o novo corpo.

Se no Crato a intenção é de contraste, em Arraiolos, na Pousada Nossa Senhora da Assunção, o projecto de José Paulo dos Santos não altera o protagonismo do Convento dos Lóios. A proposta deste arquitecto resulta na continuidade do crescimento natural do edifício existente, assumindo as várias épocas construtivas. Por necessidade programática surge então um novo volume incorporado no Convento, constituindo uma outra ala que delimita o *claustro*¹⁴⁷. Esta ampliação não se destaca do conjunto, complementa-o, usando regras da estrutura antiga. Possui uma continuidade não só volumétrica mas também cromática, é utilizado o branco da caiação do convento.

Uma intervenção *de sensibilidade e com uma relação natural com a História*. J. P. (José Paulo dos Santos) *não começa um trabalho com a sua linguagem: constrói a linguagem apropriada*¹⁴⁸, de continuidade natural com o convento.

146 GRAÇA, João Luís Carrilho da - “Mosteiro de Santa Maria da Flor da Rosa - Pousada” in *Jornal dos Arquitectos* 136/137 – “Reabilitação / Conservação” Jun. / Jul. 1994, p.42.

147 O crescimento dos conventos resultava de acrescentos de novas alas ou núcleos de claustros.

148 MOURA, Souto de in LEÓN, Juan Hernández; COLLOVÀ, Roberto; FONTES, Luís - “Santa Maria do Bouro: Eduardo Souto de Moura: construir uma pousada com as pedras de um mosteiro” 1ª ed Lisboa: White & Blue, 2001, p.57.

*Com o projecto pretende-se não só dar um tempo às coisas que seja o delas, com formas que lhe não escondam as funções, mas aproveitar características de uma certa forma de construir nossa (...) com o rigor descontraído das planícies solarengas do sul*¹⁴⁹.

Outro aspecto de referir é a integração da Igreja na proposta (apenas para uso privado da pousada), permitindo assim uma compreensão da lógica natural da igreja e de todo o Convento. É uma atitude importante pois as igrejas são *quase sempre tratadas como entidades autónomas do conjunto conventual que as legitima (...) Equívoco que se tem vindo a repetir, encontra, em sentidos opostos, no Crato e em Arraiolos uma adequada clarificação*¹⁵⁰.

Respeitando a memória do lugar, a intervenção realizada em Arraiolos reflecte a vida que lá existia. É certo que o Convento passa a ter uma função diferente mas continua a incentivar um ritual de recolhimento.

Uma diferente abordagem surge em Amares com a adaptação a pousada do mosteiro de Santa Maria do Bouro que se encontrava em ruínas. É Souto de Moura quem vai dirigir este projecto que se serve *das pedras disponíveis para construir um novo edifício. Trata-se de uma nova construção, (...) e não da recuperação do edifício na sua forma original*¹⁵¹.

Tal como sucedeu nestes últimos projectos, no Bouro uma análise da história do mosteiro foi realizada, *através de rigorosos diagnósticos técnicos e de valorativas investigações histórico-arqueológicas, acção que contraria a prática de estaleiro que caracterizou as operações da DGEMN*¹⁵² e que Fernando Távora ainda usufruiu em Santa Marinha.

A intervenção conserva a imagem de ruína numa continuidade da vida do edifício, reconstituindo a estrutura com as pedras existentes e assumindo a contemporaneidade como parte da história.

149 SANTOS, José Paulo dos in "Pousada N.ª Sra. Da Assunção" Lisboa: Enatur, 1996, p.17.

150 LOBO, Susana - "Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura portuguesa do século XX" Coimbra: Imprensa da universidade de Coimbra, 2006, p.149.

151 MOURA, Eduardo Souto de in LEÓN, Juan Hernández; COLLOVÀ, Roberto; FONTES, Luís - "Santa Maria do Bouro: Eduardo Souto de Moura: construir uma pousada com as pedras de um mosteiro" 1ª ed Lisboa: White & Blue, 2001, p.5.

152 TOMÉ, Miguel - "Património e restauro em Portugal: 1920-1995" 1ª ed. Porto: Faup Publicações, 2002, p. 245.

Acentuando o aspecto de ruína é utilizada uma cobertura plana com vegetação, em vez dos telhados tradicionais, e a caixilharia das janelas não é visível para que estas pareçam vazios nas fachadas do mosteiro. Apesar da aparente ruína de contemplação defendida por Ruskin, neste caso não se faz uma *consolidação pura e simples da ruína*, tendo esta sido considerada como *material disponível, aberto, manipulável, tal como o edifício o foi durante a sua história*¹⁵³.

Na Pousada D. João IV, instalada no Convento (feminino) das Chagas em Vila Viçosa são virados do avesso os percursos constitutivos principais do antigo mosteiro, tanto mais que foram condenadas todas as ligações entre as instalações monásticas e a igreja de dentro/coros das freiras¹⁵⁴. Devido a exigências programáticas, a antiga portaria foi desactivada, instalando-se a nova entrada na torre mirante, passando um espaço de isolamento do mosteiro a ser o mais exposto da pousada. Ao contrário do que acontece na Pousada do Crato, aqui a entrada não surge tão óbvia. Foi necessário rasgar um muro para se fazer este acesso principal. Depois de se passar este muro e entrando no terreno não se percebe imediatamente a porta principal na torre, sugerindo que se explore primeiro o jardim que leva à zona da piscina.

A alteração dos circuitos de circulação é acentuada pelo anular das ligações entre o convento e a igreja.

Segundo os arquitectos João de Almeida e Pedro Ferreira Pinto, *o principal elemento gerador da morfologia do convento e suporte da sua organização espacial e funcional*¹⁵⁵ é o claustro, e desenvolvem as novas construções de acordo com a sua organização, procurando relacionar o passado e presente. Mas, de facto, o que se verifica é que se tentou atribuir um valor histórico ao edifício mas não a sua autenticidade. Numa mistura de novo e antigo, sem expressar uma clara distinção, onde a noção de reversibilidade é quase inexistente, o convento altera a sua identidade.

No projecto de reconversão do antigo Convento de Nossa Senhora da AraCoeli para a pousada D. Afonso II em Alcácer do Sal, Diogo Lino Pimentel pretendia uma intervenção que *possa daí resultar um novo ciclo de vida para o monumento, com nova leitura do seu testemunho e algum*

¹⁵³ MOURA, Eduardo Souto de in “Pousada de Santa Maria do Bouro” Lisboa: ENATUR, 2000, p. 23.

¹⁵⁴ GOMES, Paulo Varela – “Arquitectura de Mulheres, Mundo de Homens. Intervenções da DGEMN em Edifícios de Mosteiros Femininos Extintos 1930-1950” in CALDAS, João Vieira – “Caminhos do Património 1929-1999” Lisboa: DGEMN, 1999, p. 93.

¹⁵⁵ ALMEIDA, João de; PINTO, Pedro Ferreira - “Pousada D. João IV” Lisboa: ENATUR, 1997, p.21.

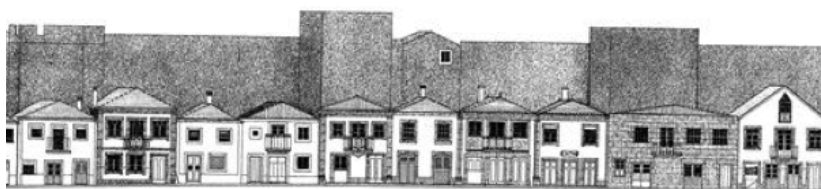
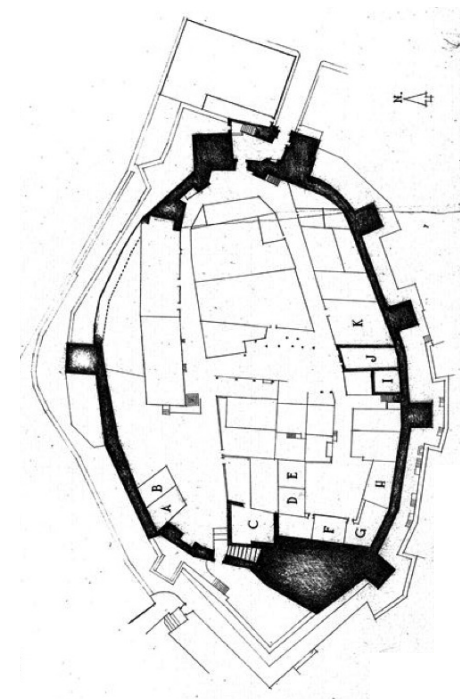
*valor cultural acrescentado pelo nosso tempo*¹⁵⁶, apoiando-se no desenho da muralha e na sua valorização, e procurando preservar os vestígios arqueológicos que se fazem sentir um pouco por toda a pousada.

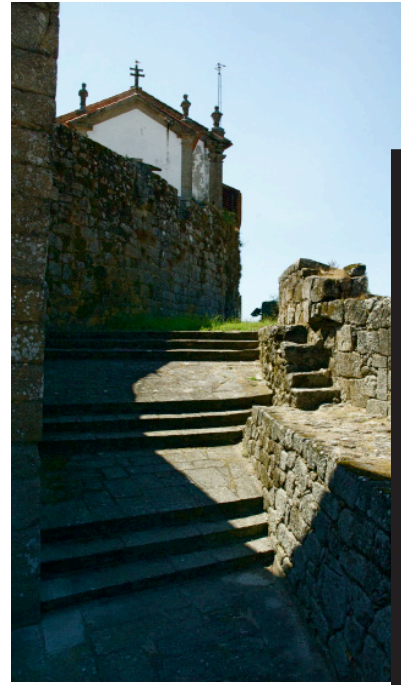
Diogo Pimentel procura complementar o claustro com a construção dum novo volume mas esta intervenção vai-se impor à estrutura existente afirmando-se em escala e desenho. Observa-se a preocupação em distinguir as novas construções das antigas, através da cor (uso do branco nos novos elementos e o ocre do existente) e da linguagem, moderna na nova estrutura. Se em Guimarães a nova proposta obedece ao existente numa integração por continuidade, aqui o novo edifício domina sobre o existente.

Apesar das novas alas surgirem desproporcionadas, e em demasiado destaque no exterior, no interior da Pousada sentimos alguns espaços harmoniosos e acolhedores.

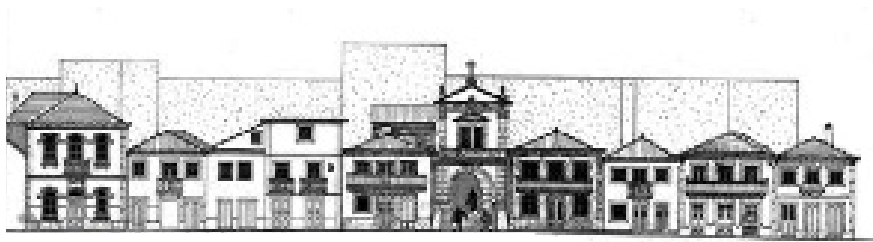
A intervenção em Alcácer do Sal acaba por apagar parte da preexistência, aparentemente construindo uma nova história.

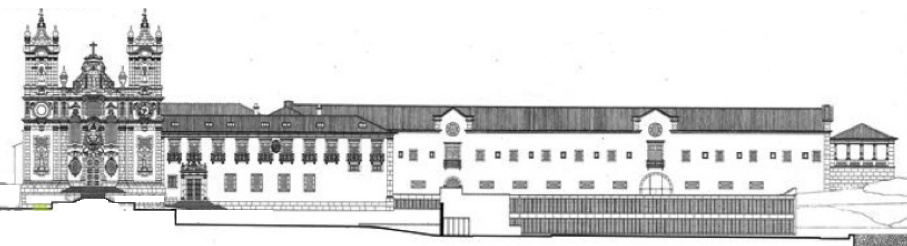
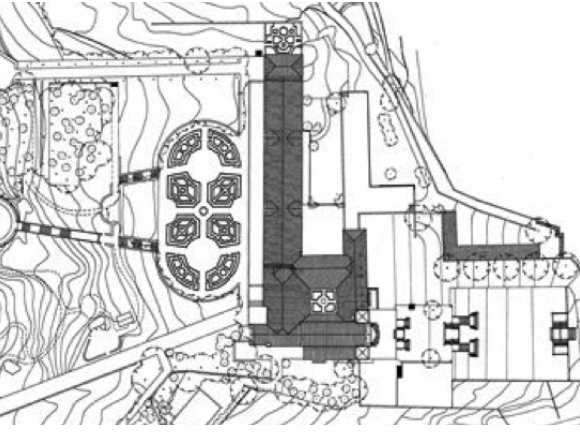
156 PIMENTEL, Diogo Lino in "Pousada de D. Afonso II" Lisboa: ENATUR, 1998, p. 23.





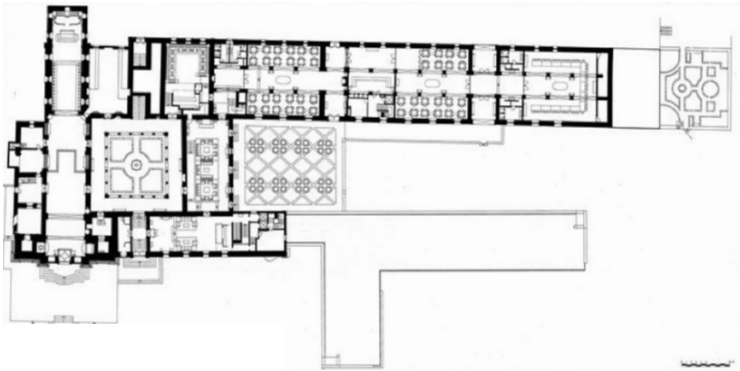
POUSADA D. DINIZ

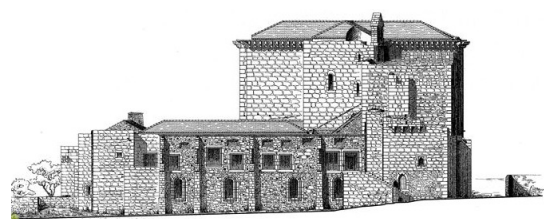
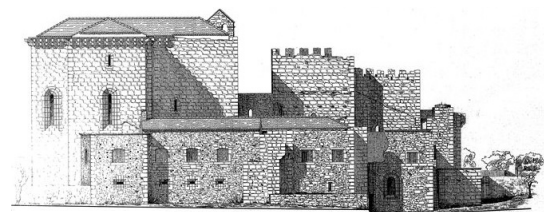
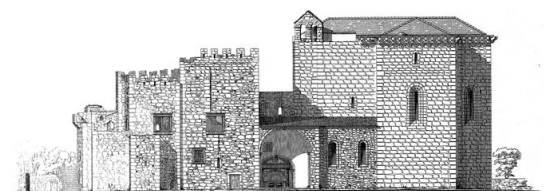


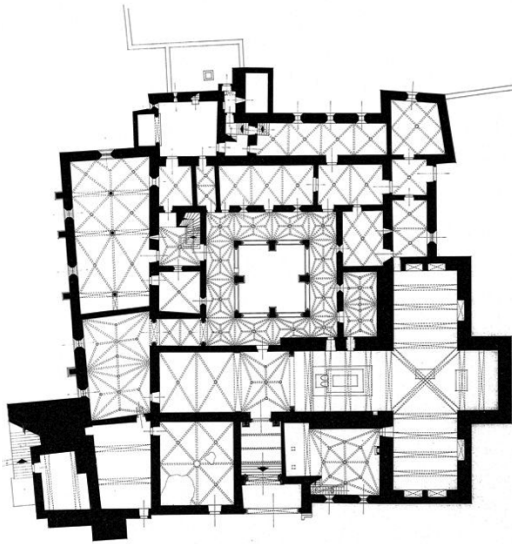




POUSADA STA. MARINHA DA COSTA





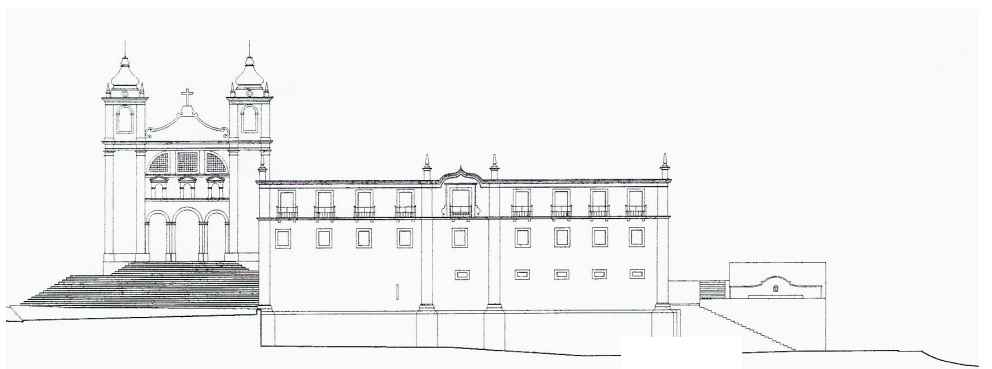


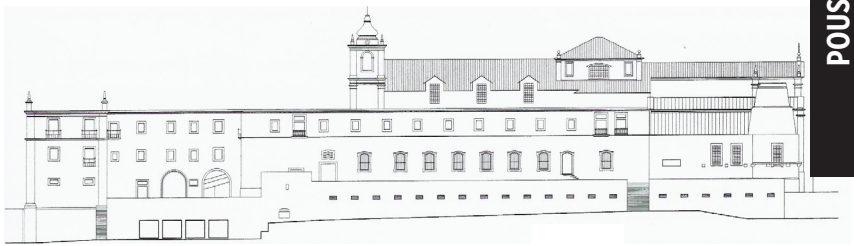




POUSADA NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO

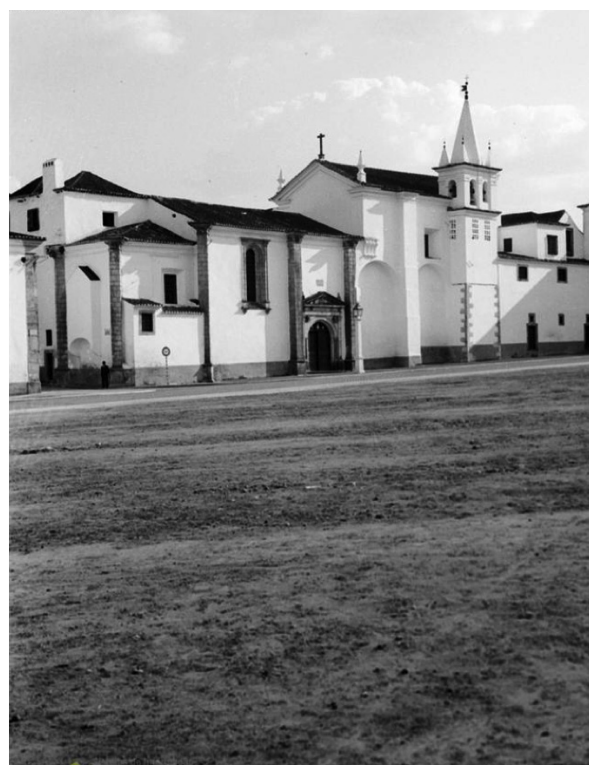
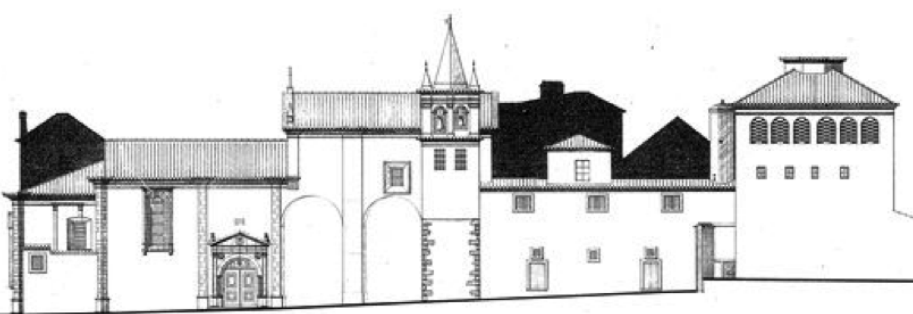


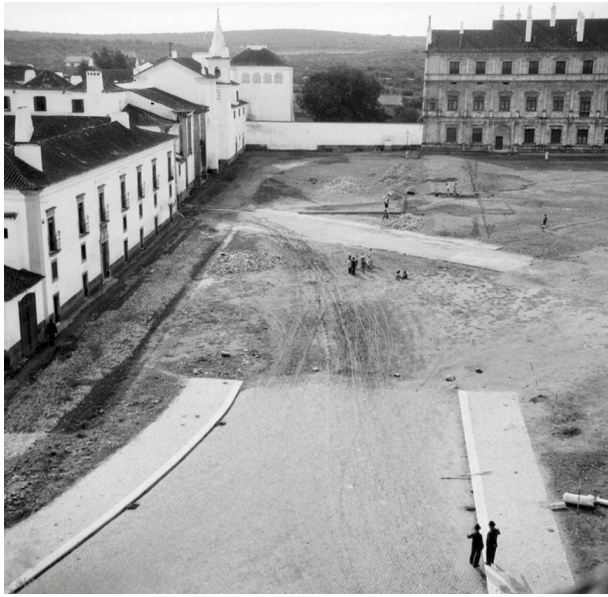




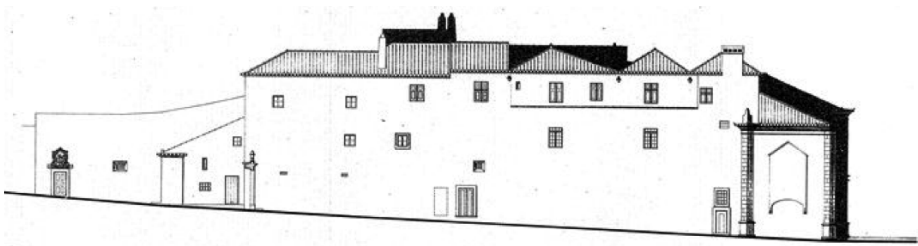
POUSADA STA. MARIA DO BOURO

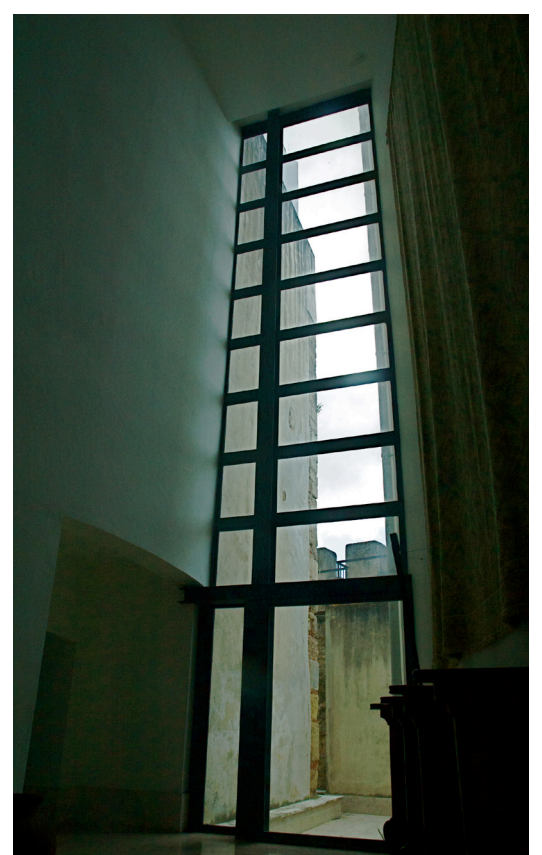


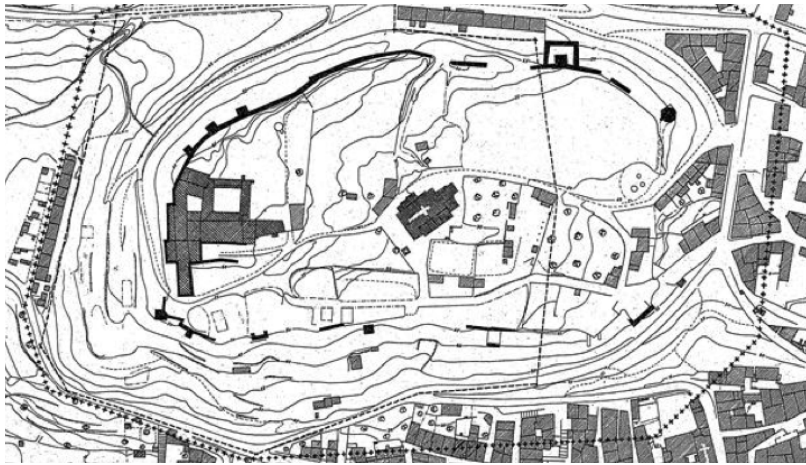




POUSADA D. JOÃO IV







POUSADA D. AFONSO II



Verificamos que apesar de partirem de um objectivo comum de adaptar antigos edifícios históricos (alguns apenas ruínas) em pousadas, as estratégias de intervenção são distintas. Partindo duma análise histórica e arqueológica da preexistência, o conhecimento, a leitura e interpretações desse contexto é essencial para a intervenção no património e as opções vão-se mostrar diferentes, evidenciando que não há regras impositivas.

A Pousada de D. Diniz integrou o novo e o antigo, mantendo a memória do local e valorizando todo o conjunto tal como acontece em Guimarães.

Tanto em Guimarães como em Arraiolos há uma continuidade histórica do crescimento do edifício no tempo, a estrutura contemporânea integra-se na antiga. Já no Bouro, a postura é de mudança, o projecto serve-se das ruínas para construir um novo edifício.

Apesar de diferentes soluções, nas Pousadas de Santa Marinha, da Flor da Rosa, de Nossa Senhora da Assunção, de D. João IV e de D. Afonso II em resposta às exigências da actualidade edificaram-se novos volumes.

A reconversão de património a novos usos é uma acção complexa que deve respeitar a memória do edifício e do lugar.

A abordagem perante cada intervenção no património é única, não deve seguir modelos rígidos mas sim encontrar soluções adaptadas a cada caso, respeitando a história do edifício e contribuindo para uma nova fase da sua evolução.

No caso de adaptação de património a pousadas é de notar que tem sido na generalidade uma opção bem sucedida, o património é recuperado proporcionando também um crescimento económico nas localidades em que se inserem, na medida em que o mercado e a procura turística têm sido positivos rentáveis neste tipo de unidades hoteleiras.

Para além do interesse lucrativo, a reconversão do património para fins hoteleiros evita a degradação dos edifícios. Alguns projectos de intervenção poderão ser menos bem executados correndo-se o risco de anular a memória do edifício. Daí a importância do papel do IGESPAR, responsável pela aprovação e coordenação dos projectos.

ESTADO DA

ARTE

DEFINIÇÕES E CONCEITOS

Uma das dificuldades inerentes à prática e à discussão da salvaguarda e da intervenção no património construído passa pela fixação de uma terminologia própria, que permita entendimento mútuo dos vários intervenientes. Assim, para a melhor compreensão deste trabalho tentaremos clarificar alguns conceitos relacionados com a intervenção no património. Estas definições, que reflectem uma evolução de ideias ao longo dos tempos, são complexas e nem sempre autónomas, estão interligadas e a escolha do termo mais adequado pode depender da escala de observação.

Antes de percebermos as práticas de intervenção é também necessário compreender os conceitos de Património e de Monumento pelo qual iniciaremos este capítulo.

Património

O sentido da palavra património foi evoluindo ao longo dos tempos. *Património. Esta bela e muito antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo*¹⁵⁷. Foi sofrendo alteração nos seus sentidos e hoje é um conceito vasto que se pode caracterizar de várias formas. Aqui interessam-nos as do âmbito arquitectónico.

A ideia de património existia desde o final do século XVII mas é apenas no século XIX que se assiste na Europa à tomada de consciência do interesse de certos monumentos como património arquitectónico, vigorando até aí sobre eles apenas a noção de “monumento histórico”¹⁵⁸.

No século XX, com as Cartas e Convenções sobre o património que vão surgindo, o termo património evolui. É em 1931 que é introduzida a noção de Património Internacional com a Conferência Internacional realizada em Atenas, onde participaram representantes de vários países da Europa, e é redigido o primeiro documento sobre restauro assente no princípio de interesse comum dos estados pela conservação do património da humanidade.

¹⁵⁷ CHOAY, Françoise - “A Alegoria do Património” Lisboa: Edições 70, 2000, p.11.

¹⁵⁸ Portugal. Ministério da cultura, “Cartas e convenções internacionais: património arquitectónico e arqueológico” Lisboa: IPPAR, 1996, do resumo.

No seguimento destas intenções realiza-se em Veneza um congresso do qual resulta a Carta de Veneza de 1964 que vai ampliar a noção de património da Carta de Atenas, podendo agora abranger um sítio urbano ou rural.

A ideia de património vai então evoluindo progressivamente, estendendo o seu campo de acção e abrangendo cada vez mais categorias e conjuntos de objectos. Começando por se centrar nos monumentos mais relevantes da história, acaba por englobar os centros históricos das cidades e a paisagem urbana ou rural. *Esta tendência de ampliar a “patrimonialização” não pára e cada vez se une mais à perspectiva da “qualidade de vida”*¹⁵⁹.

Podemos definir o Património como *qualidade e memória. Sem qualidade, intrínseca ou circunstancial, não haverá fundamento para que um testemunho-memória tenha de ser conservado*¹⁶⁰. Neste sentido, nem tudo possui valor de ser reconhecido e classificável como património.

A classificação e investimento no património edificado não se devem apenas à sua valorização cultural, mas também a razões de ordem económica. A tão reconhecida classificação da UNESCO¹⁶¹ de Património Mundial¹⁶² é um estatuto que vai para além da intenção de salvaguarda do património, pois é também sinónimo de Turismo Cultural¹⁶³, que conduz a rendimentos e contribui para o desenvolvimento duma região.¹⁶⁴ A preservação do património possui então duas vertentes, a cultural e a económica, e contribui para a promoção do turismo e do desenvolvimento local. Um caso representativo deste dinamizar do património é o das Pousadas de Portugal.

159 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – “Património - Riegl e hoje” Porto: Universidade, 1993, p.411.

160 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – “Património - Riegl e hoje” Porto: Universidade, 1993, p.411.

161 Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura.

162 Classificação de locais de excepcional importância cultural ou natural, de património comum da humanidade, com o objectivo não só de o catalogar mas também de o preservar. Projecto fundado pela Convenção sobre a Protecção do Património Cultural e Natural e adoptado pela Conferência Geral da UNESCO em 1972. Em 2009, um total de 885 sítios estavam listados, sendo 684 culturais, 176 naturais e 25 mistos, em 148 países diferentes.

163 Modalidade de turismo cuja motivação é a procura de um encontro artístico, científico ou de formação, uma busca de conhecimentos, e interacção com comunidades e com a respectiva identidade cultural. A cooperação entre turismo e cultura motivam acções práticas e novas perspectivas de desenvolvimento do turismo e de gestão do património cultural.

164 No entanto esta forma de dinamizar o património cultural também comporta riscos. O excessivo uso dos monumentos pode levar a um desgaste prematuro do material do edifício. De forma a tentar contrariar este desgaste algumas técnicas de conservação estratégica são adoptadas, como o limitar do número de utilizações diárias dum monumento ou a construção de réplicas preservando o original.

A noção de património é abrangente e pode ser distinguida em Património Histórico, Património Arquitectónico e ainda Património Arqueológico:

Património Histórico designa *um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objectos que congregam a sua pertença comum ao passado: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos. (...) remete para uma instituição e para uma mentalidade*¹⁶⁵.

O **Património Arquitectónico** é composto *não somente pelos nossos monumentos mais importantes, mas também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades antigas e as nossas aldeias tradicionais integradas nos seus ambientes natural ou construído*¹⁶⁶. O património Arquitectónico é todo o conjunto de elementos reflexos da história e da cultura de uma sociedade permitindo assim a leitura de determinada época e lugar.

O **Património Arqueológico** abrange, tal como o histórico, a herança do passado que permite compreender a evolução da sociedade mas aponta a um passado mais antigo, o da época das civilizações.

Hoje o conceito de património compreende não só bens materiais (obras de arte, edifícios, centros históricos, etc.), mas também bens culturais imateriais¹⁶⁷ (línguas, rituais, etc.) ou mesmo aspectos da natureza (fauna, flora, etc.), e, mais recentemente, o próprio património genético (genoma humano).

165 CHOAY, Françoise - "A Alegoria do Património" Lisboa: Edições 70, 2000, p.11.

166 Portugal. Ministério da cultura, "Cartas e convenções internacionais: património arquitectónico e arqueológico" Lisboa: IPPAR, 1996, p.16.

167 Entende-se por "património cultural imaterial" as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural. Este património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interacção com a natureza e da sua história, e confere-lhes um sentido de identidade e de continuidade, contribuindo assim para promover o respeito da diversidade cultural e a criatividade humana. (...) manifesta-se nomeadamente nos seguintes domínios: (a) tradições e expressões orais, incluindo a língua como vector do património cultural imaterial; (b) artes do espectáculo; (c) práticas sociais, rituais e actos festivos; (d) conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo; (e) técnicas artesanais tradicionais. Artigo 2º, Definições da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, 2003 in <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>.

Monumento

O termo Monumento decorre do *latim monumentum*, ele próprio derivado de *monere* (*advertir, recordar*), o que interpela a memória¹⁶⁸. Françoise Choay considera a essência de monumento constituída pela sua relação com o tempo vivido e a memória. *A especificidade do monumento prende-se então, precisamente, com o seu modo de acção sobre a memória. Não só ele a trabalha, como também a mobiliza pela mediação de afectividade, de forma a recordar o passado, fazendo-o vibrar à maneira do presente. Mas, esse passado invocado e convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: foi localizado e seleccionado para fins vitais, na medida em que pode, directamente, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade, étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar*¹⁶⁹. Esta função de memória leva-nos a distinguir **monumento** de **monumento histórico**. Alois Riegl define o conceito antigo de monumento como *uma obra realizada pela mão humana e criada com o fim específico de conservar os destinos individuais (ou um conjunto destes) sempre vivos e presentes na consciência das gerações vindouras*¹⁷⁰, sendo a designação de monumento intencional. Enquanto considera monumento uma obra concebida *a priori* e à primeira tentativa com intenção memorial, o *monumento histórico não é desejado inicialmente e criado enquanto tal. Este último é constituído a posteriori pelos olhares convergentes do historiador e do amador, que o seleccionam de entre a massa dos edifícios existentes e de que os monumentos representam apenas uma pequena parte*¹⁷¹. Deste modo, todo o objecto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem ter tido por isso na sua origem um destino memorial¹⁷². Em 1964 é fixada a noção de monumento histórico na Carta de Veneza que a define como a criação *arquitectónica isolada bem como o sítio rural ou urbano que são testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico*¹⁷³, alargando assim o seu contexto.

Se o monumento é um objecto que apela à memória, o monumento histórico é importante na medida em que traduz capacidade de reviver o passado, é um testemunho da história, carregado

168 CHOAY, Françoise - "A Alegoria do Património" Lisboa: Edições 70, 2000, p.16.

169 CHOAY, Françoise - "A Alegoria do Património" Lisboa: Edições 70, 2000, p.16.

170 RIEGL, Alois - "El culto moderno a los monumentos: caracteres y origen" Madrid: Visor, 1987, p. 23, tradução da autora.

171 CHOAY, Françoise - "A Alegoria do Património" Lisboa: Edições 70, 2000, p.22.

172 CHOAY, Françoise - "A Alegoria do Património" Lisboa: Edições 70, 2000, p.22.

173 Carta de Veneza 1964 artigo 1º Portugal. Laboratório Nacional de Engenharia Civil - "Cartas e convenções internacionais sobre o património arquitectónico europeu" Lisboa: L.N.E.C., 1987, p.26.

de significados que devemos preservar. O monumento histórico exprime um passado que tanto pode ser um edifício apenas como toda uma paisagem de significado memorável.

Hoje, adquirem papel de igualdade ao dos períodos antigos, o património moderno e contemporâneo. Em 1998, para a protecção e salvaguarda do urbanismo e da arquitectura moderna foi fundado pelos arquitectos Hubert-Jan Henket e Wessel de Jonge o DOCOMOMO Internacional¹⁷⁴. Sem fins lucrativos, este organismo que se inspirou no trabalho do ICOMOS (1965), nasceu em Eindhoven mas actualmente tem estruturas em vários países. A sua sede encontra-se correntemente em Barcelona (a presidente é a arquitecta Ana Tostões) onde se localiza também o DOCOMOMO Ibérico¹⁷⁵ que prossegue os objectivos do DOCOMOMO International em Portugal e Espanha, inventariando e protegendo o património arquitectónico Moderno da Península Ibérica.

Em Portugal foram classificados como monumento nacional em 2011 dois exemplos de arquitectura moderna. A Casa de Chá da Boa Nova e as Piscinas de Marés em Matosinhos, projectos de Siza Vieira. Inaugurados na década de 1960, receberam por decisão do Conselho de Ministros de 3 de Março de 2011, o estatuto de monumento nacional. *O valor científico, patrimonial e cultural de cada um dos bens agora classificados, aliado aos critérios de autenticidade, originalidade, raridade, singularidade e exemplaridade, revelados pelo modo como foram apropriados pelos cidadãos e na relevância simbólica que adquiriram, como lugares das artes e da memória histórica e política, justificam que sejam classificados como monumentos nacionais*¹⁷⁶.

Autenticidade – Pode ser definida por *qualidade daquilo que é verdadeiro* e é um conceito que serve de base ética às intervenções no património. *Podemos dizer que autenticidade procura uma relação de verdade e sinceridade entre o suporte da mensagem e a mensagem em si mesma. Hoje, contudo, procuramos definir uma autenticidade tal, que consiga incluir a mensagem primitiva, mas não anule as manifestações de evolução temporal*¹⁷⁷.

174 International Working Party for Documentation and Conservation of Buildings, Sites and Neighborhoods of the Modern Movement (Grupo de Trabalho Internacional para a Documentação e Conservação de Edifícios, Sítios e Envolventes do Movimento Moderno).

175 A Ordem dos Arquitectos é o único membro português da Fundação. A arquitecta Ana Tostões é a actual vice-presidente do DOCOMOMO Ibérico.

176 <http://www.portugal.gov.pt/pt/GC18/Governo/ConselhoMinistros/ComunicadosCM/Pages/20110303.aspx>.

177 INFANTE, Sérgio - "Autenticidade, continuidade e mudança" in *Arquitectura e vida* 15 Abril 2001, p. 26 e 27.

A noção de autenticidade deverá servir de suporte às acções de intervenção no património e pode compreender vários conceitos: autenticidade dos materiais, estética, histórica, dos processos construtivos, do espaço envolvente, etc., avaliando-se em cada caso a importância relativa a assumir.

O significado de autenticidade tem evoluído ligado às intervenções no património e despertado diversos debates ao longo dos tempos. Para alguns autores a *ideia de autenticidade dependerá sempre da cultura do tempo e da forma como as tradições são entendidas, de uma forma perene, correspondendo a uma memória viva, ou já morta*¹⁷⁸. Em 2000 na Carta de Cracóvia, autenticidade é definida como *o somatório das características substanciais, historicamente provadas, desde o estado original até à situação actual, como resultado das várias transformações que ocorreram no tempo*¹⁷⁹.

Actualmente há ainda quem defenda que a intervenção autêntica deve consolidar o existente, e os que consideram intervir com autenticidade, projectar uma nova identidade no existente.

Conservação - É essencialmente uma acção preventiva, que deverá acontecer antes que a integridade do edifício seja posta em causa. As acções conservativas *contribuem para perpetuar o património e os seus monumentos. A conservação do património é realizada quer no respeito pelo significado da sua identidade, quer no reconhecimento dos valores que lhe estão associados*¹⁸⁰.

Consolidação – *Restabelecimento ou reforço da capacidade de suporte estático de materiais ou de estruturas construtivas. Obras de consolidação têm por objectivo evitar a deformação perigosa ou mesmo a derrocada de estruturas edificadas ou a desintegração de materiais construtivos*¹⁸¹.

178 AGUIAR, José - "Cor e cidade histórica: estudos cromáticos e conservação do património" Porto: Faup Publicações, 2002, p.75.

179 Carta de Cracóvia 2000, Anexo. Definições in <http://194.65.130.238/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>.

180 Carta de Cracóvia 2000, Anexo. Definições in <http://194.65.130.238/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>.

181 NUNES PEREIRA, António - "Para uma Terminologia da Disciplina de Protecção do Património Construído" in *Jornal dos Arquitectos* 213 - "À la Recherche du Temps Perdu" Nov. / Dez. 2003, p.29.

Lacuna – *A lacuna, num objecto de arte, é uma interrupção do seu contexto representativo, (...) que impede ou dificulta a fruição integral desse objecto de arte em toda a sua dimensão estética e histórica*¹⁸².

Manutenção – Reúne todo o tipo de tarefas de carácter preventivo que garantam o bom funcionamento do edifício (como operações de limpeza, aplicação de pinturas novas, inspecções de rotina, etc.). *Uma manutenção eficaz impede a ocorrência da maior parte das grandes anomalias nas edificações*¹⁸³.

Reabilitação – Consiste em *devolver ao edifício ou conjunto urbano ou rural a sua capacidade de ser utilizável, ou seja, de o tornar habilitado a funcionar novamente*¹⁸⁴. Abrangendo um conjunto de medidas e acções destinadas a aumentar os níveis de segurança, conforto e qualidade do edifício, este conceito encontra-se frequentemente associado a obras de reconversão levando à alteração da funcionalidade original da construção.

Reconversão - É uma prática que compreende a adaptação dum imóvel a um novo uso ou função. Este tipo de intervenção tem ganho importância ao longo do tempo. Exemplo disso é *rede das Pousadas* que reaproveita edifícios com programas em desuso, como as fortalezas ou os mosteiros, evitando a sua degradação.

Reconstrução – A reconstrução é restabelecimento, com o máximo de exactidão, *a um estado anterior conhecido*¹⁸⁵, será portanto, e tal como a palavra indica, construir de novo um edifício desaparecido ou partes dele. Sendo um termo abrangente, podemos descrevê-lo através de outros conceitos relativos à sua metodologia: cópia – consiste na réplica precisa de um edifício e

182 Portugal. Laboratório Nacional de Engenharia Civil - “A conservação do património histórico edificado” Lisboa: L.N.E.C., 1990, p.6 e 7.

183 Portugal. Laboratório Nacional de Engenharia Civil - “A conservação do património histórico edificado” Lisboa: L.N.E.C., 1990, p.3 e 4.

184 NUNES PEREIRA, António – “Para uma Terminologia da Disciplina de Protecção do Património Construído” in *Jornal dos Arquitectos* 213 – “À la Recherche du Temps Perdu” Nov. / Dez. 2003, p.31.

185 Carta da Burra, Austrália, definições in ICOMOS <http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-burra.pdf>.

deve ser uma prática a evitar nas intervenções de protecção do património pois não possui qualquer valor patrimonial; reconstituição – distingue-se da cópia porque *não existindo o original, nunca há garantia de que a reconstituição seja de facto a réplica exacta desse original desaparecido*¹⁸⁶; anastilose – é o único método de reconstrução com valor patrimonial pois consiste na *recomposição das partes existentes mas desmembradas*¹⁸⁷ dum edifício.

Recuperação – Define-se pelo conjunto de operações que permitem dar utilidade e valor a uma construção degradada. A recuperação pode manifestar-se em três modos, a que tem como fim restituir a forma original do edifício, a que procura manter o edifício com todas as suas características, e a que opta por demolir o interior do edifício, sem ponderar o estado de conservação, época ou funções precedentes.

Reparação – É o conjunto de acções destinadas a corrigir as anomalias de modo a que a obra retome o estado em que se encontrava antes desses mesmos problemas. Quando o carácter é estrutural aplica-se frequentemente o termo consolidação, no sentido de manutenção da integridade estrutural do edifício.

Restauro – Muitos princípios têm sido definidos nas diversas Cartas de restauro ao longo do tempo, enunciando modos de actuar mediante a intervenção no património. O restauro consiste essencialmente em *restituir o estado inicial (mesmo que parcialmente) ou um estado posterior à edificação de um edifício, deteriorado pela acção do tempo e/ou alterado em épocas seguintes*¹⁸⁸. Esta conservação dos valores estéticos e históricos do monumento deve *basear-se no respeito pelos materiais originais e em documentos autênticos*¹⁸⁹. É um tipo de intervenção altamente especializado e radical, que encerra alguns problemas de autenticidade histórica.

Reversibilidade – A noção de reversibilidade foi apresentada pela primeira vez em 1972 na Carta do restauro: qualquer intervenção deve realizar-se *de tal forma, com tais técnicas*

186 NUNES PEREIRA, António – “Para uma Terminologia da Disciplina de Protecção do Património Construído” in *Jornal dos Arquitectos* 213 – “À la Recherche du Temps Perdu” Nov. / Dez. 2003, p.31.

187 Carta de Veneza 1964, artigo 15º in Portugal. Laboratório Nacional de Engenharia Civil – “Cartas e convenções internacionais sobre o património arquitectónico europeu” Lisboa: L.N.E.C., 1987, p.29.

188 NUNES PEREIRA, António – “Para uma Terminologia da Disciplina de Protecção do Património Construído” in *Jornal dos Arquitectos* 213 – “À la Recherche du Temps Perdu” Nov. / Dez. 2003, p.29.

189 Carta de Veneza 1964, artigo 9º in Portugal. Laboratório Nacional de Engenharia Civil – “Cartas e convenções internacionais sobre o património arquitectónico europeu” Lisboa: L.N.E.C., 1987, p.27.

*e materiais que possa garantir que, no futuro, não tornará impossível uma eventual nova intervenção de salvaguarda ou restauro*¹⁹⁰. Trata-se da possibilidade de remover um material ou solução construtiva, *quando (esta) deixar de cumprir as respectivas funções, sem causar danos aos materiais originais e sem contribuir para a perda de autenticidade da obra que se pretenda conservar*¹⁹¹.

Salvaguarda – Na Carta de restauro de 1972 define-se salvaguarda como *toda e qualquer medida conservativa que não implique a intervenção directa sobre a obra*¹⁹². Podemos descrever salvaguarda como o conjunto de medidas cujo objectivo é proteger, garantir a integridade e perenidade dum bem cultural, material ou imaterial.

Salvaguarda activa – Conceito adoptado pela UNESCO que compreende *acções de conservação, restauro e reabilitação do património construído com a participação dos cidadãos, o que implica a utilização socialmente útil das edificações*¹⁹³.

Translocação – *A translocação de um edifício ou partes de um edifício consiste no seu desmonte, remoção e na sua remontagem noutro local, com recolocação idêntica de todos ou de grande parte dos materiais e elementos construtivos originais*¹⁹⁴.

190 Carta do Restauro 1972, artigo 8º in [históricahttp://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/disciplinas/jaguiar/cartadorestaurao1972.pdf](http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/disciplinas/jaguiar/cartadorestaurao1972.pdf).

191 Portugal. Laboratório Nacional de Engenharia Civil - “A conservação do património histórico edificado” Lisboa: L.N.E.C., 1990, p.6.

192 Carta do Restauro 1972, artigo 4º in [históricahttp://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/disciplinas/jaguiar/cartadorestaurao1972.pdf](http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/disciplinas/jaguiar/cartadorestaurao1972.pdf).

193 AGUIAR, José; CABRITA, A. M. Reis; APPLETON, João - “Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais” Lisboa: L.N.E.C., 2005, anexo I, p.4.

194 NUNES PEREIRA, António - “Para uma Terminologia da Disciplina de Protecção do Património Construído” in *Jornal dos Arquitectos* 213 - “À la Recherche du Temps Perdu” Nov. / Dez. 2003, p.31.

TEORIAS DE INTERVENÇÃO NO PATRIMÓNIO

Depois da exposição de alguns conceitos inerentes ao tema da intervenção no património, procura-se agora iniciar uma abordagem exclusivamente teórica. Analisando a evolução histórica das teorias de intervenção no património, com destaque dos autores mais significantes, tentar-se-á perceber qual a atitude que devemos adoptar perante um edifício de valor histórico.

*A conservação de edificações históricas é um tipo de actividade tão antigo como a própria construção de edifícios. O Homem sentiu desde sempre necessidade de preservar algumas dessas edificações, quer por pretender continuar a utilizá-las para algum fim, quer por lhe reconhecer um valor especial como marcos relevantes para a respectiva comunidade ou para a sua história*¹⁹⁵. Ao longo da história várias posturas são defendidas sobre a valorização e restauro do património. Podemos referir o Renascimento italiano¹⁹⁶ (do século XIV ao XVI) como a época em que se tomam as primeiras iniciativas de conservação. É na bula papal de Pio II (1458-1464) de 1462 que é explicitado o objectivo de conservar *a cidade-mãe em toda a sua dignidade e esplendor*¹⁹⁷. Um importante contributo foi o de Alberti¹⁹⁸ (1404-1472), que desenvolve uma proposta para actuar perante a reutilização de preexistências. A sua teoria sugere três modos de actuação: restauro do monumento primitivo; procurar um equilíbrio entre o estilo antigo e a linguagem actual; e ocultar a estrutura original sob uma nova fachada, quer exterior quer interior.

Do século XVI até ao século XVIII realizam-se inúmeros projectos de reutilização ou recriação arquitectónica com base em monumentos clássicos, mas é só no final do século XVIII que surge a noção de restauro num sentido moderno, que valoriza a obra de arte como documento histórico.

195 Portugal. Laboratório Nacional de Engenharia Civil - "A conservação do património histórico edificado" Lisboa: L.N.E.C., 1990, p.7 e 8.

196 Período marcado pela redescoberta e revalorização das referências culturais da Antiguidade Clássica, cultivando um ideal humanista (o homem é o centro do pensamento).

197 AGUIAR, José - "Cor e cidade histórica: estudos cromáticos e conservação do património" Porto: Faup Publicações, 2002, p.35.

198 Leon Battista Alberti foi um arquitecto, escultor e teórico de arte. Para além de pintor, músico e escultor, este humanista italiano era também um filósofo da arquitectura e do urbanismo. Escreveu o célebre tratado "De re aedificatoria libri decem" 1452 (os Dez livros sobre Arquitectura). Informação obtida em wikipédia e Enciclopédia Verbo, Luso-Brasileira de Cultura" Ed. século XXI Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 2003.

Podemos dizer que as bases que fizeram surgir o conceito de *restauro Moderno* apareceram em França. Em 1794 são definidos, numa Carta da Convenção Nacional Francesa, os conceitos fundamentais para uma correcta intervenção no património cultural e histórico da República. Das primeiras acções regulamentadoras resultaram noções básicas que actualmente são propriedade comum de vários países. Seria da responsabilidade do Estado conservar e salvaguardar todas as estruturas classificadas como património arquitectónico, de modo a perdurarem no tempo como valor de uma sociedade e cultura.

Consolida-se a ideia de monumento histórico e, simultaneamente, uma nova visão da história da arquitectura é sustentada pelos diversos trabalhos de investigação arqueológica nas ruínas de Herculano e Pompeia, no templo de Paestum (imagens) e nas cidades de Roma e Atenas. O interesse na Antiguidade, juntamente com a necessidade de conservação dos monumentos, introduz então uma nova consciencialização de defesa dos valores do passado.

O despertar desta nova consideração pelo património está directamente ligado ao emergir da Revolução Industrial¹⁹⁹. Enquanto a modernidade questionava as tradições do passado, a vontade dum mundo novo faz também com que se comece a dar mais valor ao que se perde, afirma-se assim a necessidade de salvaguardar os testemunhos da história. É então a consagração do monumento histórico que vai abrir caminho aos debates do início do século XIX.

Enquanto em França a atenção se dirige essencialmente para a preservação dos valores nacionalistas, defendendo-se um restauro estilístico que tem como protagonista Viollet-le-Duc²⁰⁰ (1814-1879), em Inglaterra, John Ruskin²⁰¹ (1819-1900) defende uma visão anti-intervencionista que propõe uma radical conservação dos monumentos.

199 A Revolução Industrial consistiu num conjunto de transformações económicas e tecnológicas, caracteriza-se por um desenvolvimento industrial que corresponde à passagem da manufatura para uma mecanização dos sistemas de produção.

200 Arquitecto, professor e inspector dos Monumentos Históricos nascido em Paris, foi autor de diversas obras, onde se destacam: o "Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XI ou XVI Siècle" (1854-68) e "Entretiens sur l'architecture" (1860-72). Foi responsável por inúmeros restauros como o da Igreja de Madeleine (1839), o da Igreja de Notre Dame de Paris (1843) ou ainda o da Sainte Chapelle em Paris (1855). Informação obtida em wikipédia e Enciclopédia Verbo, Luso-Brasileira de Cultura" Ed. século XXI Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 2003.

201 O inglês John Ruskin, crítico de arte, professor e um brilhante escritor, publicou as suas principais teorias sobre o problema da intervenção em monumentos em dois livros. Expõe então os seus princípios sobre a autenticidade, restauro, conservação e manutenção em "The Seven Lamps of Architecture" (1849) e "The Stones of Venice" I,II,III de (1851/1853). Informação obtida em wikipédia e Enciclopédia Verbo, Luso-Brasileira de Cultura" Ed. século XXI Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 2003.

Em Itália adopta-se uma postura menos romântica e mais científica, assente nas ideias do **restauro arqueológico**.

O restauro arqueológico surge a partir dos critérios que o Papa Leão XII (1823-1829) estabeleceu para o restauro da Basílica de São Pedro em Roma: *Nenhuma inovação deve introduzir-se nas formas e nas proporções, nem nos ornamentos do edifício resultante, senão para excluir aqueles elementos que num tempo posterior à sua construção foram introduzidos por capricho da época seguinte*²⁰².

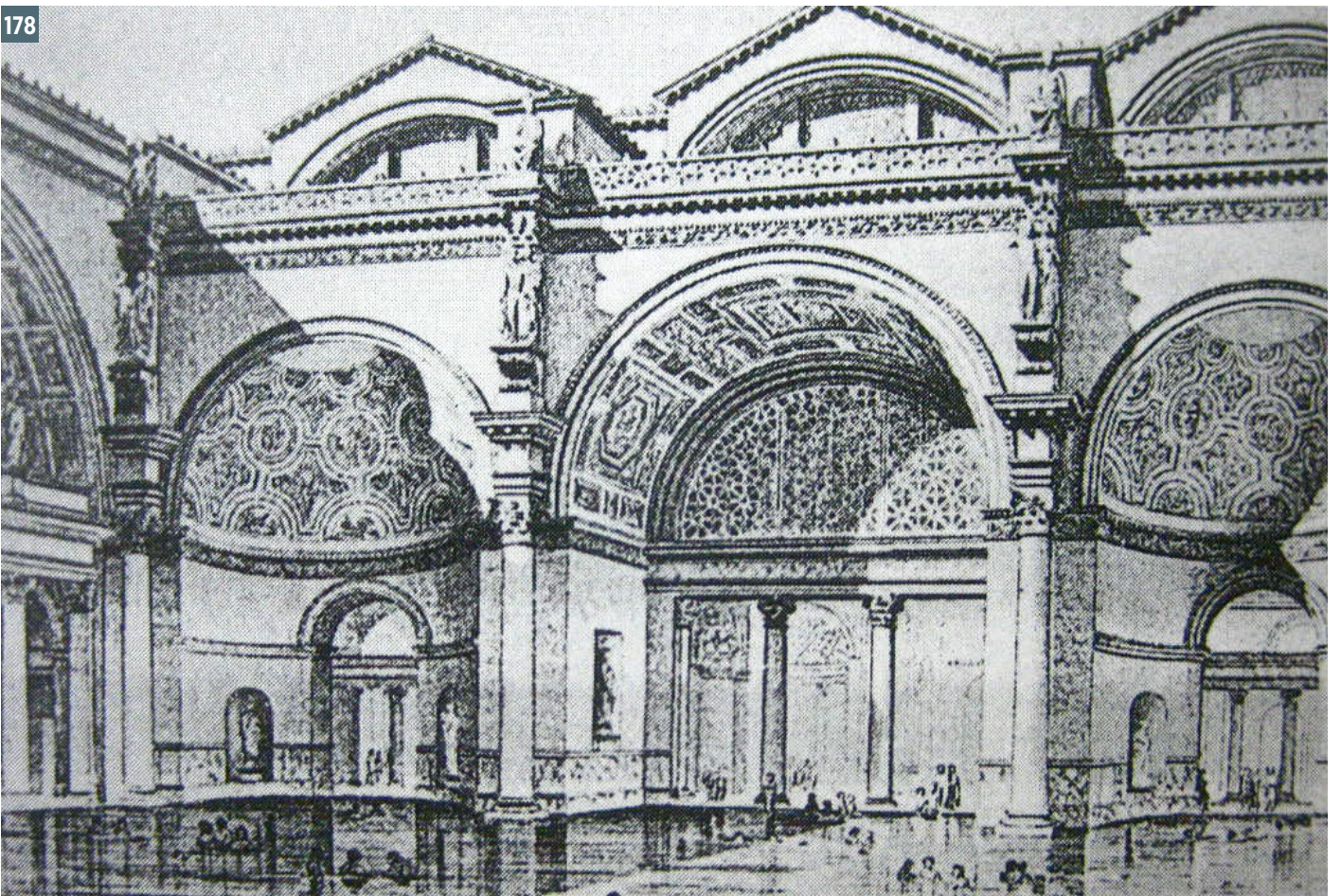
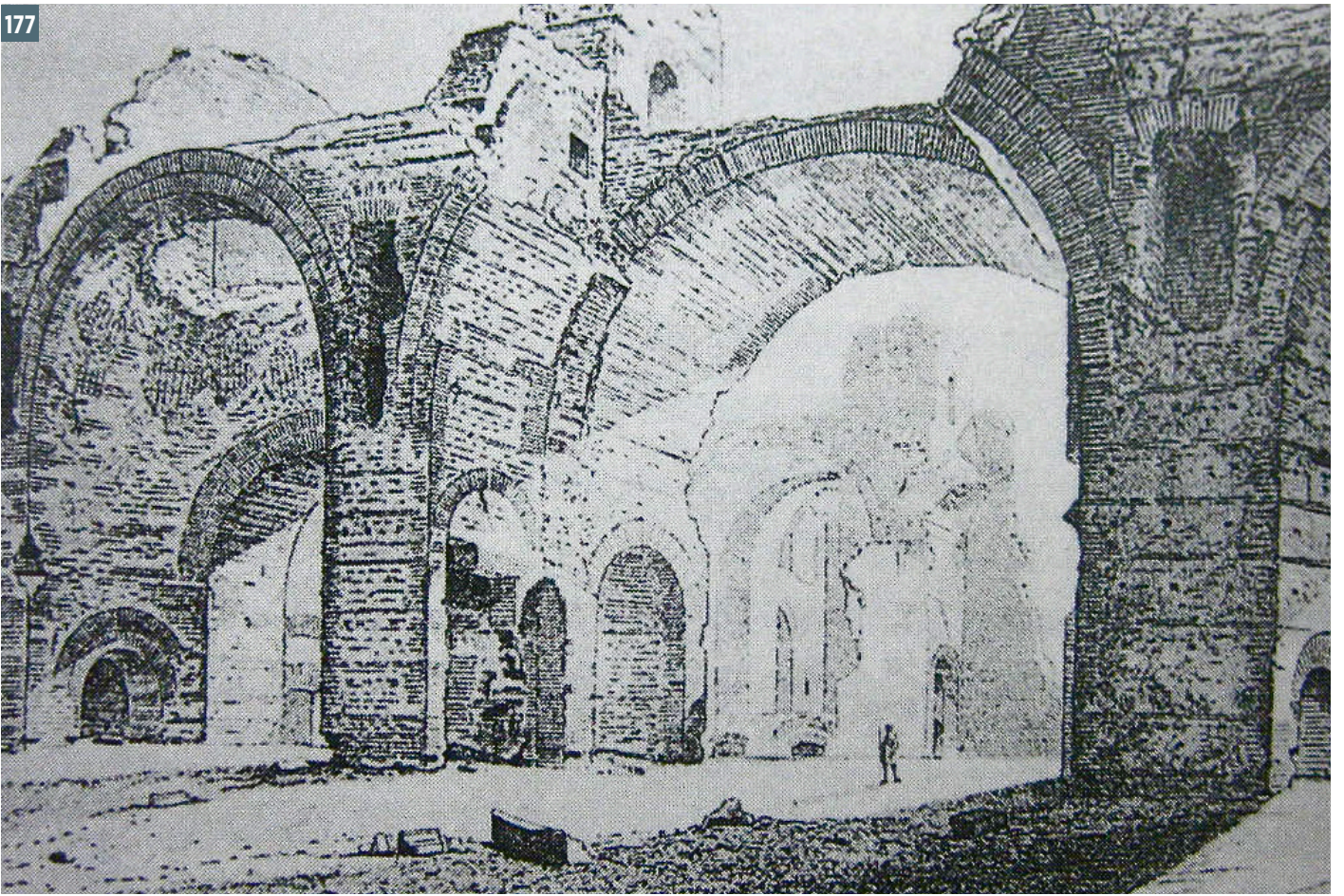
Caracteriza-se então pela consolidação de monumentos só realizada após uma rigorosa análise, assente em escavações e em recolha de informação histórica de forma a autenticar a sua recomposição. Sempre que possível, neste tipo de intervenção deveriam ser utilizadas componentes originais (anastilose) e, se tal não fosse possível, recorrer-se-ia a reproduções que deveriam distinguir-se do existente. Como exemplo deste tipo de restauro podemos referir o restauro do Arco de Tito no Fórum de Roma realizado por Stern (1774-1820) e Valadier²⁰³ (1762-1839), que, através de escavações arqueológicas, recuperaram e reintegram peças em falta na construção original e preencheram as lacunas num material diferente, para não conduzir a uma falsificação histórica, mas que não perturbava leitura estética de conjunto.

As várias intervenções concretizadas ao longo do século XIX segundo os princípios do restauro arqueológico são ainda actuais. Apesar da distância temporal do desenvolvimento desta teoria, ela é uma alternativa ainda muito defendida pelas organizações internacionais de conservação do património como o ICOMOS ou o ICCROM.

A necessidade de reconstrução do património arquitectónico francês, devido às destruições perpetradas durante a Revolução, leva ao aparecimento de uma nova política de defesa e valorização do património.

202 Citação transcrita de AGUIAR, José - "Cor e cidade histórica: estudos cromáticos e conservação do património" Porto: Faup Publicações, 2002, p.39.

203 Raffaele Stern foi um arquitecto italiano educado sob princípios clássicos e neoclássicos e Giuseppe Valadier, considerado um dos grandes nomes do Neoclassicismo em Itália, para além de arquitecto, foi designer, urbanista, professor e arqueólogo. Valadier publicou em 1822 um estudo sobre o restauro de monumentos. Informação obtida em wikipédia e Enciclopédia Verbo, Luso-Brasileira de Cultura" Ed. século XXI Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 2003.



Surge o **restauro estilístico**, doutrina preconizada por **Viollet-le-Duc**, que se caracteriza pela busca incessante de uma unidade de estilo. A postura de Viollet-le-Duc é bem evidente na sua conhecida definição: *Restaurar um edifício é restabelecê-lo num estado completo que pode nunca ter existido num dado momento*²⁰⁴.

Defendia o restauro do desenho original, eliminando todos os acrescentos e alterações de modo a restituir ao edifício a sua unidade estilística, arriscando-se assim a desenvolver algo que poderia nunca ter existido. Considerava que os edifícios podiam voltar a ter vida e, através da interpretação dos dados disponíveis, restaurava a obra do passado. Para atingir o seu objectivo com um maior rigor, procedia a uma cuidada análise, tendo iniciado o uso da fotografia para realizar levantamentos e registos de toda a obra.

É de referenciar o interesse de Viollet-le-Duc pela história das tecnologias antigas o que, juntamente com a ainda disponibilidade dessas práticas construtivas, permitia reproduzir as soluções do passado.

A ele coube o mérito de compreender o restauro como uma disciplina específica da concepção arquitectónica, distinta da construção de novos projectos. E se no restauro exigia rigor estilístico, recusando interpretações livres e criativas, no projecto duma nova arquitectura, inspirando-se nas estruturas do passado, aspira a inovadoras concepções.

Foi também um dos primeiros a sublinhar a importância dos monumentos enquanto edifícios com funções de utilidade social e económica.

As teorias de Viollet-le-Duc propagaram-se pela Europa durante todo século XIX, e assim como em França, o seu método contribuiu para a reafirmação do Gótico visto como um estilo nacional.

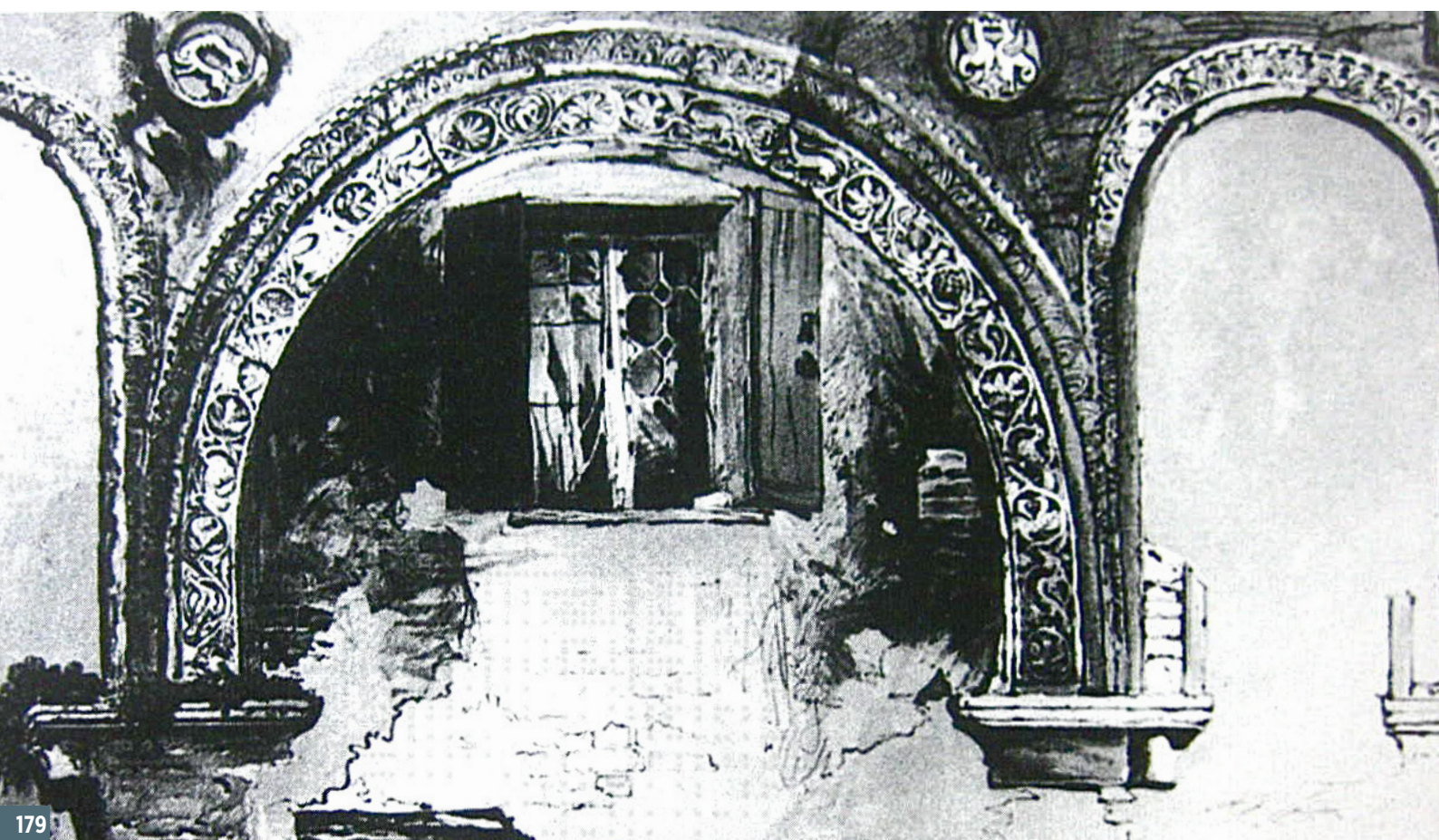
Em oposição a esta postura, surge em Inglaterra a filosofia **anti-restauro de John Ruskin** secundado mais tarde por William Morris. Defendia-se a autenticidade histórica dos edifícios numa aproximação conservadora que impedia qualquer intervenção de restauro. *No verdadeiro sentido do termo, restauro significa “a destruição mais total que uma construção pode sofrer”, “a*

177 Ruínas das Termas

Caracalla, Roma.

**178 Interpretação das ruínas das
Termas Caracalla, Roma.**

²⁰⁴ Viollet-le-Duc, *Restauration "Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XI au XVI Siècle"* in CHOAY, Françoise - "A Alegoria do Património" Lisboa: Edições 70, 2000, p.131.



*coisa é uma mentira absoluta". O projecto restaurador é absurdo. Restaurar é impossível. Tanto como dar vida a um morto*²⁰⁵.

179 Desenho de John Ruskin do Palácio Fascolo, Veneza.

Ruskin aponta a permanente manutenção²⁰⁶ como forma de conservar os monumentos não sendo assim necessário corromper a memória do edifício com operações de restauro. Admite ainda a possibilidade de consolidar uma obra com a condição de esta intervenção não ser visível.

Considerando o restauro um sacrilégio, atribui maior dignidade à ruína, cheia de significado, que ao monumento reconstruído.

Toda esta inflexibilidade perante o restauro pode ser explicada *pela sua fé incondicional na perenidade da arquitectura enquanto arte*²⁰⁷.

A partir de 1880 vão surgir em Itália posições discordantes relativamente às teses francesas do restauro estilístico e ao fatalismo das ideias conservacionistas preconizadas por Ruskin. As novas teorias procuram a verdade objectiva, distinta em cada monumento e serão chamadas de **restauro histórico** instituído por **Luca Beltrami**²⁰⁸ (1854-1933) e **restauro moderno** defendido por **Camillo Boito**²⁰⁹ (1836-1914).

O método de restauro histórico considera cada intervenção algo individual e concreto onde interessa recorrer a soluções apropriadas a cada problema em vez de se aplicar fórmulas pré-concebidas para cada estilo histórico.

205 CHOAY, Françoise - "A Alegoria do Património" Lisboa: Edições 70, 2000, p.130 cf. RUSKIN, John - "Las Siete Lámparas de la Arquitectura".

206 Solução que um século mais tarde viria a ser integrada na Carta de Veneza de 1964 e pensamento ainda actual.

207 CHOAY, Françoise - "A Alegoria do Património" Lisboa: Edições 70, 2000, p.131.

208 Luca Beltrami afirmou-se arquitecto, restaurador, histórico e crítico de arte, foi aluno de Camillo Boito e realizou algumas obras de restauro como por exemplo a intervenção no Castelo Sforzesco em Milão (1890-1900) e a reconstrução do Campanile de San Marco em Veneza (1912). Informação obtida em wikipédia.

209 Engenheiro, arquitecto e historiador de arte, este italiano nascido em Roma frequentou o curso de Belas Artes em Veneza e foi professor dedicando-se ao estudo da arquitectura, da arte do desenho e do restauro. Publicou, entre outros, o livro "Architettura nel medioevo in Italia". Informação obtida em wikipédia e Enciclopédia Verbo, Luso-Brasileira de Cultura" Ed. século XXI Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 2003.

As acções de restauro deveriam apoiar-se em provas concretas, através de documentos escritos e desenhos do edifício, e numa investigação histórica.

Embora, em teoria, o restauro histórico fosse um método rigoroso, na prática nem sempre funcionou da melhor maneira devido à incapacidade crítica para interpretar as fontes e à falta de objectividade que o excesso de importância dado à análise documental provocava.

Contudo, o restauro de Beltrami desempenhou *um importante salto qualitativo face à reintegração estilística e à procura de um modelo medieval ideal e utópico, prefigurado na individualidade de cada monumento a restaurar, exigindo a compilação de documentos para o “total” conhecimento da sua história e da sua vivência*²¹⁰.

Paralelamente ao desenvolvimento do restauro Histórico, Camillo Boito sustenta a teoria do **restauro moderno**, conciliando os aspectos positivos das opostas doutrinas de Viollet-le-Duc e Ruskin: afirma a legitimidade do restauro mas apenas como uma estratégia de recurso, quando todos os processos de salvaguarda (manutenção, consolidação, reparações) falharam, e defende a necessidade de conservação e manutenção dos monumentos, como documentos da história, preservando não só *a patina dos edifícios antigos, mas também os acrescentos sucessivos de que o tempo os carregou*²¹¹. Camillo Boito *acreditava na importância da reutilização para a salvaguarda dos monumentos*²¹².

Em 1883, no III Congresso de engenheiros civis e arquitectos italianos, Camillo Boito apresenta as bases do seu entendimento sobre o restauro, considerado por alguns como a primeira carta italiana da conservação.

Inicialmente através do Ministério italiano e depois alargando-se a toda a Europa, oito princípios fundamentais do restauro de Boito são seguidos por construtores e arquitectos:

210 NETO, Maria João Baptista – “Memória, propaganda e poder : o restauro dos monumentos nacionais : 1929-1960 “ Porto: Faup Publicações, 2001, p.47 e 48.

211 CHOAY, Françoise – “A Alegoria do Património” Lisboa: Edições 70, 2000, p.137.

212 AGUIAR, José - “Cor e cidade histórica: estudos cromáticos e conservação do património” Porto: Faup Publicações, 2002, p.46.

1 diferenciação de estilo entre antigo e o novo; 2 diferenciação dos materiais e seu emprego; 3 supressão de molduras e decoração nas partes novas; 4 exposição das partes materiais que foram eliminadas, num espaço contíguo ao monumento restaurado; 5 incisão de uma marca convencional nas partes novas onde se trabalhou, para se facilitar a identificação; 6 memória descritiva de todo o processo de intervenção no monumento; 7 descrição e fotografias das diversas fases dos trabalhos depositadas no próprio monumento, ou num lugar público próximo, ou ainda a publicação de todo o material; 8 notoriedade visual das acções realizadas²¹³.

Perante a complexidade da intervenção nos monumentos, Boito distinguiu também três tipos de intervenção consoante o estilo e a idade dos edifícios: restauro arqueológico, para as ruínas e edifícios com claro valor arqueológico, nomeadamente da Antiguidade, onde a principal preocupação seria a exactidão científica; o restauro pitoresco, para monumentos góticos, no qual o esqueleto do edifício seria o essencial a ter em conta; e o restauro arquitectónico, indicado para os monumentos clássicos e barrocos, o qual deveria atender às questões compositivas unitárias, pensando no edifício na sua totalidade.

As ideias de Camillo Boito estabeleceram os fundamentos críticos do restauro enquanto disciplina e influenciaram mais tarde, através de Gustavo Giovannoni, a elaboração da Carta de Atenas.

Alois Riegl²¹⁴ (1858-1905) deixou-nos um importante contributo estabelecendo o significado de monumento histórico enquanto objecto social e filosófico.

Em 1903, na sequência da realização de nova legislação de salvaguarda do património, Riegl publica “O Culto Moderno dos Monumentos” onde reflecte sobre a natureza do valor artístico e histórico dos monumentos, analisando e distinguindo dois conceitos, o de monumento e o de monumento histórico.

213 Camillo Boito, “Ordine del giorno sul restauro: criteri di intervento nel restauro dei monumenti” in NETO, Maria João Baptista – “Memória, propaganda e poder : o restauro dos monumentos nacionais : 1929-1960 “ Porto: Faup Publicações, 2001, p.49.

214 Alois Riegl nasceu na Áustria, foi jurista, filósofo, historiador e museológico, e em 1902 foi encarregue de dirigir a Comissão austríaca dos monumentos históricos. Informação obtida em wikipédia.



Analisa a noção de monumento histórico de acordo com uma teoria de valores, estruturada em duas categorias: os valores de rememoração, referentes ao passado e à memória, e os de contemporaneidade, pertencentes ao presente.

Dentro dos valores memoriais, a par do valor histórico, que remete para um saber, Riegl inclui também o valor de antiguidade, *que diz respeito à idade do monumento e às marcas que o tempo não deixa de lhe imprimir*²¹⁵.

Nos valores do presente, coloca ao lado do valor artístico, o valor de uso que *engloba as condições materiais de utilização, práticas inerentes a todos os monumentos históricos, quer seja a original, ou uma reutilização posterior, ou afectação museológica*²¹⁶.

A reflexão de Riegl é importante pois, a partir da avaliação dos pesos relativos dos valores presentes no monumento, é possível determinar a estratégia de salvaguarda ou restauro mais apropriada, e permite definir normas classificativas de salvaguarda, em que cada caso é um caso, aprofundando a noção do que pode ser considerado património, tendo em conta a variação cultural dos critérios ao longo do tempo.

A definição do tratamento operacional a que vão ser sujeitos os monumentos, seja qual for o tipo de intervenção a realizar (conservação, restauro, etc.) e o seu enquadramento normativo em

*termos de salvaguarda (classificação, enquadramento de protecção, etc.) dependem de forma directa de uma correcta avaliação dos valores patrimoniais em presença*²¹⁷.

É graças a **Gustavo Giovannoni**²¹⁸ (1873-1947) que o conceito de monumento se vai alargar ao de conjunto histórico, considerando os tecidos urbanos também detentores de valores artísticos e históricos. Já Ruskin e Morris tinham realçado a importância do conjunto urbano antigo, mas

180 Desenho de Gustavo Giovannoni, Brujas, valorização da envolvente.

215 CHOAY, Françoise - "A Alegoria do Património" Lisboa: Edições 70, 2000, p.139.

216 NETO, Maria João Baptista - "Memória, propaganda e poder: o restauro dos monumentos nacionais: 1929-1960" Porto: Faup Publicações, 2001, p.51.

217 AGUIAR, José - "Cor e cidade histórica: estudos cromáticos e conservação do património" Porto: Faup Publicações, 2002, p.49.

218 O pensamento inovador de Giovannoni advém da sua formação em arquitectura, restauro, história de arte, engenharia e urbanismo. Ocupou o cargo de professor de história da Arquitectura e Restauro de Monumentos na primeira Faculdade de Arquitectura de Itália, fundada em 1920 Informação obtida em wikipédia.

apenas como memória do passado, pois recusavam qualquer intervenção. Uma concepção histórica é abordada por Camillo Sitte²¹⁹ (1843-1903) e Viollet-le-Duc, que consideram a cidade um objecto de arte, mas esta concepção de conservação urbana tem somente valor museológico.

Giovannoni vai aliar este valor artístico ao valor de uso de áreas urbanas históricas e integrá-las na generalidade da organização territorial. Insurge-se contra a libertação do monumento, defendendo a relação do edifício com o contexto em que se insere, apoiando assim a salvaguarda da *arquitectura povera*²²⁰. Põe então em prática o conceito de *diridamento*, que consistia no restauro dos núcleos urbanos históricos, processado através de intervenções localizadas que poderiam incluir demolições selectivas de modo a gerar melhores condições ambientais e funcionais.

Giovannoni defendia o restauro científico, entendido como a conservação do monumento através de uma profunda preparação histórica e científica, reconhecendo os *monumentos mortos* (toda edificação testemunho de uma cultura desaparecida como vestígios arqueológicos, ruínas, vestígios de antigas fortificações) e os *monumentos vivos* (aqueles que mantinham as suas funções originais ou que podiam ser reutilizados de acordo com programas adequados ou usos similares aos originais, sendo as adaptações possíveis mas recorrendo apenas a alterações mínimas).

Giovannoni deu assim continuidade aos princípios de restauro defendidos por Boito, agora com uma dimensão urbana, e com base nos seus critérios propõe cinco modos de actuação em monumentos, passíveis de uma ordem hierárquica e sequencial: prioritariamente a consolidação, depois a recomposição (anastilose), a remoção de acrescentos, o completamento e por último a inovação.

Apenas se deveriam utilizar operações de manutenção e conservação que evitassem intervenções no monumento, mas caso fossem necessárias, a consolidação (de carácter técnico, com objectivo

219 Arquitecto e historiador de arte austríaco, foi director da Escola Imperial e Real de Artes Industriais de Viena e publicou o estudo urbanístico "A Construção das Cidades Segundo seus Princípios Artísticos" em 1889. Informação obtida em wikipédia.

220 *Arquitectura* menor que forma a matriz urbana e ambiental que rodeia os monumentos.

de garantir a segurança dos edifícios) seria a actuação idealmente única a recorrer. Em casos mais pontuais poder-se-ia recorrer à anástilose, que geralmente pressuponha o completamento pois era frequente faltarem partes dos materiais originais. A prática do completamento, da remoção de acrescentos e a inovação eram aceites mas deveriam ser sustentadas por rigorosas bases documentais e históricas. Apenas se admite a remoção de acrescentos quando estes carecem de qualquer valor patrimonial, e as operações de completamento e inovação teriam de ser facilmente identificáveis.

Os fundamentos defendidos por Giovannoni estão na base dos critérios da Carta de Roma (1931) – da qual assumiu a redacção – da Carta de Atenas (1933) e da Carta de Veneza (1964), bem como do espírito que regulou a criação e actuação de organismos internacionais de salvaguarda do património como a UNESCO (1946) e o ICOMOS (1964)²²¹.

A abordagem científica do restauro sustentada por Giovannoni, assim como as outras teorias divulgadas um pouco por toda a Europa, vão ser alvo de uma releitura em face ao debate que sucede às destruições provocadas pela II Guerra Mundial (1939-1945).

A elevada amplitude das destruições da guerra vai obrigar à urgente reconstrução de cidades e de património histórico e cultural. Devido à complexidade e ao lento rigor das práticas de restauro até aqui difundidas, novos métodos mais expeditos de reconstrução de monumentos iriam ser defendidos.

Rapidamente se geraram debates que contrariam estas intervenções arbitrárias, mas já não era possível retomar as teorias anteriores. Daí surgiram novas perspectivas em torno do restauro, definindo-se métodos de intervenção que levaram ao desenvolvimento de filosofias próprias em cada país.

221 Os principais organismos internacionais de salvaguarda do património arquitectónico nasceram sobretudo no pós Guerra, como a UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, criada em 1945 com o objectivo de *contribuir para a manutenção da paz e da segurança ao estreitar, pela educação, pela ciência e pela cultura, a colaboração entre as Nações, a fim de assegurar o respeito universal pela justiça, pela lei, pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais* in LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito - “Património arquitectónico e arqueológico: cartas, recomendações e convenções internacionais” Lisboa: Livros Horizonte, 2004 e o ICOMOS, Conselho Internacional dos Sítios e Monumentos, criado em 1964 dedicado à promoção da aplicação de teorias, metodologias e técnicas científicas para a conservação do património arquitectónico e arqueológico.

É dentro deste contexto que surge a teoria do **restauro crítico**, pelas mãos dos italianos **Roberto Pane**²²² (1897-1987) e **Cesare Brandi**²²³ (1906-1988).

Brandi, assim como Pane, vai insurgir-se contra as teorias anteriores que sobrevalorizam aspectos históricos relativamente aos valores artísticos, como acontece nas ideias de Giovannoni, proferindo que estas convertiam os monumentos em museus, resultando na incapacidade da comunicação estética necessária para interpretação do monumento enquanto obra de arte.

É a partir desta crítica que, em 1963, Brandi vai publicar a “Teoria do Restauro”, onde expõe a sua doutrina e que se vai tornar num importante e útil livro de expressão teórica da conservação enquanto disciplina.

Cesare Brandi define Restauro reconhecendo que na unidade histórica e estética está incluída a matéria e a necessidade de a preservar para valorização das gerações futuras, *o restauro constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dupla polaridade estética e histórica, com vista à sua transmissão para o futuro*²²⁴.

De acordo com esta definição, Cesare Brandi desenvolve os critérios básicos do restauro de carácter prático.

Para Brandi a singularidade da obra de arte depende primeiramente da sua artisticidade e não da sua consistência material ou histórica, devendo ser o restauro desenvolvido segundo esta instância estética. Mas é importante no momento do restauro não deixar de ter em conta a instância histórica.

É importante afirmar a unidade singular do monumento e, como tal, valorizar uma atitude de intervenção crítica e adaptada a cada caso. Mas, ao mesmo tempo, de acordo com a supremacia

222 O arquitecto italiano Roberto Pane foi um afirmado opositor das teorias de Viollet-le-Duc e de Luca Beltrami, defendendo uma posição muito próxima da de Giovannoni.

223 Licenciado em direito e em história de arte, Cesare Brandi criou o Instituto Central de Restauro em Roma, onde irá ser professor de história de arte. Fez do Instituto Central de Restauro uma experiência de relevância histórica, transformando-o na primeira escola de formação para restauradores, que deste modo passam de artesãos para profissionais. Informação obtida em wikipédia.

224 BRANDI, Cesare – “Teoria do Restauro” Amadora: Orion, 2006, p.4.

do valor artístico sobre o valor histórico, propõe-se tratamentos puramente arquitectónicos, onde imperava a estética e a funcionalidade.

Retirando o restauro do empirismo dos procedimentos, do espartilho da prática improvisada, Brandi instaurou-o como uma verdadeira teoria de projecto de conservação, assumindo uma plena consciência crítica (e científica) da contemporaneidade com que a intervenção de restauro se produz. (...) A base das propostas de Brandi residem num rigoroso processo metodológico, que se centra numa cuidadosa análise crítica, de base filológica e científica, da qual resulta o esclarecimento da autenticidade com que a imagem da obra de arte foi transmitida e qual o estado da matéria de que essa imagem resulta. (...) A especificidade do método, ou seja, a sua fundamentação num processo de análise crítica justificou a sua classificação de Restauro Crítico²²⁵.

Actualmente a forma de actuar nas arquitecturas herdadas não é universal ou inflexível, pois apesar da existência de princípios que regulam a intervenção no existente, esta deverá ser sempre adaptada às especificidades e individualidade de cada caso. As intervenções no património histórico, apesar de relacionadas com um passado, são actos contemporâneos que procuram conservar o essencial da memória e cultura dum lugar conciliando-os com o construir da actualidade, através de valores e acções que pertencem ao presente.

Das teorias *contemporâneas* devemos destacar as formas de intervenção de Ignasi de Solà Morales, Giorgi Grassi e de Carlo Scarpa, que sustentam igualmente ideias de procura da integração do novo com o existente, mas que se podem distinguir.

Carlo Scarpa²²⁶ (1906-1978) estabelece então um diálogo entre a modernidade e a antiguidade nas suas obras, sendo um exemplo admirável o seu projecto de recuperação do *Castelvecchio* (1958-1964).

O seu cariz moderno é visível em pequenos detalhes e no variado uso de materiais. Em Castelvecchio, Scarpa incorpora novos e diferenciáveis elementos, que se relacionam com as

225 AGUIAR, José - "Cor e cidade histórica: estudos cromáticos e conservação do património" Porto: Faup Publicações, 2002, p.64.

226 Arquitecto italiano, de Veneza, conhecedor dos materiais e mestre do detalhe. Entre as suas principais obras podemos destacar o Museu do Castelvecchio (1956-1964) em Verona, a Loja Olivetti (1957) em Veneza, o Palácio Ca'Foscari (1935-1956) também em Veneza, obras onde se pode perceber a relação do moderno com o antigo.



*formas históricas devido a uma boa eleição dos materiais e à plasticidade da sua intervenção. Para Scarpa todos os materiais são agradáveis e vivos, com a condição de que se trabalhem segundo a sua natureza, situados nos lugares apropriados, com uma medida justa, perto de outros por contraste ou afinidade criam uma relação harmoniosa*²²⁷.

181 Castelvecchio, Verona.

Em Castelvecchio Scarpa não duvidou em adoptar uma sensibilidade estereotipada, demonstrando que o heteróclito pode integrar-se mediante uma conjugação lógica. Encontramo-nos, sem dúvida, diante de uma restauração criativa, mas também uma recuperação rigorosa que incorpora a anastilose: um caso onde a modernidade e a história não se apresentam como exclusivas entre si²²⁸.

Ignasi Solà Morales²²⁹ (1942-2001) na sua publicação “Do contraste à analogia” reconhece que é impossível aplicar um método e uma teoria universal na intervenção do património, pois a relação entre a nova proposta e o existente depende dos valores culturais e dos significados atribuídos tanto à arquitectura histórica como ao novo.

Solà Morales adopta uma posição crítica importante relativamente às intervenções, classificando-as segundo as definições de contraste e analogia.

A ideia de enunciar o confronto representado pelas diferenças de textura, materiais, de geometria, e da densidade do tecido urbano, entre a construção antiga e a nova.

A noção de analogia assenta na repetição das lógicas de composição do antigo no novo edifício, defendendo o conceito de repetição do passado com uma linguagem contemporânea e não abraçando os princípios de restauro estilístico.

Segundo o autor deverá existir liberdade na interpretação de significados e na leitura da arquitectura existente como fundamento para a intervenção: *A intervenção enquanto operação*

227 Licisco Magagnato citado em GRACIA, Francisco de – “Construir en lo construido: La arquitectura como modificación” 3ª ed. Madrid: Nerea, 2001, p. 191, tradução da autora.

228 GRACIA, Francisco de – “Construir en lo construido: La arquitectura como modificación” 3ª ed. Madrid: Nerea, 2001, p.192, tradução da autora.

229 Arquitecto catalão, autor de vários livros, entre eles “Territórios”, publicado em 2002, “Diferencias: topografia de la arquitectura contemporánea” e “Inscripciones”, ambos de 2003.

estética é uma proposta imaginativa, arbitrária e livre pela qual se procura não só reconhecer a estrutura significativa do material histórico existente mas também a sua utilização como marca analógica da nova construção.

O confronto, enquanto diferença e semelhança, do interior do único sistema possível, o sistema particular definido pelo objecto existente é o fundamento de cada analogia, e sobre esta analogia constrói-se cada possível e imprevisível significado²³⁰.

Giorgio Grassi²³¹ (1935-...) *descobre que a chave metodológica para a organização da intervenção estava na própria arquitectura do edifício existente²³². Começa por fazer uma análise ao edifício procurando depois relacionar a estrutura antiga com uma nova. Para Grassi o novo deve manter-se diferente do antigo sem que isso impeça uma correlação entre os dois elementos que tentam unificar todo o edifício.*

Ao longo dos tempos diversas teorias de intervenção nos monumentos foram defendidas por notáveis teóricos e arquitectos. Desde de propostas radicais de conservação até às acções de restauro e reabilitação, a complexidade deste tipo de intervenção é bem evidente.

Apesar do extenso debate à volta do restauro e conservação do património, ainda hoje é um tema que levanta muitas interrogações no momento de intervir.

Os princípios estabelecidos pelos diversos teóricos e divulgados através de documentos servem apenas de base às práticas de conservação e restauro.

230 SOLÀ MORALES, Ignasi - "Dal contrasto all'analogia" in Lotus 46 - "Interpretazione del passato" 1985, p.44, tradução da autora.

231 Arquitecto italiano, pelo Politécnico de Milão, integrou a redacção da revista Casabella entre 1961 e 1964 e iniciou a sua carreira como professor em 1965. Conta com uma extensa obra escrita como "La costruzione logica dell'architettura" (1967), "L'architettura come mestiere e altri scritti" (1979), "Architettura lingua morta" (1988) e "L'architettura come mestiere e altri scritti" (1995). É autor de vários projectos tais como: o restauro do Castelo Visconteo di Abbiategrasso em Itália (1970), a residência de estudantes em Chieti (1976), o restauro e reabilitação do Teatro romano de Sagunto, em Valência, Espanha (1985-1993), a Biblioteca Municipal de Groningen (1989-1992), na Holanda, entre outros. Informação obtida em wikipédia.

232 SOLÀ MORALES, Ignasi - "Dal contrasto all'analogia" in Lotus 46 - "Interpretazione del passato" 1985, p.42, tradução da autora.

Ao contrário das primeiras teorias que procuravam ser genéricas actualmente o restauro assenta numa análise individual de cada edifício a intervir. Não há portanto um método geral, a intervenção no património é de certo modo sujeita ao empirismo e à interpretação dos intervenientes.

A resposta para cada intervenção deverá ser adaptada à sua própria realidade, e poderá não aplicar os conceitos na sua totalidade, cruzando ideias e práticas mesmo que estas sejam contraditórias.

As intervenções no património histórico confrontar-se-ão sempre com o passado, contudo, reabilitar é cada vez mais um acto contemporâneo.

DOCUMENTOS INTERNACIONAIS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO

No decorrer do século XX, face à necessidade de se constituírem normas internacionais de classificação e salvaguarda do património, realizaram-se congressos e estabeleceram-se vários documentos.

Alguns textos internacionais fundamentais sobre filosofias de conservação e restauro encontram-se na Carta de Atenas (1931), dita do restauro²³³, na Carta Italiana de Restauro (1931) e na Carta de Veneza (1964).

A **Carta de Atenas** (1931) constituiu o resultado directo das conclusões da Conferência Internacional sobre Protecção e Conservação de Monumentos de Arte e História, realizada em Atenas, onde se discutiram temas que ainda hoje resumem as principais preocupações dos técnicos ligados à conservação e restauro dos bens culturais.

É introduzida pela primeira vez a noção de património internacional, é indicada a necessidade de se elaborarem linhas de orientação comuns a vários estados.

A Carta de Atenas foi o primeiro documento internacional de referência, que serviu de base às intervenções de restauro, lançando princípios de acção para a conservação do património.

Este documento preconizava um estudo prévio rigoroso e aprofundado do edifício, com documentação de apoio, de modo a fazer um diagnóstico correcto para actuar da forma mais adequada. Eram defendidas as obras de manutenção e de conservação como meio mais eficaz para assegurar a longevidade do monumento e, caso fosse necessário o restauro, este não devia excluir estilos de qualquer época. É proposta a reutilização dos monumentos desde que respeitando o seu carácter histórico ou artístico e para a consolidação de edifícios antigos era permitida a introdução de materiais. Atribui-se já alguma importância aos contextos envolventes ao monumento.

²³³ Para se distinguir da Carta de Atenas do Urbanismo que surgiu em 1933 com a IV assembleia do CIAM (Congresso Internacional de Arquitectura Moderna) redigida por Le Corbusier e onde se definem princípios orientadores ao nível do urbanismo, mas também alguns sobre o património histórico.

Constata-se ainda que os monumentos se encontram cada vez mais ameaçados pelos agentes atmosféricos e recomenda-se a colaboração multidisciplinar com representantes das ciências físicas, químicas e naturais.

Logo após a Carta de Atenas, surge a **Carta Italiana do Restauro** publicada em 1931, baseada nas teorias de Boito e Giovannoni e que vai incluir na noção de património, não só as obras de arte, como também as da ciência e da tecnologia. Neste documento enfatiza-se a importância dada à manutenção e consolidação dos monumentos, excluindo-se o restauro feito através do completamento ou de inovações, sendo privilegiados os valores documentais e históricos. Aceita-se o recurso a formas de recomposição mas estas terão de ser limitadas ao mínimo possível e estar devidamente assinaladas, de modo a evitar uma falsificação do monumento histórico.

Recomenda-se a documentação de todos os trabalhos de intervenção, através de diários ilustrados com fotografias e desenhos, facilitando a troca de experiências em reuniões que deveriam realizar-se regularmente e que dessem lugar a publicações de notícias no âmbito científico.

Os aspectos inovadores trazidos por esta carta descobrem-se na notoriedade dada à salvaguarda de toda a envolvente dos monumentos e na necessidade de reutilizar os monumentos sem lhes impor significativas alterações.

No prosseguimento das intenções da Carta de Atenas de 1931, surge a carta de Atenas do Urbanismo em 1933, que reage contra o desaparecimento das intervenções realizadas ao longo dos últimos cem anos e define princípios orientadores, tanto ao nível do urbanismo como do património histórico.

Este movimento alarga-se e uma acção sistemática levada a cabo pelos governos e pela UNESCO começa a ter resultados nos anos de 1950/60. Em 1954 estabelece-se a Convenção de Haia ou Convenção para a Protecção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado e três anos mais tarde, em 1957 realiza-se o I Congresso Internacional de Arquitectura e Técnicos de Monumentos, que propõe a criação de organismos nos vários países de modo a assegurar a protecção dos monumentos.

Surge em 1964, como produto das reflexões internacionais, a **Carta de Veneza**. Referência fundamental ainda hoje para as acções de restauro, apesar das recentes concepções de património incluírem novas categorias de bens a preservar (centros históricos, património industrial, jardins históricos, paisagens culturais, etc.) que exigem renovadas abordagens.

Esta carta aprofunda e alarga o conceito de monumento, logo no seu primeiro artigo, que passa a integrar *a criação arquitectónica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que são testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não somente às grandes criações mas também às obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural*²³⁴. É um documento composto por seis partes: Definições, Conservação, Restauro, Sítios Monumentais, Escavações e Documentação Publicada, procurando definir com o máximo de rigor as acções necessárias numa intervenção de um edifício histórico que devia ter sempre por base a autenticidade.

A conservação de um monumento deveria ser *sempre favorecida pela sua afectação a uma função útil à sociedade*²³⁵ sem sofrer alterações, e *implica(r) a conservação de um enquadramento à sua escala*²³⁶. A prática do restauro só se faria por necessidade, pois defendia-se a manutenção permanente como forma de conservação dos monumentos. Este restauro teria que respeitar a autenticidade dos materiais, sem alterar os bens das diferentes épocas, e todos os elementos novos teriam de ser reconhecíveis de modo a não falsear o monumento. Os restauros deviam favorecer o uso das técnicas tradicionais, mas caso estas fossem inadequadas permitia-se o uso de técnicas modernas de eficácia comprovada.

Anteriormente ao restauro devia ser realizada uma análise do monumento, acompanhada de investigação arqueológica e histórica, e durante os trabalhos de intervenção recomendava-se a sua documentação exaustiva de modo a que sua posterior publicação servisse para consulta.

234 Carta de Veneza, artigo 1º in Portugal. Laboratório Nacional de Engenharia Civil – “Cartas e convenções internacionais sobre o património arquitectónico europeu” Lisboa: L.N.E.C., 1987, p.26.

235 Carta de Veneza, artigo 5º in Portugal. Laboratório Nacional de Engenharia Civil – “Cartas e convenções internacionais sobre o património arquitectónico europeu” Lisboa: L.N.E.C., 1987, p.26.

236 Carta de Veneza, artigo 6º in Portugal. Laboratório Nacional de Engenharia Civil – “Cartas e convenções internacionais sobre o património arquitectónico europeu” Lisboa: L.N.E.C., 1987, p.26.

Esta carta vai servir de base para alguns países produzirem documentos orientadores da intervenção no património. Como os Estados Unidos da América que, a partir dos princípios da Carta de Veneza, lançaram requisitos (standard) e códigos de boas práticas para a reabilitação de edifícios históricos. É também baseando-se nesta carta que em 1979, o ICOMOS da Austrália vai adoptar a sua própria carta, a Carta da Burra²³⁷, introduzindo as contemplações específicas do património cultural do país.

Recentemente surgiram críticas sustentadas sobre a abrangência da Carta de Veneza, que apenas considera o quadro europeu e se concentra essencialmente na conservação dos monumentos em pedra, desconsiderando outro tipo de monumentos de construção mais precária, como são exemplo os edifícios Ashanti do Gana, feitos com tecnologias vernaculares precárias, recorrendo às fibras vegetais, terra, madeira, etc..

Em 1967 são aprovadas as Normas de Quito, que reafirmam a ideia de que *o espaço é inseparável do conceito de monumento e, portanto, a tutela do Estado pode e deve estender-se ao contexto urbano, ao ambiente natural que o emoldura e aos bens culturais que encerra*²³⁸ e onde pela primeira vez se aceita o valor económico do património e se discutem medidas para a sua revalorização, em função do desenvolvimento económico-social de cada local, dando particular importância ao potencial turístico do bem a preservar.

No entanto as políticas de salvaguarda do património continuam ainda viradas essencialmente para edifícios de excepção, sendo apenas em 1968 que surge a noção de bens culturais que incorpora *não só os sítios e monumentos arquitectónicos, arqueológicos e históricos reconhecidos e protegidos por lei, mas também os vestígios do passado não reconhecidos nem protegidos, assim como os sítios e monumentos recentes de importância artística ou histórica*²³⁹.

237 Depois da primeira Carta da Burra de 1979 foram adoptadas revisões da mesma em 1981, 1988 e 1999. Nos dias de hoje a versão utilizada é a de 1999, as outras três são apenas documentos de arquivo e já não se encontram autorizadas pelo ICOMOS da Austrália.

238 Normas de Quito considerações gerais in net <http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/images/artigos/105.pdf>.

239 Recomendação sobre a conservação dos bens culturais ameaçados pela execução de obras públicas ou privadas, Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, UNESCO, Paris, novembro de 1968 in net <http://embarecr.com/cartas%20patrimoniais/documentos/Recomendacao%20de%20Paril.pdf>.

Em 1972, reflectindo sobre os princípios teóricos essenciais de Cesare Brandi e ultrapassando algumas das propostas da Carta de Veneza, é publicada em Itália uma nova versão da Carta do restauro. Esta carta, embora de contornos nacionais, irá ter um grande impacto em toda a Europa pois integra um notável avanço metodológico da disciplina do restauro. Contrariamente à primeira carta italiana do restauro, este documento tem agora um carácter legal.

A importante novidade teórica trazida por este documento é a introdução da noção de reversibilidade: todas as intervenções *devem realizar-se de tal forma e com tais técnicas e materiais que possam garantir que, no futuro, sejam possíveis novas intervenções de salvaguarda ou restauro*²⁴⁰.

Numa tentativa de actualizar a Carta de Restauro de 1972 é redigida em 1987 a Carta da Conservação e de Restauro de Objectos de Arte e Cultura. Esta nova carta irá desencadear uma forte polémica em Itália, com o extremar de posições entre defensores da conservação estrita e restauradores. Esta disputa poderá ter sido a razão pela qual este documento nunca foi aprovado.

Em 1975, com a aprovação da Carta Europeia do Património Arquitectónico (Amesterdão), sucede-se à protecção dos conjuntos históricos da Carta de Veneza, a chamada *conservação integrada*²⁴¹ que deve reger qualquer prática de restauro. A noção de património arquitectónico é alargada até cidades antigas e aldeias tradicionais e deverá praticar-se uma conservação activa, que tem em conta todos os aspectos dos problemas de salvaguarda dos conjuntos, onde a protecção, o restauro e a reanimação são fundamentais e englobam não só a construção mas também a população.

240 Carta de Restauro de 1972, artigo 8 in AGUIAR, José - "Cor e cidade histórica: estudos cromáticos e conservação do património" Porto: Faup Publicações, 2002, p.533.

241 *A conservação integrada é o resultado da acção conjugada de técnicas de restauro e da procura de funções apropriadas. A evolução histórica conduziu a que os centros degradados das grandes cidades e ao mesmo tempo as aldeias abandonadas se tornassem em reservas de alojamento barato. O seu restauro deve ser feito num espírito de justiça social e não deve ser acompanhado do êxodo de todos os habitantes de condição modesta. A conservação integrada deve ser por conseguinte, um dos pressupostos importantes da planificação urbana e regional.* do 7º princípio da Carta europeia in Portugal. Laboratório Nacional de Engenharia Civil - "Cartas e convenções internacionais sobre o património arquitectónico europeu" Lisboa: L.N.E.C., 1987, p.35. A conservação integrada requer a disponibilização de meios jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos.

Progressivamente, na Europa afirmam-se renovadas noções de reabilitação urbana, sustentadas em novas formas de intervir nos espaços urbanos históricos, que procuram melhorar os valores socioeconómicos, ambientais e funcionais destes núcleos, aumentando assim o bem-estar e qualidade de vida dos habitantes.

Em 1976, a UNESCO aprova a Carta de Nairobi que, baseada no trabalho desenvolvido em Amesterdão, aprofunda a necessidade de intervir nas áreas históricas de cada cidade, recomendando a sua revitalização, vinculando esses espaços a factores económicos, sociais e culturais. Procurava-se também incentivar a colaboração activa da população residente nos processos de decisão. É ainda neste mesmo ano que é aprovada a Carta do Turismo Cultural²⁴², complementando e tornando mais específicas as recomendações da Carta de Nairobi. E salientando os efeitos positivos da actividade turística para a conservação e protecção do património, com a necessária perspectiva económica, alertando também para os prejuízos do acesso e uso abusivo de tais bens.

Seguiram-se várias outras convenções²⁴³ e cartas²⁴⁴ internacionais com as mesmas preocupações, quer para a intervenção no património, quer para a actuação nos tecidos urbanos: a Convenção de Granada (1985), a Carta de Washington (1987), Carta Internacional para a Gestão do Património Arqueológico (1990), Simpósio de Cracóvia (1991), Convenção de Londres (Revisão, em La Valette, 1992), Documento de Nara (1994). Acrescentam-se novas reflexões como a questão do planeamento urbano, a preocupação com a qualidade de vida das pessoas e com a salvaguarda do meio ambiente.

É de referir ainda a elaboração da Carta de Cracóvia em 2000, que conta com cinquenta e um países subscritores (Portugal incluído) e sintetiza os princípios de intervenção no património expostos nos documentos antecedentes, actualizando o espírito da Carta de Veneza.

242 Atendendo ao rápido crescimento do turismo internacional e aos desafios daí decorrentes o ICOMOS aprova uma nova Carta Internacional sobre o Turismo Cultural em 1999. Também em 1999 a OMT (Organização Mundial do Turismo) aprova um Código Mundial de Ética do Turismo, onde se afirma o respeito pelo património no desenvolvimento das actividades turísticas.

243 As Convenções são documentos jurídicos que comprometem os Estados aderentes.

244 As Cartas definem princípios e conceitos de modo a orientar a prática dos intervenientes.

Progressivamente foram-se alargando as ideias associadas ao restauro, desde a de monumento até às classificações mais recentes como a de bem cultural ou social.

As cartas internacionais afirmaram-se como o melhor modo de divulgação das diversas experiências de conservação e restauro desenvolvidas pelo mundo. Através da cooperação com organismos internacionais, como a UNESCO e o ICOMOS, estes documentos assumiram um papel fundamental capaz de influenciar e ditar novas práticas em cada país, adaptando os princípios enunciados à sua própria cultura.

183



184



185



186



*republicana de reestruturação da área de salvaguarda e protecção do património*²⁴⁸ é inaugurada com a publicação de um Decreto.

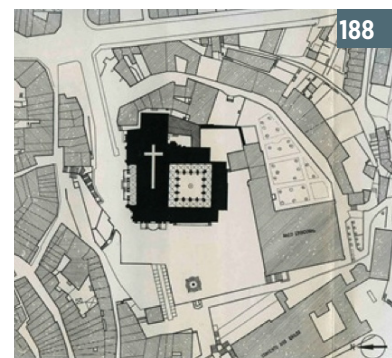
Em 1926 assiste-se a uma nova orientação política e cultural do novo regime ditatorial, que vem defender o restauro dos monumentos. Com o objectivo de enaltecer os valores da nação e de salvaguardar o património arquitectónico, é instituída em 1929 a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). A realização dos primeiros restauros da DGEMN é sustentada por princípios puristas de unidade de estilo baseados na teoria de Viollet-le-Duc. A intervenção em monumentos, procurava *não só reintegrá-los na sua suposta pureza original, como libertá-los de todos os constrangimentos visuais ou da vizinhança de construções consideradas espúrias*²⁴⁹. Foram assim devastadas diversas envolventes históricas pois enquadravam monumentos nacionais que era necessário enaltecer. É exemplo disso o caso do terreiro da Sé do Porto²⁵⁰, onde para valorizar um importante edifício se libertou o espaço restante de casas inestéticas, esquecendo a perda do conjunto urbano histórico de tanta importância como o monumento em si.

Esta política do sentir português, que levou à alteração dos monumentos e da sua envolvente, é reforçada com as celebrações do Plano de Realizações do Duplo Centenário de 1940.

Sendo certo que actualmente são repreensíveis as atitudes subordinadas à ideologia do monumento como símbolo da nação, é de ressaltar que esta política evitou o desaparecimento célere a que alguns dos edifícios estavam condenados.

As intervenções de restauro em monumentos terão um novo protagonismo nos anos 50 com a reutilização de edifícios históricos para fins hoteleiros, surgindo nesta época as primeiras pousadas resultantes de adaptações de monumentos.

Entretanto, na década de 60, inicia-se o afastamento dos restauros radicais e isolados, assistindo-se progressivamente à ideia duma conservação dos monumentos que envolvesse toda a



183 Demolições no antigo Largo do Açougue.

184 Demolições no antigo Largo do Açougue.

185 Demolições no actual Terreiro da Sé do Porto.

186 Demolições no actual Terreiro da Sé do Porto.

187 Zona da Sé do Porto antes da intervenção.

188 Zona da Sé do Porto depois da intervenção.

248 TOMÉ, Miguel - "Património e restauro em Portugal: 1920-1995" 1ª ed. Porto: Faup Publicações, 2002, p.16.

249 CALDAS, João Vieira - "Caminhos do Património 1929-1999" Lisboa: DGEMN, 1999, p.45.

250 Projecto de criação do amplo espaço em granito executado pelo arquitecto Arménio Losa que se encontrava ao serviço da Câmara Municipal do Porto.

intervenção das suas épocas e a reabilitação da envolvente, numa atitude consentânea com os critérios da Carta de Veneza.

A publicação do Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa²⁵¹, em 1961, e a participação da DGEMN no Congresso Internacional de Veneza, em 1964, contribuíram para o alargamento do debate acerca do património cultural.

Com a mudança do regime político e a abertura ao meio internacional, a partir dos anos 80 aumentam as iniciativas de reabilitação do património orientadas por princípios distintos dos verificados no Estado Novo. E em 1992 é fundado o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR), em substituição do Instituto Português do Património Cultural (IPCC) surgido na década de 80, sendo-lhe cometida a responsabilidade de actuar directamente *sobre os monumentos e bens culturais, através de intervenções qualificadas de levantamento, recuperação, reparação, conservação, restauro e execução de projectos diversos quer no património edificado e respectivas envolventes, quer ainda no património móvel e integrado*²⁵².

Em 2006 é criado o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), resultado da fusão entre o Instituto Português de Arqueologia (IPA), o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR) e da incorporação de parte das competências da extinta Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN).

É de salientar, também, que as convenções organizadas pela UNESCO e ICOMOS deram origem a um período de maior consciencialização do património nacional.

*Em verdade há que defender, teimosamente, a todo o custo, os valores do passado mas há que defendê-los com uma atitude construtiva, quer reconhecendo a necessidade que deles temos e aceitando a sua actualização, quer fazendo-os acompanhar de obras contemporâneas*²⁵³.

251 Publicado em 1961 pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos, este Inquérito condensa uma crítica fundamentada ao modelo da casa portuguesa e revela os valores da arquitectura popular e a diversidade das expressões da arquitectura nas várias regiões de Portugal.

252 Áreas de Actuação do IPPAR in radix.cultural.pt/getmedia.html?file=23897&type=n.

253 TÁVORA, Fernando – “Da Organização do Espaço” 6ª ed. Porto: Faup Publicações, 2006, p.58.

CONSIDERAÇÕES

FINAIS

De forma a evitar que os edifícios históricos se tornem obsoletos ou degradados é necessário intervir - restaurando, conservando, reabilitando, sempre respeitando o passado e exigindo um futuro.

Apesar das diversas teorias e cartas sobre a intervenção no património que ao longo dos tempos se foram desenvolvendo, estas apenas servem de base e de conhecimento sobre as práticas perante o património. Actualmente é um tema que continua a levantar inúmeras questões e que não impõe uma correcta forma de intervir.

A singularidade de cada edifício e da sua envolvente solicitam uma intervenção específica para os diferentes casos. Não existe uma fórmula única e universal, cada abordagem é individualizada, adaptada à sua realidade e de certo modo sujeita à sensibilidade e interpretação dos vários intervenientes. É então um processo que se reveste de grande complexidade, confrontando-se com os tempos de um passado, um período presente e uma continuidade para o futuro.

Encontramos então uma multiplicidade de atitudes perante o património, desde um restauro onde se procura restituir um estado primitivo, até à imposição de novos elementos sobre o existente.

É importante não esquecer que actuar num edifício histórico é também actuar na sua envolvente, e não no monumento isolado tal como aconteceu na época do Estado Novo em Portugal.

As intervenções no património arquitectónico têm um perfil multidisciplinar importante, o projecto é desenvolvido não só por arquitectos, engenheiros mas também arqueólogos e historiadores assim como técnicos especializados em diversas áreas. É necessário conhecer todo o passado do edifício, as ocupações e transformações sofridas ao longo do tempo.

Assim uma análise - histórica e arqueológica - é realizada antes da intervenção de forma a perceber a evolução histórica e volumétrica do edifício, assim como da sua envolvente.

É importante compreender o percurso das preexistências pois a intervenção deve fazer-se em continuidade com o passado, respeitando a autenticidade do objecto. Não significa isto que se

deve preservar tudo o que é antigo, mas sim interpretar a herança do passado e actuar com conhecimento, não anulando a evolução temporal mas projectando no presente e para o futuro. Há que encontrar um equilíbrio entre a linguagem da arquitectura herdada e as inovações, não implicando isso um pastiche mimético. Devemos considerar a autenticidade do edifício histórico incluindo não só a sua mensagem primitiva mas todos os tempos da sua evolução.

*Todas as hipóteses se puseram desde o início: introduzir o novo no velho; não tocar no velho (ideia característica do romantismo); reconstruir o velho de acordo com a arqueologia e a história; recriar o velho*²⁵⁴.

A adição de novos elementos deverá ser distinta do antigo e feita num equilíbrio entre passado e presente, recorrendo sempre que possível a soluções reversíveis. A noção de reversibilidade deve ser tida em consideração, possibilitando uma futura intervenção de salvaguarda do património sem a perda da sua autenticidade.

Também um estudo diagnóstico do estado de conservação e segurança do edifício deve preceder a acção sobre o mesmo, determinando as suas patologias construtivas de modo a definir medidas correctivas e percebendo se é necessário consolidar os elementos estruturais para garantir a satisfação das exigências actuais de segurança. Para isso a utilização de materiais e técnicas modernas será quase inevitável mas deve ser realizada controladamente e apenas onde é imprescindível e com respeito pela pré-existência.

A intervenção não deverá danificar a memória do lugar, é necessário atender ao valor simbólico do edifício histórico, daí que nem sempre é correcto impor um programa. Quando se tratam de intervenções de reconversão, que se têm revelado uma boa maneira de recuperar o nosso património, os edifícios adaptar-se-ão a um novo programa. Mas em alguns casos não será o programa que se deve adaptar ao edifício para que a essência do antigo edifício se mantenha? Naturalmente o valor de uso não define a sua qualidade enquanto património, mas algumas ocupações podem não ser adequadas ao carácter do edifício lesando os seus valores simbólicos e históricos. Ao reconverter

²⁵⁴ ALVES COSTA, Alexandre – “O Património: Entre a Aposta Arriscada e a Confidência Nascida da Intimidade” in *Jornal dos Arquitectos* 213 – “À la Recherche du Temps Perdu” Nov. / Dez. 2003, p.8.

um edifício dando-lhe um novo uso, é necessário não só adaptar o edifício ao novo programa mas também adaptar essa tipologia à estrutura já existente. O arquitecto precisa de encontrar um compromisso entre o existente e as exigências do presente.

A escolha de um determinado programa para um edifício histórico pode também ser estratégica do ponto de vista urbanístico, procurando a revitalização de espaços degradados ou desertificados.

A complexidade dum projecto passa por satisfazer estas e outras exigências da actualidade sem desrespeitar a herança do passado.

Cumprir as exigências actuais de segurança e conforto é indispensável para qualquer projecto de reconversão. Como é do conhecimento geral os edifícios históricos não se encontram dotados das infra-estruturas necessárias para os dias de hoje, como as redes de água, esgotos, electricidade, gás, ar condicionado etc., sendo impreterível a sua instalação.

Num projecto de reconversão é ainda obrigatório cumprir legislação quanto às normas de intervenção no património, e os regulamentos relativamente ao programa (seja ele museu, biblioteca, hotel, etc.).

Através da análise de algumas Pousadas que nasceram da adaptação de edifícios históricos pudemos comprovar que as atitudes de intervenção são distintas e sem regras impositivas, apesar de partirem sempre de uma análise histórica e arqueológica.

Como já foi referido, o caso de reconversão de património levado a cabo pelas “Pousadas de Portugal” é um exemplo de uma estratégia bem sucedida na generalidade. Não só o património é recuperado como também é promovido o crescimento económico nas localidades em que este se insere.

Estas unidades hoteleiras são uma forma de turismo que não só oferecem um lugar para pernoitar mas também proporcionam a vivência de um ambiente epocal de conforto moderno.

A reconversão de monumentos em pousadas deve sempre procurar respeitar a memória do edifício e do lugar contribuindo para uma nova fase da sua evolução.

Mas nem todos os projectos serão bem executados, podendo pôr em causa a memória do edifício. Por se tratar de uma herança da sociedade, é de extrema importância a existência de uma entidade que controle as intervenções no património evitando erros que interfiram na integridade do edifício.

Em Portugal o património é protegido e classificado pelo IGESPAR. Este organismo atribui a classificação aos bens móveis e imóveis através dum processo regido pelo Decreto-Lei nº 309/2009 de 23 de Outubro. Ao proceder à classificação de um imóvel o IGESPAR verifica e documenta o interesse cultural relevante em vários domínios: histórico; paleontológico; arqueológico; arquitectónico; artístico; etnográfico; científico; social; industrial e técnico, tendo este interesse que demonstrar valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade ²⁵⁵.

É a apreciação destes aspectos que faz com que um bem seja ou não classificado, mas a pluralidade dos vários conceitos assim como do próprio termo património faz com que esta tarefa seja complexa e de difícil objectivação. O Património tem de ser visto como a qualidade de vida, social e cultural, das comunidades ²⁵⁶ no presente e não como uma nostalgia antiga, tem que contribuir para o futuro, ter valores prospectivos.

Num mundo cada vez mais global, a preservação de arquitectura do passado contribui para o assegurar de uma identidade. Mas a nossa identidade não está no passado mas sim no presente. É portanto necessário fazer do passado um presente futuro.

O Património surge como a expressão viva do longo processo de desenvolvimento histórico, compilando as diversas identidades existentes, sejam estas nacionais, regionais, indígenas ou locais. O facto de expressar a essência das diversas identidades, não implica que não esteja inserido na vida moderna, sendo um elemento que será integrado pelas gerações futuras.

255 Cf Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de Outubro in Diário da República, 1ª série, n.º 206, 2009.

256 Cf ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – “Património - Riegl e hoje” Porto: Universidade, 1993.

Ao contrário de algumas obras de arte em que não se põe em causa a sua conservação, como um quadro de Picasso ou de Velázquez, na arquitectura não é a sua antiguidade que lhe atribui valor. A arquitectura não deve permanecer estática na realidade dinâmica e em constante desenvolvimento que a rodeia, ela é parte integrante da sociedade e da sua evolução.

Assim que se inicia um processo de classificação de um edifício, é criada uma zona de protecção de 50 metros desde os limites externos do imóvel, com o objectivo de proteger o seu enquadramento arquitectónico, urbanístico e paisagístico. Nas zonas de protecção não poderá ser efectuada nenhuma construção sem a autorização do organismo regulador, de forma a reduzir os impactos construtivos na zona a salvaguardar.

Neste momento, Portugal possui 3359 bens imóveis classificados, dos quais 791 são classificados de Monumentos Nacionais (classificação atribuída ao Palácio do Freixo), 2096 são Imóveis de Interesse Público, 448 Imóveis de Interesse Municipal e 13 estão classificados de Património Mundial pela UNESCO.

Se na lei do nosso país vem definido património cultural como o conjunto de bens *com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante* ²⁵⁷ e *quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa* ²⁵⁸, há que ter em conta que quem define estes valores são as pessoas, não só as entidades reguladoras mas também a sociedade que “vive” o património tornando esta questão delicada.

Um outro ponto a considerar aquando da classificação de património, não de ordem cultural ainda assim com importância, é o seu lado económico. É necessário que haja investimento que salvide o património, mas é sobretudo necessário projectos sustentáveis, com um retorno atractivo de forma a proteger o património contribuindo para o desenvolvimento da localidade em que este está inserido. Esta vertente economicista parece de menor influência mas em boa verdade para a sobrevivência dum imóvel cultural não basta reconhecer o seu valor, é necessário

257 Artigo 2º, 1 - Lei n.º107/2001 de 8 de Setembro in DIÁRIO DA REPÚBLICA— I SÉRIE-A N.º 209 — 8 de Setembro de 2001.

258 Artigo 2º, 6 - Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro in DIÁRIO DA REPÚBLICA— I SÉRIE-A N.º 209 — 8 de Setembro de 2001.

tomar medidas para a sua conservação, quer sejam apenas de manutenção ou de reabilitação. Uma estratégia para gerar fundos, dinamizando e preservando o património classificado é o seu uso para o turismo. O chamado Turismo Cultural permite preservar a identidade de determinada região, possibilitando um intercâmbio de culturas numa época que tende cada vez mais para a globalização. Se este turismo for mal gerido ou excessivo pode ter o efeito inverso à salvaguarda do património, concorrendo para a destruição das suas características. Para advertir uma boa gestão do património foi criada uma Carta Internacional do Turismo Cultural em 1999, adoptada pela ICOMOS. Uma forma de Turismo Cultural para além dos espaços museológicos é o turismo que reconverte património para uso hoteleiro, como o caso representativo das “Pousadas de Portugal”.

Seja para programas hoteleiros, bibliotecas, centros culturais ou até para uso habitacional, a reconversão de património é uma forma de evitar que algum património entre em colapso e se torne obsoleto.

A necessidade de gerar fundos para a salvaguarda do património poderá ser vista de outro prisma: os poderes locais vêem a valorização e classificação de antigas estruturas como uma oportunidade de rentabilização económica, procurando assim que estas sejam classificadas, como estratégia de promoção local, estimulando o turismo e consequentemente contribuindo para o desenvolvimento da localidade.

Referindo agora o caso concreto do objecto em estudo: o conjunto Palácio do Freixo e Moagens Harmonia. O Palácio de Nasoni nasceu numa paisagem bucólica, rodeado de árvores por um lado e limitado pelas águas do rio do outro. Mas com as novas estruturas rodoviárias e ferroviárias, assim como a localização próxima do rio, via de circulação privilegiada nas rotas comerciais, a indústria foi-se desenvolvendo. Actualmente o Freixo é uma zona urbanizada, com infra-estruturas viárias que fazem a ligação de várias zonas do Grande Porto e onde a indústria está a desaparecer.

O Palácio, hoje Pousada do Freixo, encontra-se num ponto exposto e visível das novas vias como a Ponte do Freixo, mas a sensação “bucólica” mantém-se para quem percorre os edifícios e jardins. As múltiplas construções, de diferentes escalas, fruto da expansão urbana, que se encontram hoje na proximidade do Palácio permitem fazer uma leitura da sua história.

Uma nova “época” do Palácio surge com a sua adaptação a Pousada. Para a realização do projecto de reconversão do Palácio do Freixo e das antigas Moagens Harmonia foi necessário ter em consideração não só os requisitos programáticos e técnicos mas também as exigências do IGESPAR.

Os modernos conceitos de conforto impõem a adequação e instalação das infra-estruturas apropriadas. Este facto constitui um dos problemas quando se procura reconverter um edifício histórico.

Na Pousada do Palácio do Freixo a instalação das infra-estruturas puderam apoiar-se nas construídas pela recuperação do Palácio de Fernando Távora. O programa funcional ajustou-se aos edifícios do Palácio e da antiga fábrica Harmonia, assegurando assim a salvaguarda e conservação dum monumento nacional e a reabilitação de um edifício representativo de arquitectura industrial instalado no Porto.

A Pousada trouxe para além duma ímpar unidade hoteleira no espaço urbano da cidade do Porto um positivo impacto económico e social criando postos de trabalho, revitalizando a área do Freixo e desenvolvendo o turismo.

Após um ano da sua abertura, a Pousada do Palácio do Freixo foi galardoada com um prémio que a distinguiu pela sua qualidade enquanto unidade hoteleira e de turismo cultural, este facto comprova que a reconversão de antigos monumentos tem um grande impacto social e que esta foi uma intervenção no património que se revelou como uma mais valia para a cidade. Além de dotar o Porto com um espaço hoteleiro de grande qualidade, também permitiu a recuperação de toda a envolvente. O projecto permitiu que as pessoas pudessem voltar a usufruir do seu património.

A intervenção de David Sinclair no Palácio prolongou o espírito do monumento de Nasoni. A adaptação a Pousada do conjunto Palácio e Moagens soube respeitar as características e as estruturas de raiz, valorizando a identidade local, assinaladamente a memória das gentes e das actividades que estiveram na sua origem. A reconversão deste Palácio permitiu que a sua contemplação pelo público em geral seja agora possível. À cidade do Porto foi devolvido um espaço em que a cultura e a história sobrevivem nas paredes erguidas por Nicolau Nasoni.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS

AGUIAR, José; CABRITA, A. M. Reis; APPLETON, João - “Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais” Lisboa: L.N.E.C., 2005.

AGUIAR, José - “Cor e cidade histórica: estudos cromáticos e conservação do património” Porto: Faup Publicações, 2002.

ALBA, António Fernández - “Teoria y história de la restauracion” Madrid: Munilla-Léria, 1997.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - “Património - Riegl e hoje” Porto: Universidade, 1993.

ALMEIDA, José António Ferreira de - “Tesouros artísticos de Portugal” Lisboa: Reader’s Digest, 1988.

ALVES COSTA, Alexandre - “Dissertação expressamente elaborada para o concurso de habilitação para a obtenção do título de professor agregado...” 2ª ed. Porto: E.S.B.A.P., 1982.

ALVES COSTA, Alexandre - “Introdução ao estudo da história da arquitectura portuguesa: outros textos sobre arquitectura portuguesa” 1ª ed. Porto: Faup Publicações, 1995.

ALVES, Luís Ferreira; PIQUEIRO, Francisco - “A renovação do palácio do Freixo, 1750 2003” Porto: Apor, 2003.

ARAÚJO, Ilídio - “Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal” Lisboa: Centro de Estudos de Urbanismo, 1962.

AZEVEDO, Carlos - “Solares Portugueses: introdução ao estudo da Casa Nobre” Lisboa: Horizonte, 1969.

BASTO, Artur de Magalhães - “Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII” Porto : Gabinete de História da Cidade, 1964.

BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried - “Portugal: Arquitectura do século XX” Munchen: Prestel, 1997.

BORGES, Nelson Correia - "História da Arte em Portugal: Do Barroco ao Rococó" vol.9 Lisboa: Alfa, 1986.

BOWE, Patrick - "Casas e jardins de Portugal" Lisboa: Quetzal, 1998.

BRANDI, Cesare - "Teoria do Restauro" Amadora: Orion, 2006.

CALDAS, João Vieira - "Caminhos do Património 1929-1999" Lisboa: DGEMN, 1999.

CANNATÀ, Michele; FERNANDES, Fátima - "Territórios reabilitados" Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009.

CANTACUZINO, Sherban - "Nuevos usos para edificios antiguos" Barcelona: Iniesta, 1979.

CARITA, Helder - "Tratado da grandeza dos jardins em Portugal: ou da originalidade e desaires desta arte" Lisboa: H. C., 1987.

CHOAY, Françoise - "A Alegoria do Património" Lisboa: Edições 70, 2000.

CÓIAS, Vítor - "Reabilitação estrutural de edifícios antigos: alvenaria, madeira: técnicas pouco intrusivas" 2ª ed. Lisboa: Argumentum, 2007.

COSTA, Agostinho Rebelo da - "Descrição topográfica e história da cidade do Porto: que contém a sua Origem..." Porto: Oficina de António Alvarez Ribeiro, 1789.

DOCOMOMO Ibérico - "Arquitectura Moderna e Turismo: 1925-1965" Valência: Fundação DOCOMOMO Ibérico - IV Congresso, 2003.

DOMINGUEZ LAIÑO, Ana - "Fernando Távora" Corunha: COAG, 2002.

ENATUR - "Pousadas de Portugal" Porto: Asa, 1995.

Enciclopédia Verbo, Luso-Brasileira de Cultura" Ed. século XXI Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 2003.

ESPOSITO, Antonio – “Fernando Távora : opera completa” Milano: Electa, 2005.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – “A casa nobre no Porto na época moderna” Lisboa : INAPA, 2001 (Colecção Portucale).

FRÓIS, Virgínia - “Conversas à volta dos conventos” Évora: Casa do Sul, 2002.

GALLEGO ROCA, Javier - “Renovación, restauración y recuperación arquitectónica y urbana en Portugal” Granada: UG, 2003.

GRACIA, Francisco de – “Construir en lo construido: La arquitectura como modificación” 3ª ed. Madrid: Nerea, 2001.

LEÓN, Juan Hernández; COLLOVÀ, Roberto; FONTES, Luís - “Santa Maria do Bouro: Eduardo Souto de Moura: construir uma pousada com as pedras de um mosteiro” 1ª ed Lisboa: White & Blue, 2001.

LOBO, Susana - “Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura portuguesa do século XX” Coimbra: Imprensa da universidade de Coimbra, 2006.

LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito - “Património arquitectónico e arqueológico: cartas, recomendações e convenções internacionais” Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

NEMÉSIO, Vitorino – “Sítios e Pousadas” Lisboa: Ministério da Comunicação Social, 1974.

NETO, Maria João Baptista – “Memória, propaganda e poder : o restauro dos monumentos nacionais : 1929-1960 “ Porto: Faup Publicações, 2001.

OJED, Oscar Riera - “José Paulo dos Santos” Barcelona: GG, 2001.

PAIS DA SILVA, Jorge; CALADO, Margarida – “Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura” Lisboa: Editorial Presença, 2005.

“Palácios e solares portugueses” Porto: Lello & Irmão, 1922.

PASSOS, Carlos de – “Guia histórico e artístico do Porto” Porto: A. Figueirinhas, 1935.

PEREIRA, Paulo – “Intervenções no património 1995-2000: nova política”, Lisboa: IPPAR, 1997.

PINA, Paulo – “Portugal : o turismo no século XX” Lisboa: Lucidus, 1988.

“Porto. Margens do Tempo” Porto /Lisboa: Livraria Figueirinhas, 2001.

Portugal. Laboratório Nacional de Engenharia Civil - “A conservação do património histórico edificado” Lisboa: L.N.E.C., 1990.

Portugal. Laboratório Nacional de Engenharia Civil – “Cartas e convenções internacionais sobre o património arquitectónico europeu” Lisboa: L.N.E.C., 1987.

Portugal. Ministério da cultura, “Cartas e convenções internacionais: património arquitectónico e arqueológico” Lisboa: IPPAR, 1996.

“Pousada de D. Afonso II” Lisboa: ENATUR, 1998.

“Pousada D. João IV” Lisboa: ENATUR, 1997.

“Pousada Flor da Rosa” Lisboa: Enatur, 1995.

“Pousada N.ª Sra. Da Assunção” Lisboa: Enatur, 1996.

“Pousada Sta. Maria do Bouro” Lisboa: ENATUR, 2000.

REIS, Sousa – “Apontamentos para a História Antiga e moderna da...Cidade do Porto” manuscrito da B.P.M. do Porto, vol. 5, n.º 1273, [186-].

RIEGL, Alois - “El culto moderno a los monumentos: caracteres y origen” Madrid: Visor, 1987.

RIVERA BLANCO, Javier - “Nuevas tendencias en la identificación y conservación del patrimonio” Valladolid: Universidad, 2003.

SILVA, Jorge; CALADO, Margarida - “Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura” Lisboa: Editorial Presença, 2005.

SMITH, Robert Chester - “Nicolau Nasoni: arquitecto do Porto” Lisboa: Horizonte, 1966.

S.N.I. - “Pousadas / Secretariado Nacional da Informação Cultural Popular e Turismo” Lisboa: S.N.I., 1948.

TÁVORA, Fernando; BERNARDO, Távora - “Fernando Távora: percurso” Lisboa: Centro Cultural de Belém, 1993.

TÁVORA, Fernando – “Da Organização do Espaço” 6ª ed. Porto: Faup Publicações, 2006.

TOMÉ, Miguel - “Património e restauro em Portugal: 1920-1995” 1ª ed. Porto: Faup Publicações, 2002.

TOSTÕES, Ana - “Arquitectura Moderna Portuguesa: 1920-1970” Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2003.

TOSTÕES, Ana – “Os Verde Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50” Porto: Faup Publicações, 1997.

TRIGUEIROS, Luiz – “Fernando Távora” Lisboa: Blau, 1993.

VILANOVA, Joaquim Cardoso Vitória – “Edifícios do Porto em 1833 : álbum de desenhos” Porto : BPMP, 1987.

PERIÓDICOS

ARQUI III – “Convento das Chagas. Adaptação a Pousada”, *Architécti* 49, Janeiro/Março 2000.

AGUIAR, José – “O Medo” in *Jornal dos Arquitectos* 136/137 – “Reabilitação / Conservação” Jun. /Jul. 1994.

ALVES COSTA, Alexandre – “A procura da harmonia ou quem tem medo da arquitectura moderna?” in *Ecdj* 1 – “A polémica do Freixo. Fernando Távora” Out. 1999.

ALVES COSTA, Alexandre – “Cumplicidades” in *Jornal dos Arquitectos* 213 – “À la Recherche du Temps Perdu” Nov./Dez. 2003.

ALVES COSTA, Alexandre – “Então é Portugal, hein?...Cheira bem!” in *Jornal dos Arquitectos* 197 – “As praias de Portugal 2” Set./Out. 2000.

ALVES COSTA, Alexandre – “O Lugar da História” in *Jornal dos Arquitectos* 202 – “Faire École 2” Set/Out 2001.

ALVES COSTA, Alexandre – “O Património: Entre a Aposta Arriscada e a Confidência Nascida da Intimidade” in *Jornal dos Arquitectos* 213 – “À la Recherche du Temps Perdu” Nov./Dez. 2003.

APPLETON, João – “Tecnologias de Reabilitação em Edifícios Antigos. Dos Conventos às Pousadas” in *Jornal dos Arquitectos* 147 – “Recuperação Reutilização Reabilitação” Maio 1995.

BANDEIRINHA, José António – “De que falam os jornais quando querem falar de arquitectura?” in *Ecdj* 1 – “A polémica do Freixo. Fernando Távora” Out. 1999.

BARRETO, Pedro – “Pousadas de Portugal: Elixir para Anxiedades” in *Jornal dos Arquitectos* 197 – “As praias de Portugal 2” Set./Out. 2000.

BARROS, Leitão de – “Turismo! Sensacional Série de Artigos sobre Turismo em Portugal: XI.Vai Inaugurar-se a Exposição do Hotel Modelo, organizada pelo nosso jornal” in *Notícias Ilustrado*, 2ª série, ano III, nº 278, Outubro 1933.

BRANDÃO, Domingos de Pinho - “Um documento inédito sobre os jardins do Palácio do Freixo-Nicolau Nazoni” in O Tripeiro, serie nova, ano VI, nº 5, Maio 1987

CAETANO, Joaquim de Oliveira - “A Fundação do Convento das Chagas”, Monumentos 6, Março 1997 Lisboa: DGEMN, 1997.

CARVALHO, João - “O Polis e o Grande Porto: esse “lazer e recreio” da nossa discórdia” in O Tripeiro, 7ª serie , ano XXI, nº 3, Março 2002.

CARVALHO, João - “Quinta do Freixo Revisitada - Uma viagem ao passado por terras de Campanhã” in O Tripeiro, 7ª série, ano XXI, nº 6, Junho 2002.

CARVALHO, João - “Sobre o Palácio do Freixo – Venturas e desventuras de uma obra de Nazoni” in O Tripeiro, 7ª série, ano XXI, nº 6, Junho 2002.

Castelo de Óbidos, Boletim da DGEMN, n.º 68/69, Lisboa, DGEMN, Junho-Setembro 1952.

CASTRO IRMÃO & C.ª - “Archivo Pittoresco Semanario Illustrado Editores Proprietarios” Volume V Lisboa: Typographia de Castro e Irmão, 1862.

FIGUEIRA, Jorge - “Da vida original dos edifícios” in Ecdj 1 - “A polémica do Freixo. Fernando Távora” Out. 1999.

GRAÇA, João Luís Carrilho da - “Mosteiro de Santa Maria da Flor da Rosa - Pousada” in Jornal dos Arquitectos 136/137 - “Reabilitação/Conservação” Jun. /Jul. 1994.

“Grandes Valores Turísticos Nacionais” in Panorama: revista de arte e turismo, nº 15/16, 1943.

HENRIQUES, Fernando M. A. - “ A conservação em Portugal: balanço e perspectivas” in Monumentos 12 Março 2000.

INFANTE, Sérgio - “Autenticidade, continuidade e mudança” in Arquitectura e vida 15 Abril 2001.

JOSÉ MARQUES, Pedro - “Diccionario geographico abbreviado das oito províncias dos Reinos de Portugal e Algarves” Porto: Typographia Commercial, 1853.

KEIL DO AMARAL, Francisco – “Turismo–Habitação, Turismo Rural, Turismo “Outro”” in *Jornal dos Arquitectos* 196 – “As praias de Portugal 1” Maio/Junho 2000.

LACERDA, Aarão de – “O Pôrto Monumental” in *Panorama: revista de arte e turismo*, nº 5/6, vol. I, 1941.

LANGFORD, Helena – “Nas margens do Porto e do Douro _ O Velho Palácio do Freixo é uma jóia que renasce” in *O Tripeiro*, 7ª série, ano XXI, nº 6, Junho 2002.

LEONI, Giovanni – “Un anónimo del XX secolo” in *Casabella* 678 – “L’architetto e la Talpa” Maio 2000.

LEONI, Giovanni; ESPOSITO, Antonio – “Fernando Távora, pensieri sull’architettura” in *Casabella* 678 – “L’architetto e la Talpa” Maio 2000.

LOUREIRO, José Carlos – “Palácio do Freixo: mais uma perda da Cultura e do Património portuenses” in *O Tripeiro*, serie nova, nº 0, Agosto 1981.

MANUEL DAS NEVES, José – “Reabilitar Edifícios em Centros Urbanos Antigos. A Razão dos Materiais.” in *Arquitectura Ibérica* 30 – “Reabilitação” Fev. 2009.

MENDES, Manuel “Sobre o freixo: cidade e monumento, reabilitação e projecto” in *Ecdj* 1 – “A polémica do Freixo. Fernando Távora” Out. 1999.

MESTRE, Vítor – “Intervenções Contemporâneas em Património Paisagístico, Urbano e Arquitectónico. A Cura pela Morte” in *Arquitectura Ibérica* 12 – “Reabilitação” Jan./Fev. 2006.

MURTINHO Vítor; TAVARES Domingos – “A dimensão ética em arquitectura” in *Ecdj* 1 – “A polémica do Freixo. Fernando Távora” Out. 1999.

NICOLIN, Pierluigi – “Interpretazioni del passato” in *Lotus* 46 – “Interpretazione del passato” 1985.

NUNES PEREIRA, António – “Para uma Terminologia da Disciplina de Protecção do Património Construído” in *Jornal dos Arquitectos* 213 – “À la Recherche du Temps Perdu” Nov. / Dez. 2003.

OLAIO, António - “Entre palácios e moagens” in Ecdj 1 - “A polémica do Freixo. Fernando Távora” Out. 1999.

“O Nosso Jornal e o Turismo. Uma grande iniciativa. A Exposição do Hotel Modelo” in Notícias Ilustrado, 2ª série, ano VI, nº 267, Julho 1933.

“O Turismo e a Hotelagem. Abaixo os Palaces “Pilhas” de Vila Nova de Famaligato!” in Notícias Ilustrado, 2ª série, ano V, nº 246, Fevereiro 1933.

PIMENTEL, Diogo Lino – “Pousada do Castelo de Alcácer do Sal”, in Jornal Arquitectos 147 – “Recuperação, Reutilização, Reabilitação” Maio 1995.

PINTO, Pedro Ferreira, ALMEIDA, João de, SILVA, Pedro Emauz – “Pousada do Convento das Chagas – Vila Viçosa” in Jornal Arquitectos 147 – “Recuperação, Reutilização, Reabilitação” Maio 1995.

PONTE, Nunes da - “Casas Antigas do Porto – Freixo” in O Tripeiro, serie V, ano VIII, nº 2, Junho 1952 “O Nosso Jornal e o Turismo. Exposição do Hotel Modelo” in Notícias Ilustrado, 2ª série, ano VI, nº 268, Julho 1933.

Pousada de Santa Marinha, Guimarães, Boletim da DGEMN, n.º 130, Lisboa, DGEMN, 1985.

RAPAGÃO, João Paulo - “Entre o poder da arquitectura e o poder do arquitecto” in Ecdj 1 - “A polémica do Freixo. Fernando Távora” Out. 1999.

SOLÀ MORALES, Ignasi - “Dal contrasto all’analogia” in Lotus 46 – “Interpretazione del passato” 1985.

Távora, D. Luís de Noronha e - “Um antigo Portão da Quinta do Palácio do Freixo?” in O Tripeiro, serie V, ano IX, nº 2, Junho 1953.

TÁVORA, Fernando - Recuperação do Palácio do Freixo e áreas envolventes” in O Tripeiro, 7ª série, ano XXI, nº 6, Junho 2002.

TÁVORA, D. Luís de Noronha e - "Um portão antigo da quinta do Palácio do Freixo" in O Tripeiro, série V, ano IX, n.º 2, 1953.

TOSTÕES, Ana - "João Andresen e a herança moderna: a Pousada de São Teotónio" in Monumentos 12 Março 2000.

TOUSSAINT, Michel - "Re..." in Jornal dos Arquitectos 147 - "Recuperação Reutilização Reabilitação" Maio 1995.

"Uma iniciativa do nosso jornal.A Exposição do Hotel Modelo" in Notícias Ilustrado, 2ª série, ano III, nº 278, Outubro 1933.

VASCONCELOS, Flório de - "Uma Nótula Nasoniana" in O Tripeiro, serie nova, ano IV, nº 8, Agosto 1985.

VILLAR, Miguel - "Recuperar, Reforçar, Requalificar, Reabilitar" in Arquitectura Ibérica 19 - "Reabilitação" Março 2007.

SITES

<http://www.pousadas.pt/>.

<http://www.monumentos.pt/>.

<http://www.icomos.org/>.

<http://www.wikipedia.org/>.

<http://www.enatur.pt/>.

OUTRAS FONTES

Manuel Montenegro de Figueiredo Moreira da Silva - Dissertação de Mestrado – “Nicolau Nasoni e a Arquitectura Civil. As Villas do Cerco do Porto” Faup, Ano Lectivo de 2009/2010.

Desenhos do projecto da Pousada do Palácio do Freixo cedidas pelo arquitecto David Sinclair.

Memória Descritiva do projecto da Pousada do Palácio do Freixo cedida pelo arquitecto David Sinclair.

Planta da Quinta do Freixo e da Nova Estrada ao longo da margem do Douro [17--] da Biblioteca Pública do Porto.

Cartas da Planta do Porto de Augusto Telles Ferreira do Arquivo Histórico Municipal do Porto, 1892.

Vídeo “Palácio do Freixo: Conservação e Restauro”, Coordenação Miguel Figueiredo e Francisco Cabral, A. Ludgero e Castro, Lda in <http://www.alc.pt/media/flash/freixo.swf>.

REFERÊNCIAS DE IMAGENS

CAPA

Planta da Pousada do Palácio do Freixo, elaboração própria sobre desenhos do projecto cedidos pelo arquitecto David Sinclair.

POUSADA DO PALÁCIO DO FREIXO

HISTÓRIA

- 1 in Biblioteca Pública Municipal do Porto.
- 2 Fotografia da autora.
- 3 Fotografia de Amadeu Astorga Viana, 1983 - Fotografias do Palácio do Freixo in www.monumentos.pt.
- 4 Fotografia de Amadeu Astorga Viana, 1983 - Fotografias do Palácio do Freixo in www.monumentos.pt.
- 5 Cartas da Planta do Porto de Augusto Telles Ferreira, 1892 in Arquivo Histórico Municipal do Porto.
- 6 in SMITH, Robert Chester - "Nicolau Nasoni: arquitecto do Porto" Lisboa: Horizonte, 1966, p.132.
- 7 in O Tripeiro, série V, ano IX, n.º 2, 1953, p.62.
- 8 Desenhos do Palácio do Freixo in www.monumentos.pt.
- 9 Fotografias do Palácio do Freixo, 1957 in www.monumentos.pt.
- 10 a 20 Fotografias de Guilherme Simões Fernandes dos Anjos, 1987 - Fotografias do Palácio do Freixo in www.monumentos.pt.
- 21 Fotografia da autora.
- 22 Desenho de Nogueira da Silva in CASTRO IRMÃO & C.ª - "Archivo Pittoresco Semanario Illustrado Editores Proprietarios" Volume V Lisboa: Typographia de Castro e Irmão, 1862, p.143.

FORMA

- 23 Carta Militar de Portugal, Porto, 122 in <http://williamcacos.blogspot.com/2008/10/cartas-militares-de-portugal.html>.
- 24 a 32 Fotografias da autora.
- 33 a 36 Desenhos de Joaquim Cardoso Vitória Vilanova in "Edifícios do Porto em 1833 : álbum de desenhos" Porto : BPMP, 1987.

37 a 42 Fotografias da autora.

43 Desenhos do Palácio do Freixo in www.monumentos.pt.

44 VILANOVA, Joaquim Cardoso Vitória – “Edifícios do Porto em 1833 : álbum de desenhos”
Porto : BPMP, 1987.

RECUPERAÇÃO

45 in Ecdj 1 - “A polémica do Freixo. Fernando Távora” Out. 1999.

46 a 57 ALVES, Luís Ferreira; PIQUEIRO, Francisco - “A renovação do palácio do Freixo,
1750-2003” Porto: Apor, 2003.

58 in Ecdj 1 - “A polémica do Freixo. Fernando Távora” Out. 1999.

59 a 61 Fotografias da autora.

62 a 64 in Ecdj 1 - “A polémica do Freixo. Fernando Távora” Out. 1999.

65 a 72 ALVES, Luís Ferreira; PIQUEIRO, Francisco - “A renovação do palácio do Freixo,
1750-2003” Porto: Apor, 2003.

73 Fotografia de José Marques Abreu Junior, 1966 in www.monumentos.pt.

TRANSFORMAÇÕES

74 a 76 Fotografias da autora.

77 Fotografia de Amadeu Astorga Viana, 1983 in www.monumentos.pt.

78 Fotografia da autora.

79 Fotografia de Amadeu Astorga Viana, 1983 in www.monumentos.pt.

80 Fotografia cedida pelo arquitecto David Sinclair.

81 in <http://www.geira.pt/museus/tema1/index.asp?id=18>.

82 a 89 Fotografias cedidas pelo arquitecto David Sinclair.

90 a 92 Fotografias da autora.

FUNCIONAMENTO

93 a 114 Fotografias da autora.

P.93 a p.109 Plantas da Pousada do Palácio do Freixo, elaboração própria sobre desenhos do projecto cedidos pelo arquitecto David Sinclair (rectificação de medidas com levantamento no local).

115 a 119 Elaboração própria sobre desenhos do projecto da Pousada cedidos pelo arquitecto David Sinclair (rectificação de medidas com levantamento no local).

120 in <http://www.pousadas.pt/historic-hotels-portugal/pt/pousadas/north-hotels/pousada-do-porto/palacio-do-freixo/pages/rooms.aspx>.

121 a 147 Fotografias da autora.

148 Fotografia cedida pelo arquitecto David Sinclair.

149 a 165 Fotografias da autora.

P.128 a p.139 Perfis e planta da Pousada do Palácio do Freixo, elaboração própria sobre desenhos do projecto cedidos pelo arquitecto David Sinclair (rectificação de medidas com levantamento no local).

166 Fotografia da autora.

“POUSADAS DE PORTUGAL”

167 ENATUR – “Pousadas de Portugal” Porto: Asa, 1995, p.13.

ORIGEM

168 PINA, Paulo – “Portugal : o turismo no século XX” Lisboa: Lucidus, 1988, p.6.

PRIMEIRA SÉRIE

169 A 176 S.N.I. - “Pousadas / Secretariado Nacional da Informação Cultura Popular e Turismo” Lisboa: S.N.I., 1948.

ANÁLISE

P.170 a p.183 Fotografias actuais a cores da autora; Fotografias e desenhos antigos a preto e branco in www.monumentos.pt.

ESTADO DA ARTE

TEORIAS DE INTERVENÇÃO NO PATRIMÓNIO

177 e 178 in ALBA, António Fernández – “Teoria y história de la restauracion” Madrid: Munilla-Léria, 1997 p.104.

179 in ALBA, António Fernández – “Teoria y história de la restauracion” Madrid: Munilla-Léria, 1997 p.130.

180 in ALBA, António Fernández – “Teoria y história de la restauracion” Madrid: Munilla-Léria, 1997, p.142.

181 Gonzalo Alvarez Tostado in <http://mimoa.eu/projects/Italy/Verona/Castelvecchio%20Museum>.

INTERVENÇÃO NO PATRIMÓNIO PORTUGUÊS

182 in <http://historiadopatrimonio.blogspot.com/>.

183 a 186 Manuel Magalhães in <http://foiassimk.blogspot.com/2010/06/as-alteracoes-urbanisticas-na-zona-da.html>.

187 e 188 in Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Jun./Set./Dez. de 1945, Março de 1946, nº 40 a 43.

ANEXO

in Diário da República, 1ª série, nº 82 de 28 de Abril de 2008.

ANEXO

ANEXO I DA PORTARIA 327/2008 DE 27 DE ABRIL

Estabelecimentos hoteleiros

	N.º	Requisitos	Pontos	☆	☆☆	☆☆☆	☆☆☆	☆☆☆
1. Instalações								
Acessos	1	Entrada de serviço distinta da entrada para os utentes	10	Opcional	Opcional	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
	2	Acesso privativo às unidades de alojamento	10	Opcional	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
	3	Elevador quando o edifício tenha mais de 3 pisos, incluindo o rés-do-chão	15	Opcional	Obrigatório	Obrigatório	NA	NA
	4	Elevador quando o edifício tenha mais de 2 pisos, incluindo o rés-do-chão	15	Opcional	Opcional	Opcional	Obrigatório	Obrigatório
Zonas comuns	5	Local identificado de recepção (1) destinado ao check in, check out e informações aos hóspedes, que pode estar inserido em qualquer área de uso comum	—	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
	6	Área ou áreas de uso comum onde possam ser prestados os serviços de refeições, pequenos-almoços ou bar	—	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
	7	Instalações sanitárias	—	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
	8	Área de estar equipada (mesas e sofás ou cadeiras)	10	Opcional	Opcional	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
	9	Área bruta privativa (2) de estar, equipada, por unidade de alojamento, quando concorra para a área bruta de construção do empreendimento	$\geq 1m^2 < 2,5m^2$ - 5pts; $\geq 2,5m^2 < 5m^2$ - 10 pts; $\geq 5m^2$ - 15 pts	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	10	Climatização das áreas comuns com sistemas de climatização activos ou passivos que garantam o conforto térmico	10	Opcional	Opcional	Opcional	Obrigatório	Obrigatório
Zonas de serviço	11	Climatização dos corredores de hóspedes com sistemas de climatização activos ou passivos que garantam o conforto térmico	10	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	12	Acesso vertical de serviço aos pisos de alojamento independente do acesso dos clientes	15	Opcional	Opcional	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
	13	Cozinha, ou copa se apenas forem servidos pequenos-almoços	—	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
	14	Zona de armazenagem	—	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Unidades de alojamento (quartos ou apartamentos)	15	Área destinada ao pessoal composta pelo menos por instalações sanitárias e zona de vestiário	—	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
	16	Climatização das unidades de alojamento com sistemas de climatização activos ou passivos que garantam o conforto térmico	—	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
	17	50% das unidades de alojamento com sistemas de climatização activos ou passivos que garantam o conforto térmico de intensidade regulável pelo cliente em cada ciclo	10	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Obrigatório
	18	100% das unidades de alojamento com sistemas de climatização activos ou passivos que garantam o conforto térmico de intensidade regulável pelo cliente em cada ciclo	13	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	19	100% das unidades de alojamento com instalações sanitárias privativas constituídas no mínimo por sanita, lavatório e duche ou banheira	—	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
	20	Varandas ou terraços com área mínima de 4 m ² em 50% das unidades de alojamento	5 pts por cada 4 m ² /UA, até ao máximo de 15	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	21	Fechaduras electrónicas	5	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	22	Percentagem da área média das unidades de alojamento que excede as áreas mínimas obrigatórias	$\geq 10\%$ - 10 pts $\geq 20\%$ - 12 pts $\geq 30\%$ - 15 pts	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional

	N.º	Requisitos	Pontos	★	★★	★★★	★★★★	★★★★★
1. Instalações								
Áreas (3) dos quartos	23	Área mínima dos quartos individuais	—	9 m²	10,5 m²	12 m²	14,5 m²	17,5 m²
	24	Área mínima dos quartos duplos	—	11,5 m²	13,5 m²	17 m²	19,5 m²	22,5 m²
	25	Suites constituídas por quarto e zona de estar equipada separável com a área mínima de 10 m²	5 pts por cada 2 suites máx. 10 pts	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Obrigatório 2 suites
Áreas (3) dos apartamentos	26	Área mínima com um quarto individual	—	18,5 m²	22 m²	25,5 m²	30 m²	35 m²
	27	Apartamento em estúdio	—	15 m²	19 m²	21 m²	24 m²	27 m²
	28	Área mínima com um quarto duplo	—	19,5 m²	23,5 m²	28 m²	33 m²	38 m²
	29	Área mínima de cada quarto suplementar	—	9 m²	10,5 m²	12 m²	14,5 m²	17,5 m²
Estacionamento	30	Garagem ou parque de estacionamento com capacidade para um número de veículos correspondente a 20% das unidades de alojamento do estabelecimento, situado no hotel ou na sua proximidade	10	Opcional	Opcional	Opcional	Obrigatório	Obrigatório
	31	Local que permita o estacionamento temporário de viaturas para tomada e largada de utentes e bagagens	5	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	32	Garagem privativa do hotel com acesso directo à recepção	15	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	33	Possibilidade de estacionamento para autocarros	5	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
2. Equipamento/Mobiliário								
Equipamento do quarto	34	Equipamento básico: equipamento para ocultação da luz exterior, roupeiro ou solução equivalente, cabides, cadeira ou sofá, mesas de cabeceira ou solução de apoio equivalente, luzes de cabeceira, tomada de electricidade	—	Obrigatório	Obrigatório	NA	NA	NA
	35	Equipamento médio: equipamento básico mais local ou equipamento para colocar bagagens, cesto de papéis, espelho de corpo inteiro, cobertor ou edredon adicional	5	Opcional	Opcional	Obrigatório	NA	NA
	36	Equipamento superior: equipamento médio mais interruptor de iluminação geral junto da cama, minibar e zona de estar (4) ou zona de trabalho(5)	5	Opcional	Opcional	Opcional	Obrigatório	Obrigatório
	37	Cofre na unidade de alojamento	5	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Obrigatório
	38	Zona de estar em 50% das unidades de alojamento (4)	10	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional (6)	Opcional(6)
	39	Zona de trabalho em 50% das unidades de alojamento (5)	10	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional (6)	Opcional(6)
	40	Colchões com comprimento não inferior a 2m e largura não inferior a 1,10m para camas individuais e 1,80 para camas de casal	5	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	41	Cama suplementar/berço a pedido	3	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	42	Menu de almofadas	2	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	43	Interruptor geral automático	1	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
Equipamento das salas de estar e de refeições (quando existam na UA)	44	Mesa de refeições ou adaptável para o efeito, cadeiras e sofá, loiças, vidros e talheres	—	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Equipamento da cozinha ou kitchenette	45	Frigorífico, micro-ondas e lava-loiça	—	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
	46	Utensílios de cozinha	—	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
	47	Fogão ou placa e exaustor de fumos	8	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
Equipamento/Acessórios sanitários	48	Equipamento básico: espelho, toalhas (1 de rosto e 1 de banho por pessoa) e suporte para toalhas	—	Obrigatório	Obrigatório	NA	NA	NA
	49	Equipamento médio: equipamento básico mais iluminação no espelho do lavatório, caixote do lixo, saco de lavandaria e tapete ou toalha de chão	5	Opcional	Opcional	Obrigatório	Obrigatório	NA
	50	Equipamento superior: equipamento médio mais secador de cabelo e roupão	7	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Obrigatório
	51	Pelo menos 50% das instalações sanitárias com banheira e duche separados	10	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	52	Pelo menos 50% das instalações sanitárias com separação física entre área limpa (lavatório e duche ou banheira) e área suja (sanita e lavatório)	10	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	53	Pelo menos 50% das instalações sanitárias com lavatório adicional	7	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	54	Pelo menos 50% das instalações sanitárias com bidé	5	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	55	Espelho de cosmética	2	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	56	Aquecimento de toalhas	5	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	57	Balança	1	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	58	Amenities básico: sabonete ou gel de banho	—	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	NA	NA
	59	Amenities médio: amenities básico mais champô e touca de banho	1	Opcional	Opcional	Opcional	Obrigatório	NA
	60	Amenities superior (escova e pasta de dentes, lâmina e gel de barbear, lima de unhas e algodão de limpeza) a pedido	2	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Obrigatório

	N.º	Requisitos	Pontos	★	★★	★★★	★★★★	★★★★★
2. Equipamento/Mobiliário								
Sistemas de vídeo e áudio	61	TV a cores com controlo remoto na unidade de alojamento	5	Opcional	Opcional	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
	62	Sistema de som na casa de banho	5	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	63	Música e filmes a pedido com mais de 20 opções	5	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	64	Acesso a mais de 20 canais de TV	5	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
Telecomunicações	65	Meios de comunicação com o exterior acessíveis aos hóspedes (pelo menos um meio de voz: telefone ou telemóvel e um meio de escrita: fax ou correio electrónico)	—	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
	66	Telefone no quarto com acesso directo à rede exterior	—	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
	67	Acesso à Internet na zona comum (condicionada à disponibilidade do respectivo serviço público)	5	Opcional	Opcional	Obrigatório	NA	NA
	68	Acesso à internet em banda larga nas zonas comuns (condicionada à disponibilidade do respectivo serviço público)	5	Opcional	Opcional	Opcional	Obrigatório	Obrigatório
	69	Acesso à Internet nas unidades de alojamento (condicionada à disponibilidade do respectivo serviço público)	5	Opcional	Opcional	Opcional	Obrigatório	NA
	70	Acesso à internet em banda larga nas unidades de alojamento (condicionada à disponibilidade do respectivo serviço público)	5	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Obrigatório
	71	Sistema de registo de mensagens de voz	2	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
Equipamentos suplementares	72	Informações sobre o período do pequeno-almoço, a hora do check-out e o período de funcionamento das instalações e equipamentos do hotel	—	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	NA	NA
	73	Manual do serviço de A a Z na unidade de alojamento	2	Opcional	Opcional	Opcional	Obrigatório	Obrigatório
	74	Amenities escritório: lápis ou caneta, papel e envelopes	1	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Obrigatório
	75	Amenities conforto: kit de engraxar, caldeira e kit de costura, a pedido	2	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Obrigatório
	76	Jornais diários ou informação impressa diária nas zonas comuns	2	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
3. Serviço								
Limpeza e arrumação das unidades de alojamento	77	Limpeza e arrumação diária das unidades de alojamento	—	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
	78	Mudança de toalhas pelo menos duas vezes por semana e sempre que mude o cliente	—	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
	79	Mudança diária de toalhas a pedido do cliente	5	Opcional	Opcional	Opcional	Obrigatório	Obrigatório
	80	Mudança de roupa de cama pelo menos uma vez por semana e sempre que mude o cliente	—	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	NA	NA
	81	Mudança de roupa de cama pelo menos duas vezes por semana e sempre que mude o cliente	5	Opcional	Opcional	Opcional	Obrigatório	Obrigatório
	82	Serviço de verificação dos quartos para a noite (abertura da cama, troca de toalhas, limpeza)	5	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Obrigatório
Alimentação e bebidas	83	Serviço de bar associado ou não a outra área	7	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	84	Bebidas à disposição do cliente (sem serviço de bar)	—	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
	85	Serviço de refeições 7 dias por semana	8	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Obrigatório
	86	Equipamento para chá e café nas unidades de alojamento	2	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	87	8 horas de room service de bebidas e refeições ligeiras	4	Opcional	Opcional	Opcional	NA	NA
	88	16 horas de room service de bebidas e refeições ligeiras	8	Opcional	Opcional	Opcional	Obrigatório	NA
	89	24 horas de room service de bebidas e refeições ligeiras	12	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Obrigatório
Pequeno-almoço	90	Serviço de pequeno almoço	—	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	NA	NA
	91	Pequeno-almoço buffet ou <i>à-la-carte</i>	3	Opcional	Opcional	Opcional	Obrigatório	Obrigatório
	92	Pequeno-almoço <i>à-la-carte</i> nas unidades de alojamento	4	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Obrigatório
Recepção/ Acolhimento	93	Serviço de atendimento permanente (presencial ou automático)	—	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	NA
	94	Serviço de recepção presencial 16 horas	2 pts por cada 8 hs opcionais	Opcional	Opcional	Obrigatório	Obrigatório	NA
	95	Serviço de recepção presencial 24 horas	2 pts por cada 8 hs opcionais	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Obrigatório
	96	Serviço de recepção bilingue (Português/Inglês)	5	Opcional	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
	97	Serviço de recepção multilingue (Português, Inglês, e pelo menos mais uma língua estrangeira)	5	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	98	Porteiro (trintanário)	5	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Obrigatório
	99	Serviço de Valet Parking	5	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Obrigatório
	100	Serviço de informação e reservas	5	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Obrigatório
	101	Serviço de aceitação e entrega de mensagens	5	Opcional	Opcional	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
	102	Serviço de transporte de bagagens	5	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Obrigatório
	103	Serviço de depósito de bagagens	5	Opcional	Opcional	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório

	N.º	Requisitos	Pontos	★	★★	★★★	★★★★	★★★★★
--	-----	------------	--------	---	----	-----	------	-------

3. Serviço

Lavandaria e engomadoria	104	Serviço de lavandaria e engomadoria	5	Opcional	Opcional	Opcional	Obrigatório	NA
	105	Serviço de lavandaria e engomadoria (entregue antes das 9 e pronto no mesmo dia - excepto no fim de semana)	5	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Obrigatório
Outros	106	Videovigilância em zonas públicas e de circulação	6	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	107	Aceitação de cartões de crédito ou débito	—	Obrigatório	NA	NA	NA	NA
	108	Aceitação de cartões de crédito e débito	2	Opcional	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
	109	Serviço de depósito de valores na recepção	—	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
	110	Serviço despertar	2	Opcional	Opcional	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
	111	Serviço de correio e telefax	2	Opcional	Opcional	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
	112	Venda de revistas e jornais diários	2	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	113	Serviço de costura	4	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	114	Serviço de engraxar sapatos	4	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	115	Serviço de transporte privativo do estabelecimento	5	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	116	Serviço de babysitter a pedido	4	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional

4. Lazer

Equipamentos e instalações	117	Área bruta privativa de equipamentos complementares (health club, spa, squash, etc.) por UA, quando concorra para a área bruta de construção do empreendimento	$\geq 1m^2 < 2,5m^2$ - 5pts; $\geq 2,5m^2 < 5m^2$ - 10 pts; $\geq 5m^2$ - 15 pts	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	118	Área bruta privativa de equipamentos complementares (equipamentos desportivos, parque infantil, etc.) por UA, quando não concorra para a área bruta de construção do empreendimento	$\geq 1m^2 < 2,5m^2$ - 5pts; $\geq 2,5m^2 < 5m^2$ - 10 pts; $\geq 5m^2$ - 15 pts	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	119	Área bruta privativa para reuniões por UA, quando concorra para a área bruta de construção do empreendimento	5 pts por cada m²/UA, até máx de 15 pts	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	120	Business center (com computador, acesso à internet, impressora, etc)	10	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	121	Ginásio (com pelo menos 4 equipamentos diferentes)	10	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	122	Spa (com pelo menos 4 equipamentos)	10	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	123	Squash	10	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	124	Cabeleireiro	10	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	125	Equipamentos exteriores (campo de ténis, campo de volei, puddle, minigolf, driving net, petanque, etc)	5 pts por cada, no máximo de 15 pts	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	126	Piscina exterior	10	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	127	Piscina interior	12	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	128	Piscina aquecida	15	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	129	Golf	15	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
Outros	130	Certificação da qualidade dos serviços por norma nacional ou europeia, quando não obrigatória por lei	30	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	131	Clube para crianças do próprio hotel (crianças até aos 3 anos), pelo menos 6 horas por dia	10	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	132	Clube para crianças do próprio hotel (crianças com mais de 3 anos), pelo menos 6 horas por dia	10	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	133	Site informativo do empreendimento, possibilitando a realização de reservas e transacções online	5	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	134	Soluções inovadoras na oferta de espaços, equipamentos e serviços	5	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional

5. Qualidade ambiental e urbanística

	135	Aproveitamento/valorização de edificações pré-existentes, com interesse individual ou de conjunto	15	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	136	Coefficiente de localização a aplicar ao empreendimento $\geq 1,5 \leq 2,5$, nos termos do artigo 42º do Código do imposto Municipal sobre Imóveis	10	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	137	Coefficiente de localização a aplicar ao empreendimento $\geq 2,5$, nos termos do artigo 42º do Código do imposto Municipal sobre Imóveis	15	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	138	Área de espaços verdes de utilização comum	5 pts por cada 20 m²/UA até limite 15 pts	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional
	139	Certificação ambiental por norma nacional ou europeia, quando não obrigatória por lei	30	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional	Opcional

Total pontos opcionais por categoria				108	138	188	210	218
--------------------------------------	--	--	--	-----	-----	-----	-----	-----

Legenda:

NA - Não Aplicável

(1) Quando num mesmo edifício estejam instalados vários hotéis, o local de recepção pode ser comum a todos.

(2) A área bruta privativa é a superfície total, medida pelo perímetro exterior e eixos das paredes separadoras da unidade de alojamento, equipamento, zona funcional ou edifício em causa, não incluindo varandas, terraços, caves ou sótãos privativos.

(3) Área útil nos termos do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38382, de 7 de Agosto de 1951, na redacção em vigor.

(4) Zona de estar composta por: sofá ou maple, mesa de apoio e iluminação

(5) Zona de trabalho composta por cadeira, mesa de trabalho, iluminação e tomada

(6) Aplicável relativamente à opção não utilizada nos termos do requisito n.º 36

